



Editoração Casa Civil

CÉARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 10 de julho de 2023 | SÉRIE 3 | ANO XV Nº128 | Caderno 3/3 | Preço: R\$ 21,97

SECRETARIA DA SAÚDE

O(A) SECRETÁRIO DA SAÚDE no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso II, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **EXONERAR**, de Ofício o(a) servidor(a) **MARCIO DOS SANTOS MONTE**, matrícula 30003373, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Assessor Técnico, símbolo DAS-1, integrante da Estrutura organizacional do(a) SECRETARIA DA SAÚDE, a partir de 30 de Junho de 2023. SECRETARIA DA SAÚDE, Fortaleza, 06 de julho de 2023.

Tania Mara Silva Coelho
SECRETARIA DA SAÚDE

*** **

O(A) SECRETÁRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88, da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III, do art. 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o decreto 32.960/19, art. 16, também combinado com o(a) Decreto 34.828 de 29 de Junho de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado em 29 de Junho de 2022, RESOLVE **NOMEAR, RICARDO DA SILVA PAIVA**, com cargo de SUBTENENTE, matrícula 11894410, pertencente ao órgão PMCE, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo DAS-2, integrante da Estrutura organizacional do(a) SECRETARIA DA SAÚDE a partir da data da publicação. SECRETARIA DA SAÚDE, Fortaleza, 07 de julho de 2023.

Tania Mara Silva Coelho
SECRETARIA DA SAÚDE

*** **

O(A) SECRETÁRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010 e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III do art. 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o (a) Decreto nº 34.828, de 29 de Junho de 2022, RESOLVE **NOMEAR**, o(a) servidor(a) **MADALENA ISABEL COELHO BARROSO**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Chefe de Centro, símbolo DAS-6, integrante da Estrutura Organizacional do(a) SECRETARIA DA SAÚDE, a partir da data da publicação. SECRETARIA DA SAÚDE, Fortaleza, 07 de julho de 2023.

Tania Mara Silva Coelho
SECRETARIA DA SAÚDE

*** **

PORTARIA Nº154/2023 - A SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta dos processos nº 07103853/2019, 09725436/2019, 10706265/2021 e 10860426/2021 do VIPROC, acatando integralmente o relatório da Segunda Comissão Processante de Processo Administrativo Disciplinar da Procuradoria Geral do Estado, RESOLVE **ABSOLVER DANIELE PINTO VASCONCELOS**, que ocupa o cargo de Médica, matrícula nº 493530-1-4, lotada nesta Secretaria, da imputação constante da Portaria nº 2019/1820 de 17 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial nº 203, de 24 de outubro de 2019. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO, em Fortaleza, 12 de abril de 2023.

Tânia Mara Silva Coelho
SECRETARIA DA SAÚDE

*** **

PORTARIA Nº157/2023 - A SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta dos processos nº 01062817/2017 e 02767109/2019 do VIPROC, acatando integralmente o relatório da Segunda Comissão Processante de Processo Administrativo Disciplinar da Procuradoria Geral do Estado, RESOLVE **ABSOLVER CLAUETENES HELENA MAVIGNIER GUIMARÃES**, que ocupa o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 404775-1-9, lotada nesta Secretaria, da imputação constante da Portaria nº 2017/3054 de 24 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial nº 224, de 01 de dezembro de 2017. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO, em Fortaleza, 12 de abril de 2023.

Tânia Mara Silva Coelho
SECRETARIA DA SAÚDE

*** **

PORTARIA Nº631/2023 - A SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo nº 00573061/2008 do VIPROC, acatando integralmente o relatório da Primeira Comissão Processante de Processo Administrativo Disciplinar da Procuradoria Geral do Estado, RESOLVE **ABSOLVER ANTÔNIO TAVARES DA SILVA**, que ocupa o cargo de Médico, matrícula nº 493609-1-6, lotado nesta Secretaria, da imputação constante da Portaria nº 2020/292 de 18 de março de 2020, publicada no Diário Oficial nº 097, de 13 de maio de 2020. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de maio de 2023.

Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha
SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

PORTARIA Nº690/2023 - A SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SAÚDE, no uso das competências que lhe confere a Portaria nº 090/2019, publicada no Diário Oficial do Estado de 12 de fevereiro de 2019, e tendo em vista o que consta o processo nº 01893491/2022 do VIPROC, RESOLVE **CONCEDER**, nos termos dos art. 12, IV, 13, 17, §4 da Lei Complementar nº 270, de 30 de dezembro de 2021, a servidora **FÁTIMA MARIA MONTEIRO MAIA DE CARVALHO**, matrícula nº 1331151X, que ocupa a função de Administradora, lotada nesta Secretaria, em exercício funcional no Hospital São José de Doenças Infecciosas - HSJ, **GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO** de 15% (QUINZE POR CENTO) sobre seu vencimento - base, referente à Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Gestão de Organizações Hospitalares e Sistemas de Saúde, com vigência a partir de 25 de fevereiro de 2022. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de junho de 2023.

Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha
SECRETARIA EXECUTIVA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

PORTARIA CC 0715/2023-SESA - O(A) SECRETÁRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no Decreto nº 34.828, de 29 de Junho de 2022, RESOLVE **DESIGNAR, RICARDO DA SILVA PAIVA**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo DAS-2, para ter exercício no(a) Divisão de Diagnóstico por Imagem (Didim-HMJA), unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SECRETARIA DA SAÚDE, Fortaleza, 07 de julho de 2023.

Tania Mara Silva Coelho
SECRETARIA DA SAÚDE

*** **

PORTARIA CC 0721/2023-SESA - O(A) SECRETÁRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 34.828 de 29 de Junho de 2022, **RESOLVE DESIGNAR** o(a) servidor(a) **MADALENA ISABEL COELHO BARROSO**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Centro, símbolo DAS-6, para ter exercício no(a), Centro de Vigilância Epidemiológica (Cevig-HSJ), unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. SECRETARIA DA SAÚDE, Fortaleza, 07 de julho de 2023.

Tania Mara Silva Coelho
SECRETÁRIA DA SAÚDE

*** **

PORTARIA Nº833/2023 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO À SAÚDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, combinado com o art. 120, da Lei nº. 9.809, de 18 de dezembro de 1973 e tendo em vista o que consta no Processo nº 05406538/2023 (Viproc), **RESOLVE AUTORIZAR**, nos termos do inciso I, do art. 123, da citada Lei, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, a servidora **ANA KÁTIA PEREIRA SILVESTRE**, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 491,315-1-8, lotada nesta Secretaria da Saúde junto a Coordenadoria da Área Descentralizada de Saúde de Canindé-ADS/Canindé, a importância de R\$ 600,00 (seiscentos reais), devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Orçamento: 2023 - Fonte de Recursos: 1.500.910000.0.2.01 – Unidade Orçamentária: 24200864.10.122.211 – Região: 10 – Ação: 20779 – Elemento de Despesa: 339039. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45(quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15(quinze) dias após concluído o prazo da aplicação.. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 27 de junho de 2023.

Joana Gurgel Holanda Filha
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ATENÇÃO À SAÚDE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

*** **

PORTARIA Nº839/2023 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SAÚDE, no uso das competências que lhe confere a Portaria nº 090/2019, publicada no Diário Oficial do Estado de 12 de fevereiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo nº 02934060/2022 do VIPROC, **RESOLVE CONCEDER**, nos termos dos arts. 12, IV, 13 e 17, §4 da Lei Complementar nº 270, de 30 de dezembro de 2021, a servidora **OLÉDA MARIA CASTRO ARAÚJO**, matrícula nº 08371210, que ocupa a função de Administradora, lotada nesta Secretaria, em exercício funcional na Assessoria de Planejamento e Gestão da SESA, **GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO** de 15% (QUINZE POR CENTO) sobre seu vencimento - base, referente a Pós-Graduação em Administração Hospitalar, com vigência a partir de 24 de março de 2022. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de junho de 2023.

Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº416/2018

I – ESPÉCIE: Doc. nº 290/2023 - 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 416/2018; II – CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/Hospital Geral Dr. César Cals de Oliveira -HGCO/SESA; III – ENDEREÇO: Av. Imperador nº 545, Centro, Fortaleza/CE; IV – CONTRATADA: EMPRESA LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA; V – ENDEREÇO: Avenida Guido Aliberti, nº 3005, Jardim São Caetano, São Caetano do Sul/SP; VI – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do art. 57 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações; VII – FORO: Fortaleza/CE; VIII – OBJETO: **Prestação do serviço de locação** com manutenção preventiva, corretiva com entrega nos domicílios dos pacientes plantão 24 (vinte e quatro) horas de 10 (dez) BIPAP'S para ventilação não invasiva e 15 (quinze) ventiladores não invasivos para o HGCC, em caráter excepcional; IX – VALOR GLOBAL: O MESMO; X – DA VIGÊNCIA: 6 (seis) meses, a partir de 16 de maio de 2023; XI – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este termo aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará; XII – DATA: 15/05/2023; XIII – SIGNATÁRIOS: Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho e Alessandra Ciotta Mani.

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº829/2018

I – ESPÉCIE: Doc. nº 344/2023 - 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 829/2018; II – CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/Hospital de Messejana Dr. Carlos Alberto Studart Gomes - HM/SESA; III – ENDEREÇO: Av. Frei Cirilo, nº 3480, Bairro: Cajazeiras, Fortaleza/CE; IV – CONTRATADA: **COOPERATIVA DOS TRABALHADORES E PROFISSIONAIS DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ - COOSAÚDE**; V – ENDEREÇO: Rua Monsenhor Otávio de Castro, Nº 756, Bairro de Fátima, Fortaleza/CE; VI – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: os preceitos do direito público, e, em especial, o inciso II do caput e §4º do art. 57, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações; VII – FORO: Fortaleza/CE; VIII – OBJETO: **prorrogar**, excepcionalmente, por mais 12 (doze) meses, o **Contrato nº829/2018**, cujo objeto é a contratação dos serviços em horas/ano na Área de Perfusionista a serem executados no Hospital de Messejana Dr Carlos Alberto Studart Gomes; IX – VALOR GLOBAL: o mesmo; X – DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir do dia 07 de junho de 2023; XI – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará; XII – DATA: 02/06/2023; XIII – SIGNATÁRIOS: Carlos Augusto Lima Gomes dos Santos e José Rogério Gomes Pereira.

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº1583/2018

I – ESPÉCIE: Doc. nº 349/2023 - 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 1583/2018; II – CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/HGF; III – ENDEREÇO: Rua Professor Otávio Lobo, S/N, Papicu, Fortaleza/CE; IV – CONTRATADA: **GHDD CONSULTORIA DE SISTEMAS E SERVIÇOS LTDA**; V – ENDEREÇO: Av. Antônio Sales, nº 1885, sala 301, Dionísio Torres, Fortaleza/CE; VI – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do art. 57, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações; VII – FORO: Fortaleza/CE; VIII – OBJETO: **Prorrogação do Contrato nº1538/2018**, a fim de atender as necessidades do Hospital Geral de Fortaleza; IX – VALOR GLOBAL: R\$746.809,08 (setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e nove reais e oito centavos); X – DA VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a partir do dia 12 de junho de 2023; XI – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará; XII – DATA: 02/06/2023; XIII – SIGNATÁRIOS: Ivelise Regina Canito Brasil e Adi Antonio Lize.

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº628/2019

I – ESPÉCIE: Doc. nº 357/2023 - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 628/2019; II – CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/Hospital Geral Dr. César Cals de Oliveira – SESA/HGCCO; III – ENDEREÇO: Av. Imperador nº 545, Centro, Fortaleza/CE; IV – CONTRATADA: **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PSICÓLOGOS DO CEARÁ LTDA – COOPSI**; V – ENDEREÇO: Rua Afonso Celso, nº 1096, Meireles, sala 04, Fortaleza/CE; VI – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: inciso II, do art. 57, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações; VII – FORO: Fortaleza/CE; VIII – OBJETO: **prorrogar** por mais 12 (doze) meses, a partir do 19 de junho de 2023, o **contrato nº628/2019**, cujo objeto é a contratação dos serviços em hora/ano na área de Psicólogo, a fim de atender as necessidades do Hospital Geral Dr. César Cals de Oliveira – HGCCO; IX – VALOR GLOBAL: R\$ 514.154,88 (quinhentos e quatorze mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos); X – DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir do 19 de junho de 2023; XI – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará; XII – DATA: 12/06/2023; XIII – SIGNATÁRIOS: Adriano Veras Oliveira e Lidinalva Silva Chaves de Amorim.

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE JURÍDICO

*** **



EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº307/2021

I – ESPÉCIE: Doc. nº 258/2023 - 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 307/2021; II – CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/Hospital São José-SESA; III – ENDEREÇO: Rua Nestor Barbosa, nº 315, Amadeu Furtado, Fortaleza/CE; IV – CONTRATADA: **ENAE – EMPRESA NACIONAL DE ESTERILIZAÇÃO EIRELI**; V – ENDEREÇO: Rua Djalma Farias, nº 279, Torreão, Recife/PE; VI – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II, do art. 57, da Lei Federal Nº8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações; VII – FORO: Fortaleza/CE; VIII – OBJETO: **A prestação de serviço de esterilização em instrumental cirúrgico e equipamentos médico hospitalar, em materiais termossensíveis, pelo método plasma de peróxido de hidrogênio a baixa temperatura para o Hospital São José**; IX – VALOR GLOBAL: O MESMO; X – DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir do dia 05 de maio de 2023; XI – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará; XII – DATA: 03/05/2023; XIII – SIGNATÁRIOS: Francisco Edson Buhama Abreu e Fabiola Coutinho Paschoal Barbosa.

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE JURÍDICO

*** **

EXTRATO DO ADITIVO Nº36/2023 TERMO DE AJUSTE Nº61/2022

I - Doc. Nº 36/2023 - 1º Termo Aditivo ao Termo de Ajuste nº 61/2022 celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE VARJOTA/CE**; II – OBJETO: **Prorrogar a vigência do Termo de Ajuste nº61/2022**, que tem como objeto a aquisição de equipamentos para a sala de raio x, para o município de Varjota-CE; III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993; na Lei Complementar nº 119/2012, alterada pela Lei Complementar nº 122/2013 e pela Lei Complementar nº 178/2018; no Decreto Estadual nº 28.841/2007; no Decreto Estadual nº 32.810/2018 e demais legislação aplicável; IV - FORO: Fortaleza/CE; V – DATA: 13/06/2023; VI – SIGNATÁRIOS: Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho e Francisco Elmo Bezerra Monte.

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE JURÍDICO

*** **

EXTRATO DO ADITIVO Nº82/2023 TERMO DE AJUSTE Nº009/2021

I - Doc. Nº 82/2023 - 3º Termo Aditivo ao Termo de Ajuste nº 009/2021 celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o **MUNICÍPIO DE ITAREMA/CE**; II – OBJETO: **A alteração do Plano de Trabalho do Termo de Ajuste nº009/2021**, com acréscimo da contrapartida municipal no valor R\$ 326.499,99 (trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), que tem por objeto transferência de recursos financeiros ao BENEFICIÁRIO, visando a aquisição de 03 (três) ambulâncias para o Município de Itarema/CE, referente ao projeto MAPP nº 4328. Parágrafo Único – Com o acréscimo supracitado, a contrapartida municipal passa de R\$ 178.500,01 (cento e setenta e oito mil e quinhentos reais e um centavo), para R\$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais), ficando o valor global do Termo de Ajuste nº 009/2021 de R\$ 663.500,01 (seiscentos e sessenta e três mil, quinhentos reais e um centavo) para R\$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais); III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993; na Lei Complementar nº 119/2012, alterada pela Lei Complementar nº 122/2013 e pela Lei Complementar nº 178/2018; no Decreto Estadual nº 28.841/2007; no Decreto Estadual nº 32.810/2018 e demais legislação aplicável; IV - FORO: Fortaleza/CE; V – DATA: 28/04/2023; VI – SIGNATÁRIOS: Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho e Elizeu Charles Monteiro.

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE JURÍDICO

*** **

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/00672

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – **EMPRESA(AS) FORNECEDORA(S): AD INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS LTDA – ME; ORTOP INSTRUMENTAL CIRURGICO LTDA – EPP. III – OBJETO: REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230363 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 12072532/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – **EMPRESA(AS) E ITEM(NS): AD INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS LTDA – ME: ITEM: 1; 1392544 - CURETA, CASPAR DE FUSAO ESPINHAL PARA OSSO ANGULADA, 27CM +/-2CM, TACA 4,4MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 20; VALOR UNITÁRIO: R\$ 230,0000; ITEM: 2; 1392554 - CURETA, CASPAR DE FUSAO ESPINHAL PARA OSSO ANGULADA, 27CM +/-2CM, TACA 5,2MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs: QUANT.: 20; VALOR UNITÁRIO: R\$ 230,0000; ITEM: 3; 1392564 - CURETA, SIMON DE FUSAO ESPINHAL PARA OSSO, 13,5CM +/-2CM, TACA 4,4MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs: QUANT.: 20; VALOR UNITÁRIO: R\$ 130,0000; ITEM: 4; 821893 - DESCOLADOR, ELEVADOR PERIOSTEO ADSON, CURVO, 18,5CM +/-2CM, PONTA SEMI AFIADA 6 MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs: QUANT.: 20; VALOR UNITÁRIO: R\$ 170,0000; ITEM: 5; 821958 - DESCOLADOR, COBB, 29,9 CM +/-2CM, LAMINA CORTANTE 30 MM, PARA CIRURGIA DE COLUNA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs: QUANT.: 20; VALOR UNITÁRIO: R\$ 220,0000; ITEM: 6; 821908 - DESCOLADOR, ELEVADOR PERIOSTEO ADSON, CURVO, 18,5CM +/-2CM, PONTA ROMBA 6 MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs: QUANT.: 20; VALOR UNITÁRIO: R\$ 230,0000; ITEM: 7; 821938 - DESCOLADOR, DISSECTOR CUSHING PARA DURAMATER, 20,4CM +/- 2CM, PONTA ARREDONDADA 16 MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs: QUANT.: 20; VALOR UNITÁRIO: R\$ 150,0000; ITEM: 8; 821968 - DESCOLADOR, COBB, 29,9CM +/-2CM, LAMINA CORTANTE 35 MM, PARA CIRURGIA DE COLUNA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs: QUANT.: 20; VALOR UNITÁRIO: R\$ 120,0000; ORTOP INSTRUMENTAL CIRURGICO LTDA – EPP: ITEM: 9; 821948 - DESCOLADOR, DISSECTOR CUSHING PARA DURAMATER, 20,4 CM +/-2CM, PONTA RETA 16 MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 20; VALOR UNITÁRIO: R\$ 309,0300; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230363; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 30/06/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.**

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** **

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/00777

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – **EMPRESA(AS) FORNECEDORA(S): MEDICAL LIFE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI III – OBJETO: O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE OPME (PLACA ANGULO ESTÁVEL, PARAFUSO CORTICAL ANGULO ESTÁVEL E PARAFUSO CANULADO HERBERT)** PARA ATENDIMENTO A REDE SESA (HGF), cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230398 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 11855614/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – **EMPRESA(AS) E ITEM(NS): MEDICAL LIFE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI: ITEM: 1; 217190 - PLACA, TITANIO, ANGULO ESTÁVEL, CUNHA 0MM A 5MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 8,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 5.700,0000; ITEM: 2; 217271 - PARAFUSO, TITANIO, CORTICAL, ANGULO ESTÁVEL 2,3MM, MEDIDAS 12MM A 26MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 64,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.130,0000; ITEM: 3; 702170 - PARAFUSO, ACO INOX, CANULADO HERBERT, 3MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 10,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 600,0000; IV – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230398; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 02/06/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.**

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** **



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/02286

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – **EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS):** CWBCARE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA; ORTOM INDUSTRIA TEXTIL LTDA; III – **OBJETO:** A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230366 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 00324231/2023. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – **EMPRESA(AS) E ITEM(NS):** CWBCARE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA; ITEM: 1; 407619 - ESPARADRAPO, 10CM X 4,5MT, IMPERMEAVEL, CARRETEL 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 233.860,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 9,0600; ORTOM INDUSTRIA TEXTIL LTDA; ITEM: 2; 423943 - LENCOL, PAPEL DESCARTAVEL, 50CM X 50METROS, EMBALAGEM ROLO PICOTADO, PROTEGIDO POR PLASTICO, ROLO 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 38.620,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 6,5900; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230366; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 03/07/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** **

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/11624

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – **EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS):** SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; T S COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E REPRESENTACAO LTDA; ONCOEXO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; UNI HOSPITALAR CEARA LTDA; HUB HEALTH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. III – **OBJETO: REGISTRO DE PREÇO - MEDICAMENTO PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES PROVENIENTES DE DEMANDA JUDICIAIS.**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230688 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 09615865/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – **EMPRESA(AS) E ITEM(NS):** SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; ITEM: 6; 673464 - TADALAFILA, COMPRIMIDO REVESTIDO, 5 MG, UNIDADE 1.0 COMPRIMIDO - obs: QUANT.: 720; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,2960; T S COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E REPRESENTACAO LTDA; ITEM: 3; 1032919 - PREGABALINA, 75MG CAPSULA, UNIDADE 1.0 CAPSULA- obs: QUANT.: 35.616; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,2575; ONCOEXO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; ITEM: 2; 931286 - PIRFENIDONA, 267 MG CAPSULA, UNIDADE 1.0 CAPSULA- obs: QUANT.: 32.400; VALOR UNITÁRIO: R\$ 33,7700; UNI HOSPITALAR CEARA LTDA; ITEM: 7; 1018897 - TESTOSTERONA UNDECILATO, AMPOLA 4ML, 250 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, UNIDADE 1.0 AMPOLA - obs: QUANT.: 480; VALOR UNITÁRIO: R\$ 208,0000; ITEM: 10; 1107406 - VENLAFAXINA, CLORIDRATO, 37,5MG, CAPSULA DE LIBERACAO CONTROLADA, UNIDADE 1.0 CAPSULA - obs: QUANT.: 2.160; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,4500; HUB HEALTH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; ITEM: 4; 604675 - RIVAROXABANA, 20MG, COMPRIMIDO REVESTIDO, UNIDADE 1.0 COMPRIMIDO - obs: QUANT.: 63.048; VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,3775; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230688; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 30/06/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** **

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/17821

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará; II – **EMPRESA FORNECEDORA: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA;** III – **OBJETO: O REGISTRO DE PREÇO – MEDICAMENTO**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230102 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 06619169/2022. Subcláusula Única – Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – **EMPRESA E ITEM:** FRESENIUS KABI BRASIL LTDA; ITEM: 1; 470783 – LIPÍDIOS EMULSAO, OLEO DE SOJA REFINADO + TRIGLICERIDES DE CADEIA MEDIA + OLEO DE OLIVA + OLEO DE PEIXE, 60G + 60G + 50G + 30G, SOLUCAO 200MG/ML, FRASCO 500 ML, UNIDADE 1.0 FRASCO-obs: QUANT.: 300,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 91,5100; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230102; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 29/05/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** **

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/17824

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – **EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS):** E TAMUSSINO E CIA LTDA; ALKO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA; MEDICAL LIFE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI; III – **OBJETO: O REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL MEDICO HOSPITALAR**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230078 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 10680632/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – **EMPRESA(AS) E ITEM(NS):** E TAMUSSINO E CIA LTDA; ITEM: 1; 1134304 - INTRODUTOR, CONTRALATERAL, 8FR, 45 A 60CM, VALVULA HEMOSTATICA, DILATADOR, COMPATIVEL COM FIO GUIA 0,035' A 0,038', INJETOR LATERAL, SUPERFICIE EXTERNA HIDROFILICA, SUPERFICIE INTERNA BOA NAVEGABILIDADE, ARAMADO, ESTERIL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 300,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 550,0000; ALKO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA; ITEM: 3; 1110300 - EXTENSOR, 180CM +/-30CM, FLEXIVEL, USO COM SERINGA DE 150ML, COMPATIVEL COM A BOMBA INJETORA DE CONTRASTE MARCA MEDRAD MODELO MARK V E MARK PROVIS, PARA BOMBA DE INECAO DE CONTRASTE, TUBO PVC/POLIETILENO ATOXICO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 3.200,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 9,4200; MEDICAL LIFE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI; ITEM: 2; 1134394 - INTRODUTOR, CURTO, 12CM +/- 1CM, 9FR, AGULHA, VALVULA HEMOSTATICA, DILATADOR COMPATIVEL COM FIO GUIA 0,035' A 0,038', INJETOR LATERAL, ESTERIL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs: QUANT.: 550,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 64,0000; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230078; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 29/05/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** **

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/18253

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – **EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS):** SUPERFIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA; CIRURGICA FERNANDES - COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS E HOSPITALARES LTDA. III – **OBJETO: O REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230240 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 11593202/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade



de condições. IV – EMPRESA(AS) E ITEM(NS); SUPERFIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA; ITEM: 4; 808490 - CANULA, DE TRAQUEOSTOMIA PARA PACIENTE OBESO DESCARTAVEL, Nº 7,0, COM BALAO CUFF, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 652,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 219,3000; CIRURGICA FERNANDES - COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS E HOSPITALARES LTDA; ITEM: 1; 416685 - CANULA, TRAQUEOSTOMIA DESCARTAVEL, Nº 6,0, BALAO CUFF, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 740,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 17,0000; ITEM: 2; 416692 - CANULA, TRAQUEOSTOMIA DESCARTAVEL, Nº 6,5, BALAO CUFF, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 730,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 17,0000; ITEM: 3; 6726010 - CANULA, TRAQUEOSTOMIA DESCARTAVEL, Nº 10,0, BALAO CUFF, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 270,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 18,0000; IV – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230240; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 02/06/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** **

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/18267

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS): **IMPORTEC - IMPORTADORA CEARENSE LTDA**; III – OBJETO: O **REGISTRO DE PREÇO - INSUMOS DE LABORATÓRIO PARA ATENDIMENTO DA REDE SESA**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230403 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 11725486/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESA(AS) E ITEM(NS); IMPORTEC - IMPORTADORA CEARENSE LTDA; ITEM: 1; 1201888 - TESTE, DETERMINAÇÃO QUALITATIVA E SEMI QUANTITATIVA DE ANTICORPOS ANTI DNA NATIVO EM CRITHIDIA LUCILIAE POR IMUNOFLOURESCENCIA INDIRETA, LAMINAS COM DIVISOES FIXADAS O SUBSTRATO, CONJUGADO ANTIIMUNOGLOBULINA HUMANA MARCADA COM ISOTONATO DE FLUORESCINA, DILUICAO PREESTABELECID, CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO, TAMPÃO PBS, UNIDADE 1.0 TESTE- obs; QUANT.: 10.500,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 7,5000; ITEM: 2; 1705640 - REAGENTE, FTA ABS IGG POR IMUNOFLOURESCENCIA INDIRETA, PRONTO PARA USO, CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO, T. PALLIDUM FIXADO A LAMINA, 10X10 CAVIDADES, SOLUCAO ADSORVENTE DE ANTICORPOS NAO ESPECIFICOS, CONJUGADO ANTI IMUNOGLOBULINA/FLUORESCINA, TAMPÃO DE LAVAGEM, MEIO DE MONTAGEM E LAMINULAS, UNIDADE 1.0 TESTE- obs; QUANT.: 8.500,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 7,2000; ITEM: 3; 1705650 - REAGENTE, FTA ABS IGM POR IMUNOFLOURESCENCIA INDIRETA, PRONTO PARA USO, CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO, T. PALLIDUM FIXADO A LAMINA, 10X10 CAVIDADES, SOLUCAO ADSORVENTE DE ANTICORPOS NAO ESPECIFICOS, CONJUGADO ANTI IMUNOGLOBULINA/FLUORESCINA, TAMPÃO DE LAVAGEM, MEIO DE MONTAGEM E LAMINULAS, UNIDADE 1.0 TESTE- obs; QUANT.: 5.000,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 9,0000; ITEM: 4; 1202075 - TESTE, DILUICAO PREESTABELECID, SALINA TAMPONADA, PBS, GLICERINA TAMPONADA, AZUL DE EVANS, CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO, MEIO DE MONTAGEM E LAMINULAS, DETECCAO E SEMIQUANTIFICACAO DE ANTICORPOS ANTINUCLEARES, FAN OU ANA, METODO IMUNOFLOURESCENCIA INDIRETA EM SORO HUMANO, LAMINAS COM DIVISOES FIXADAS CELULAS DE CULTURA DE TECIDO HEP-2 COMO SUBSTRATO, ANTIIMUNOGLOBULINA HUMANA MARCADA COM ISOTONATO DE FLUORESCINA, UNIDADE 1.0 TESTE- obs; QUANT.: 16.200,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 5,8500; ITEM: 5; 1202085 - TESTE, SALINA TAMPONADA, PBS, TAMPÃO DILUENTE, GLICERINA TAMPONADA, CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO E LAMINULAS, DETECCAO E SEMIQUANTIFICACAO DE ANTICORPOS ANTI-CI-TOPLASMA DE NEUTROFILOS, ANCA, METODO IMUNOFLOURESCENCIA INDIRETA EM SORO HUMANO, LAMINAS COM DIVISOES FIXADAS NEUTROFILOS HUMANOS COMO SUBSTRATO, ANTIIMUNOGLOBULINA HUMANA MARCADA COM ISOTONATO DE FLUORESCINA, COM DILUICAO PREESTABELECID, UNIDADE 1.0 TESTE- obs; QUANT.: 7.500,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 11,4000; IV – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230403; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 02/06/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** **

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/18378

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS): **SMT IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; MEDICAL LIFE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI; SELLMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**; III – OBJETO: A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL MEDICO HOSPITALAR**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230365 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 11042141/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESA(AS) E ITEM(NS); SMT IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; ITEM: 8; 995427 - CATETER, DIAGNOSTICO JL, 5F CURVA 4,0 PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 7.180,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 36,9000; ITEM: 13; 655273 - CATETER, 6F CURVA 3,5, DIAGNOSTICO JL, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 2.005,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 36,9000; ITEM: 14; 655283 - CATETER, 6F CURVA 4,0, DIAGNOSTICO JL, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 2.005,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 36,9000; MEDICAL LIFE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI; ITEM: 10; 995447 - CATETER, DIAGNOSTICO JL, 5F CURVA 5,0 PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 920,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 75,3300; ITEM: 11; 995457 - CATETER, DIAGNOSTICO JL, 5F CURVA 6,0 PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 720,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 75,3300; ITEM: 16; 655308 - CATETER, 6F CURVA 5,0, DIAGNOSTICO JL, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 805,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 81,5000; SELLMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA; ITEM: 1; 995278 - CATETER, DIAGNOSTICO JR, 5F CURVA 3,0, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 2.680,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 35,0800; ITEM: 2; 995288 - CATETER, DIAGNOSTICO JR, 5F CURVA 3,5 PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 7.180,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 35,4800; ITEM: 3; 995298 - CATETER, DIAGNOSTICO JR, 5F CURVA 4,0 PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 7.180,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 35,0800; ITEM: 4; 655318 - CATETER, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, DIAGNOSTICO JR, 6F CURVA 3,0, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 805,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 44,0800; ITEM: 5; 655328 - CATETER, 6F CURVA 3,5, DIAGNOSTICO JR, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 2.005,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 35,0800; ITEM: 6; 995302 - CATETER, DIAGNOSTICO JL, 5F CURVA 3,0 PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 980,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 75,0000; ITEM: 7; 995312 - CATETER, DIAGNOSTICO JL, 5F CURVA 3,5 CURVA 3,5 PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 7.180,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 35,2800; ITEM: 9; 995437 - CATETER, DIAGNOSTICO JL, 5F CURVA 4,5 PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 920,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 41,0800; ITEM: 12; 655263 - CATETER, 6F CURVA 3,0, DIAGNOSTICO JL, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 205,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 41,0800; ITEM: 15; 655293 - CATETER, 6F CURVA 4,5, DIAGNOSTICO JL, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 305,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 69,4800; ITEM: 17; 995467 - CATETER, DIAGNOSTICO TIG, 5F PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 7.120,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 35,4800; ITEM: 18; 995477 - CATETER, DIAGNOSTICO AL, 5F CURVA I PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 1.620,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 54,1800; ITEM: 19; 995487 - CATETER, DIAGNOSTICO AL, 5F CURVA II, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 1.560,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 35,5800; ITEM: 20; 995497 - CATETER, DIAGNOSTICO AL, 5F CURVA III, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 210,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 36,0800; ITEM: 21; 655213 - CATETER, 6F CURVA I, DIAGNOSTICO AL, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 405,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 54,0100; ITEM: 22; 655223 - CATETER, 6F CURVA II, DIAGNOSTICO AL, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 405,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 48,0800; ITEM: 23; 655203 - CATETER, 6F CURVA III, DIAGNOSTICO AL, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 65,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 44,0200; ITEM: 24; 995500 - CATETER, DIAGNOSTICO AR, 5F CURVA I, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 1.560,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 44,0800; ITEM: 25; 995510 - CATETER, DIAGNOSTICO AR, 5F CURVA II, PONTA “SOFT” ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 1.560,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 44,0600; ITEM: 26; 655199 - CATETER,

6F CURVA I, DIAGNOSTICO AR, PONTA "SOFT" ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 405,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 44,0800; ITEM: 27; 655233 - CATETER, 6F CURVA II, DIAGNOSTICO AR, PONTA "SOFT" ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 405,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 44,0800; ITEM: 28; 655388 - CATETER, DIAGNOSTICO PIGTAIL, 5F, 100 A 110CM COMPRIMENTO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 7.650,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 36,0400; ITEM: 29; 655398 - CATETER, DIAGNOSTICO PIGTAIL, 6F, 100 A 110 CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 2.790,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 36,0800; ITEM: 30; 655348 - CATETER, 5F, 100 A 110 CM, DIAGNOSTICO MAMARIA, PONTA "SOFT" ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 2.050,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 36,0800; ITEM: 31; 655358 - CATETER, 6F, 100 A 110 CM DE COMPRIMENTO DIAGNOSTICO MAMARIA, PONTA "SOFT" ATRAUMATICA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 620,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 44,0800; ITEM: 32; 588357 - CATETER, 5F, 100 A 110CM, MULTIPURPOSE, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 1.625,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 44,0000; ITEM: 33; 658548 - CATETER, MULTIPURPOSE, 6F 100 - 110CM COMPRIMENTO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 760,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 43,0400; ITEM: 34; 588347 - CATETER, COBRA, 5F, 55CM A 70CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 1.140,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 44,0800; ITEM: 35; 655189 - CATETER, COBRA, 6F, 55CM A 70CM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 1.150,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 70,0000; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230365; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 05/06/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** **

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/18400

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS): **LABORATÓRIOS B BRAUN SA**; III – OBJETO: A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL MEDICO HOSPITALAR**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230205 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 1002441/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie, aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESA(AS) E ITEM(NS): **LABORATÓRIOS B BRAUN SA**; ITEM: 4; 734455 - KIT, PUNCAO ARTERIAL 20G X 80MM +/- 1MM, CATETER DE POLITETRAFLUORETILENO PTFE OU FLUOROETILENOPROPILENO FEP, ALETA PARA FIXACAO BAIXO PERFIL, FLEXIVEL, ATOXICO, INSERCAO PELA TECNICA DE SELDINGER, AGULHA COM BISEL TRIFACETADO E BIANGULADA, PROTETOR DE ENCAIXE, EXTENSOR COM PINCA CORTA FLUXO ESTERIL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 6.154,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 71,0000; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230205; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 05/06/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** **

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/18429

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS): **RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA**; **MEDICAL LIFE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**; III – OBJETO: A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL MEDICO HOSPITALAR**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20222224 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 08354227/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESA(AS) E ITEM(NS): **RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA**; ITEM: 3; 1138463 - CUBA RIM, ACO INOX, 26CM +/- 2CM X 12CM +/- 2CM, 700 A 1000ML, NBR 14175 OU SIMILAR, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 717,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 55,4300; **MEDICAL LIFE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**; ITEM: 1; 824192 - PINCA, MICRO DISSECCAO EM BAIONETA YASARGIL, 20CM +/-1CM, PONTA DE 0,5 A 0,6MM, SEM DENTE, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 7,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 720,3600; ITEM: 8; 1441195 - PINCA, CLAMP BULLDOG RETO, 6CM +/-1CM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 17,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 438,3700; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20222224; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 05/06/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** **

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/18436

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS): **TEC VITTA MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA ME**; III – OBJETO: A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO - ÓRTESE E PRÓTESE**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230123 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 09097058/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESA(AS) E ITEM(NS): **TEC VITTA MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA ME**; ITEM: 1; 937487 - COMPONENTE, FEMORAL CIMENTADO PRIMARIO METALICO COM E SEM PRESERVAR DO LIGAMENTO CRUZADO POSTERIOR, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 212,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.490,0000; ITEM: 2; 937497 - COMPONENTE, TIBIAL CIMENTADO PRIMARIO METALICO, COM E SEM PRESERVAR DO LIGAMENTO CRUZADO POSTERIOR, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 212,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 749,0000; ITEM: 3; 937500 - COMPONENTE, PATELAR DE POLIETILENO CIMENTADO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 212,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 119,0000; ITEM: 4; 937510 - COMPONENTE, TIBIAL EM POLIETILENO PRIMARIO COM E SEM PRESERVAR O LIGAMENTO CRUZADO POSTERIOR, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 212,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 349,0000; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230123; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 05/06/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** **

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/18737

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS): **AGF MEDICAL LTDA -EPP** III – OBJETO: **O REGISTRO DE PREÇO - ÓRTESE E PRÓTESE**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20230092 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 09842411/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESA(AS) E ITEM(NS): **AGF MEDICAL LTDA -EPP**; ITEM: 1; 710680 - PLACA, DE ADAPTACAO, TITANIO, 1,5 RETA 3 A 6 FUROS, UNIDADE 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 40,00; VALOR UNITÁRIO: 4.500,0000; ITEM: 2; 710690 - PLACA, DE ADAPTACAO 1,5 EM T, TITANIO, CABECA 2 FUROS, CORPO 2 A 4 FUROS, UNIDADE 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 40,00; VALOR UNITÁRIO: 4.500,0000; ITEM: 3; 710705 - PLACA, TITANIO, 6 FUROS, PERFIL MOLDADO, REDE 1,5 ANGULO OBLIQUO DIREITA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 40,00; VALOR UNITÁRIO: 4.500,0000; ITEM: 4; 723029 - MINIPLACA, BLOQUEADA, TITANIO CONDILAR, 1,5MM, PINO A ESQUERDA E DIREITA DE 5 FUROS, TRATAMENTO DE FRATURA, UNIDADE 1.0 UNIDADE- obs; QUANT.: 40,00; VALOR UNITÁRIO: 4.500,0000; ITEM: 5; 723039 - MINIPLACA, BLOQUEADA,



TITANIO CONDILAR, 2,0MM, PINO A ESQUERDA E DIREITA DE 5 FUROS, TRATAMENTO DE FRATURA, UNIDADE 1.0 UNIDADE- obs.: QUANT.: 40,00; VALOR UNITÁRIO: 4.500,0000; ITEM: 6; 710715 - PLACA, BLOQUEADA, DE ADAPTACAO 2,0 RETA, TITANIO, 3 A 6 FUROS, UNIDADE 1.0 UNIDADE- obs.: QUANT.: 40,00; VALOR UNITÁRIO: 4.500,0000; ITEM: 7; 710725 - PLACA, BLOQUEADA, DE ADAPTACAO 2,0 EM T, TITANIO, CABECA 2 FUROS, CORPO 2 A 4 FUROS, UNIDADE 1.0 UNIDADE- obs.: QUANT.: 40,00; VALOR UNITÁRIO: 4.500,0000; ITEM: 8; 723049 - MINIPLACA, BLOQUEADA, TITANIO ANGULADA, 1,5MM, PINO DUPLO, 3 FUROS, TRATAMENTO DE FRATURA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs.: QUANT.: 40,00; VALOR UNITÁRIO: 4.500,0000; ITEM: 9; 710735 - PLACA, BLOQUEADA 2,0 EM T, CABECA ANGULADA 4 FUROS, CORPO 3 E 6 FUROS, TITANIO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE-obs.: QUANT.: 40,00; VALOR UNITÁRIO: 4.500,0000; ITEM: 10; 710745 - PLACA, TITANIO, BLOQUEADA 2,0 EM L, CABECA ANGULADA DE 3 FUROS, CORPO DE 3 E 6 FUROS ESQUERDA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs.: QUANT.: 40,00; VALOR UNITÁRIO: 4.500,0000; ITEM: 11; 710755 - PLACA, BLOQUEADA 2,0 EM L, CABECA ANGULADA DE 3 FUROS, CORPO DE 3 E 6 FUROS DIREITA, TITANIO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs.: QUANT.: 40,00; VALOR UNITÁRIO: 4.500,0000; ITEM: 12; 711684 - PARAFUSO, CORTICAL TITANIO 1,5MM, DE 6 A 20MM, AUTROSQUEANTE, UNIDADE 1.0 UNIDADE- obs.: QUANT.: 560,00; VALOR UNITÁRIO: 18,0600; ITEM: 13; 711694 - PARAFUSO, CORTICAL TITANIO 2,0MM, DE 6 A 20MM, AUTROSQUEANTE, UNIDADE 1.0 UNIDADE- obs.: QUANT.: 560,00; VALOR UNITÁRIO: 15,3400; ITEM: 14; 711719 - PARAFUSO, DE BLOQUEIO TITANIO, DE 10 A 20MM, AUTROSQUEANTE, 2,0, UNIDADE 1.0 UNIDADE- obs.: QUANT.: 720,00; VALOR UNITÁRIO: 600,0000; IV – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20230092; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 12/06/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** ** *

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/18743

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS): **LOTUS MEDICAL LTDA**; III – OBJETO: **O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20221023 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo Nº 03564177/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESA(AS) E ITEM(NS): LOTUS MEDICAL LTDA: ITEM: 1; 1037862 - ACESSORIO, CABO DE FIBRA OTICA, DIAMETRO 4.8MM, COMPRIMENTO MINIMO 230CM, COMPATIVEL COM TORRE DE VIDEOCIRURGICA OLYMPUS, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs.: QUANT.: 46,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.198,0000; ITEM: 3; 1037872 - ACESSORIO, CABO DE FIBRA OTICA, DIAMETRO 5MM, COMPRIMENTO MINIMO 250, COMPATIVEL COM TORRE DE VIDEOCIRURGICA STRYKER, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs.: QUANT.: 39,00; VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.800,0000; IV – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20221023; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 12/06/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** ** *

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/20283

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS): **III COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**. III – OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ÓRTESE E PRÓTESE**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20222088 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 07480806/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESA(AS) E ITEM(NS): III COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA: ITEM: 14; 1306548 - FIO, ACO INOX, 1,2MM, MALEAVEL DE CERCLAGEM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE- obs.: QUANT.: 420; VALOR UNITÁRIO: R\$ 96,0000; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20222088; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 30/06/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** ** *

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº2023/20320

I – ÓRGÃO GESTOR: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. II – EMPRESA(AS) FORNECEDORA(AS): **LABORATORIOS B BRAUN SA; HOSPMED COMÉRCIO EIRELI EPP; E TAMUSSINO E CIA LTDA**. III – OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20222189 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 04684990/2022. Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições. IV – EMPRESA(AS) E ITEM(NS): LABORATORIOS B BRAUN SA: ITEM: 8; 1608780 - PINCA, APREENSAO ATRAUMATICA, MANDIBULA COM DENTES DE CORTE TRANSVERSAL DE ACO DUPLA, ROTATORIA 360°, COM TUBO ISOLADO, MANOPLA COM CREMALHEIRA, 4MM +/- 1MM X 320MM +/-20MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs.: QUANT.: 17; VALOR UNITÁRIO: R\$ 4.826,4300; ITEM: 12; 1608815 - TUBO, IRRIGACAO E ASPIRACAO, 3,5MM +/-1MM X 320MM +/-20MM, MANOPLA MULTIFUNCIONAL, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs.: QUANT.: 12; VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.574,5000; HOSPMED COMÉRCIO EIRELI EPP: ITEM: 11; 1608805 - TESOURA, METZENBAUM, MANDIBULA DE ACO DUPLA, ROTATORIA EM 360°, TUBO ISOLADO, MANOPLA SEM CREMALHEIRA, 4MM +/-1MM X 330MM +/- 20MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs.: QUANT.: 17; VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.650,0000; E TAMUSSINO E CIA LTDA: ITEM: 1; 1608750 - PINCA, BIPOLAR, 3,5MM +/-1MM X 300MM +/-20MM, TUBO EXTERNO, BIPOLAR, E MANOPLA DO BIPOLAR, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - Obs.: QUANT.: 7; VALOR UNITÁRIO: R\$ 5.752,8000; ITEM: 2; 1608740 - CABO, PARA PINCA BIPOLAR AUTOCLAVAVEL, 450 A 500CM PARA CONEXOES DE 4MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs.: QUANT.: 12; VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.296,0000; ITEM: 3; 16089510 - INSTRUMENTAL, VIDEO MEDIASTINOSCOPIO, COMPRIMENTO DE TRABALHO DE 16 A 21 CM, ABERTURA NO SENTIDO RADIAL DISTAL E HORIZONTAL PARALELA, LAMINAS DELGADAS INFERIOR E SUPERIOR. PROTECAO OCULAR ACOPLAVEL COMPATIVEL COM ENCAIXE DE C MERA WOLF/STORS, CONECTOR DE LUZ FRIA E TUBO ÓTICO COM LENTES EM FORMA DE BASTAO, FIBRAS DE ILUMINACAO INCORPORADAS, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs.: QUANT.: 7; VALOR UNITÁRIO: R\$ 130.101,5300; ITEM: 4; 1608730 - ADAPTADOR, COMPATIVEL PARA CONEXAO DOS ENDOSCOPIOS RICHARD WOLF COM CABOS DE ILUMINACAO KARL STORZ, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs.: QUANT.: 22; VALOR UNITÁRIO: R\$ 641,4400; ITEM: 7; 1608770 - PINCA, BIOPSIA, MANDIBULA DE ACO DUPLA, 270MM +/- 10MM X 3MM +/-1MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs.: QUANT.: 12; VALOR UNITÁRIO: R\$ 4.604,1800; ITEM: 9; 1608790 - PINCA, APREENSAO ATRAUMATICA, MANDIBULA COM DENTES DE CORTE TRANSVERSAL DE ACO DUPLA, ROTATORIA 360°, COM TUBO ISOLADO, MANOPLA COM CREMALHEIRA, 4MM +/- 1MM X 240MM +/-20MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs.: QUANT.: 17; VALOR UNITÁRIO: R\$ 7.043,5400; ITEM: 10; 1608825 - ELETRODO, COAGULACAO MONOPOLAR, 3MM +/-1MM X 300MM +/- 20MM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE - obs.: QUANT.: 12; VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.570,2400; V – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20222189; VI – VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação; VII – DATA DA ASSINATURA: 03/06/2023; VIII – ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA.

Marjory dos Anjos Pessoa
COORDENADORA DA COSUP/SEAFI

*** ** *



EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 404/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/Hospital Geral de Fortaleza – SESA/HGF; CONTRATADA: **SELLENE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**; OBJETO: **Aquisição de Nutrição**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Edital do Pregão Eletrônico nº 20211952 – SESA/COSUP e seus Anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto; FORO: Fortaleza/CE; VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir da sua publicação; VALOR GLOBAL: R\$ 17.992,80 (dezesete mil, novecentos e noventa e dois reais e oitenta centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200184.10.302.631.20077.03.339030.1.6009200.000.1. 30; DATA DA ASSINATURA: 09/05/2023; SIGNATÁRIOS: Maria Lucimar de Magalhães Moraes e Danielle Balreira Fontenelle.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 443/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/Hospital Geral de Fortaleza – SESA/HGF; CONTRATADA: **MEDICOR COMERCIAL LTDA**; OBJETO: **Aquisição de material médico hospitalar**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Edital do Pregão Eletrônico nº 20212560 SESA/COSUP e seus Anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto; FORO: Fortaleza/CE; VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 481.992,00 (quatrocentos e oitenta e um, novecentos e noventa e dois reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200184.10.302.631.20077.03.339030.1.6009200000.1. 30; DATA DA ASSINATURA: 03/05/2023; SIGNATÁRIOS: Maria Lucimar de Magalhães Moraes e Natália Boone Alves.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 670/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/HOSPITAL DE SAÚDE MENTAL DE MESSEJANA – HSMM; CONTRATADA: **SONIA MARIA MATTOS FACANHA - ME**; OBJETO: **Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – CEREAIS**, a fim de suprir o Centro de nutrição e Dietética, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transição; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Edital do Pregão Eletrônico nº 20230110 – SESA / HSMM e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto; FORO: Fortaleza/CE; VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, contado a partir da sua publicação no DOE; VALOR GLOBAL: R\$ 351.018,90 (trezentos e cinquenta e um mil, dezoito reais, e noventa centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200234.10.302.631.20077.03.339030.1.600.9200000.1; DATA DA ASSINATURA: 19/06/2023; SIGNATÁRIOS: Davi Queiroz de Carvalho Rocha e SONIA MARIA MATTOS FACANHA.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

**EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 674/2023**

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN; CONTRATADA: **LOCCUS DO BRASIL LTDA**; OBJETO: **A contratação de Serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, para o equipamento MODELO: Extracta96 da MARCA LOCCUS**, de propriedade do LACEN em Fortaleza, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto; FORO: Fortaleza/CE; VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contado a partir da sua assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 19.474,88 (dezenove mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200314.10.305.632.21066.03.339039.1.500.00.0.3.01 - 05929 DATA DA ASSINATURA: 15/06/2023; SIGNATÁRIOS: Liana Perdigão Mello e Gisele Cristina Aguiar de Souza.

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 678/2023

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/HOSPITAL DE SAÚDE MENTAL DE MESSEJANA – HSMM; CONTRATADA: **PH&B COMÉRCIO & SERVICOS LTDA**; OBJETO: **Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – CEREAIS**, a fim de suprir o Centro de nutrição e Dietética, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transição; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Edital do Pregão Eletrônico nº 20230110 – SESA / HSMM e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto; FORO: Fortaleza/CE; VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, contado a partir da sua publicação no DOE; VALOR GLOBAL: R\$ 53.969,76 (cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e nove reais, e setenta e seis centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24200234.10.302.631.20077.03.339030.1.600.9200000.1; DATA DA ASSINATURA: 19/06/2023; SIGNATÁRIOS: Davi Queiroz de Carvalho Rocha e Francisca Aislan Pereira de Sousa.

Rômulo Luiz Nepomuceno Nogueira
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

**EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 785/2023**

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/Hospital Geral Dr. César Cals de Oliveira – SESA/HGCC; CONTRATADA: **COOPERATIVA DE TRABALHO DE ATENDIMENTO PRÉ E HOSPITALAR – COAPH**; OBJETO: **A Contratação de serviços em horas de profissionais de saúde na área de Enfermeiros**, em CARATER DE URGÊNCIA, para fins de atender a demanda do Hospital Dr. César Cals/ SESA, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV e no art. 26, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993 com suas alterações, os preceitos do direito público, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto; FORO: Fortaleza/CE; VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da sua assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 4.138.017,33 (quatro milhões e cento e trinta e oito mil e dezessete reais e trinta e três centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 9281.24200194.10.302.631.20077.03.339034.150000.0 DATA DA ASSINATURA: 28/06/2023; SIGNATÁRIOS: Francisco Paulo Ponte Prado Júnior e José Newton Lacerda Carneiro.

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE JURÍDICO

*** **

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº DO DOCUMENTO 70/2023**

PROCESSO Nº: 24001.004295/2023- 46 / NUP / SESA OBJETO: **prestação de serviços especializados na área da saúde** aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, viabilizando o acesso aos atendimentos cirúrgicos de média e alta complexidade, nas especialidades de OTORRINO, ORTOPEDIA, GINECOLOGIA, UROLOGIA E NEFROLOGIA, objetivando a redução da fila de espera de cirurgias eletivas e assim ofertando qualidade de vida aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), regulados pela Central de Regulação do Estado do Ceará, respeitando os critérios de regionalização, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I JUSTIFICATIVA: atender a necessidade da população do Estado do Ceará, registrada na Central de Regulação, relacionado a demanda reprimida com a finalidade de prestar assistência através de procedimentos cirúrgicos de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS VALOR GLOBAL: R\$ 391.019,01 (trezentos e noventa e um mil, dezenove reais e um centavos) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 7279-24200074.10.302.631.10428.03.339039.1.500.9100000.0 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: caput do art. 25 e no art. 26, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações CONTRATADA: **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (HOSPITAL MATERNIDADE SÃO VICENTE DE PAULO)** DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: 03/07/2023 - Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho. RATIFICAÇÃO: 03/07/2023 - Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho.

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE

*** **



**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº DO DOCUMENTO 71/2023**

PROCESSO Nº: 24001.003106/2023-18 / SUITE / SESA OBJETO: **Prestação de serviços especializados na área da saúde** aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, viabilizando o acesso aos atendimentos cirúrgicos de média e alta complexidade, nas especialidades de CIRURGIA GERAL E GASTRO, GINECOLOGIA, UROLOGIA E NEFROLOGIA, ORTOPEDIA, objetivando a redução da fila de espera de cirurgias eletivas e assim ofertando qualidade de vida aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), regulados pela Central de Regulação do Estado do Ceará, respeitando os critérios de regionalização, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Chamamento Público nº. 001/2023, pela inviabilidade de competição, dado o resultado parcial do Chamamento Público, publicado no Diário Oficial do Estado (25 de maio de 2023), pelo qual restou a entidade em referência habilitada para fins de credenciamento e consequente contratação JUSTIFICATIVA: Considerando a demanda reprimida ambulatorial, bem como a paralisação das cirurgias eletivas durante a pandemia da COVID-19, sendo evidenciado um grande número de pacientes aguardando para avaliação e realização de procedimentos cirúrgicos de média e alta complexidade. Considerando a demanda de processos judiciais para realização de procedimentos cirúrgicos, em tramitação na Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, visto que a Rede SESA não dispõe de capacidade instalada suficiente para atender todas as solicitações, acarretando na morosidade na realização de cirurgias. Considerando a baixa oferta ambulatorial relacionado a pré-consultas na Rede SESA, e a pequena rotatividade da fila cirúrgica eletiva, fica evidenciado a necessidade de contratação de serviços de saúde complementar ao SUS. A contratação em questão visa atender a necessidade da população do Estado do Ceará, registrada na Central de Regulação, relacionado a demanda reprimida com a finalidade de prestar assistência através de procedimentos cirúrgicos de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS VALOR GLOBAL: R\$ 410.312,25 (quatrocentos e dez mil, trezentos e doze reais e vinte e cinco centavos) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 7279-24200074.10.302.631.10428.03.339039.1.500.9100000.0 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25 e no art. 26, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações CONTRATADA: **SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (HOSPITAL DR. ALBERTO FEITOSA LIMA) DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: 03/07/2023 - Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho RATIFICAÇÃO: 03/07/2023 - Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho.**

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE

*** **

EXTRATO DE TERMO DE ACORDO Nº01/2023

I – Doc. nº 01/2023 – Extrato de Termo de Acordo, celebrado entre o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará – HEMOCE/SESA e a EMPRESA CONTROL-LAB CONTROLE DE QUALIDADE PARA LABORATÓRIOS LTDA; II – OBJETO: **Estabelecer as condições para fornecimento de hemocomponentes descartados e não utilizados** pelo HEMOCE e destinados ao preparo de painéis para o Controle de Qualidade Laboratorial pela CONTROL-LAB. PARÁGRAFO PRIMEIRO – CADASTRO: a) Para receber hemocomponentes descartados, a CONTROL-LAB deve estar cadastrada junto ao MINISTÉRIO DA SAÚDE; b) O cadastro é efetuado por meio do ANEXO I – Ficha de Cadastro, que deve ser enviada ao HEMOCE preenchida em sua totalidade, assinada e datada; c) O cadastro pode ser renovado quando necessário em forma de anexo; III – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 199, §4º, da Constituição Federal, o artigo 14, §3º da Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, e a Portaria de Consolidação nº 05 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017; IV – VALOR: Não envolve contrapartida financeira; V – VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura; VI – DATA DE ASSINATURA: 11/05/2023; VII – SIGNATÁRIOS: Luciana Maria de Barros Carlos e Vinícius de Almeida Biasoli;

Luciana Maria de Barros Carlos
DIRETORA GERAL DO HEMOCE

*** **

Nº DO PROCESSO: 24001.003793/2023-71

EXTRATO DO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº008/2020

I - ESPÉCIE: Doc nº 75/2023 - 5º Termo Aditivo ao Convênio nº 008/2020, que entre si celebram, de um lado, o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, e, do outro, o **MUNICÍPIO DE CEDRO/CE**; II - OBJETO: **prorrogar o prazo** de vigência do Convênio nº 008/2020, que tem por finalidade o apoio financeiro objetivando a realização de procedimentos médicos hospitalares aos usuários do SUS, localizado no Município de Cedro/CE; III - VALOR GLOBAL: 0,00 (o mesmo); IV - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do convênio ora aditado, continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará; V - DATA E ASSINANTES: 05/04/2023 - Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho e João Batista Diniz.

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE JURÍDICO

*** **

Nº DO PROCESSO: 24001.003636/2023-66

EXTRATO DO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº027/2022

I - ESPÉCIE: Doc nº 57/2023 - 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 027/2022, que entre si celebram, de um lado o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará - SESA, e o **MUNICÍPIO DE PALHANO/CE**; II - OBJETO: **prorrogar o prazo** de vigência do Convênio nº 027/2022, que tem por finalidade repasse de recursos financeiros para aquisição de equipamentos para saúde do Município de Palhano/CE, em conformidade com o Plano de Trabalho - MAPP nº 4544; III - VALOR GLOBAL: 0,00 (o mesmo); IV - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas e condições do convênio ora aditado, continuarão sem alterações e em pleno vigor, devendo este Termo Aditivo ser publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará; V - DATA E ASSINANTES: 03/04/2023 - Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho e José Luciano Silva.

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE JURÍDICO

*** **

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20221768**

O Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ nº. 07.954.571/0001-04, localizada na Av. Almirante Barroso, nº. 600, Praia de Iracema, em Fortaleza-CE, representado pelo Secretário-Executivo Administrativo-Financeiro, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador da RG de nº 8907002027028 e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, tendo em vista o Pregão Eletrônico nº 20221768 - SESA, Processo VIPROC Nº 06133738/2022, que tem por objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de “MATERIAL MEDICO HOSPITALAR”, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº 20221768 “SESA/COORDENADORIA DE SUPRIMENTOS”, considerando os critérios legais e observados os preceitos da Lei Federal nº 8.666/1993, resolve **HOMOLOGAR** a presente Licitação ao **GANHADOR**, conforme especificações constantes no Edital:

GRUPO 1

ITEM	EMPRESA VENCEDORA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	JOTEC DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	262	R\$ 3.400,0000	R\$ 890.800,00
2		202	R\$ 3.400,0000	R\$ 686.800,00
TOTAL GRUPO 1:				R\$ 1.577.600,00
TOTAL A SER REGISTRADO EM ATA:				R\$ 1.577.600,00

Fortaleza/CE, 06 de julho de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho
SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

*** **



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20230340**

O Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ nº. 07.954.571/0001-04, localizada na Av. Almirante Barroso, nº. 600, Praia de Iracema, em Fortaleza-CE, representado pelo Secretário-Executivo Administrativo-Financeiro, Sr. Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho, portador da RG de nº 8907002027028 e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, tendo em vista o Pregão Eletrônico nº 20230340 - SESA, Processo VIPROC Nº 10682988/2022, que tem por objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de “GÊNEROS ALIMENTÍCIOS”, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº 20230340 “SESA/COORDENADORIA DE SUPRIMENTOS”, considerando os critérios legais e observados os preceitos da Lei Federal nº 8.666/1993, resolve **HOMOLOGAR** a presente Licitação ao **GANHADOR**, conforme especificações constantes no Edital:

GRUPO 1

ITEM	EMPRESA VENCEDORA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	N & F DISTRIBUIDORA LTDA	3.300	R\$ 32,9700	R\$ 108.801,00
2		7.000	R\$ 4,8800	R\$ 34.160,00
TOTAL GRUPO 1:				R\$ 142.961,00

ITENS AVULSOS

ITEM	EMPRESA VENCEDORA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL3
3	BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA	9.450	R\$ 6,8500	R\$ 64.732,50
4	PH&B COMERIO & SERVICOS LTDA	3.150	R\$ 5,4900	R\$ 17.293,50
11		220.000	R\$ 0,1900	R\$ 41.800,00
5	F M VIEIRA PINHEIRO DISTRIBUIDORA	150.000	R\$ 0,9700	R\$ 145.500,00
6		50.000	R\$ 0,9700	R\$ 48.500,00
7		180.000	R\$ 0,9000	R\$ 162.000,00
8		60.000	R\$ 0,9000	R\$ 54.000,00
9		180.000	R\$ 0,5900	R\$ 106.200,00
10		60.000	R\$ 0,5900	R\$ 35.400,00
12	F P FACANHA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	112.500	R\$ 0,6200	R\$ 69.750,00
13	YC COMERCIAL EIRELI	37.500	R\$ 0,6500	R\$ 24.375,00
15	N & F DISTRIBUIDORA LTDA	700	R\$ 15,4300	R\$ 10.801,00
TOTAL ITENS AVULSOS:				R\$ 780.352,00
TOTAL A SER REGISTRADO NA ATA:				R\$ 923.313,00

Fortaleza/CE, 06 de julho de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho
SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

*** **

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20230446**

O Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ nº. 07.954.571/0001-04, localizada na Av. Almirante Barroso, nº. 600, Praia de Iracema, em Fortaleza-CE, representado pelo Secretário-Executivo Administrativo-Financeiro, Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho portador da RG de nº 8907002027028 e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, tendo em vista o Pregão Eletrônico nº 20230446 - SESA, Processo VIPROC Nº 11812087/2022 que tem por objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de “EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR”, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº 20230446 – SESA/COSUP considerando os critérios legais e observados os preceitos da Lei Federal nº 8.666/1993, resolve **HOMOLOGAR** a presente Licitação ao **GANHADOR**, conforme especificações constantes no Edital:

GRUPO 1

ITEM	EMPRESA VENCEDORA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	OLYMPUS OPTICAL DO BRASIL LTDA	18	R\$ 260.000,0000	R\$ 4.680.000,00
2		27	R\$ 84.613,5600	R\$ 2.284.566,12
3		27	R\$ 88.681,2100	R\$ 2.394.392,67
4		9	R\$ 139.047,7300	R\$ 1.251.429,57
5		9	R\$ 146.753,7300	R\$ 1.320.783,57
6		9	R\$ 149.457,4300	R\$ 1.345.116,87
7		4	R\$ 201.406,1300	R\$ 805.624,52
8		6	R\$ 685.855,3700	R\$ 4.115.132,22
9		6	R\$ 567.656,3700	R\$ 3.405.938,22
10		5	R\$ 317.538,5000	R\$ 1.587.692,50
11		13	R\$ 6.574,5900	R\$ 85.469,67
12		4	R\$ 217.195,5500	R\$ 868.782,20
TOTAL A SER REGISTRADO EM ATA:				R\$ 24.144.928,13

Fortaleza/CE, 06 de julho de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho
SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

*** **

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO COMPLEMENTAR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20221481**

O Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ nº. 07.954.571/0001-04, localizada na Av. Almirante Barroso, nº. 600, Praia de Iracema, em Fortaleza-CE, representado pelo Secretário-Executivo Administrativo-Financeiro, Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho portador da RG de nº 8907002027028 e inscrito no CPF sob o nº 393.438.123-53, tendo em vista o Pregão Eletrônico Resultado Complementar nº 20221481 - SESA, Processo VIPROC Nº 03564347/2022 , que tem por objeto Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de “MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR”, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº 20221481 – SESA/COSUP, considerando os critérios legais e observados os preceitos da Lei Federal nº 8.666/1993, resolve **HOMOLOGAR** a presente Licitação ao **GANHADOR**, conforme especificações constantes no Edital:

ITEM	EMPRESA VENCEDORA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	BIOLINE FIOS CIRURGICO LTDA	13.248	R\$ 2,4300	R\$ 32.192,64
TOTAL A SER REGISTRADO EM ATA PARA A EMPRESA:				R\$ 32.192,64

Fortaleza/CE, 06 de julho de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho
SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

*** **



**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº99/2023
PROCESSO Nº04742674/2023**

O SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 72 da Lei nº 9.809/1973, a fim de atender às necessidades da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o número 07.954.571/0001-04, com sede na Avenida Almirante Barroso nº 600, Bairro Praia de Iracema, Fortaleza, CE, CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo em epígrafe, RESOLVE, de acordo com o art. 63, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964, deve-se, **reconhecer a dívida** no valor de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais), junto a empresa **CONECTA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS-LTDA**, inscrito no CNPJ 02.736.051/0001-01 referente ao pagamento de serviço de Locação de Impressoras Multifuncionais com recarga, manutenção e software de gerenciamento e monitoramento dos dados, referente ao período de 01/02/2023 à 28/02/2023. SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de maio de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

*** **

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
PROCESSO Nº02934060/2022**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, conferidas pela lei nº 16.710/2018, a fim de atender às necessidades da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.571/0001-04, com sede na Avenida Almirante Barroso nº 600, Bairro Praia de Iracema, CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo em epígrafe, RESOLVE, de acordo com o art. 37 da Lei nº 4.320/1964 e §2º do art.22 Decreto nº 93.872/1986, **reconhecer dívida** no valor de R\$ 9.397,81 (nove mil, e trezentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos), junto (o) a requerente **OLÉDA MARIA CASTRO ARAÚJO**, que exerce o cargo/função de Administrador (Grupo Ocupacional Atividades Técnico Administrativas da Saúde/ADS), matrícula nº. 0837121-0, lotado(a) no(a) Assessoria de Planejamento e Gestão da SESA, referente à Gratificação de Titulação no valor de 15% (quinze por cento), sobre seu vencimento-base, pertinente aos períodos de 03/2022 a 12/2022. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 28 de junho de 2023.

Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
PROCESSOS Nº01893491/2022**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições, conferidas pela lei nº 16.710/2018, a fim de atender às necessidades da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.571/0001-04, com sede na Avenida Almirante Barroso nº 600, Bairro Praia de Iracema, CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo em epígrafe, RESOLVE, de acordo com o art. 37 da Lei nº 4.320/1964 e §2º do art.22 Decreto nº 93.872/1986, **reconhecer dívida** no valor de R\$ 15.063,49 (quinze mil, e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos), junto a requerente **FATIMA MARIA MONTEIRO MAIA DE CARVALHO** que exerce o cargo/função de Administrador (Grupo Ocupacional Atividades Técnico Administrativas da Saúde/ADS), matrícula nº. 1331151-X, lotado(a) no Hospital São José de Doenças Infecciosas – HSJ, referente à Gratificação de Titulação no valor de 15% (quinze por cento), sobre seu vencimento-base, pertinente aos períodos de 02/2022 a 12/2022. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 02 de junho de 2023.

Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
PROCESSO Nº07907516/2022**

O DIRETOR DO HOSPITAL GERAL DR. CÉSAR CALS DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 72, da Lei nº 9.809/1973, a fim de atender às necessidades do Hospital Geral Dr. César Cals de Oliveira, inscrito no CNPJ sob o nº 07.954.571/0039-87, com sede na Avenida Imperador, 545, Bairro Centro, Fortaleza – Ce, e CONSIDERANDO as informações e documentos existente no processo em epígrafe, inclusive o parecer nº 7417/2022/SPJUR/SESA, e com fundamento no art. 63, da Lei Federal nº 4.320/1964, bem como na Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Estadual nº 32.824/2018, e na Instrução Normativa nº 02, de 14 de setembro de 2020, RESOLVE: **Reconhecer a Dívida** no valor de R\$ 3.093,00 (três mil e noventa e três reais), junto a Empresa **FORNECER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.476.824/0001-57, referente ao pagamento de realinhamento de preço do item 19, recebido nesta Unidade em 07.02.2022, pactuado no primeiro aditivo da ata de registro de preços nº 221/07107, publicado no Diário Oficial de 29 de março de 2022, para atender às necessidades do HGCCO. HOSPITAL GERAL DR. CÉSAR CALS DE OLIVEIRA/SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 30 de maio de 2023.

Adriano Veras Oliveira
DIRETOR GERAL - HGCCO

*** **

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
PROCESSO Nº10688978/2022**

O SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Estadual nº. 16.710/2018, a fim de atender às necessidades da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o número 07.954.571/0001-04, com sede Avenida Almirante Barroso nº 600, Bairro Praia de Iracema, CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo em epígrafe, RESOLVE, de acordo com art. 37 c/c § 1º e 2º do art. 63, da Lei nº 4.320/1964, bem como a alínea “a” do § 2º do art. 22 do Decreto nº 93.872/1986, **reconhecer dívida** no valor R\$ 577,20 (quinhentos e setenta e sete reais e vinte centavos), junto a empresa **OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0020-06, cujo objeto é o Serviços de Rastreamento e monitoramento dos veículos lotados na CELOB/MESSEJANA (ANTIGA COASF), compreendendo a instalação em comodato dos equipamentos rastreadores nos veículos e um sistema de gestão da frota, referente aos meses de JANEIRO/2022, FEVEREIRO/2022, 01 à 05 de MARÇO/2022. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 17 de abril de 2023.

Luiz Otávio Sobreira Rocha Filho
SECRETÁRIO EXECUTIVO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

*** **

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
PROCESSO Nº09472916/2022**

O ORDENADOR DE DESPESAS DA UNIDADE, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 72 da Lei nº. 9.809/1973, a fim de atender às necessidades do Hospital de Messejana Dr. Carlos Alberto Studart Gomes, inscrito no CNPJ sob o número 07.954.571/0022-39, com sede na Avenida Frei Cirilo nº 3480, Bairro Messejana, CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo em epígrafe, RESOLVE, de acordo com o art. 37 c/c § 1º e 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964, bem como alínea “a” do §2º do art. 22 do Decreto nº 93.872/1986, **reconhecer a Dívida** de Exercício Anterior, no valor de R\$ 1.096,40 (hum mil, noventa e seis reais e quarenta centavos), junto à **RICARDO DA SILVA BEZERRA EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.934.640/0001-80, cujo objeto é serviço de manutenção em equipamento odontológico, referente a Outubro/2022 HOSPITAL DE MESSEJANA DR. CARLOS ALBERTO STUDART GOMES, em Fortaleza, 23 de junho de 2023.

Carlos Augusto Lima Gomes dos Santos
DIRETOR GERAL DO HOSPITAL DE MESSEJANA DR. CARLOS ALBERTO STUDART GOMES

*** **

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
PROCESSO Nº02057524/2023**

A SUPERINTENDENTE DA REGIÃO NORTE, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº 34.048 e Portaria nº 2022/518, a fim de atender às necessidades da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o número 07.954.571/0001-04, com sede Avenida Almirante Barroso nº 600, Bairro Praia de Iracema, CONSIDERANDO as informações e documentos existentes no processo em epígrafe, RESOLVE, em conformidade com o



art. 63 da Lei nº 4.320/1964, reconhecer a obrigação de **reconhecer dívida** no valor de R\$ 89,24 (oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos), **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMOCIM**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.095.193/0001-50, cujo objeto é o abastecimento de água tratada e serviço de coleta de esgoto sanitário para a COADS / Camocim, referente ao mês de FEVEREIRO /2023. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 08 de maio de 2023.

Mônica Souza Lima
SUPERINTENDENTE DA REGIÃO NORTE

*** **

CORRIGENDA

No Diário Oficial nº ANO XV Nº 060, datado de 28 de março de 2023, que publicou a Exoneração de Adriano Cândido de Castro, matrícula 3000180X, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Superintendente, símbolo DNS-1, integrante da Estrutura organizacional do(a) SECRETARIA DA SAÚDE. **Onde se lê:** DE OFÍCIO **Leia-se:** A PEDIDO Fortaleza-CE, 17 de maio de 2023.

Tânia Mara Silva Coelho
SECRETÁRIA DA SAÚDE DO CEARÁ

*** **

CORRIGENDA

No Diário Oficial nº 118, FORTALEZA, 26 DE JUNHO DE 2023, que publicou o EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 768/2020. **Onde se lê:** I – ESPÉCIE: Doc nº 360/2023 – 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 768/2020. **Leia-se:** I – ESPÉCIE: Doc nº 360/2023 – 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 768/2020. Fortaleza/CE, 06 de julho de 2023.

Cicero Douglas Silva Rufino
SUPERINTENDENTE JURÍDICO

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

O (A) SUPERINTENDENTE no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso II, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **EXONERAR**, de Ofício o(a) servidor(a) **LIGIA LUCENA GONCALVES MEDINA**, matrícula 30002245, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Assistente Técnico, símbolo DAS-2, integrante da Estrutura organizacional do(a) Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues, a partir de 03 de Julho de 2023. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES, Fortaleza, 30 de junho de 2023.

Luciano Pamplona de Goes Cavalcanti
SUPERINTENDENTE
Tania Mara Silva Coelho
SECRETÁRIA DA SAÚDE

*** **

O (A) SUPERINTENDENTE no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso II, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE **EXONERAR**, de Ofício o(a) servidor(a) **JOSE BATISTA CISNE TOMAZ**, matrícula 79940860, do Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Diretor, símbolo DNS-2, integrante da Estrutura organizacional do(a) Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues, a partir de 22 de Junho de 2023. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES, Fortaleza, 30 de junho de 2023.

Luciano Pamplona de Goes Cavalcanti
SUPERINTENDENTE
Tania Mara Silva Coelho
SECRETÁRIA DA SAÚDE

*** **

O (A) SUPERINTENDENTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III, do art. 17, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o(a) Decreto Nº 33.603, de 22 de Maio de 2020 e publicado no Diário Oficial do Estado em 22 de Maio de 2020, RESOLVE **NOMEAR, HANNA RAFAELA DE LIMA VIEIRA**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em Comissão de Assistente Técnico, símbolo DAS2 integrante da Estrutura Organizacional da Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues, a partir de 03 de Julho de 2023. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES, Fortaleza, 03 de julho de 2023.

Luciano Pamplona de Goes Cavalcanti
SUPERINTENDENTE
Tania Mara Silva Coelho
SECRETÁRIA DA SAÚDE

*** **

O (A) SUPERINTENDENTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III, do art. 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, combinado com o(a) Decreto Nº 33.603 de 22 de Maio de 2020, publicado no Diário Oficial do Estado em 22 de Maio de 2020, RESOLVE **NOMEAR, JOSE BATISTA CISNE TOMAZ**, ocupante do cargo/função/emprego de MÉDICO, matrícula 0470580, lotado(a) no órgão do(a) MINISTÉRIO DA SAÚDE, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Assessor Chefe, símbolo DAS-1, integrante da Estrutura organizacional do(a) Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues, a partir de 22 de Junho de 2023. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES, Fortaleza, 06 de julho de 2023.

Luciano Pamplona de Goes Cavalcanti
SUPERINTENDENTE
Tania Mara Silva Coelho
SECRETÁRIA DA SAÚDE

*** **

O (A) SUPERINTENDENTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art.88, da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto Nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, em conformidade com o art 8º, combinado com o inciso III, do art 17, da Lei Nº 9.826, de 14 de maio de 1974, em conformidade também com decreto 32.960/19, art. 16, também combinado com o(a) Decreto 33.603 de 22 de Maio de 2020, publicado no Diário Oficial do Estado em 22 de Maio de 2020, RESOLVE **NOMEAR, KELLYANE MUNICK RODRIGUES SOARES HOLANDA**, com cargo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA, matrícula 49209010, pertencente ao órgão SESA, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Gerente, símbolo DAS-1, integrante da Estrutura organizacional do(a) Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues a partir de 03 de Julho de 2023. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES, Fortaleza, 04 de julho de 2023.

Luciano Pamplona de Goes Cavalcanti
SUPERINTENDENTE
Tania Mara Silva Coelho
SECRETÁRIA DA SAÚDE

*** **



O (A) SUPERINTENDENTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único, do art. 88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto nº 30.086, de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art. 8º, combinado com o inciso III, do art. 17, da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o(a) Decreto N° 33.603, de 22 de Maio de 2020 e publicado no Diário Oficial do Estado em 22 de Maio de 2020, RESOLVE **NOMEAR, LIGIA LUCENA GONCALVES MEDINA**, para exercer o Cargo de Direção e Assessoramento de provimento em Comissão de Gerente, símbolo DAS-1 integrante da Estrutura Organizacional da Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues, a partir de 03 de Julho de 2023. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES, Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Luciano Pamplona de Goes Cavalcanti
SUPERINTENDENTE
Tania Mara Silva Coelho
SECRETÁRIA DA SAÚDE

*** **

PORTARIA Nº022/2023 - O SUPERINTENDENTE DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no NUP Nº 24022.001220/2023-65, RESOLVE **CESSAR OS EFEITOS**, a partir do dia 04 de julho de 2023, da **Portaria Nº054/2022**, datada de 26 de maio de 2022 e publicada no Diário Oficial do Estado de 31 de maio de 2022, que designou **IRLENE ALVES RODRIGUES**, para a função de Gestor de Compras desta Escola de Saúde Pública do Ceará/ESP, convalidando os atos de compra até a data de 04 de julho de 2023. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 04 de julho de 2023.

Luciano Pamplona de Góes Cavalcanti
SUPERINTENDENTE

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº023/2023 - O SUPERINTENDENTE DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no NUP Nº 24022.001220/2023-65, RESOLVE **DESIGNAR CARLOS ROBERTO MENESCAL MAIA**, matrícula nº 3002261/ESP, a partir do dia 04 de julho de 2023, para a função de GESTOR DE COMPRAS desta Escola de Saúde Pública do Ceará/ESP. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 04 de julho de 2023.

Luciano Pamplona de Góes Cavalcanti
SUPERINTENDENTE

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA CC 0047/2023-ESP/CE O(A) SUPERINTENDENTE, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 33.603 de 22 de Maio de 2020, RESOLVE **DESIGNAR HANNA RAFAELA DE LIMA VIEIRA**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assistente Técnico, símbolo DAS-2, para ter exercício no(a), Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES, Fortaleza, 03 de julho de 2023.

Luciano Pamplona de Goes Cavalcanti
SUPERINTENDENTE
Tania Mara Silva Coelho
SECRETÁRIA DA SAÚDE

*** **

PORTARIA CC 0048/2023-ESP/CE O(A) SUPERINTENDENTE, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no Decreto nº 33.603, de 22 de Maio de 2020, RESOLVE **DESIGNAR, JOSE BATISTA CISNE TOMAZ**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Chefe, símbolo DAS-1, para ter exercício no(a), Assessoria de Desenvolvimento Educacional, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES, Fortaleza, 06 de julho de 2023.

Luciano Pamplona de Goes Cavalcanti
SUPERINTENDENTE
Tania Mara Silva Coelho
SECRETÁRIA DA SAÚDE

*** **

PORTARIA CC 0049/2023-ESP/CE O(A) SUPERINTENDENTE, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no Decreto nº 33.603, de 22 de Maio de 2020, RESOLVE **DESIGNAR, KELLYANE MUNICK RODRIGUES SOARES HOLANDA**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente, símbolo DAS-1, para ter exercício no(a) Gerência de Residência Multiprofissional, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES, Fortaleza, 04 de julho de 2023.

Luciano Pamplona de Goes Cavalcanti
SUPERINTENDENTE
Tania Mara Silva Coelho
SECRETÁRIA DA SAÚDE

*** **

PORTARIA CC 0051/2023-ESP/CE O(A) SUPERINTENDENTE, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 32.999, de 27 de fevereiro de 2019, e no(a) Decreto 33.603 de 22 de Maio de 2020, RESOLVE **DESIGNAR LIGIA LUCENA GONCALVES MEDINA**, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente, símbolo DAS-1, para ter exercício no(a), Gerência de Pós-Graduação em Saúde, unidade administrativa integrante da Estrutura Organizacional deste Órgão. ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES, Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Luciano Pamplona de Goes Cavalcanti
SUPERINTENDENTE
Tania Mara Silva Coelho
SECRETÁRIA DA SAÚDE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PORTARIA Nº303-D/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço ao Município de Baturité-CE, com a finalidade de realizarem missão governamental, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº 334/2023, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “b”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 22 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Republicada por incorreção.



ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº303-D/2023-GS DE 22 DE JUNHO DE 2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
						QUANT.	VALOR	TOTAL
HELIO DE ASSIS ALENCAR FILHO	Coronel PM	108.096-1-4	IV	21/06/2023	Baturité-CE	½ (meia)	64,83	32,42
ELTON DE OLIVEIRA RODRIGUES	Capitão PM	151.832-1-7	IV	21/06/2023	Baturité-CE	½ (meia)	64,83	32,42
TOTAL								64,84

*** **

PORTARIA Nº329-D/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço ao Município de Sobral-CE, com a finalidade de participarem da reunião regional do PPA, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº361/2023, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º, alínea “b”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 03 de julho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº329-D/2023-GS DE 03 DE JULHO DE 2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
						QUANT.	VALOR	ACRESC.
SABRINA SANTOS DE OLIVEIRA	Assessor Técnico (DAS-1)	300.019-8-2	III	29/06/2023	Sobral-CE	½ (meia)	77,10	20%
CICERO EDIGENIO DE OLIVEIRA LIMA	3º Sargento PM	301.412-1-0	V	29/06/2023	Sobral-CE	½ (meia)	61,33	20%
TOTAL								83,06

*** **

PORTARIA Nº330-D/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço ao Município de Juazeiro do Norte-CE, com a finalidade de realizarem traslado da aeronave Fênix 09 (PP-ARY), conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº360/2023, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º, alínea “b”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 03 de julho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº330-D/2023-GS DE 03 DE JULHO DE 2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
						QUANT.	VALOR	ACRESC.
FRANCISCO FERNANDO DE OLIVEIRA	Tenente Coronel BM	402.790-1-6	IV	30/06/2023	Juazeiro do Norte-CE	½ (meia)	64,83	20%
ANTONIO YTALLO SILVA COSTA	Capitão PM	308.553-1-0	IV	30/06/2023	Juazeiro do Norte-CE	½ (meia)	64,83	20%
LIVIA MARINHO CARVALHO GALVÃO	Capitão PM	151.841-1-6	IV	30/06/2023	Juazeiro do Norte-CE	½ (meia)	64,83	20%
BURTON DEYVES GOMES DE ARAUJO	Subtenente PM	108.372-1-9	V	30/06/2023	Juazeiro do Norte-CE	½ (meia)	61,33	20%
FREDSON MIRANDA DE SOUZA	3º Sargento PM	302.394-1-5	V	30/06/2023	Juazeiro do Norte-CE	½ (meia)	61,33	20%
TOTAL								190,30

*** **

PORTARIA Nº331-D/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço ao Município de Itapipoca-CE, com a finalidade de realizarem missão governamental, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº359/2023, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º, alínea “b”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 03 de julho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº331-D/2023-GS DE 03 DE JULHO DE 2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
						QUANT.	VALOR	TOTAL
MARCUS TULIO DE QUEIROZ BURLAMAQUI	Major BM	202.357-1-3	IV	30/06/2023	Itapipoca-CE	½ (meia)	64,83	32,42
ELTON DE OLIVEIRA RODRIGUES	Capitão PM	151.832-1-7	IV	30/06/2023	Itapipoca-CE	½ (meia)	64,83	32,42
TOTAL								64,84

*** **

PORTARIA Nº332-D/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço ao Município de Juazeiro do Norte-CE, com a finalidade de comporem escala de serviço naquele Município, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº368/2023, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º, alínea “b”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 03 de julho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº332-D/2023-GS DE 03 DE JULHO DE 2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
						QUANT.	VALOR	ACRESC.
EMERSON VASCONCELOS BASTOS	Tenente Coronel BM	116.093-1-7	IV	03 à 10/07/2023	Juazeiro do Norte-CE	8 (meias)	64,83	20%
JOSUE DOS SANTOS ROCHA	Capitão PM	308.486-1-6	IV	03 à 10/07/2023	Juazeiro do Norte-CE	8 (meias)	64,83	20%
TOTAL								622,36

*** **

PORTARIA Nº333-D/2023-GS - SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço ao Município de Itapipoca-CE, com a finalidade de realizarem o abastecimento da aeronave da CIOPAER naquele Município, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº362/2023, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º, alínea “b”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 03 de julho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº333-D/2023-GS DE 03 DE JULHO DE 2023

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
						QUANT.	VALOR	TOTAL
CARLOS JORGE DE OLIVEIRA	Subtenente PM	118.873-1-7	V	30/06/2023	Itapipoca-CE	½ (meia)	61,33	30,67
RAIMUNDO DANTAS DE CARVALHO NETO	3º Sargento PM	301.005-1-4	V	30/06/2023	Itapipoca-CE	½ (meia)	61,33	30,67
TOTAL								61,34

*** **

PORTARIA Nº334-D/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, a **viajar** em objeto de serviço aos Municípios de Tauá, Tamboril e São Benedito-CE, com a finalidade de participar das reuniões regionais do PPA, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº367/2023, concedendo-lhe diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 03 de julho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº334-D/2023-GS DE 03 DE JULHO DE 2023

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
						QUANT.	VALOR	TOTAL
FRANCISCO VANDERLAN CARVALHO VIEIRA FILHO	Coordenador (DNS-2)	300.022-0-2	III	04 e 05/07/2023	Tauá-CE	2 (duas)	77,10	154,20
				06/07/2023	Tamboril-CE	1 (uma)	77,10	77,10
				07 e 08/07/2023	São Benedito-CE	1 (uma) e meia	77,10	115,65
TOTAL								346,95

*** **

PORTARIA Nº335-D/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **VIRGILIO RYOZABURO CLAUDIO SAWAKI**, ocupante do posto de Tenente Coronel BM, matrícula nº105.491-1-6, desta Secretaria, com exercício na CIOPAER/Juazeiro do Norte, a **viajar** ao Município de Fortaleza-CE, nos dias 02 e 03/07/2023, com a finalidade de realizar transporte aeromédico de paciente, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº364/2023, concedendo-lhe 1 (uma) diária e meia, no valor de R\$ 64,83 (sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos), acrescido de 40%, perfazendo um total de R\$ 136,15 (cento e trinta e seis reais e quinze centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea "b", § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 03 de julho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº336-D/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço ao Município de Crateús-CE, com a finalidade de comporem escala de serviço naquele Município, conforme Solicitação de Diária e Ajuda de Custo nº363/2023, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 03 de julho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº336-D/2023-GS DE 03 DE JULHO DE 2023

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
						QUANT.	VALOR	ACRESC.
LIVIA MARINHO CARVALHO GALVÃO	Capitão PM	151.841-1-6	IV	03 à 10/07/2023	Crateús-CE	8 (meias)	64,83	5%
JOAO PAULO LEITE SILVA	1º Tenente PM	308.406-1-5	IV	03 à 10/07/2023	Crateús-CE	8 (meias)	64,83	5%
ANTONIO CARLOS DA COSTA	Subtenente BM	113.837-1-8	V	03 à 10/07/2023	Crateús-CE	8 (meias)	61,33	5%
CLAUDEMIR FERREIRA XAVIER	Subtenente BM	108.964-1-X	V	03 à 10/07/2023	Crateús-CE	8 (meias)	61,33	5%
GERMANO LIMA SILVA	Subtenente PM	125.321-1-3	V	03 à 10/07/2023	Crateús-CE	8 (meias)	61,33	5%
EDIMAR BEZERRA FORTE	2º Sargento PM	134.370-1-7	V	03 à 10/07/2023	Crateús-CE	8 (meias)	61,33	5%
FRANCISCO LAERTE ARAUJO DOS SANTOS	Cabo PM	306.105-1-2	V	03 à 10/07/2023	Crateús-CE	8 (meias)	61,33	5%
FRANCISCO ALEXANDRE TABOZA BARBOZA	Cabo PM	305.615-1-1	V	03 à 10/07/2023	Crateús-CE	8 (meias)	61,33	5%
HULLIGLESSES RAMOS DA SILVA	Cabo PM	304.420-1-6	V	03 à 10/07/2023	Crateús-CE	8 (meias)	61,33	5%
TOTAL								2.347,71

*** **

PORTARIA Nº1324/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: 1. DESIGNAR a militar **LARISSA DOS SANTOS CAJAZEIRA MAGALHÃES**, ocupante da graduação de Cabo PM, matrícula nº306.402-1-7, para desempenhar a função de Apoio de Solo, atribuindo-lhe a **Gratificação** Especial por Desempenho de Atividade de Aviação de Segurança Pública e/ou Defesa Civil, no valor de R\$ 1.442,10 (hum mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e dez centavos), nos termos do Inciso XII do Art. 2º da Lei nº15.169, de 29 de maio de 2012, publicada no D.O.E. de 06 de junho de 2012, c/c o Inciso XII do Art. 1º do Decreto nº30.941, de 11 de julho de 2012, publicado no D.O.E. de 12 de julho de 2012, e, Art. 20º, Inciso XII do Art. 21º, Inciso VII, alínea "d" do Art. 31º e Art. 32º da Portaria nº2069/2020-GS publicada no D.O.E. de 07 de dezembro de 2020. 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 05 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1455/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: 1. DESIGNAR o militar **CARLOS EDUARDO MOREIRA**, ocupante da graduação de Subtenente PM, matrícula nº135.079-1-0, para desempenhar a função de Operador de Equipamentos Especiais, atribuindo-lhe a **Gratificação** Especial por Desempenho de Atividade de Aviação de Segurança Pública e/ou Defesa Civil, no valor de R\$ 2.884,19 (dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos), nos termos do Inciso XI do Art. 2º da Lei nº15.169, de 29 de maio de 2012, publicada no D.O.E. de 06 de junho de 2012, c/c o Inciso VII do Art. 1º do Decreto nº30.941, de 11 de julho de 2012, publicado no D.O.E. de 12 de julho de 2012, e, Art. 20º, Inciso XI do Art. 21º, Inciso VII do Art. 31º e Art. 32º da Portaria nº2069/2020-GS publicada no D.O.E. de 07 de dezembro de 2020. 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 20 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1481/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: 1. DESIGNAR a militar **RAYANE TEODORO COELHO DE MOURA**, ocupante da graduação de Cabo PM, matrícula nº587.960-1-8, para desempenhar a função de Apoio de Solo, atribuindo-lhe a **Gratificação Especial** por Desempenho de Atividade de Aviação de Segurança Pública e/ou Defesa Civil, no valor de R\$ 1.442,10 (hum mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e dez centavos), nos termos do Inciso XII do Art. 2º da Lei nº15.169, de 29 de maio de 2012, publicada no D.O.E. de 06 de junho de 2012, c/c o Inciso XII do Art. 1º do Decreto nº30.941, de 11 de julho de 2012, publicado no D.O.E. de 12 de julho de 2012, e, Art. 20º, Inciso XII do Art. 21º, Inciso VII, alínea “d” do Art. 31º e Art. 32º da Portaria nº2069/2020-GS publicada no D.O.E. de 07 de dezembro de 2020. 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 22 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1482/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: 1. DESIGNAR o militar **FRANCISCO EUDEMAR CABRAL FILHO**, ocupante da graduação de 3º Sargento PM, matrícula nº.304.289-1-9, para desempenhar a função de Apoio de Solo, atribuindo-lhe a **Gratificação Especial** por Desempenho de Atividade de Aviação de Segurança Pública e/ou Defesa Civil, no valor de R\$ 1.442,10 (hum mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e dez centavos), nos termos do Inciso XII do Art. 2º da Lei nº15.169, de 29 de maio de 2012, publicada no D.O.E. de 06 de junho de 2012, c/c o Inciso XII do Art. 1º do Decreto nº30.941, de 11 de julho de 2012, publicado no D.O.E. de 12 de julho de 2012, e, Art. 20º, Inciso XII do Art. 21º, Inciso VII, alínea “d” do Art. 31º e Art. 32º da Portaria nº2069/2020-GS publicada no D.O.E. de 07 de dezembro de 2020. 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 22 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1483/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: 1. DESIGNAR o militar **ANDERSON VALENTIM SANTOS DE OLIVEIRA**, ocupante do posto de Capitão PM, matrícula nº308.453-1-5, para desempenhar a função de Piloto Aluno, atribuindo-lhe a **Gratificação Especial** por Desempenho de Atividade de Aviação de Segurança Pública e/ou Defesa Civil, no valor de R\$ 1.731,07 (hum mil, setecentos e trinta e um reais e sete centavos), nos termos do Inciso VI do Art. 2º da Lei nº15.169, de 29 de maio de 2012, publicada no D.O.E. de 06 de junho de 2012, c/c o Inciso VI do Art. 1º do Decreto nº30.941, de 11 de julho de 2012, publicado no D.O.E. de 12 de julho de 2012, e, Art. 20º, Inciso VI do Art. 21º, Inciso III do Art. 31º e Art. 32º da Portaria nº2069/2020-GS publicada no D.O.E. de 07 de dezembro de 2020. 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 22 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1484/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: 1. DESIGNAR a militar **ROBERTA KELLY RIPARDO FERREIRA**, ocupante da graduação de Cabo PM, matrícula nº306.881-1-2, para desempenhar a função de Apoio de Solo, atribuindo-lhe a **Gratificação Especial** por Desempenho de Atividade de Aviação de Segurança Pública e/ou Defesa Civil, no valor de R\$ 1.442,10 (hum mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e dez centavos), nos termos do Inciso XII do Art. 2º da Lei nº15.169, de 29 de maio de 2012, publicada no D.O.E. de 06 de junho de 2012, c/c o Inciso XII do Art. 1º do Decreto nº30.941, de 11 de julho de 2012, publicado no D.O.E. de 12 de julho de 2012, e, Art. 20º, Inciso XII do Art. 21º, Inciso VII, alínea “d” do Art. 31º e Art. 32º da Portaria nº2069/2020-GS publicada no D.O.E. de 07 de dezembro de 2020. 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 22 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1485/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: 1. DESIGNAR o militar **RAIMUNDO DANTAS DE CARVALHO NETO**, ocupante da graduação de 3º Sargento PM, matrícula nº.301.005-1-4, para desempenhar a função de Apoio de Solo, atribuindo-lhe a **Gratificação Especial** por Desempenho de Atividade de Aviação de Segurança Pública e/ou Defesa Civil, no valor de R\$ 1.442,10 (hum mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e dez centavos), nos termos do Inciso XII do Art. 2º da Lei nº15.169, de 29 de maio de 2012, publicada no D.O.E. de 06 de junho de 2012, c/c o Inciso XII do Art. 1º do Decreto nº30.941, de 11 de julho de 2012, publicado no D.O.E. de 12 de julho de 2012, e, Art. 20º, Inciso XII do Art. 21º, Inciso VII, alínea “d” do Art. 31º e Art. 32º da Portaria nº2069/2020-GS publicada no D.O.E. de 07 de dezembro de 2020. 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 22 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1486/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: 1. DESIGNAR o militar **JOAO EDUARDO SOARES**, ocupante da graduação de 3º Sargento PM, matrícula nº302.290-1-0, para desempenhar a função de Operador de Equipamentos Especiais, atribuindo-lhe a **Gratificação Especial** por Desempenho de Atividade de Aviação de Segurança Pública e/ou Defesa Civil, no valor de R\$ 2.884,19 (dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos), nos termos do Inciso XI do Art. 2º da Lei nº15.169, de 29 de maio de 2012, publicada no D.O.E. de 06 de junho de 2012, c/c o Inciso VII do Art. 1º do Decreto nº30.941, de 11 de julho de 2012, publicado no D.O.E. de 12 de julho de 2012, e, Art. 20º, Inciso XI do Art. 21º, Inciso VII do Art. 31º e Art. 32º da Portaria nº2069/2020-GS publicada no D.O.E. de 07 de dezembro de 2020. 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 22 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1503/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: 1. DESIGNAR o militar **ALBERTO LEANDRO AGUIAR FONSECA**, ocupante da graduação de Cabo PM, matrícula nº588.176-1-9, para desempenhar a função de Operador de Equipamentos Especiais, atribuindo-lhe a **Gratificação Especial** por Desempenho de Atividade de Aviação de Segurança Pública e/ou Defesa Civil, no valor de R\$ 2.884,19 (dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos), nos termos do Inciso XI do Art. 2º da Lei nº15.169, de 29 de maio de 2012, publicada no D.O.E. de 06 de junho de 2012, c/c o Inciso VII do Art. 1º do Decreto nº30.941, de 11 de julho de 2012, publicado no D.O.E. de 12 de julho de 2012, e, Art. 20º, Inciso XI do Art. 21º, Inciso VII do Art. 31º e Art. 32º da Portaria nº2069/2020-GS publicada no D.O.E. de 07 de dezembro de 2020. 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 26 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **



PORTARIA Nº1504/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: 1. DESIGNAR o militar **ISMAEL ANSELMO DA NOBREGA PEREIRA**, ocupante da graduação de Cabo PM, matrícula nº.300.184-1-9, para desempenhar a função de Apoio de Solo, atribuindo-lhe a **Gratificação** Especial por Desempenho de Atividade de Aviação de Segurança Pública e/ou Defesa Civil, no valor de R\$ 1.442,10 (hum mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e dez centavos), nos termos do Inciso XII do Art. 2º da Lei nº15.169, de 29 de maio de 2012, publicada no D.O.E. de 06 de junho de 2012, c/c o Inciso XII do Art. 1º do Decreto nº30.941, de 11 de julho de 2012, publicado no D.O.E. de 12 de julho de 2012, e, Art. 20º, Inciso XII do Art. 21º, Inciso VII, alínea “d” do Art. 31º e Art. 32º da Portaria nº2069/2020-GS publicada no D.O.E de 07 de dezembro de 2020. 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 26 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1505/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: 1. DESIGNAR o militar **JOAO FRANCISCO NETO**, ocupante da graduação de Cabo PM, matrícula nº.305.589-1-X, para desempenhar a função de Apoio de Solo, atribuindo-lhe a **Gratificação** Especial por Desempenho de Atividade de Aviação de Segurança Pública e/ou Defesa Civil, no valor de R\$ 1.442,10 (hum mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e dez centavos), nos termos do Inciso XII do Art. 2º da Lei nº15.169, de 29 de maio de 2012, publicada no D.O.E. de 06 de junho de 2012, c/c o Inciso XII do Art. 1º do Decreto nº30.941, de 11 de julho de 2012, publicado no D.O.E. de 12 de julho de 2012, e, Art. 20º, Inciso XII do Art. 21º, Inciso VII, alínea “d” do Art. 31º e Art. 32º da Portaria nº2069/2020-GS publicada no D.O.E de 07 de dezembro de 2020. 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 26 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1532/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **CARLOS CALEBE OLIVEIRA DIAS**, ocupante da graduação de Cabo PM, matrícula nº303.879-1-0, desta Secretaria, a **viajar** ao Município de Icó-CE, nos dias 10 e 11/07/2023, com a finalidade de realizar atividades de segurança orgânica a serviço da SSPDS, conforme NUP 10001.008636/2023-48, concedendo-lhe 1 (uma) diária e meia, no valor de R\$ 61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), perfazendo um total de R\$ 92,00 (noventa e dois reais), de acordo com o artigo 3º; alínea “b”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10, do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 29 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1615/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **ANDRÉ FRANCO DE FREITAS**, ocupante do cargo de Orientador de Célula - DNS-3, matrícula nº300.020-4-0, desta Secretaria, a **viajar** a Cidade de Macapá-AP, no período de 16 à 22/07/2023, com a finalidade de participar do Curso de Metodologia de Produção de Conhecimento – 73ª Edição, conforme NUP 10001.008160/2023-45, concedendo-lhe 6 (seis) diárias e meia, no valor de R\$ 189,25 (cento e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), acrescidos de 40%, mais ajuda de custo no valor de R\$ 189,25 (cento e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e passagem aérea no valor de R\$ 4.004,94 (quatro mil, quatro reais e noventa e quatro centavos), perfazendo um total de R\$ 5.916,37 (cinco mil, novecentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea “b” do § 1º e 3º do artigo 4º; art. 5º e seu § 1º; arts. 6º, 8º, 10º, classe I; do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da FSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1616/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **FILIPRI RIBEIRO CAVALCANTE**, ocupante do posto de Major BM, matrícula nº167.555-1-6, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, a **viajar** a Cidade de Florianópolis-SC, no período de 05 à 13/07/2023, com a finalidade de participar do 1º Curso de Combate a Incêndio em Edificações Verticalizadas - CCEIV/2023, conforme NUP 10021.004105/2023-48, concedendo-lhe 8 (oito) diárias e meia, no valor de R\$ 166,49 (cento e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos), acrescidos de 40%, mais ajuda de custo no valor de R\$ 166,49 (cento e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos) e passagem aérea no valor de R\$ 4.219,94 (quatro mil, duzentos e dezenove reais e noventa e quatro centavos), perfazendo um total de R\$ 6.367,66 (seis mil, trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea “b” do § 1º e 3º do artigo 4º; art. 5º e seu § 1º; arts. 6º, 8º, 10º, classe I; do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da FSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1617/2023-GS - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **ÍTALO DIEGO ALAM MENDONÇA**, ocupante da graduação de 3º Sargento BM, matrícula nº202.499-1-9, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, a **viajar** a Cidade de Curitiba-PR, no período de 09 à 22/07/2023, com a finalidade de participar do Curso de Busca e Resgate Terrestre - CBTR, conforme NUP 10021.004106/2023-92, concedendo-lhe 13 (treze) diárias e meia, no valor de R\$ 141,95 (cento e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos), mais ajuda de custo no valor de R\$ 141,95 (cento e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos) e passagem aérea no valor de R\$ 2.770,13 (dois mil, setecentos e setenta reais e treze centavos), perfazendo um total de R\$ 4.828,41 (quatro mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea “b” do § 1º e 3º do artigo 4º; art. 5º e seu § 1º; arts. 6º, 8º, 10º, classe I; do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da FSPDS. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº1669/2023 - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que consta do processo nº10001.000328/2023-74 - NUP, em conformidade com o art. 8º, da Lei nº12.691, de 16/05/97, RESOLVE AUTORIZAR A **REQUISICÃO** do servidor **RAIF CARNEIRO GOMES**, Inspetor, matrícula nº301.246-6-9, lotado na Polícia Civil, a fim de prestar serviço na Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, sem prejuízo de seus vencimentos e das vantagens fixas de caráter pessoal, sendo considerado para todos os efeitos, como no exercício regular de suas funções em seu órgão de origem, a partir de 13/01/23. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

*** **



EDITAL Nº008/2023 – SSPDS/AESP - 2º TENENTE PMCE - RESULTADO DEFINITIVO DA AVALIAÇÃO DE SAÚDE

A SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SSPDS/CE, por intermédio da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG/CE, no uso de suas atribuições, **tornam público o Resultado Definitivo da Avaliação de Saúde do Concurso Público destinado ao provimento de 113 (cento e treze) vagas mais cadastro reserva para o cargo de 2º Tenente do Quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar - QOPM da PMCE**, após conclusão com aproveitamento do Curso de Formação de Oficiais, regido pelo Edital nº001/2022 – SSPDS/AESP – 2º TENENTE PMCE, de 20 de outubro de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado de 31 de outubro de 2022, republicado por incorreção em 22 de novembro de 2022.

1. Relação de candidatos(as) da Avaliação de Saúde contendo os seguintes dados: Nº de Inscrição, Nome, Resultado:

INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
1099630	ABNER ASSIS BERNARDO DOS SANTOS	APTO
1111179	ADRIANO MENDES LUZ	APTO
1085919	ALAILTON LIMA DA SILVA	APTO
1117206	ALAN ALVES DO NASCIMENTO	APTO
1082849	ALAN NASCIMENTO DA CUNHA	APTO
1108410	ALBERTO LUCAS LIMA DA COSTA	APTO
1108278	ALEF BASTOS BARRETO	APTO
1103298	ALEJANDRO ÁQUILA DE SOUSA ALMEIDA	APTO
1086908	ALESSANDRA CRUZ DE SÁ	APTO
1107949	ALEXANDRE CARDOSO DE SOUSA	APTO
1103313	ALEXANDRE WILLIAMS NASCIMENTO	APTO
1082535	ALISON FERREIRA OLIVEIRA	APTO
1098472	ALISSON ANDRADE GOMES DE OLIVEIRA	APTO
1084990	ALISSON CHAVES DE ALBUQUERQUE	APTO
1082863	ALISSON DA COSTA	APTO
1082919	ALLAN CLÁUDIO DO NASCIMENTO SILVA	APTO
1095638	ALLAN DIEGO MAGALHÃES ALVES	APTO
1083950	ALLYSON RAMON LIMA ESTRELA	APTO
1099033	ÁLVARO ARAÚJO MOREIRA BRIGIDO MAIA	APTO
1083568	AMANDA ANGELICA COSTA DE OLIVEIRA	APTO
1102017	AMANDA COSTA FELICIO	APTO
1118504	ANA BEATRIZ DE PAIVA PAULINO	APTO
1093182	ANA KÉRCIA PINHEIRO DA SILVA	APTO
1084756	ANA PAULA SIQUEIRA DE OLIVEIRA	APTO
1125867	ANDERSON GABRIEL LEANDRO SOUZA	APTO
1088184	ANDRE PONTES DE OLIVEIRA	APTO
1100894	ÂNGELO GABRIEL SOUZA MENDES	APTO
1100257	ANTHONY DA SILVA NOGUEIRA	APTO
1103226	ANTONIA KELLYANA BORGES LIMA	APTO
1120036	ANTONIA LETICIA RODRIGUES SILVA	APTO
1101804	ANTÔNIA RAYNARA FRUTUOSO RODRIGUES	APTO
1099968	ANTONIO GABRIEL SILVA ALVES	APTO
1082649	ANTONIO JOSE ARAUJO DE OLIVEIRA	APTO
1108776	ANTONIO LEONARDO BRITO DOS SANTOS	APTO
1094533	ANTONIO LUCAS RODRIGUES ARAUJO	APTO
1083310	ANTONIO SOARES LIMA JUNIOR	APTO
1094334	ARIAN GUILHERME NOBREGA PINHEIRO	APTO
1102585	ARISTIDE PEREIRA CARNEIRO	APTO
1089615	ARLEM ALVES DA SILVA SCARCELA	APTO
1112858	ARTHUR RODRIGUES DE OLIVEIRA	APTO
1095380	ARTUR DE SOUSA TEIXEIRA	APTO
1086169	ARTUR RONYERE VASCONCELOS SOUSA	APTO
1109507	AUDI CAXIAS DE PAULA CARVALHO	APTO
1134887	BEATRIZ RODRIGUES DA COSTA	APTO
1086632	BENEDITO FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR	APTO
1088032	BRENA SOUSA CAVALCANTE	APTO
1093691	BRENDA DE FÁTIMA DO NASCIMENTO ANDRADE	APTO
1091116	BRENDA LOIZI SANTOS GUSMÃO	APTO
1090935	BRENO DE OLIVEIRA MOURA	APTO
1085947	BRUNA VITÓRIA PONTES SILVEIRA COELHO	APTO
1100136	BRUNO DE SOUZA LEITE	APTO
1133789	BRUNO MATHEUS GOMES DO NASCIMENTO	APTO
1085620	BRUNO VICTOR LIMA RODRIGUES	APTO
1116480	CADMIEL MATHEUS MELO DE FREITAS	APTO
1093811	CAIO BARBOSA PEIXOTO	APTO
1087807	CAIO BATISTA HOLANDA	APTO
1087242	CAIO DE CASTRO BEZERRA	APTO
1097813	CAIO FARIAS XIMENES	APTO
1102379	CAIO FILIPE SILVA DE OLIVEIRA	APTO
1100659	CAIO LOPES BEZERRA	APTO
1121789	CAIO LUCAS MOREIRA DA COSTA	APTO
1085926	CAIO NASCIMENTO FERREIRA	APTO
1112062	CAIO PAIVA LIMA	APTO
1136222	CAIO ROLIM ALBUQUERQUE	APTO
1122476	CAIO VICTOR PONTE DO NASCIMENTO	APTO
1085691	CARLOS ANDRE COSTA DOS SANTOS	APTO
1087260	CARLOS DANIEL GOMES ARAUJO	APTO
1112737	CARLOS FELIPE MARTINS DA SILVA	APTO
1102919	CARLOS HENRIQUE CRISPIM DE OLIVEIRA	APTO
1085572	CARLOS HENRIQUE DE MEDEIROS MOURA	APTO
1101266	CARLOS HENRIQUE MOREIRA MENDES	APTO
1083155	CARLOS MAGNO CARNEIRO	APTO
1084664	CARLOS MATEUS PINTO DE OLIVEIRA	APTO
1086613	CARLOS RONNEY BRAGA RODRIGUES	APTO
1109034	CASEMIRO ABREU MORAIS BARBOSA	APTO
1125130	CAUÊ CHAVES GOMES	APTO
1105913	CHARLISSON MARTINS DUARTE	APTO
1124369	CHRISTOPHER ARAUJO DE OLIVEIRA	APTO
1097726	CHRYSTTOPHER DANTAS MOREIRA	APTO
1097848	CÍCERA VITOR DO NASCIMENTO	APTO
1082995	CICERO DA SILVA LIMA FILHO	APTO
1111512	CICERO RONNILDO ARAUJO MELO	APTO
1098207	CICERO TIAGO GALDINO BENTO JÚNIOR	APTO
1086514	CINTHIA DE VASCONCELOS SILVA	APTO



INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
1083755	CRISTIAN FERREIRA DE SOUSA	AUSENTE
1086724	DANIEL BONFIM BITU	APTO
1123674	DANIELA DE OLIVEIRA CASTRO	APTO
1083337	DARWIN CRISTHOFFER SILVA DE OLIVEIRA	APTO
1085670	DAVI DE SOUSA BRASIL	APTO
1100972	DAVI FERNANDES SOBRINHO	APTO
1100150	DAVI TIMBÓ RIBEIRO	APTO
1086623	DAVID CESAR DA SILVA PEREIRA	APTO
1089063	DAVID GOMES DE ALMEIDA	APTO
1086231	DAVID LUCAS ALVES CASTRO	APTO
1105368	DAVID MELO DE SOUSA	APTO
1144364	DAVID MENEZES SOBRINHO	APTO
1144980	DAVID RIBEIRO LINO	APTO
1087837	DAVID WELLINGTON BANDEIRA DOS SANTOS	APTO
1091975	DAYANE HELLEN DA SILVA CAVALCANTE	APTO
1099397	DENISE ELLEN SIEBRA PIRES	APTO
1087278	DHIAGO VANUCIO ANTAS OLEGARIO	APTO
1133451	DIEGO ALENCAR DE FRANCA	APTO
1086270	DIEGO EMANUEL SOUZA SOUTO	APTO
1084864	DIEGO GOMES DE MOURA	APTO
1093785	DION ALIF CRUZ DE SOUZA	APTO
1121358	DOUGLAS AUGUSTO SOUSA ALVES	APTO
1084454	DOUGLAS DE MORAES OLIVEIRA	APTO
1107893	EDILA MARIA PAULINO BEZERRA	APTO
1095807	EDILENO FERREIRA RODRIGUES	APTO
1097009	ÉDIO PEDRO BELO DE MELO	APTO
1107485	EDUARDO ROBERTO GUILLÉN	APTO
1100858	EDVAN MENDONÇA MENEZES	APTO
1094973	EITOR GOMES DA SILVA	APTO
1085334	ELISON CAIQUE COSTA GONZAGA	APTO
1090277	EMANUEL DE CASTRO SILVA	APTO
1087152	ERCÍLIA ALVES DE BRITO LIMA	APTO
1100699	ERICK BRUNO FERREIRA DE ARAUJO	APTO
1087937	ERICLEITON RENNAN GALDINO DA SILVA	APTO
1083805	ERIK SILVINO SAMPAIO	APTO
1087986	ERIKA YOHANNA FERNANDES MOTA	APTO
1087340	ESEQUIAS PEREIRA DE CASTRO NETO	APTO
1091646	EUCLIDES ARAÚJO FAUSTINO	APTO
1104114	FABILSON MESQUITA DA SILVA FILHO	APTO
1118583	FABRÍCIO LÔBO SILVA	APTO
1105206	FABRICIO MOREIRA DE LIMA JUNIOR	APTO
1119931	FELIPE AVELINO LIMA	APTO
1099483	FELIPE GRIGORIO DA SILVA	APTO
1149549	FELIPE IRLANDO SOUZA TAVARES	APTO
1105523	FELIPE ROCHA DA SILVA	APTO
1086352	FELIPE TALLES RODRIGUES DA SILVA	APTO
1087169	FELIPI DA SILVA MARQUES	APTO
1103438	FERNANDA ARAGÃO FERNANDES	APTO
1085060	FERNANDO LINO DE SOUSA	APTO
1153496	FLORENCIO DAS CHAGAS CAVALCANTE JUNIOR	APTO
1094192	FRANCISCA LEYDIANE LOPES DE LIMA SOUZA	APTO
1098465	FRANCISCA MICHELLE SANTOS BARBOSA	APTO
1086539	FRANCISCO AFRANIO NASCIMENTO DE MATOS JUNIOR	APTO
1124441	FRANCISCO ALAN CARNEIRO DA SILVA	APTO
1086874	FRANCISCO ANDERSON LOPES NASCIMENTO	APTO
1083410	FRANCISCO ANDREY LISBOA DE FREITAS	APTO
1084917	FRANCISCO ANGELICO MOTA JUNIOR	APTO
1085833	FRANCISCO ARAÚJO DE PAULA JÚNIOR	APTO
1086650	FRANCISCO BRUNO SOUSA SILVA	APTO
1082702	FRANCISCO DANISIO RIBEIRO MATOS	APTO
1090401	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MENEZES JÚNIOR	APTO
1152270	FRANCISCO DE ASSIS ALEXANDRE	APTO
1125488	FRANCISCO DEMONTIER ANDRADE SILVA NETO	APTO
1099393	FRANCISCO DIEGO GUERRA CAVALCANTE	APTO
1084574	FRANCISCO DIONES DA SILVA RODRIGUES	APTO
1104470	FRANCISCO DMISON PEREIRA DE LIMA	APTO
1082768	FRANCISCO DOS SANTOS PAULINO	APTO
1139345	FRANCISCO FÁBIO MATIAS MOURA	APTO
1085629	FRANCISCO FÁBIO REINALDO CRISPIM	APTO
1090464	FRANCISCO GABRIEL DA SILVA	APTO
1091230	FRANCISCO GABRIEL GOMES MENDES	APTO
1127571	FRANCISCO IURI PEREIRA DE MATOS	APTO
1088137	FRANCISCO JAIMISON FERNANDES PEREIRA	APTO
1099379	FRANCISCO JOSE MOREIRA BRIGIDO	APTO
1083306	FRANCISCO JOSIELDO DA SILVA RIBEIRO	APTO
1102679	FRANCISCO KLEVER DA SILVA SÁ	APTO
1104349	FRANCISCO LUCAS ARAÚJO DE OLIVEIRA	APTO
1093018	FRANCISCO MATHEUS FREIRE SALES	APTO
1094791	FRANCISCO MENDES OLIVEIRA DA COSTA	APTO
1084054	FRANCISCO MILLER DE OLIVEIRA ALVES	APTO
1084150	FRANCISCO MOISÉS ALVES LIMA	APTO
1091687	FRANCISCO NICASSIO CARVALHO DA COSTA LIMA	APTO
1085596	FRANCISCO PAULO NOGUEIRA DE SOUSA	APTO
1083602	FRANCISCO RAMON DE SOUZA SILVA	APTO
1095780	FRANCISCO RAVY DA SILVA SOARES	APTO
1087002	FRANCISCO RODRIGO MATOS MELO	APTO
1086070	FRANCISCO TALISSON DOS SANTOS ÁVILA	APTO
1128638	FRANCISCO VALDERGLEISON LUCAS DE MOURA	APTO
1082912	FRANCISCO WALYSON DA SILVA MENEZES	APTO
1155358	GABRIEL ANDREI PINTO DA SILVA	APTO
1097383	GABRIEL GUSTAVO DE SOUSA MESQUITA	APTO
1086580	GABRIEL JESUS DE ALMEIDA HENRIQUE	APTO
1100172	GABRIEL MARQUES MONTENEGRO	APTO



FSC

www.fsc.org

MISTO

Papel produzido
a partir de fontes
responsáveis

FSC® C128031

INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
1088814	GABRIEL MARTINS DE OLIVEIRA	APTO
1134748	GABRIEL RIPARDO SOUSA	APTO
1144037	GABRIEL SAMPAIO RODRIGUES	APTO
1154881	GABRIEL SANDER RODRIGUES COELHO	APTO
1086031	GABRIEL VIEIRA DE ALMEIDA	APTO
1085226	GABRIEL VINICIUS DOS SANTOS	APTO
1083782	GABRIELE HELENA GENUCA DE LIMA	APTO
1082736	GEILSON MOTA DE SOUZA	APTO
1086103	GENILSON DA SILVA SOUSA	APTO
1137321	GENNESYS KWAY MACIEL DA SILVA	APTO
1097275	GERARDO ÁLEX DOS SANTOS DE MARIA	APTO
1132893	GERLYENE SILVA OLÍMPIO ALVES	APTO
1083186	GILBERTO VASCONCELOS OLIVEIRA	APTO
1107451	GIRLIANE SOARES MENDES VIEIRA	APTO
1094505	GUILHERME GOMES DA SILVA	APTO
1144061	GUILHERME NAZARIO RODRIGUES PINHO	APTO
1083749	GUSTAVO MARTINS DE FARIAS	APTO
1086746	GUSTAVO OLIVEIRA COSTA	APTO
1101579	GUSTAVO PINHEIRO BRAGA	APTO
1088064	HALYSON NEVES FREIRE	APTO
1118881	HAMUEL SÊMMED SALES PESSOA	APTO
1149479	HARSLER LIMA LIRA DE ARAUJO	APTO
1097167	HELENO DE OLIVEIRA CAPISTRANO	APTO
1083570	HENRIQUE JORGE BARROSO BARROS	APTO
1102311	HENRIQUE SIMIONE DE SOUSA CESAR	APTO
1110268	HERMESON DA SILVA LIMA	APTO
1085562	HILMA FERNANDA LIMA	APTO
1091721	HUDNEY HAWSLEY FERREIRA MELO	APTO
1149377	IAGO ALMEIDA RODRIGUES	APTO
1099014	IAGO SOMBRA CAMPOS	APTO
1152697	IAN BRUNO DOS SANTOS FERREIRA	APTO
1108562	IAN MEDEIROS HENRIQUE DE SOUSA	APTO
1084265	ÍBENY PEREIRA MOREIRA	APTO
1091930	ICARO PIO FREITAS	APTO
1100487	IDANILDA FERREIRA CUSTÓDIO	APTO
1099514	IGOR DA SILVA AMORIM	APTO
1111192	IRATAN CARDOSO LIMA	APTO
1139053	ISABELLA MOREIRA BARRETO GOMES DE BRITO	APTO
1084913	ISABELLE TRAJANO DA SILVA	APTO
1108578	ISANA SOUSA GOMES DA SILVA	PENDENTE – CONVOCAÇÃO SUPLEMENTAR Pendente Exame de Toxicológico
1139584	ÍTALO DE OLIVEIRA FERREIRA	APTO
1125031	ÍTALO FERNANDES DE SOUZA	APTO
1086921	ITALO JEFFERSSON FERNANDES PACHECO	AUSENTE
1083829	ÍTALO RUAN TAVARES SAMPAIO	APTO
1087311	IURI DE OLIVEIRA FIUZA	APTO
1084672	IURY BRUNO DE OLIVEIRA LOPES	APTO
1094413	IURY HENRIQUE LIMA DA SILVA	APTO
1086783	IVAN FERREIRA DA SILVA NETO	APTO
1148582	IVANILDO JOSÉ BATISTA FARIAS NETO	APTO
1086319	JACKSON DE PAULA COSTA	APTO
1125045	JAILSON LUSTOSA GOMES	APTO
1120176	JANISON MURILO COELHO	APTO
1084244	JEAN MARCEL LIMA VIEIRA	APTO
1141398	JEAN ROBSON ALVES DOS SANTOS	APTO
1099816	JEFFERSON ARAUJO PAIVA	APTO
1104706	JEFFERSON DA CRUZ	APTO
1100755	JEFFERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO	APTO
1083508	JEOVANE ALEXANDRE DA SILVA	APTO
1084878	JESAIRTON LIMA NOGUEIRA	APTO
1102763	JHONATAN SOUSA PINTO	APTO
1091915	JOABE PESSOA ALMEIDA	APTO
1114086	JOÃO BATISTA MAGALHÃES DE ALMEIDA	APTO
1083739	JOÃO CARLOS DE SOUSA CASTELO BRANCO	APTO
1095345	JOÃO EDUARDO DE ALMEIDA LIMA	APTO
1099919	JOÃO FELIPE SOUSA BEZERRA	APTO
1134681	JOÃO GABRIEL BATISTA SUASSUNA	APTO
1147823	JOAO ISAAC GONDIM NOGUEIRA	APTO
1137143	JOÃO MARCOS PONTES MAIA PIRES	APTO
1087373	JOÃO MATHEUS BATISTA AMARO DE SOUSA	APTO
1147926	JOÃO PAULO GODÊ LIBERAL	APTO
1105775	JOÃO PEDRO BARBOSA VENÂNCIO	APTO
1084345	JOÃO PEDRO DE LIMA OLIVEIRA	APTO
1092887	JOÃO PEDRO GOMES RIBEIRO	APTO
1082726	JOÃO VICTOR DE FREITAS RODRIGUES	APTO
1109746	JOÃO VICTOR DOS SANTOS SILVA	APTO
1099181	JOÃO VITOR ALVES ÂNGELO	APTO
1084075	JOÃO VITOR DE AZEVEDO MOURA	APTO
1086764	JOÃO VÍTOR OLIVEIRA SABINO	APTO
1104809	JOÃO YTALO MACHADO CARDOSO	APTO
1090723	JOHN LENNON SOUSA BARBOSA	APTO
1102239	JOHNNATTAR JOHNSON ALVES	APTO
1102784	JONAS ALVES DE SOUZA	APTO
1098798	JONAS DE OLIVEIRA RAMOS	APTO
1127200	JONAS VIANA MOREIRA	APTO
1096623	JONATHAN CARNEIRO DE MOURA	APTO
1098993	JONATHAN FREITAS DE SOUZA	APTO
1083262	JOSÉ ARTHUR RODRIGUES JACÓ TAVARES	APTO
1087195	JOSÉ AURENO MARQUES DA SILVA JÚNIOR	APTO
1111499	JOSÉ CLÁUDIO DOS SANTOS BATISTA FILHO	APTO
1083943	JOSE DANIEL DOS SANTOS SILVA	APTO
1083316	JOSÉ DAVI NOGUEIRA DE ALMEIDA	APTO
1084147	JOSÉ DE SÁ NOGUEIRA NETO	APTO
1083948	JOSE ERIQUES DE CARVALHO GADELHA	APTO

INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
1139817	JOSÉ IGOR FILINTRO RIBEIRO	APTO
1088877	JOSÉ MÁRIO NASCIMENTO RODRIGUES	APTO
1082968	JOSÉ MOREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR	APTO
1146290	JOSÉ RICHARDSON RIBEIRO PESSOA	APTO
1084013	JOSE RONALDO MARTINS SILVA	APTO
1085132	JOSÉ WELLINGTON SOUSA ARAÚJO	APTO
1087666	JOSE WEVERTON DOS SANTOS	APTO
1138058	JOSÉ WILLA DA SILVA LUSTOSA BARBOSA	APTO
1082937	JOSÉ WILLAM ALVES DA SILVA	APTO
1087140	JUAN FELIPE DOS SANTOS BERNARDO	APTO
1082663	JUAN RICARDO BASTOS DE FREITAS	APTO
1122828	JULIANA SILVEIRA LIMA	APTO
1085380	JÚLIO CÉSAR MESSIAS ARARUNA	APTO
1082716	KAIO CESAR MAIA EVANGELISTA	APTO
1099203	KAIRÊ RODRIGUES MOREIRA	APTO
1086995	KAIRO DE SOUZA CARVALHO	APTO
1082622	KARILENE MEDEIROS LIMA	APTO
1101377	KARINE ALMEIDA SANTIAGO LIMA	APTO
1086327	KARLA BEATRIZ AROUCHA ANDRADE	APTO
1101099	KELLY MAJORI MOURAO TEIXEIRA	APTO
1083017	KLYSMANI ABREU ALVES	APTO
1084197	KRYSTIEN SMILEN GOMES DE ALMEIDA	APTO
1103809	LENINI ADRIANO FELISMINO FILHO	APTO
1091978	LEONARDO BARBOSA DE SOUZA	APTO
1082586	LEONARDO COSTA BARROSO	APTO
1090060	LEONARDO DA COSTA FARIAS	APTO
1132318	LEONARDO DE OLIVEIRA LIMA	APTO
1106679	LETÍCIA KAREN DO NASCIMENTO SALVIANO	APTO
1096930	LIA DE SOUSA REBOUÇAS	APTO
1154934	LIGIA ARAUJO LIMA	APTO
1091539	LUAN ALMEIDA MEDEIROS	APTO
1100324	LUANA AQUINO BARROS MORAIS	APTO
1108475	LUCAS BERNARDO DA SILVA MAIA	APTO
1122331	LUCAS CORREIA DO NASCIMENTO	APTO
1099590	LUCAS DA SILVA VICTOR	APTO
1106680	LUCAS DAVI OLIVEIRA DA CRUZ	APTO
1106009	LUCAS FARIAS PEREIRA	APTO
1083088	LUCAS FARIAS SARAIVA LEÃO	APTO
1085008	LUCAS FREITAS DOS SANTOS	APTO
1099825	LUCAS MARTINS DE SOUSA	APTO
1111883	LUCAS MEDEIROS NOGUEIRA	APTO
1133263	LUCAS RIBEIRO DE JESUS	APTO
1083765	LUCAS ROCHA COSMO	APTO
1147744	LUCAS SILVA MENEZES	APTO
1083476	LUCAS YURI DE OLIVEIRA GUIMARÃES	APTO
1086939	LUIS CARLOS VIEIRA DA SILVA	APTO
1100404	LUÍS EDUARDO SANTOS MORAIS	APTO
1097168	LUIS FELIPE DIOGENES DE CASTRO	APTO
1153843	LUIS OLANIYI FALUYI	APTO
1132868	LUIZ CARLOS ALVES DA SILVA	APTO
1124625	LUIZ FERNANDO PAULINO QUEIROZ	APTO
1095314	LUIZ RICKSON FELIX DA ROCHA	APTO
1108109	MAICON DAVID SILVA CORDEIRO	APTO
1101052	MAIRLA VASCONCELOS DAMASCENO	APTO
1095607	MALONYA DUARTE DE SOUSA	APTO
1113751	MARCELO GUIMARAES ARAUJO	APTO
1100261	MARCELO HENRIQUE REIS JUVENAL	APTO
1083869	MARCELO SILVA RAMOS	APTO
1100212	MARCIO VICTOR RABELO NEPOMUCENO	APTO
1127463	MARCOS ANDRÉ TIBÚRCIO MARTINS	APTO
1099009	MARCOS ANTONIO PINHEIRO DA SILVA	APTO
1089128	MARCOS CESAR CABRAL DA SILVA JÚNIOR	APTO
1117222	MARCOS FELIPE BEZERRA NOGUEIRA	APTO
1085699	MARCOS MENDES MEDEIROS	APTO
1101702	MARCOS VINÍCIOS MOREIRA DE OLIVEIRA	APTO
1102858	MARCOS WEIKY SALES DA SILVA	APTO
1095670	MARCUS ANTONIO DE LIMA REIS	APTO
1083403	MARCUS WEBER ALMEIDA PINHEIRO	APTO
1107423	MARIA BIANCA DE SOUZA MOTA	APTO
1112242	MARIA GIOVANNA MELGAÇO DA SILVA	APTO
1099185	MARIA IASMIM SILVA ANDRADE	APTO
1119197	MARIA KARLA FABRINY GOMES LANDIM	APTO
1108526	MARIA LEDA PAIVA CAVALCANTE QUEIROZ	APTO
1082996	MARIA MARCIA VIEIRA RODRIGUES	APTO
1102279	MARIA TAYNAN DELMINO XAVIER	APTO
1106794	MARIA THAIS DOS SANTOS BRAGA	APTO
1103851	MARIANE PORFIRIO SOARES	APTO
1085323	MARINA MESQUITA MAGALHÃES	APTO
1131328	MÁRIO AUGUSTO DE SOUZA OLIVEIRA	APTO
1082550	MÁRIO ERNANDES LOBO FILHO	APTO
1103084	MARTA BRUNA DE SOUSA FRANÇA	APTO
1127961	MATEUS ALVES DE SOUZA MAGALHÃES	APTO
1153999	MATEUS FEITOSA ROCHA	APTO
1086844	MATEUS MATOS DO NASCIMENTO TEIXEIRA	APTO
1101274	MATEUS TEIXEIRA FREIRE DE OLIVEIRA	APTO
1148277	MATHEUS ALVES DA SILVA	APTO
1087928	MATHEUS ALVES GOMES	APTO
1102609	MATHEUS ALVES PINHEIRO	APTO
1125202	MATHEUS ANDRADE	APTO
1087562	MATHEUS LUIS DE OLIVEIRA TOMAS	APTO
1108529	MATHEUS NUNES CARDOSO	APTO
1084111	MATHEUS PINHEIRO PADRÃO DA SILVA	APTO
1086040	MATHEUS ROCHA LIMA	APTO



FSC

www.fsc.org

MISTO

Papel produzido
a partir de fontes
responsáveis

FSC® C128031

INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
1090145	MATHEUS SOUSA MENDES	APTO
1130239	MATHEUS VIEIRA ALVES	APTO
1082665	MATHEUS WILLIAM MENEZES DA SILVA	APTO
1150462	MAURÍCIO JONNYS CAVALCANTI LACERDA	APTO
1083790	MICHAEL ALEXSANDRO CARNEIRO DO NASCIMENTO	APTO
1092886	MICHAEL BARBOSA DA SILVA	APTO
1117217	MICHAEL WENDEL DA SILVA MOREIRA	APTO
1116896	MICKAEL DE PAIVA SOUSA	APTO
1102805	MIKAEL LUCAS SOUTO	APTO
1110323	MOABE FELIPHE PEREIRA DE SOUZA	APTO
1096239	MOISÉS SILVA RODRIGUES FILHO	APTO
1138107	MUNIQUE FREIRE DE ASSIS	APTO
1147233	NADIA RITA DE CASSIA AQUINO PINHEIRO	APTO
1150095	NADYNNE LIMA DE OLIVEIRA	APTO
1090884	NARA IRIS FERREIRA DE ALMEIDA	APTO
1100111	NATANAEL FERNANDES DA SILVA	APTO
1098730	NATANAEL MARTINS DO NASCIMENTO	APTO
1107512	NIAGO ALLAS DE OLIVEIRA LIMA	APTO
1095999	OSCAR ABREU MARQUES NETO	APTO
1083086	OSMAR RODRIGUES PAIXÃO NETO	APTO
1083180	OTAVIO ANDRADE SOUSA	APTO
1092893	OTÁVIO DA COSTA SOARES	APTO
1095173	OZIKLEYTON ROCHA DE SOUZA FONTES	APTO
1153561	PATRICK FIGUEIREDO BRAGA	APTO
1087631	PATRICK MARLIO DA COSTA DIAS	APTO
1121375	PAULO CESAR SOUSA BARROS FILHO	APTO
1142605	PAULO DE TARSO DE LIMA BARROS FILHO	APTO
1111339	PAULO GUSTAVO ALMEIDA CAFE	APTO
1155711	PAULO HIAGO SILVA CHAVES	APTO
1116903	PAULO JEFFERSON SALES LOPES	APTO
1083267	PAULO SÉRGIO SANTOS CARDOSO	APTO
1087977	PEDRO FELIPE COELHO DA SILVA	APTO
1099094	PEDRO HENRIQUE PEREIRA BEZERRA	APTO
1087142	PEDRO LEMOS VIEIRA	APTO
1101389	PEDRO LUCAS DOS SANTOS CHAGAS	APTO
1114858	PHELIPE DOS SANTOS HENRIQUE	APTO
1100280	PIETRO LUIGGI CIARLINI LIRA	APTO
1125201	PRISCILA FERREIRA MORENO	APTO
1120417	RAFAEL QUARESMA DE CARVALHO	APTO
1086426	RAFAEL ROCHA HOLANDA	APTO
1086611	RAILTON ARAUJO MORORO	APTO
1083100	RAIMUNDO JOSÉ DE MATOS NETO	APTO
1102794	RAMON MOTA DE SOUSA	APTO
1138651	RAPHAEL MARTINS LIMA	APTO
1135893	RAUL DE SOUZA SANTOS	APTO
1100454	RAYAN SILVA LAURINDO	APTO
1100997	RENATO GUEDES LIMA	APTO
1142901	RENÊ SENA MARQUES	APTO
1101886	RENNAN RAMOS FURTADO	APTO
1082560	RICARDO MARTINS SAMPAIO	APTO
1096234	RINALDY GOMES DE OLIVEIRA	APTO
1154351	RÍVERTON EVANGELISTA SOUSA JÚNIOR	APTO
1084038	ROBERTO BEZERRA DIAS NETO	APTO
1151870	ROBERTO PEREIRA ALVES FILHO	APTO
1086885	ROBERTO PIVOTTO NICODEMO	APTO
1155468	ROBSON FERNANDES CARVALHO	APTO
1110169	ROBSON LISBOA DA SILVA	APTO
1113087	ROBSON XAVIER GONDIM	APTO
1104551	RODRIGO ANDRADE DE CARVALHO RÊGO	APTO
1099495	RODRIGO LISBOA DA SILVA	APTO
1103725	RODRIGO LOPES DE PAULA SOUZA	APTO
1124535	ROMARIO DA SILVA PONTES	APTO
1138333	RÔMULO MARQUES LEITE	APTO
1084466	RONALD LUCAS ALVES CHAVES	APTO
1099076	RONIELE SOARES TEIXEIRA	APTO
1104544	RONILSON ARAUJO RODRIGUES	APTO
1148656	ROSENDO PEREIRA DE ASSIS NETO	APTO
1105312	ROYCE SOARES OLIVEIRA	APTO
1112950	RUAN ALBER ALVES DE VASCONCELOS	APTO
1085172	RYAN VITORINO RODRIGUES	APTO
1117854	SALON NATAL RODRIGUES DE MOURA	APTO
1103616	SAMUEL COSTA DO VALE	APTO
1083449	SAMUEL LIMA CISNE	APTO
1083848	SARAH BEATRIZ DE OLIVEIRA ALVES	APTO
1151640	SARAH RACHEL SOUZA CAVALCANTE	PENDENTE - GESTANTE Pendente Exame de RaioX
1098894	SÉRGIO AUGUSTO DE OLIVEIRA ROCHA	APTO
1125530	SILAS MORAES CAVALCANTE DE LIMA	APTO
1083309	SMITH JONHS BRAGA DE OLIVEIRA	APTO
1111262	TAISA LIMA BESSA	APTO
1103075	TAMIRES SOUZA OLIVEIRA	APTO
1088711	TEODÓRIO SOUSA SÁ	APTO
1151941	TEOTONIO CORREIA DA SILVA NETO	PENDENTE – CONVOCAÇÃO SUPLEMENTAR Pendente Exame Eletroencefalograma
1099988	THAIS SILVA CEZAR	APTO
1083572	THALES ANTONELLI HOLANDA CASTRO	APTO
1093809	THALLES MENDES FELISMINO	APTO
1102067	THALLES SOUZA ALBINO	APTO
1129882	THAYNERE REBEKA ROCHA DA SILVA	APTO
1142117	THIAGO COSTA DE OLIVEIRA	APTO
1098956	THIAGO MATHEUS ARAÚJO DE CARVALHO	APTO
1085508	THIAGO VIEIRA OLIVEIRA	APTO
1092770	THULIO RODRIGUES DE MELO	APTO
1119489	TIAGO CARVALHO	APTO
1082672	TIAGO DE ARAÚJO PEREIRA	APTO



INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
1082872	TIAGO OLIVEIRA NOBRE	APTO
1152853	TULIO MAYKE BARROS QUESADO	APTO
1085117	VAURICIO MARTINIANO DE OLIVEIRA FILHO	APTO
1082611	VICENTE BATISTA DE SOUZA JUNIOR	APTO
1126049	VICTOR AUGUSTO BEZERRA DOMINGUES	APTO
1087147	VICTOR DA SILVA FREIRE	APTO
1088287	VICTOR ESTEVAM CASTELO BRANCO	APTO
1084933	VICTOR HUGO FREIRE RIOS CAJAZEIRAS	APTO
1083525	VICTOR LEONARDO MATOS RODRIGUES	APTO
1101813	VICTOR PATRICIO SALES	APTO
1115236	VICTÓRIA NEVES DA SILVA	APTO
1110949	VILSON PAULA NUNES	APTO
1086272	VINICIUS GOMES MORAES	APTO
1086461	VINICIUS JOSE DA SILVA	APTO
1150329	VINICIUS SAMPAIO LIMA	APTO
1099625	VINICIUS WISLEY VIEIRA CORDEIRO	APTO
1094214	VITHORIA REGIA SILVA DE OLIVEIRA	APTO
1098936	VITOR LEAO RODRIGUES	APTO
1104529	VITOR MOURA GOMES	APTO
1099929	VITÓRIA MARIA CAVALCANTE ALVES	APTO
1089418	VYTOR KAUÁ MARTINS DE ALENCAR	APTO
1110395	WAGNER VIANA PORTELA	APTO
1112876	WEMERSON RODRIGUES BARBOSA	APTO
1086877	WESKLEY LOURENÇO DA SILVA GOES	APTO
1127060	WHESLEY DA SILVA ALVES	APTO
1154537	WILK HENRIQUE DE SOUZA SILVA	APTO
1083816	WILLIAM WALLACE ALVES DA SILVA	APTO
1092081	YANE RAVANE GONÇALVES SOUSA	APTO
1092859	YGOR PINTO LEITE	APTO
1088632	YNARA JAKELINNE FERNANDES DO AMARAL	APTO
1085171	YTALO BRUNO VASCONCELOS DE QUEIROZ	APTO
1088721	YTALO MATEUS DA COSTA MODESTO	APTO
1117887	YTALO RUDYSON GOMES ANDRADE	APTO
1130511	YURI DA COSTA PAULA	APTO
1084771	YURI GOMES MEIRA	APTO

2. Os candidatos com status “PENDENTE - CONVOCAÇÃO SUPLEMENTAR” ficam convocados para uma avaliação médica suplementar no dia 11 de maio de 2023 às 09h00min para apresentação dos exames pendentes no RPMON - Regimento de Polícia Montada – Cavalaria - Av. Washington Soares, 7250 - Cambéba, Fortaleza - CE, 60841-032.

3. A candidata “Pendente - Gestante” será submetida à nova avaliação médica para apresentação dos exames pendentes em momento oportuno, tendo em vista a impossibilidade de apresentação por conta do seu estado gravídico. Nesse caso específico, a candidata seguirá para as demais fases na condição de “pendente” até cessar tal condição.

Fortaleza/CE, 08 de maio de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Auler Gomes de Sousa

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

*** **

EDITAL Nº020/2023 – SSPDS/AESP – SOLDADO PMCE, de 26 de junho de 2023.

RESULTADO DEFINITIVO DO PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO DOS CANDIDATOS NEGROS – 2º CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR

A SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DEFESA SOCIAL - SSPDS/CE, por intermédio da Academia Estadual de Segurança Pública – AESP e a Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG/CE, tornam público o Resultado Definitivo do Procedimento de Heteroidentificação Complementar à Autodeclaração dos Candidatos Negros – 2º Convocação Complementar, referente ao Concurso Público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Soldado do Quadro de Praças Policiais Militares - QPPM da Polícia Militar do Ceará – PMCE, regido pelo Edital nº001/2022 – SSPDS/AESP – SOLDADO PMCE, de 04 de outubro de 2022, publicado no DOE de 10 de outubro de 2022, cuja execução está sendo realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional – IDECAN, nos seguintes termos:

1. Relação de candidatos(a)s do Procedimento de Heteroidentificação Complementar d Autodeclaração dos Candidatos Negros – 2º CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR, contendo os seguintes dados: Nº de Inscrição, Nome, Resultado:

INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
990302	ADÃO ALVES DA SILVA	APTO
1051792	ADILA MARIA RAMOS MOREIRA	INAPTO
1063164	ADRIELY SANTOS RIBEIRO	INAPTO
1011020	AIRTON DOUGLAS SOUSA MARREIRA	APTO
994446	AILAILTON LIMA DA SILVA	APTO
1061495	ALANE DE SOUSA	APTO
1038921	ALEXANDRE ALVES DA SILVA	INAPTO
1068698	ALEXANDRE DE FREITAS XAVIER	APTO
1060382	ALEXANDRE GOMES DA SILVA	APTO
1003209	ALEXANDRE WILLIANS NASCIMENTO	APTO
996036	ALISSON HENRIQUE DA SILVA	APTO
1013241	AMANDA DOS SANTOS GOMES	APTO
1033667	AMANDA FERREIRA DE LIMA	APTO
1032780	AMILTON SOUSA DO NASCIMENTO	APTO
1054964	ANA LUIZA RODRIGUES FEITOSA ABREU	INAPTO
999200	ANA PAULA SOUZA DA SILVA	APTO
1003789	ANDERSON DOS SANTOS RODRIGUES	APTO
996102	ANDERSON VIEIRA DE SOUSA	APTO
1033911	ANDRE MARCOS DE ARAUJO	APTO
997273	ANDREW FAUSTINO ANDRADE	INAPTO
1064994	ANTONIO AGLAIRTON SOUSA RABELO JUNIOR	INAPTO
1049062	ANTONIO ALVES DE SOUSA FILHO	APTO
996311	ANTONIO AMISTERDAM GOMES DA CRUZ	APTO
1024281	ANTONIO ANDERSON DE SOUSA FERREIRA	AUSENTE
1013340	ANTÔNIO CARLOS BATISTA DE SOUZA	APTO
1037637	ANTONIO CHARLES FERREIRA VENANCIO	APTO
991905	ANTONIO EDSON GALDINO SILVA	AUSENTE
1101185	ANTÔNIO ERONALDO MAGALHÃES EUFRÁSIO	APTO
1019712	ANTONIO FERNANDO TEIXEIRA E OLIVEIRA	APTO
1019312	ANTÔNIO HAROLDO VIANA COELHO	INAPTO

INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
1046523	ANTÔNIO HENRIQUE NOGUEIRA MARINHO	INAPTO
1061036	ANTONIO JOSÉ KAYAN ALVES VASCONCELOS	AUSENTE
992189	ANTONIO JOSE MORAIS ALVES PAIVA	APTO
1061510	ANTONIO MARCIO DA COSTA	APTO
989538	ANTONIO MATEUS DE SOUZA ALVES	APTO
1000859	ANTONIO VINICIUS RODRIGUES PLACIDO	APTO
1066007	AQUILA ESTEFANE DOS SANTOS TORRES	APTO
995789	ARTHUR MANOEL DA SILVA SANTOS	INAPTO
995860	BIANCA PAIVA DE AZEVEDO	APTO
990116	BRENA KELLY DE OLIVEIRA RODRIGUES	APTO
1026982	BRENDON DOUGLAS DAMASCENO DE OLIVEIRA	APTO
995438	BRENO ANGELINO - Sub Juíce	INAPTO
990818	BRENO BARRETO DE ANDRADE	APTO
1093704	BRENO LOPES PAIVA	INAPTO
989072	BRENO SILVA LIMA	APTO
1012772	BRUCE JOHNNATAN FELIPE RODRIGUES	APTO
1106611	BRUNA RAISSA GONÇALVES MOREIRA	AUSENTE
1095730	BRUNO ALVES DOS SANTOS	INAPTO
1014166	BRUNO HENRIQUE DE LIMA SILVA	APTO
1032217	BRUNO JUSTINO MATIAS	APTO
1009578	BRUNO RODRIGUES PESSOA	APTO
1027868	CAIO HÉBERT MOTA DOS SANTOS	APTO
990045	CAIO LOPES BEZERRA	APTO
1018959	CARLA KAROLINE DOS SANTOS FERREIRA	APTO
999146	CARLOS AUGUSTO DA SILVA	APTO
1015036	CARLOS DANIEL VIANA PEREIRA	AUSENTE
1122935	CARLOS DE SOUZA MARIANO	APTO
1008194	CARLOS GIURBESON COSTA SILVA	APTO
1058059	CARLOS HENRIQUE DE FREITAS	APTO
1039948	CARLOS HENRIQUE SILVA SANTIAGO	APTO
1020010	CARLOS TYEROD DE OLIVEIRA RIBEIRO	APTO
1090495	CARLOS VINÍCIOS DA SILVA LEAL	APTO
992083	CHRISTIAN NASCIMENTO DA PENHA	APTO
1001284	CICERO ARTHUR RODRIGUES PLACIDO	APTO
1028579	CICERO ISRAEL DE SOUZA SILVA	APTO
995525	CICERO JAYLAN DIAS FIGUEIREDO	APTO
1006906	CICERO LEONARDO DA SILVA MARQUES	APTO
1113376	CINTHIA DE ALMEIDA COUTINHO	INAPTO
1069677	CINTIA MARIA SILVA DE CARVALHO	APTO
1009072	CRISTIAM MACARIO DA SILVA MOURA	APTO
991496	DALCIRLEY WILMA DA SILVA RODRIGUES	APTO
1023981	DAMIELSON RODRIGUES DA SILVA	APTO
993459	DANIEL CESAR RIBEIRO NETO	APTO
1038784	DANIEL OLIVEIRA DE ORLANDO	APTO
1120661	DANIELE SANTOS RIBEIRO	APTO
1066859	DANYLO EVERTON FELIX DE OLIVEIRA	APTO
1011591	DARLLAN MARKSON BEZERRA HOLANDA	APTO
989170	DAVI AMERICA COSTA	APTO
992785	DAVI DIAS BEZERRA	APTO
1081111	DAVI NOGUEIRA RANGEL	APTO
1047444	DAVID ROSENDO DE SOUSA LEITE	APTO
993874	DAVID WILKER CAVALCANTE MARTINS	INAPTO
1069116	DAVISON FERREIRA FIRMINO	APTO
1017416	DAVY FURTADO DA COSTA	APTO
1040579	DAYVISON MORAIS LIMA	APTO
1051650	DENEILTON MATIAS DE LIMA	APTO
1015921	DIEGO AGUIAR COSTA	APTO
1033955	DIEGO CARENEIRO DE OLIVEIRA	APTO
1033110	DIEGO RIBEIRO DAS CHAGAS - Sub Juíce	INAPTO
1040728	DIEGO RODRIGUES DA CUNHA	APTO
1022780	DYLAN MARLEY ALMEIDA DE SOUZA	INAPTO
989581	EDILENO FERREIRA RODRIGUES	APTO
1042668	ÉDISSON VINÍCIUS DA SILVA NASCIMENTO	APTO
1024836	EDSON FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR	APTO
994143	EDSON SALVIANO PEREIRA DE SOUSA	APTO
1020045	EDUARDO DOS SANTOS XAVIER	APTO
1001613	ELAINY GESSICA CANAN GONÇALO	APTO
1033003	ELIEL WILLYS FERNANDES COSTA	INAPTO
998226	ELOILSON GERSON SANTOS DA SILVA	APTO
993053	EMANOEL DENIS HONÓRIO DA SILVA	APTO
993106	EMANOEL DUARTE SILVA	APTO
1029212	EMANOEL MESSIAS MACHADO DA SILVA	APTO
1065483	EMANOEL PONTES DA SILVA	AUSENTE
1091156	EMANUEL MILLER SOUZA DOS SANTOS	APTO
1006093	EMERSON LUCAS PINTO DA SILVA	APTO
1022793	ENOQUE LUÍS BARBOSA DA SILVA	APTO
999512	ERIC HUGGO COSTA FARIAS	INAPTO
991352	ERIC ROCHA SANTOS	APTO
1074449	ERIK GOMES SILVEIRA	INAPTO
997121	ÉRYKLESS RODRIGUES DOS REIS	APTO
1021206	EVANDRO EVANGELISTA CARVALHO	INAPTO
1007009	EVERTON JOSÉ DA SILVA	APTO
1017909	EVERTON MARQUES MARREIRA	APTO
1012598	EVILASIO PINTO SOUSA	APTO
995930	EZEQUIAS LIMA CAVALCANTE	APTO
1010395	EZEQUIEL FERNANDES RODRIGUES	APTO
1039850	FABIO ALEXIS RIBEIRO BERNARDINO	APTO
996417	FABRICIO DOUGLAS DOS SANTOS SOUSA	APTO
1023948	FELIPE DA COSTA SOUSA LIMA	APTO
1076551	FELIPE DE JESUS ALMEIDA COSTA DA SILVA	APTO
1050294	FELIPE ERNANDES GONZAGA GADELHA	APTO
1049883	FELIPE MATHEUS GOMES GONÇALVES	APTO
995053	FELIPE WALISSON LOPES DA COSTA	APTO



INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
991725	FERNANDO LIMA CALHEIRO PEDROSA DA SILVA	APTO
1045646	FERNANDO VINÍCIUS DANTAS DOS REIS	INAPTO
1015510	FLÁVIO RÔMULO SOUSA DA SILVA	APTO
1014596	FRANCISCO ALAN FERREIRA DA SILVA	APTO
992333	FRANCISCO ANDERSON LOPES NASCIMENTO	APTO
998434	FRANCISCO ANDERSON SILVA RAMOS	APTO
1009087	FRANCISCO DARLAN AURORA MENDES	APTO
1026313	FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA DO NASCIMENTO	APTO
990438	FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA LUCIO	APTO
992337	FRANCISCO ELVIS DO NASCIMENTO	AUSENTE
1007211	FRANCISCO ERINALDO LIMA SANTANA	APTO
1043703	FRANCISCO FERNANDES MINEU	APTO
1003210	FRANCISCO GABRIEL DA CRUZ	APTO
991161	FRANCISCO HEITOR MARQUES SILVA	INAPTO
1044860	FRANCISCO IRAN SANTOS MARIANO	INAPTO
1077312	FRANCISCO ISAIAS DA SILVA RIBEIRO	APTO
1011138	FRANCISCO JALES DOS SANTOS JUNIOR	INAPTO
1069817	FRANCISCO JEFFERSON HENRIQUE DOS SANTOS	INAPTO
1004522	FRANCISCO LUCAS GOMES VIEIRA DE ARAUJO	INAPTO
1000629	FRANCISCO LUCAS MARTINS PAIVA	APTO
1048713	FRANCISCO MILANO ROBERTO DA COSTA	INAPTO
1034656	FRANCISCO MIQUEIAS PINTO DE MORAIS	APTO
989988	FRANCISCO NADSON SOUSA PINHO	APTO
1023528	FRANCISCO RAFAEL OLIVEIRA DOS SANTOS	APTO
1033776	FRANCISCO RAMIRES PAIVA DE SOUSA	APTO
1040813	FRANCISCO THALLYSON PEREIRA DE MACEDO	APTO
1067318	FRANCISCO TIAGO MOREIRA SOARES	INAPTO
1071726	FRANCISCO WELLINGTON CIRINO JUNOR	APTO
997584	FRANCISCO WELLINGTON DUTRA CARDOSO	APTO
996993	FRANCISCO WENDEL VIDAL DA SILVA	APTO
1039592	FRANCISCO WESLEY ARAÚJO DE ALCÂNTARA	APTO
993864	GABRIEL ALMEIDA DE SOUSA	APTO
1051499	GABRIEL ANTONIO DA SILVA	APTO
1023727	GABRIEL DO CARMO MOTA	APTO
1025509	GABRIEL DOS SANTOS SIQUEIRA	APTO
999547	GABRIEL MORAIS DUARTE	INAPTO
1033847	GABRIEL OLIVEIRA DA SILVA	APTO
993849	GABRIEL VINICIUS DOS SANTOS	APTO
996766	GEFFESON LUCAS GOMES CARDOSO	APTO
1055599	GELSON CARVALHO FURTADO	APTO
993497	GEOVANE RODRIGUES DE MATOS	AUSENTE
1018856	GIAN FERREIRA MENDES	AUSENTE
1059690	GUILHERME BATISTA DA SILVA	APTO
1041791	GUSTAVO ALVES DOS SANTOS	APTO
1056748	GUSTAVO HENRIQUE LOPES LIMA	APTO
995660	GUSTAVO LIMA MATOS	APTO
1028880	HÁDRIAN RIBEIRO PIMENTEL	APTO
1010331	HALISON BRENO ALMEIDA DE OLIVEIRA	APTO
999767	HELENA SOARES DE VASCONCELOS SOUSA	APTO
1048367	HÉLIO MARCELO GOMES BARBOSA	APTO
1079943	HENRIQUE LIMA DE SOUSA	APTO
1009394	IAGO FREDERICO PIRES	APTO
991802	IARA MORAIS GOMES	APTO
1020440	IASMIM CELESTE FERNANDES DA SILVA	APTO
991894	IGOR EDUVIRGENS OZORIO	APTO
999753	INGRID DE LIMA SANTOS	APTO
1031193	IROSVALDO BRENO DA SILVA	APTO
1027599	ISMAEL NOGUEIRA DA SILVA	APTO
1001108	ISRAEL BARROS DA SILVA	APTO
993172	ÍTALO FEITOSA DE SOUZA	APTO
1121330	JADSON GOMES CAVALCANTE	AUSENTE
1016034	JANAILSON JURANDI MORENO	APTO
992441	JEAN CARLOS FERREIRA BRANDAO	APTO
991358	JEFERSON LUIZ SANTOS	APTO
1005954	JEFERSON NUNES XAVIER	APTO
1033775	JEFFERSON MATHEUS TAVARES DA SILVA	APTO
1000975	JESSÉ CUTRIM DA SILVA	APTO
1009796	JESSICA SAMARA VIEIRA	APTO
1068856	JOAO BATISTA DE OLIVEIRA FERNANDES DA COSTA	APTO
989288	JOÃO BRUNO COSTA DOS SANTOS	APTO
1009038	JOAO CALIXTO DE SOUZA FILHO	APTO
1007328	JOAO PAULO FREIRE DA SILVA	INAPTO
1030748	JOÃO PAULO NASCIMENTO SILVA	APTO
993493	JOÃO PEDRO DA SILVA LIMA	AUSENTE
1038492	JOÃO VICTOR ALVES DE ALENCAR	INAPTO
1005901	JOÃO VICTOR RODRIGUES SOUZA COSTA	APTO
1023604	JOEL SOUSA DA SILVA	APTO
1015357	JOHN VICTOR DA COSTA ROCHA	APTO
1002498	JOHNATAN LEMOS DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	INAPTO
1034889	JONA DO NASCIMENTO GOMES	INAPTO
1008790	JONATHAN DA SILVA EUGENIO	APTO
1002433	JONH ELIAS SANTOS	APTO
1018016	JORHDANN DE OLIVEIRA ANDRADE	APTO
1008735	JOSÉ ARLINDO ALCÂNTARA DA SILVA	APTO
1004900	JOSÉ BATISTA DO NASCIMENTO NETO	APTO
1002932	JOSÉ BONFIM MACIEL DA SILVA	APTO
1002311	JOSE EDUARDO DE OLIVEIRA COSTA	INAPTO
1047789	JOSÉ IVANETO GOMES SIMPLICIO	INAPTO
1008912	JOSE JEFFERSON MACIEL DE OLIVEIRA	APTO
1023966	JOSE JOSAN DE MELO NETO	APTO
1070086	JOSÉ LUCAS JUSTINO DE SOUSA	APTO
1039822	JOSE MARCELO DA SILVA OLIVEIRA	APTO
997409	JOSE RAMON DA SILVA NASCIMENTO	APTO



FSC

www.fsc.org

MISTO

Papel produzido
a partir de fontes
responsáveis

FSC® C128031

INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
996994	JOSÉ RODRIGO FURTADO DA SILVA	INAPTO
1023342	JOSE RONILSON DA SILVA SANTOS	APTO
1014526	JOSE SAMUEL DA SILVA TENÓRIO	APTO
1031577	JOSÉ TAVARES DE SOUSA NETO	APTO
995549	JOSÉ WANDERSON DO NASCIMENTO SAMPAIO	APTO
1032286	JOSÉ WENDERSON TOMAZ DOS SANTOS	APTO
1007757	JOSWITNER DE OLIVEIRA SIEBRA BARROS	APTO
1070303	JULIANY SAMILA DE SOUSA ROBERTO	APTO
1050413	JULIANY SILVA OLIVEIRA	APTO
1029376	JULIO OLIVEIRA TAVARES	APTO
1006505	JURACIR DA CRUZ RICARDO	APTO
1040670	JUVENCIO JOSÉ DE SOUSA NETO	APTO
995656	KAIO RILDERLANI NASCIMENTO OLIVEIRA	APTO
1011827	KAIO RODRIGUES LEITÃO	APTO
1003555	KARLA BEATRIZ AROUCHA ANDRADE	APTO
1023417	KEILA SILVA VERAS	APTO
1061926	KELVENN HENRIQUE MATOS DE OLIVEIRA XAVIER	APTO
993964	KENEDY WESLEY MAGALHÃES TOMÉ SILVA	APTO
1017948	KLEBESSON AZEVEDO LIMA	APTO
1009115	LAIANE CUNHA FERREIRA	APTO
1108055	LARDEL ITALO MAIA	APTO
1063878	LARISSA BRAGA DE ARAÚJO	APTO
994745	LARISSA SANTANA GOMES DOS SANTOS	AUSENTE
1045460	LEANDRO COSTA CASTRO	APTO
1118453	LÊDA KARLA MONTEIRO DIAS	APTO
1021178	LÉO VICTOR DOS SANTOS MELQUIADES	APTO
1091592	LEONARDO DE SOUSA CARNEIRO	INAPTO
998974	LEONARDO DE SOUZA COSTA RODRIGUES	APTO
995452	LEONARDO GENILSON SANTOS DE SOUSA	APTO
1067938	LEONARDO JOSÉ ALMEIDA DE ARAÚJO	INAPTO
1031781	LEONARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA COSTA	APTO
990978	LEONARDO PEREIRA DA SILVA	APTO
1032869	LEONEL NICÁCIO DA CUNHA JÚNIOR	APTO
1016814	LETICIA GALDINO DOS SANTOS	APTO
1068771	LETÍCIA OLIVEIRA MOREIRA	APTO
1041810	LUAN NUNES SIQUEIRA	APTO
1021438	LUAN SANTOS DE MELO	AUSENTE
1083125	LUCAS ALVES DE SOUSA	APTO
990081	LUCAS ANDRADE DO NASCIMENTO	APTO
995123	LUCAS DA SILVA FRAGOSO	AUSENTE
998767	LUCAS DO NASCIMENTO FERNANDES	APTO
997815	LUCAS DO NASCIMENTO VASCONCELOS	APTO
1003376	LUCAS GOMES DA SILVA	APTO
1067796	LUCAS GONDIM FERNANDES	APTO
1028230	LUCAS MATHEUS EVANGELISTA DE SOUSA	APTO
1094058	LUCAS NASCIMENTO LIMA	APTO
1017202	LUCAS OTAVIO DOS SANTOS SILVA	APTO
1061197	LUCAS VHINNICIUS LIMA DE OLIVEIRA	INAPTO
1016309	LUCILANO LOPES DA CRUZ	APTO
1007114	LUCINEUMA SOARES FERNANDES	INAPTO
1016704	LUIZ EDUARDO BEZERRA MATOS	APTO
994848	LUMARA ARAUJO BEZERRA	APTO
1028514	LUZIA FÉLIX DE BRITO	APTO
1033396	MARCELO RIBEIRO DA SILVA	APTO
1018568	MARCILIO DE OLIVEIRA FRANÇA	APTO
1042522	MARCOS ANDRÉ LIMA BARBOSA	APTO
1062529	MARCOS WILLIAM DA CRUZ BARBOSA	APTO
1026679	MARIA BIANCA DE SOUZA MOTA	APTO
1052712	MARIA EDUARDA DE ANDRADE MARINHO	INAPTO
1017502	MARIA ELIZANARIA FERNANDES BRITO	APTO
995368	MARIA JESSIVANIA DA SILVA ROSENO	APTO
1002112	MARIA JOSE SOUSA SIQUEIRA	APTO
1049153	MARIA LIDIA DAS CHAGAS SILVA	APTO
1008713	MARIA NAYHARA DE FREITAS MONTEIRO	APTO
992097	MARIA ROZANA HOLANDA DE SOUSA	APTO
1017597	MARIA YASMIM DOS SANTOS PEREIRA	APTO
1006164	MÁRIO CÉSAR NUNES NETO	APTO
1098109	MATEUS DE SOUZA QUEIROZ	AUSENTE
1068775	MATEUS LEANDRO DE ARAÚJO	AUSENTE
992312	MATEUS MOREIRA GONÇALVES	APTO
1040545	MATHEUS ANDRADE	APTO
1001970	MATHEUS ESTRELA CASTRO	INAPTO
1121143	MATHEUS VICTOR VERAS	INAPTO
1014193	MICHAEL AQUINO DA SILVA	APTO
991319	MICHEL RODRIGO CARDOSO	APTO
1002081	MICHEL SILVA DOS SANTOS	APTO
1015216	MIGUEL DOS SANTOS ARAÚJO	APTO
1012102	MIKAILSON SILVA BORGES	APTO
1094599	MOÉZIO SALES DA SILVA	APTO
1044940	NATAN PIRES LIMA	APTO
1041048	NELSON EPAMINONDAS DOS SANTOS NETO	APTO
1013758	NICOLAS HOLANDA SCHMELING	AUSENTE
1040689	NILO MONTEIRO MAIA NETO	APTO
1032767	OLÍVIO JOSÉ ROQUE ROGÉRIO	INAPTO
1034597	OSMAR BARROS CARDOSO	APTO
1034461	PAULO HENRIQUE DE MORAIS SILVA	AUSENTE
1006967	PAULO HIGOR LIMA DE SOUSA	APTO
999007	PAULO JACKSON SILVA BARBOSA	APTO
1033062	PAULO ROBERTO DA SILVA COSTA	APTO
1036040	PAULO ROBERTO SOARES DOS SANTOS	APTO
1014298	PAULO SERGIO DA SILVA ROCHA	APTO
995650	PAULO UCHOA DE LIMA	APTO
1003950	PAULO VITOR LIMA DA SILVEIRA	APTO



INSCRIÇÃO	NOME	RESULTADO
1009698	PEDRO ANALWAM RODRIGUES MOTA	APTO
1006882	PEDRO HENRIQUE ARAÚJO OLIVEIRA	APTO
1035199	PEDRO HENRIQUE DE ALMEIDA BARBOSA	APTO
1046547	PEDRO HENRIQUE SANTOS DA SILVA	APTO
1014732	PEDRO PAZ LEONEL	APTO
1018531	PEDRO RUBENS GONÇALVES LOPES	APTO
1013564	PEDRO VICTOR RIBEIRO ROCHA	APTO
1036822	PEDRO VICTOR SANTANA DA COSTA	INAPTO
1008083	PRISCYLIANE DA SILVA MELO	APTO
988992	RAFAEL ADRIEL DA COSTA	APTO
1057446	RAFAEL ANTÔNIO DA SILVA ALVES	APTO
1017585	RAFAEL GONÇALVES RIBEIRO	APTO
1043944	RAFAELA DIAS BEZERRA RICARTE	AUSENTE
1031370	RAFHAEL ABDEL MALEK SARAIVA LEÃO	INAPTO
1094617	RAIANY COSTA MAGALHÃES	INAPTO
999113	RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA DE SOUSA JUNIOR	INAPTO
1021948	RAMON PEREIRA DE SOUSA	APTO
1000076	RAQUEL TAYNARA FLORENCIO DA SILVA	APTO
1043530	RAYZA GABRIELLY SILVA LEITE DE AGUIAR	APTO
1000349	RENATO DO NASCIMENTO FERREIRA	AUSENTE
1100943	RENATO GUEDES LIMA	AUSENTE
1020955	RENATO MARTINS DE SOUSA	APTO
1019770	RHUTLARA SOARES FERNANDES	APTO
997086	RICARDO DA SILVA FERREIRA	INAPTO
1023547	RICKSON GLEYSON CAVALCANTE DA COSTA	APTO
1044620	RODRIGO FÉLIX GOMES	APTO
1026173	RUBENS DA SILVA CAVALCANTE	APTO
1038592	RUBENS DANIEL DA SILVA DE OLIVEIRA	APTO
1074913	SAMARA CLEOCÍ LINHARES DE SOUSA	APTO
1009079	SAMIANE MOREIRA DE SOUSA SOARES	INAPTO
1012863	SARA IDELBRAUN DA SILVA MARTINHO	APTO
990062	SAULO DA SILVA MARTINS	APTO
1045539	SIDNEY GUSTAVO DO SANTOS MATIAS	AUSENTE
996034	SILVIA HELENA SOUSA PEREIRA	APTO
1026225	TALES XAVIER SEABRA	AUSENTE
998404	TALVANES LOPES DA SILVA FILHO	APTO
1110129	THAYARA FERREIRA DA SILVA	APTO
1103176	THAYNAN NUNES	APTO
993096	THIAGO GOMES DE SOUZA	APTO
1004839	THYAGO OLIVEIRA NASCIMENTO	APTO
1007238	VENILTON GOMES DA SILVA JÚNIOR	INAPTO
1008679	VICTOR ANGELO GOMES ALVES	AUSENTE
1095083	VICTOR HUGO BEZERRA CARNEIRO - Sub Judice	APTO
1079923	VICTOR HUGO SANTOS DE MESQUITA	APTO
990962	VICTOR KAUÃ MAGALHÃES DE SOUZA	APTO
1037626	VINICIUS GABRIEL DA SILVA GRACIA	INAPTO
1025202	VINICIUS MATEUS ALVES MATIAS	APTO
1115172	VINÍCIUS RICHARDSON DE ARAÚJO DANTAS	APTO
1076174	VINICIUS SAMPAIO LIMA	AUSENTE
992316	VINYCIUS ALVES FELIPE	APTO
995617	VÍTOR EMANUEL ALVES CAVALCANTE	APTO
1040791	VITOR EMANUEL DOS SANTOS	AUSENTE
992470	VITOR LEO RODRIGUES	INAPTO
1019451	WALKNEY DO RÊGO ALBUQUERQUE FILHO	INAPTO
999101	WALLISON PEREIRA LAUREANO	APTO
994174	WELITON ALEF DA SILVA	AUSENTE
1020727	WEMERSON RODRIGUES BARBOSA	APTO
1007529	WERLEY FERREIRA PIRES	INAPTO
997312	WESLEY LIMA ALVES	AUSENTE
1031717	WESLEY BENTO ALEXANDRE	APTO
998184	WILLIAM WALLACE ALVES DA SILVA	AUSENTE
1004421	WILLIAN DE SOUZA COSTA	APTO
1024774	YASCARA EMANUELLE DA SILVA POMPEU	APTO
991976	YURE ALLYSON MACEDO AGUIAR	INAPTO
997416	YURI DOS SANTOS LOPES	APTO

Fortaleza/CE, 26 de junho de 2023.

Samuel Elânio de Oliveira Júnior
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Auler Gomes de Sousa

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA Nº2521/2022-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Regional de Aracati, a **viajar** para Fortaleza, em objeto de serviço, com a finalidade de conduzir a presa ANA MICHELE DA SILVA OLIVEIRA à DECAP; conforme processo nº 11477776/2022, que chegou autorizado para pagamento nesta DIFIN em 22/12/2022, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 23 de dezembro de 2022.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº2521/2022-DIFIN DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

NOME	CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
Paulo Henrique Saldanha Baptista	Inspetor	V	06/12/2022	Aracati para Fortaleza	0,5	61,33	30,66
Thiago Carlos de Melo	Inspetor	V	06/12/2022	Aracati para Fortaleza	0,5	61,33	30,66
TOTAL	-	-	-	-	-	-	61,32

*** **



PORTARIA Nº2523/2022-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Municipal de Aracoiaba, a **viajar** para Caridade, em objeto de serviço, com a finalidade de conduzir o preso JOCÉLIO PEREIRA DA SILVA à Cadeia Pública local; conforme processo nº 11378328/2022, que chegou autorizado para pagamento nesta DIFIN em 23/12/2022, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 23 de dezembro de 2022.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº2523/2022-DIFIN DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
Francisco de Assis Soares de Oliveira	Inspetor	V	01/12/2022	Aracoiaba para Caridade	0,5	61,33	30,66
Francisco Joselio Bento do Nascimento	Inspetor	V	01/12/2022	Aracoiaba para Caridade	0,5	61,33	30,66
TOTAL	-	-	-	-	-	-	61,32

*** **

PORTARIA Nº2533/2022-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Regional de Baturité, a **viajar** para Ibicuitinga, em objeto de serviço, com a finalidade de conduzir o preso FRANCISCO IVAN MOURA DA SILVA à Cadeia Pública local de Ibicuitinga; conforme processo nº 11331844/2022, que chegou autorizado para pagamento nesta DIFIN em 23/12/2022, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 26 de dezembro de 2022.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº2533/2022-DIFIN DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
Audy Esteves Ferreira da Silva	Inspetor	V	01/12/2022	Baturité para Ibicuitinga	0,5	61,33	30,66
Carlos da Silva Moraes	Inspetor	V	01/12/2022	Baturité para Ibicuitinga	0,5	61,33	30,66
Pedro Meneses de Almeida Silva	Inspetor	V	01/12/2022	Baturité para Ibicuitinga	0,5	61,33	30,66
TOTAL	-	-	-	-	-	-	91,98

*** **

PORTARIA Nº2548/2022-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Regional de Canindé, a **viajar** para Ibicuitinga, em objeto de serviço, com a finalidade de conduzir o preso JOSÉ HAMILTON DIONÍSIO DE SOUSA TAVARES ao 3º Núcleo de Custódia de Ibicuitinga, para Audiência de Custódia e, em seguida, para recolhimento na Cadeia Pública local de Caridade; conforme processo nº 11418044/2022, que chegou autorizado para pagamento nesta DIFIN em 22/12/2022, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 26 de dezembro de 2022.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº2548/2022-DIFIN DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
Antônio Aurélio Rocha Aguiar	Inspetor	V	03/12/2022	Canindé para Ibicuitinga e Caridade	0,5	61,33	30,66
Antônio Welinson da Silva Maciel	Escrivão	V	03/12/2022	Canindé para Ibicuitinga e Caridade	0,5	61,33	30,66
Francisco Osmaci Lucena Pereira	Escrivão	V	03/12/2022	Canindé para Ibicuitinga e Caridade	0,5	61,33	30,66
TOTAL	-	-	-	-	-	-	91,98

*** **

PORTARIA Nº2560/2022-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Municipal de Ipaumirim, a **viajar** para Crato, em objeto de serviço, com a finalidade de receber aparelhos celulares que foram objeto de extração de dados no NAI de Crato; conforme processo nº 11545348/2022, que chegou autorizado para pagamento nesta DIFIN em 22/12/2022, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 26 de dezembro de 2022.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº2560/2022-DIFIN DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
Jamildo Duarte da Silva Júnior	Inspetor	V	07/12/2022	Ipaumirim para Crato	0,5	61,33	30,66
Wesley Santana Silva	Inspetor	V	07/12/2022	Ipaumirim para Crato	0,5	61,33	30,66
TOTAL	-	-	-	-	-	-	61,32

*** **

PORTARIA Nº2562/2022-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Municipal de Itarema, a **viajar** para Sobral e Trairi, em objeto de serviço, com a finalidade de conduzir o preso ALISSON GOMES VIEIRA DA SILVA ao Núcleo de Custódia de Sobral e, em seguida, à Cadeia Pública local de Trairi; conforme processo nº 11134020/2022, que chegou autorizado para pagamento nesta DIFIN em 23/12/2022, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 26 de dezembro de 2022.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.



ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº2562/2022-DIFIN DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
Nilson Glézio da Silva	Inspetor	V	24/11/2022	Itarema para Sobral e Trairi	0,5	61,33	30,66
Rodrigo Lisboa da Silva	Inspetor	V	24/11/2022	Itarema para Sobral e Trairi	0,5	61,33	30,66
TOTAL	-	-	-	-	-	-	61,32

*** **

PORTARIA Nº2651/2022-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Regional de Brejo Santo, a **viajar** para Juazeiro do Norte, em objeto de serviço, com a finalidade de conduzir o preso FRANCIELDO DA SILVA à Cadeia Pública local de Juazeiro do Norte; conforme processo nº 11991470/2022, que chegou autorizado para pagamento nesta DIFIN em 30/12/2022, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 30 de dezembro de 2022.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº2651/2022-DIFIN DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			
					QTD	VALOR(R\$)	ACRESCIDOS	TOTAL(R\$)
Felipe Tavares Miranda	Inspetor	V	25/12/2022	Brejo Santo para Juazeiro do Norte	0,5	61,33	20%	36,79
Joana Darc Rodrigues de Matos	Inspetor	V	25/12/2022	Brejo Santo para Juazeiro do Norte	0,5	61,33	20%	36,79
Márcio Fernandes Sousa da Silva	Inspetor	V	25/12/2022	Brejo Santo para Juazeiro do Norte	0,5	61,33	20%	36,79
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	110,37

*** **

PORTARIA Nº2671/2022-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Regional de Solonópole, a **viajar** para Fortaleza, em objeto de serviço, com a finalidade de realizar oitivas no DPI Sul, bem como entregar armas para a realização de perícia na PEFOCE; conforme processo nº 11905336/2022, que chegou autorizado para pagamento nesta DIFIN em 30/12/2022, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “b”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 30 de dezembro de 2022.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº2671/2022-DIFIN DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
Edvaldo Ferreira Gomes Filho Patriota	Delegado	IV	22 a 23/12/2022	Solonópole para Fortaleza	1,5	64,83	97,24
José Irapuan Guerra Pessoa	Inspetor	V	22 a 23/12/2022	Solonópole para Fortaleza	1,5	61,33	91,99
TOTAL	-	-	-	-	-	-	189,23

*** **

PORTARIA Nº2691/2022-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Regional de Crateús, a **viajar** para Fortaleza, em objeto de serviço, com a finalidade de entregar armas de fogo, munições e amostras de drogas e outros objetos para a realização de perícia na PEFOCE, bem como entregar documentos na Delegacia Geral; conforme processo nº 11826134/2022, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 30 de dezembro de 2022.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº2691/2022-DIFIN DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
José Everardo Andrade Rodrigues	Inspetor	V	20/12/2022	Crateús para Fortaleza	0,5	61,33	30,66
Luã Marcos dos Santos Silva	Inspetor	V	20/12/2022	Crateús para Fortaleza	0,5	61,33	30,66
TOTAL	-	-	-	-	-	-	61,32

*** **

PORTARIA Nº2744/2022-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Municipal de Santa Quitéria, a **viajar** para Sobral, em objeto de serviço, com a finalidade de receber inquéritos físicos; conforme processo nº 12079537/2022, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 30 de dezembro de 2022.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº2744/2022-DIFIN DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			
					QTD	VALOR(R\$)	ACRESCIDOS	TOTAL(R\$)
Antônio Ariel da Silva Monteiro	Inspetor	V	29/12/2022	Santa Quitéria para Sobral	0,5	61,33	20%	36,79
Gabriel Wiljanderson Marreiro de Paula	Inspetor	V	29/12/2022	Santa Quitéria para Sobral	0,5	61,33	20%	36,79
Joyce Dayanne Mesquita Teixeira	Inspetor	V	29/12/2022	Santa Quitéria para Sobral	0,5	61,33	20%	36,79
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	110,37

*** **

PORTARIA Nº0002/2023-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **ANTÔNIO RODRIGO FÉLIX RODRIGUES**, ocupante do cargo de Inspetor de Polícia Civil, lotado na Divisão de Material e Patrimônio, matrícula nº 300350-1-1, a **viajar** para Iguatu, Jucás, Acopiara, Várzea Alegre e Saboeiro, no período de 17 a 20/01/2023, com a finalidade de realizar vistorias nas delegacias dos municípios; conforme processo nº 00397166/2023, concedendo-lhe três diárias e meia, no valor unitário de R\$ 61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$ 214,65 (duzentos e catorze reais e sessenta e cinco centavos), de acordo com o artigo 3º, alínea “b” do § 1º do art. 4º, art. 5º e seu § 1º; art. 10, classe V do Anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 20 de janeiro de 2023.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº0005/2023-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **ENILSON MOURA PONTES FILHO**, ocupante do cargo de Inspetor de Polícia Civil, lotado na Delegacia de Combate à Corrupção – Núcleo Sul, matrícula nº 167968-1-6, a **viajar** para Fortaleza, no período de 19 a 23/01/2023, com a finalidade de participar do Curso de Introdução à Atividade de Inteligência; conforme processo nº 00524494/2023, que chegou autorizado para pagamento nesta DIFIN em 19/01/2023, concedendo-lhe quatro diárias e meia, no valor unitário de R\$ 61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$ 275,98 (duzentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos), de acordo com o artigo 3º, alínea “b” do § 1º do art. 4º, art. 5º e seu § 1º; art. 10, classe V do Anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Superintendência Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 20 de janeiro de 2023.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA NORMATIVA Nº05/2023 - DGPC.

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO, NO ÂMBITO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, A SER REALIZADO NOS CASOS DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS, CVLI, EXCETO OS LATROCÍNIOS, QUE TENHAM COMO VÍTIMAS MULHERES CIS, TRANS E TRAVESTIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art.144, §4º, da Constituição da República Federativa do Brasil; pelo art. 183, §1º, da Constituição do Estado do Ceará e pelo art. 7º do Estatuto da Polícia Civil de Carreira, aprovado pela Lei nº12.124/93; CONSIDERANDO que compete ao Delegado-Geral exercer a superior orientação, coordenação e supervisão da Polícia Civil, bem como estabelecer normas que visem a padronizar e otimizar a gestão de procedimentos policiais, sempre com vistas aos princípios da eficiência, celeridade, a economia processual e do interesse público; CONSIDERANDO que compete ao delegado de polícia, nos termos do art. 4º do Código de Processo Penal e da Lei nº 12.830/2013 a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, com objetivo de apurar as circunstâncias, a materialidade e a autoria das infrações penais; CONSIDERANDO a Lei 13.104/2015, que alterou o Código Penal e define o feminicídio como o homicídio contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, tornado-o, ainda, qualificadora do crime de homicídio, bem como incluindo o feminicídio no rol dos crimes hediondos; CONSIDERANDO que há razões de condição do sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica ou familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher; CONSIDERANDO que a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; CONSIDERANDO as diretrizes nacionais para investigação, processamento e julgamento de mortes violentas de mulheres, com perspectiva de gênero, para seu correto enquadramento penal; RESOLVE:

Art. 1º. Todos os Crimes Violentos Letais e Intencionais - CVLI, exceto os latrocínios, que tenham como vítimas mulheres cis, trans e travestis, deverão ser investigados sob a perspectiva de gênero, analisando, desde o início, se os crimes são praticados em razão do menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou em relação doméstica e familiar.

Art. 2º No registro da ocorrência serão considerados os elementos até então presentes, a fim de enquadrar, preliminarmente, como feminicídio, a morte violenta contra mulheres, se estiverem elementos que indiquem ter ocorrido o fato em razão de desigualdades estruturais de gênero.

Art. 3º. Caso a ocorrência tenha sido registrada inicialmente como homicídio e, posteriormente, a investigação indique tratar-se de feminicídio, deverá a autoridade policial proceder à alteração imediata da tipificação inicial no Sistema de Informações Policiais ou correspondente.

Art. 4º No caso do Delegado de Polícia entender que a investigação trata-se de feminicídio, para fins de transferência do boletim de ocorrência registrado e do inquérito policial instaurado para outra delegacia de polícia, deverá elaborar despacho fundamentado, indicando na decisão os elementos de convicção.

Art. 5º. Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 07 de julho de 2023.

Márcio Rodrigo Gutiérrez Rocha
DELEGADO-GERAL

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

*** **

PORTARIA Nº0014/2023-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Regional de Baturité, a **viajar** para Caucaia, em objeto de serviço, com a finalidade de conduzir o preso RAFAEL DO NASCIMENTO SOUSA à Cadeia Pública local de Caucaia; conforme processo nº 00561594/2023, que chegou autorizado para pagamento nesta DIFIN em 26/01/2023, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 27 de janeiro de 2023.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº0014/2023-DIFIN DE 27 DE JANEIRO DE 2023

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
Audy Esteves Ferreira da Silva	Inspetor	V	16/01/2023	Baturité para Caucaia	0,5	61,33	30,66
Maisa Gabriela Furtado Moreira	Inspetor	V	16/01/2023	Baturité para Caucaia	0,5	61,33	30,66
Pedro Meneses de Almeida Silva	Inspetor	V	16/01/2023	Baturité para Caucaia	0,5	61,33	30,66
TOTAL	-	-	-	-	-	-	91,98

*** **

PORTARIA Nº0016/2023-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Regional de Camocim, a **viajar** para Sobral e Granja, em objeto de serviço, com a finalidade de conduzir os presos JAIRNO SILVESTRE DOS SANTOS e RAIMUNDO RODRIGUES DE ARAÚJO JÚNIOR ao 5º Núcleo de Custódia de Sobral e, em seguida para recolhimento na Cadeia Pública local de Granja; conforme processo nº 00541267/2023, que chegou autorizado para pagamento nesta DIFIN em 26/01/2023, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 27 de janeiro de 2023.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº0016/2023-DIFIN DE 27 DE JANEIRO DE 2023

NOME	CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
Adalberto Araújo do Nascimento	Inspetor	V	16/01/2023	Camocim para Sobral e Granja	0,5	61,33	30,66
Luciana Linhares dos Santos	Inspetor	V	16/01/2023	Camocim para Sobral e Granja	0,5	61,33	30,66
TOTAL	-	-	-	-	-	-	61,32

*** **

PORTARIA Nº0051/2023-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Regional de Tianguá, a **viajar** para Sobral, em objeto de serviço, com a finalidade de conduzir os presos FABIANO RODRIGUES DO CARMO e FRANCISCO



WALISON DE JESUS PEREIRA para Audiência de Custódia; conforme processo nº 00594433/2023, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º, alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 03 de fevereiro de 2023.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº0051/2022-DIFIN DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			
					QTD	VALOR(R\$)	ACRESCIDOS	TOTAL(R\$)
Francisco Jaelson Martins de Sá	Inspetor	V	17/01/2023	Tianguá para Sobral	0,5	61,33	20%	36,79
Joaquim Aivaldo Sousa Café	Inspetor	V	17/01/2023	Tianguá para Sobral	0,5	61,33	20%	36,79
Sebastião Bastos Rodrigues	Inspetor	V	17/01/2023	Tianguá para Sobral	0,5	61,33	20%	36,79
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	110,37

*** **

PORTARIA Nº0052/2023-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **EVANÉSIO MARCELINO DE SOUSA JÚNIOR**, ocupante do cargo de Inspetor de Polícia Civil, lotado na Divisão de Material e Patrimônio, matrícula nº 021653-1-7, a **viajar** para Itapipoca, Amontada, Irauçuba, Itapajé, Pentecoste, Tejuçuoca, Tururu, Umirim e Uruburetama, no período de 30/01/2023 a 03/02/2023, com a finalidade de realizar vistorias nas Delegacias dos municípios supracitados; conforme processo nº 00870350/2023, concedendo-lhe quatro diárias e meia, no valor unitário de R\$ 61,33 (sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$ 275,98 (duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos), de acordo com o artigo 3º, alínea “b” do § 1º do art. 4º, art. 5º e seu § 1º; art. 10, classe V do Anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Superintendência Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 03 de fevereiro de 2023.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº0068/2023-DIFIN O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Regional de Brejo Santo, a **viajar** para Juazeiro do Norte, em objeto de serviço, com a finalidade de conduzir o preso CÍCERO EDSON CÂNDIDO DOS SANTOS à Cadeia Pública local de Juazeiro do Norte; conforme processo nº 00161782/2023, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º, alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 07 de fevereiro de 2023.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº0068/2022-DIFIN DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			
					QTD	VALOR(R\$)	ACRESCIDOS	TOTAL(R\$)
Carlos André Cruz Angelim	Inspetor	V	05/01/2023	Brejo Santo para Juazeiro do Norte	0,5	61,33	20%	36,79
João Eudes de Sousa	Inspetor	V	05/01/2023	Brejo Santo para Juazeiro do Norte	0,5	61,33	20%	36,79
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	73,58

*** **

PORTARIA Nº460/2023-DIFIN O DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL/ORDENADOR DE DESPESAS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Municipal de Campos Sales, a **viajar** para Juazeiro do Norte, em objeto de serviço, com a finalidade de levar viatura para revisão; conforme processo nº 02202281/2023, que chegou autorizado para pagamento nesta DIFIN em 14/03/2023, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 16 de março de 2023.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL/ORDENADOR DE DESPESAS

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº460/2023-DIFIN DE 16 DE MARÇO DE 2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			
					QTD	VALOR(R\$)	ACRESCIDOS	TOTAL(R\$)
Antônio Adalberto de Moura Neto	Inspetor	V	28/02/2023	Campos Sales para Juazeiro do Norte	0,5	61,33	20%	36,79
Carlos José de Melo Modesto	Inspetor	V	28/02/2023	Campos Sales para Juazeiro do Norte	0,5	61,33	20%	36,79
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	73,58

*** **

PORTARIA Nº463/2023 - GDGPC O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO a necessidade de promover a revisão do processo de ascensão funcional por progressão e no que restou deliberado nos autos do processo administrativo nº 05363500/2022, RESOLVE **EXCLUIR** da Portaria Nº1189/2021 – DG, datada de 30 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado de 22 de fevereiro de 2022, o Inspetor de Polícia Civil, **CLACION DE SOUZA BRAGA**, Matrícula N.º 20100113739412, lotado na Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, Fortaleza, 04 de julho de 2023.

Márcio Rodrigo Gutiérrez Rocha
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

*** **

PORTARIA Nº464/2023 - GDGPC O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, com fundamento no §1.º, do Artigo 3.º, Arts. 4.º, 6.º e 7.º da Lei N.º 15.990 de 22 de março de 2016 e no que restou deliberado nos autos do processo administrativo nº 05363500/2022, RESOLVE **corrigir a ascensão funcional por Progressão**, a partir de 21 de abril de 2020, com efeitos exclusivamente funcionais referentes ao exercício de 2020, nos termos do inciso I, do art. 1.º, da Lei Complementar Estadual n.º 215, de 17 de abril de 2020, do Inspetor de Polícia Civil, **CLACION DE SOUZA BRAGA**, Matrícula N.º 20100113739412, lotado na Polícia Civil, conforme anexo único desta Portaria. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, Fortaleza, 04 de julho de 2023.

Márcio Rodrigo Gutiérrez Rocha
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº464/2023, DE 04 DE JULHO DE 2023

INTERSTÍCIO	A PARTIR DE	REFERÊNCIA ATUAL	REFERÊNCIA NOVA
21.04.2019 a 20.04.2020	21.04.2020	A – III	A – IV

*** **

PORTARIA Nº591/2023 - GDGPC - O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo administrativo nº 09721312/2022 - VIPROC, RESOLVE NOTIFICAR o **falecimento** de **JOÃO BATISTA DE SOUSA OLIVEIRA**, integrante do Subgrupo Investigação Policial e Preparação Processual, pertencente ao Grupo Ocupacional Atividades de Polícia Judiciária – APJ, ocupante do cargo de Escrivão de Polícia Civil, Classe A, Nível I, matrícula nº 011.538-1-1, ocorrido em 21 de setembro de 2022, conforme certidão de óbito expedida pelo Registro Civil das Pessoas Naturais de Antônio Bezerra, nesta comarca, datada de 5 de outubro de 2022, com fundamento no Art. 172 da Lei nº 12.124 de 06.07.93 c/c o Art. 64, Inciso II da Lei nº 9.826 de 14 de maio de 1974, em face do que dispõem os incisos I e II do art. 4º do Decreto nº 20.768 de 11 de junho de 1990. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 2 de maio de 2023.

Márcio Rodrigo Gutiérrez Rocha
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

PORTARIA (COAF) Nº01/2023 - O ORDENADOR DE DESPESAS DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 78 combinado com o artigo 120 da Lei nº9.809, de 18 de dezembro de 1973, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do inciso I do artigo 123, da citada Lei, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, ao POLICIAL MILITAR, **CARLOS EDUARDO LOPES MOURÃO**, matrícula nº303.732-1-9, lotado no REGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA da POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, a importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais), à conta da Dotação classificada na Nota de Empenho nº2023NE001131. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, em Fortaleza, 13 de junho de 2023.

Marco Aurélio Teixeira Oliveira – TEN CEL QOPM
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA (COAF) Nº02/2023 - O ORDENADOR DE DESPESAS DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 78 combinado com o artigo 120 da Lei nº9.809, de 18 de dezembro de 1973, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do inciso I do artigo 123, da citada Lei, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, ao POLICIAL MILITAR, **RONEY RICARTE DE ARAUJO**, matrícula nº151.725-1-7, lotado no 3º Batalhão da POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, a importância de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), à conta da Dotação classificada na Nota de Empenho nº2023NE001130. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, em Fortaleza, 13 de junho de 2023.

Marco Aurélio Teixeira Oliveira – TEN CEL QOPM
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA (COAF) Nº04/2023 - O ORDENADOR DE DESPESAS DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 78 combinado com o artigo 120 da Lei nº9.809, de 18 de dezembro de 1973, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do inciso I do artigo 123, da citada Lei, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, ao POLICIAL MILITAR, **ADEMIR DE CASTRO OLIVEIRA**, matrícula nº151.589-1-3, lotado no Coordenadoria de Gestão de Pessoas da POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), à conta da Dotação classificada na Nota de Empenho nº2023NE001136. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, em Fortaleza, 13 de junho de 2023.

Marco Aurélio Teixeira Oliveira – TEN CEL QOPM
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº005/2023 - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso de suas atribuições, RESOLVE, nos termos do art. 1º da Lei nº16.521, de 15/03/2018, CONCEDER **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** aos **SERVIDORES** relacionados no anexo único desta portaria, durante o mês de ABRIL DE 2023. QUARTEL DO COMANDO GERAL, em Fortaleza-CE, 16 de fevereiro de 2023.

Klênio Sávio Nascimento de Sousa
CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº005/2023 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023

ORD.	NOME	CARGO OU FUNÇÃO	MATRÍCULA	VALOR TICKET	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	AMADEU SALES DOS SANTOS JÚNIOR	PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	000.241-12	15,00	18	270,00
2	ANTÔNIA DE FÁTIMA MOURA	TELEFONISTA	020.412-19	15,00	18	270,00
3	ANTÔNIA FERREIRA LIMA	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	000.283-12	15,00	18	270,00
4	ANTÔNIO FERNANDO SOUSA DE ALMEIDA	OPERADOR DE COMPUTADOR	000.317-12	15,00	18	270,00
5	ANTÔNIO HOSANO DA SILVA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	117.117-15	15,00	18	270,00
6	ARLINDO DIAS DA SILVA	MEC. DE MÁQUINAS E VEÍCULOS	029.302-18	15,00	18	270,00
7	CARLOS FERNANDES DO NASCIMENTO	COZINHEIRO	029.398-19	15,00	18	270,00
8	CÉLIA MARIA DAMASCENO INÁCIO	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	024.475-17	15,00	18	270,00
9	EDNA DA PENHA TOMÉ	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	026.185-16	15,00	18	270,00
10	ELIZABETE MOTA PESSOA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	002.319-16	15,00	18	270,00
11	EMÍDIA MARIA VASCONCELOS	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	085.777-14	15,00	18	270,00
12	FÁTIMA PEREIRA DE OLIVEIRA	DATILÓGRAFO	026.049-14	15,00	18	270,00
13	FRANCISCA VELEIDA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	003.206-17	15,00	18	270,00
14	GEYSA CUNHA ALBUQUERQUE	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	132.354-14	15,00	18	270,00
15	HELENA ALVES PINTO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	028.645-17	15,00	18	270,00
16	HUGO TRÉVIA DE OLIVEIRA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	085.334-15	15,00	18	270,00
17	KLEBER RODRIGUES JÚNIOR	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	028.853-1X	15,00	18	270,00
18	LÚCIA CABRAL COSTA DE OLIVEIRA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	027.769-1X	15,00	18	270,00
19	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DA SILVA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	024.971-15	15,00	18	270,00
20	MARIA ELINEIDE FERNANDES SAMPAIO	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	037.188-24	15,00	18	270,00
21	MARIA IVANILDA ROCHA VIANA	TELEFONISTA	023.801-10	15,00	18	270,00
22	MOACIR DANTAS BANDEIRA	OPERADOR DE COMPUTADOR	126.450-15	15,00	18	270,00
23	REGINA LÚCIA RANGEL MIRANDA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	032.341-18	15,00	18	270,00
24	ROSSICLEIDE MARQUES DA FARIAS	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	103.275-12	15,00	18	270,00

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº001/2023 DE 20 DE JANEIRO DE 2023

ORD.	NOME	CARGO OU FUNÇÃO	MATRÍCULA	VALOR TICKET	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
25	SÍLVIA MARIA DA PONTE	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	115.858-17	15,00	18	270,00

*** **



PORTARIA (COAF) Nº05/2023 - O ORDENADOR DE DESPESAS DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 78 combinado com o artigo 120 da Lei nº9.809, de 18 de dezembro de 1973, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do inciso I do artigo 123, da citada Lei, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, a POLICIAL MILITAR, **NATHALIA MORIAS DE SOUSA**, matrícula nº308.705-2-2, lotado na CSASR da POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, a importância de R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais), à conta da Dotação classificada na Nota de Empenho nº2023NE001135. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, em Fortaleza, 13 de junho de 2023.

Marco Aurélio Teixeira Oliveira – TEN CEL QOPM
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA (COAF) Nº06/2023 - O ORDENADOR DE DESPESAS DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 78 combinado com o artigo 120 da Lei nº9.809, de 18 de dezembro de 1973, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do inciso I do artigo 123, da citada Lei, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, ao POLICIAL MILITAR, **FRANCISCO ROBERTO DE FREITAS**, matrícula nº301.209-1-4, lotado no Batalhão de Segurança Patrimonial da POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, a importância de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), à conta da Dotação classificada na Nota de Empenho nº2023NE001145. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, em Fortaleza, 13 de junho de 2023.

Marco Aurélio Teixeira Oliveira – TEN CEL QOPM
COORDENADOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº024/2023- CPP - O CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º, em consonância com art. 22, inc. I c/c art. 3º, inc. II, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares Estaduais do Ceará), e ainda conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças - CPP contida na Nota nº104/2020-CPP, publicada no BCG nº146, de 05/08/2020, bem como na Folha de Informação e Despacho nº050/2023-CPP, contida nos autos do processo sob o VIPROC nº03139974/2023, RESOLVE: **promover** à graduação de Cabo PM, a contar de 24/12/2019, em ressarcimento de preterição, pela modalidade merecimento, o SOLDADO PM Nº25.294 **FREDERICO ALBERTO BARBOSA VILLAÇA**, MF: 304.011-1-5, sem o pagamento de retroativos referentes ao exercício de 2020, conforme art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Estadual nº215, de 17/04/2020. QCG em Fortaleza-CE, 22 de junho de 2023.

Klênio Savyo Nascimento de Sousa
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA PMCE

*** **

PORTARIA Nº030/2023 - O CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso de suas atribuições, RESOLVE, nos termos do art. 1º da Lei nº16.521, de 15/03/2018, CONCEDER **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** aos **SERVIDORES** relacionados no anexo único desta portaria, durante o mês de JULHO DE 2023. QUARTEL DO COMANDO GERAL, em Fortaleza-CE, 16 de maio de 2023.

Klênio Savyo Nascimento de Sousa
CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMCE

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº030/2023 DE 16 DE MAIO DE 2023

ORD.	NOME	CARGO OU FUNÇÃO	MATRÍCULA	VALOR TICKET	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	AMADEU SALES DOS SANTOS JÚNIOR	PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	000.241-12	15,00	20	300,00
2	ANA MARIA PEREIRA CRISPIM	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	028.698-10	15,00	20	300,00
3	ANTÔNIA DE FÁTIMA MOURA	TELEFONISTA	020.412-19	15,00	20	300,00
4	ANTÔNIA FERREIRA LIMA	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	000.283-12	15,00	20	300,00
5	ANTÔNIO BARBOSA DE SOUSA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	003.417-11	15,00	20	300,00
6	ANTÔNIO FERNANDO SOUSA DE ALMEIDA	OPERADOR DE COMPUTADOR	000.317-12	15,00	20	300,00
7	ANTÔNIO HOSANO DA SILVA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	117.117-15	15,00	20	300,00
8	ARLINDO DIAS DA SILVA	MEC. DE MÁQUINAS E VEÍCULOS	029.302-18	15,00	20	300,00
9	CARLOS FERNANDES DO NASCIMENTO	COZINHEIRO	029.398-19	15,00	20	300,00
10	EDNA DA PENHA TOMÉ	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	026.185-16	15,00	20	300,00
11	ELIZABETE MOTA PESSOA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	002.319-16	15,00	20	300,00
12	EMÍLIA MARIA VASCONCELOS	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	085.777-14	15,00	20	300,00
13	FÁTIMA PEREIRA DE OLIVEIRA	DATILÓGRAFO	026.049-14	15,00	20	300,00
14	FRANCISCA VELEIDA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	003.206-17	15,00	20	300,00
15	GEYSA CUNHA ALBUQUERQUE	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	132.354-14	15,00	20	300,00
16	HELENA ALVES PINTO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	028.645-17	15,00	20	300,00
17	HUGO TRÉVIA DE OLIVEIRA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	085.334-15	15,00	20	300,00
18	KLEBER RODRIGUES JÚNIOR	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	028.853-1X	15,00	20	300,00
19	LÚCIA CABRAL COSTA DE OLIVEIRA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	027.769-1X	15,00	20	300,00
20	MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DA SILVA	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	024.971-15	15,00	20	300,00
21	MARIA ELINEIDE FERNANDES SAMPAIO	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	037.188-24	15,00	20	300,00
22	MARIA IVANILDA ROCHA VIANA	TELEFONISTA	023.801-10	15,00	20	300,00
23	MOACIR DANTAS BANDEIRA	OPERADOR DE COMPUTADOR	126.450-15	15,00	20	300,00
24	ROSSICLEIDE MARQUES DA FARIAS	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	103.275-12	15,00	20	300,00
25	SANDRA MARIA COSMA CIDRAK COLARES	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	072.098-19	15,00	20	300,00
26	SILVIA MARIA DA PONTE	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO	115.858-17	15,00	20	300,00

*** **

PORTARIA Nº030/2023- CPP - O CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º, em consonância com art. 22, inc. IV, c/c art. 3º, inc. I, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares Estaduais do Ceará), e ainda conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças no requerimento sob o NUP nº10061.010292/2023-22, contida na Nota nº002/2023-CPP, publicada no BCG nº063, de 31/03/2023, RESOLVE: **PROMOVER** à graduação de Subtenente PM, a contar de 24/12/2019, em ressarcimento de preterição, pela modalidade antiguidade, o policial militar **ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO**, MF: 101.171-1-9, sem o pagamento de retroativos referentes ao exercício de 2020, conforme art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Estadual nº215, de 17/04/2020. Consequentemente, torna-se sem efeito a promoção à graduação de Subtenente PM do referido policial militar, contida na Portaria nº094/2022-CPP, publicada no DOE nº255, de 22/12/2022. QCG em Fortaleza-CE, 21 de junho de 2023.

Klênio Savyo Nascimento de Sousa
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA PMCE

*** **

PORTARIA Nº032/2023- CPP - O CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º, em consonância com art. 22, inc. III c/c art. 3º, inc. II, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares Estaduais do Ceará), e ainda conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças no requerimento sob o NUP nº10061.010293/2023-77, contida na Nota nº001/2023-CPP, publicada no BCG nº063, de 31/03/2023, RESOLVE: **promover** à graduação de Cabo PM, a contar de 24/12/2021, em ressarcimento de preterição, pela modalidade merecimento, o policial militar **ANTÔNIO JOSÉ SIMPLÍCIO DIAS**, MF: 305.870-1-4. Consequentemente, torna-se sem efeito a promoção à graduação de Cabo PM do referido policial militar, contida na Portaria nº094/2022-CPP, publicada no DOE nº255, de 22/12/2022. QCG em Fortaleza-CE, 21 de junho de 2023.

Klênio Savyo Nascimento de Sousa
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA PMCE

*** **

PORTARIA Nº042/2023- CPP - O CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º, em consonância com o art. 22, inc. V c/c art. 10, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares Estaduais do Ceará), e parágrafo único do art. 25 do Decreto nº31.804/2015, e ainda conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças no requerimento sob o NUP 10061.009639/2023-94, contida na Nota nº020/2023-CPP, publicada no BCG nº086, de 09/05/2023, RESOLVE: **promover** à graduação de Subtenente PM, a contar de 24/12/2021, em ressarcimento de preterição, pela modalidade antiguidade, o 1º SARGENTO PM Nº17.670 **PEDRO BALDUINO DA SILVA**, M.F.: 112.915-1-1. QCG em Fortaleza-CE, 29 de junho de 2023.

Clênio Savyo Nascimento de Sousa
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA PMCE

*** **

PORTARIA Nº048/2023 – CPP - O CORONEL COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º, em consonância com art. 22, inc. V, c/c art. 3º, inc. II, todos da Lei nº15.797/2015 (Lei de Promoções dos Militares Estaduais do Ceará), e ainda conforme a decisão da Comissão de Promoção de Praças no requerimento sob o NUP 10061.015289/2023-03, contida na Nota nº052/2023-CPP, publicada no BCG nº097, de 24/05/2023, RESOLVE: **PROMOVER** à graduação de 3º Sargento PM, a contar de 24/12/2022, em ressarcimento de preterição, pela modalidade merecimento, o CABO PM 25.352 **DENIS SALES DE ALENCAR**, MF: 304.069-1-5. QCG em Fortaleza-CE, 29 de junho de 2023.

Clênio Savyo Nascimento de Sousa
CORONEL COMANDANTE-GERAL DA PMCE

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº1081494/2019

I - ESPÉCIE: Termo de Aditamento XIX ao Contrato nº1081494/2019; II - CONTRATANTE: Polícia Militar do Ceará, CNPJ nº01.790.944/0001-72; III - ENDEREÇO: Av. Aguanambi, 2280, Bairro de Fátima, Fortaleza-CE; IV - CONTRATADA: Empresa **TICKET GESTÃO EM MANUTENÇÃO EZC S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº08.273.364/0001-57; V - ENDEREÇO: Rua Machado de Assis, 50, Edifício 03, Bairro Santa Lúcia, na Cidade de Campos Bom/RS, CEP 93.700-000, e-mail: licitacoes@edenred.com; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso I do Art. 58 da Lei nº8.666/93; VII - FORO: Comarca de Fortaleza-CE; VIII - OBJETO: **Inclusão de 06 (seis) veículos ao Contrato Nº1081494/2019**, conforme especificações abaixo: 1. TROLLER/T4 XLT 3.2, PLACAS POX 0019/CE, chassi 94TT41353JH400308; ano 2017/2018; 2. TROLLER/T4 XLT 3.2, PLACAS POX 0119/CE, chassi 94TT41353JH400301; ano 2017/2018; 3. TROLLER/T4 XLT 3.2, PLACAS POX 1209/CE, chassi 94TT41353JH400398; ano 2017/2018. 4. TROLLER/T4 XLT 3.2, PLACAS POX 1279/CE, chassi 94TT41353JH400364; ano 2017/2018. 5. TROLLER/T4 XLT 3.2, PLACAS POX 1584/CE, chassi 94TT41353JH401674; ano 2017/2018. 6. TROLLER/T4 XLT 3.2, PLACAS POX 1534/CE, chassi 94TT41353JH401629; ano 2017/2018; IX - VALOR GLOBAL: Permanece Inalterado; X - DA VIGÊNCIA: A partir da data de publicação deste extrato do Termo de Aditamento no DOE; XI - DA RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do referido contrato permanecem inalteradas; XII - DATA: 23 de junho de 2023; XIII - SIGNATÁRIOS: Senhor Clênio Savyo Nascimento de Sousa, Coronel Comandante Geral da PMCE e os Senhores Luciano Rodrigo Weiland e Jefferson Leandro dos Reis Fernandes, Representantes da Contratada.

Jorge Costa de Araújo - CEL QOPM
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 1278325/2023

CONTRATANTE: POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, inscrita no CNPJ nº01.790.944/0001-72, com sede na Avenida Aguanambi, nº2280, Fátima, Fortaleza/CE. CONTRATADA: Empresa **LCD LABORATÓRIO CEARENSE DE DIAGNÓSTICOS LTDA**, com sede na Doutor Walter Porto, nº239, Parque Iracema, Fortaleza/CE, Cep: 60.822-250, fone (85) 997151360/ 3051-3494, e-mail: cearensediagnosticos@yahoo.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº33.697.341/0001-17. OBJETO: **Serviço de realização de exames laboratoriais nos cães da CPCÂES/PMCE**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no GRUPO 01 do Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº20230017-PMCE e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA. FORO: Comarca de Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação em D.O.E. VALOR GLOBAL: R\$ 275.550,00 (duzentos e setenta e cinco, quinhentos e cinquenta reais) pagos em até 30 (trinta) dias. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Viproc 00981119/2023; PR 1218578; Dotação orçamentária (2023) – 10100003.06.122.521.20271.03.339039.1.500.9100000.0. DATA DA ASSINATURA: 04 de julho de 2023. SIGNATÁRIOS: Exmo Sr. Clênio Savyo Nascimento de Sousa, Coronel Comandante Geral da Polícia Militar do Ceará e o Sr. Francisco Uelthon Fernandes Pequeno, Representante da Empresa Contratada.

Jorge Costa de Araújo - CEL QOPM
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 1278328/2023

CONTRATANTE: POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, inscrita no CNPJ nº01.790.944/0001-72, com sede na Avenida Aguanambi, nº2280, Fátima, Fortaleza/CE. CONTRATADA: Empresa **DKM SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI - EPP**, com sede na Av. Santos Dumont, 6740, Sala 1012, Torres Businnes, Cocó, Fortaleza/CE, Cep: 60.192-022, fone (85) 99200-2206, e-mail: dkmlicitacao@gmail.com, inscrita no CNPJ sob o nº22.527.999/0001-64. OBJETO: **Realização de exames de procedimentos cirúrgicos nos cães da CPCÂES/PMCE**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no GRUPO 03 do Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº20230017-PMCE e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA. FORO: Comarca de Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação em D.O.E. VALOR GLOBAL: R\$ 248.333,19 (duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta e três reais e dezenove centavos) pagos em até 30 (trinta) dias, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Viproc 05448109/2023; PR 1218578; Dotação orçamentária (2023) – 10100003.06.122.521.20271.03.339039.1.500.9100000.0. DATA DA ASSINATURA: 04 de julho de 2023. SIGNATÁRIOS: Exmo Sr. Clênio Savyo Nascimento de Sousa, Coronel Comandante Geral da Polícia Militar do Ceará e o Sr. Marcos Raniery Prudêncio de Mesquita, Representante da Empresa Contratada.

Jorge Costa de Araújo - CEL QOPM
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 1278330/2023

CONTRATANTE: POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, inscrita no CNPJ nº01.790.944/0001-72, com sede na Avenida Aguanambi, nº2280, Fátima, Fortaleza/CE. CONTRATADA: Empresa **VETERINÁRIA DIAGNÓSTICOS LTDA**, com sede na Rua Benjamim Constant, nº108, Bairro Centro, Município Catolé do Rocha/PB, Cep: 58.884-000, fone (83) 3441-1029, e-mail: vet.diagnosticos@yahoo.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº08.986.811/0001-15. OBJETO: **Realização de exames de imagens nos cães da CPCÂES/PMCE**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no GRUPO 02 do Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Eletrônico nº20230017-PMCE e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA. FORO: Comarca de Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação em D.O.E. VALOR GLOBAL: R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) pagos em até 30 (trinta) dias, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Viproc 05446572/2023; PR 1218578; Dotação orçamentária (2023) – 10100003.06.122.521.20271.03.339039.1.500.9100000.0. DATA DA ASSINATURA: 03 de julho de 2023. SIGNATÁRIOS: Exmo Sr. Clênio Savyo Nascimento de Sousa, Coronel Comandante Geral da Polícia Militar do Ceará e o Sr. Nebson Fernandes Pequeno, Representante da Empresa Contratada.

Jorge Costa de Araújo - CEL QOPM
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº453/2023

O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do art. 37, da Lei nº4.320/64, como também dos arts. 112 e 113 da Lei Estadual nº9.809/73, CONSIDERANDO as informações contidas nos documentos constantes no Processo NUP 10061.014587/2023-78, que trata da necessidade de pagamento de valores devidos ao requerente abaixo informado, em face da diferença de Auxílio Alimentação, referente ao período de 08/03/2022 a 31/12/2022, conforme Certidão contida no processo, emitida pela Célula da Folha de Pagamento



da PMCE; RESOLVE, **reconhecer a dívida** no valor de R\$ 2.284,22 (dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e dois centavos), em favor do St PM INÊS CECÍLIA GOIANA DA SILVA HERÁCLITO, matrícula: 108.632-1-X, atinente ao ressarcimento de valores de Auxílio Alimentação, referente ao período de 08 de março de 2022 a dezembro de 2022. A despesa em questão ocorrerá por conta da Dotação Orçamentária: 10100003.06.122.521.20281.15.31909200.500.00.0.10. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Jorge Costa de Araujo – CEL QOPM
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº462/2023

O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do art. 37, da Lei nº4.320/64, como também dos arts. 112 e 113 da Lei Estadual nº9.809/73, CONSIDERANDO as informações contidas nos documentos constantes no NUP 10061.015654/2023-71, que trata da necessidade de pagamento de valores devidos ao requerente abaixo informado, em face de sua promoção ao posto de 2º Tenente na modalidade requerida, a contar de 12 de fevereiro de 2021, conforme fez público o Diário Oficial do Estado nº008, de 12 de janeiro de 2022; RESOLVE, **reconhecer como dívida** do Estado o valor de R\$ 5.797,43 (cinco mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos), devido ao 2º Tenente PM RR **MARCOS ANTÔNIO TIBÚRCIO DOS SANTOS**, matrícula: 100.679-1-X, referente à diferença de salário no período de 10/05/2021 a 31/12/2021, conforme descrito na planilha de repercussão financeira emitida pela Célula da Folha de Pagamento da PMCE. A despesa em questão ocorrerá por conta da Dotação Orçamentária: 10100003.06.122.521.20281.15.31909200.500.00.0.10. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de julho de 2023.

Jorge Costa de Araujo – CEL QOPM
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº485/2023

O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do art. 37, da Lei nº4.320/64, como também dos arts. 112 e 113 da Lei Estadual nº9.809/73, CONSIDERANDO as informações contidas nos documentos constantes no Processo NUP 10061.021986/2023-95, que trata da necessidade de pagamento de valores devidos ao requerente abaixo informado, em face da diferença do terço de férias, referente ao ano de 2021, conforme Certidão contida no processo, emitida pela Célula da Folha de Pagamento da PMCE; RESOLVE, **reconhecer a dívida** no valor de R\$ 1.699,86 (um mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), em favor do Cb PM **JOSÉ EURIVAN PEREIRA COSTA**, matrícula: 300.237-1-4, atinente ao ressarcimento de valores do terço de férias, referente ao ano de 2021. A despesa em questão ocorrerá por conta da Dotação Orçamentária: 10100003.06.122.521.20281.15.31909200.500.00.0.10. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de julho de 2023.

Jorge Costa de Araujo – CEL QOPM
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº487/2023

O ESTADO DO CEARÁ, por intermédio da POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ – PMCE, inscrita no CNPJ nº. 01.790.944/0001-72, com sede na Av. Aguanambi, 2280 – Centro Integrado de Segurança Pública - Quartel do Comando Geral, Aeroporto - neste ato representada por seu Diretor de Planejamento e Gestão Interna, Sr. Coronel PM Jorge Costa de Araújo, através do presente instrumento, **reconhece expressamente**, com fulcro no art. 37 da Lei Federal nº. 4.320/1964 e também os art. 112 e 113 da Lei Estadual nº9.809/1973, **que deve** à servidora **THAÍS RODRIGUES SILVA BARROSO**, ocupante do cargo Soldado PM, Matrícula: 308.877-2-7, o valor total de R\$ 1.661,10 (um mil, seiscentos e sessenta e um reais e dez centavos), referente ao terço de férias do período de 2021, conforme publicação no Boletim do Comando Geral da PMCE nº065, de 04 de abril de 2023 e documentação constante no Processo SUITE nº10061.022427/2023-01. A PMCE se compromete a pagar a presente obrigação sob a Dotação Orçamentária: 10100003.06.122.521.20281.15.31909200.500.00.0.10, a título de Reconhecimento de Dívida, observados os procedimentos administrativos para a sua consecução. POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ, em Fortaleza/CE, 06 de julho de 2023.

Jorge Costa de Araújo
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

*** **

CORRIGENDA

No Diário Oficial nº087, página 199, do dia 10 de maio de 2023, que publicou o Extrato de Aditivo ao Contrato Nº1201149/2022 – ESPÉCIE: Termo de Aditamento IV. **Onde se lê:** VALOR GLOBAL: R\$ 4.009.285,08 (quatro milhões, nove mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oito centavos). **Leia-se:** VALOR GLOBAL: R\$ 4.001.642,76 (quatro milhões, um mil, seiscentos e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos), decorrente do custo mensal após a repactuação, orçado em R\$ 333.470,23, conforme planilha-padrão da Administração Pública Estadual (Anexo I). Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Jorge Costa de Araújo – CEL QOPM
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ

PORTARIA CGP Nº14/2023 - O COMANDANTE - GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do § 3º do Art. 6º do Decreto Estadual nº. 23.673, de 03 de maio de 1995, Resolve AUTORIZAR a **concessão do benefício do Vale-Transporte**, referente ao mês de JULHO/2023 dos **FUNCIONÁRIOS** civis do CBMCE, abaixo relacionada:

Nº/ORD	NOME DO FUNCIONÁRIO	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	QTDE/TIPO
1.	Maria Eglantina Ferreira de Lima	001680 -1 -7	Aux. de Administração	42
2.	Meiriane Silva de Lima	030379 -1 -6	Aux. de Administração	84
TOTAL DE VALES TIPO A				126 A
VALOR CORRESPONDENTE AO TIPO A = 126 X 4,50 = R\$ = 126,00				
VALOR TOTAL DOS VALES = R\$ 567,00 (QUINHENTOS E SESENTA E SETE REAIS)				

QUARTEL DO COMANDO - GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 28 de julho de 2023.

José Cláudio Barreto de Sousa - CEL CG QOBM
CORONEL COMANDANTE - GERAL DO CBMCE

*** **

PORTARIA Nº404/2023 - CMDO/CBMCE - CORONEL COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 78 combinado com o Art. 120 da Lei nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973, RESOLVE: AUTORIZAR, nos termos do inciso I do Art. 123, da citada Lei, a entrega mediante **SUPRIMENTOS DE FUNDOS**, ao servidor **MAIRTON NOGUEIRA DA SILVA** - MF 106519-1-3 da 3ªCIA/2º BBM ocupante do Cargo de 2º TEN QOABM, a importância de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), à conta da Dotação classificada na Nota de Empenho: nº NE 000335 (Material de Consumo). A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. Em Fortaleza - CE, ao(s) 30 de junho de 2023.

José Cláudio Barreto de Sousa – CEL CGBM
CORONEL COMANDANTE GERAL DO CBMCE

*** **



PORTARIA Nº426/2023 – GAB.CMDO - O CORONEL COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria a **viajarem** com destino à Itaguaí / RJ, no período de 05 à 07 de maio de 2023 e 21 à 27 de maio de 2023, para participar de curso de formação e atualização na área de bombeiro de aeródromo, concedendo-lhes 03 meias diárias e 07 meias diárias, respectivamente, conforme tabela em anexo e em conformidade com §1º do Art. 5º e Anexos I, classe V, do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa ocorrer à conta da dotação orçamentária do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará. Em Fortaleza – CE, ao(s) 04 de junho de 2023.

José Cláudio Barreto de Sousa – CEL CG BM
CORONEL COMANDANTE-GERAL DO CBMCE

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº426/2023 – GAB.CMDO

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	QUANT. DIÁRIAS	MEIA DIÁRIA (VALOR)	TOTAL
André Luiz de Menezes FREITAS MF 108779-1-1	ST BM	V	05 a 07 de maio de 2023	03 meias diárias	R\$ 70,98	R\$ 212,93
Marcelo BRITO de Carvalho MF 113944-1-8	ST BM	V	05 a 07 de maio de 2023	03 meias diárias	R\$ 70,98	R\$ 212,93
Irisvaldo Moreira da SILVA MF 113908-1-1	ST BM	V	21 a 27 de maio de 2023	07 meias diárias	R\$ 70,98	R\$ 496,86
Arnaldo NOGUEIRA do Nascimento Filho MF 300249-1-5	SD BM	V	21 a 27 de maio de 2023	07 meias diárias	R\$ 70,98	R\$ 496,83

PERÍCIA FORENSE DO CEARÁ

PORTARIA Nº512/2023 - O PERITO GERAL ADJUNTO, da Perícia Forense do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO que o servidor que se desloca temporariamente, a serviço do órgão, para outro município que não componha a região metropolitana, faz jus à percepção de diárias; CONSIDERANDO que não foi possível o pagamento antecipado de diária, face a impossibilidade administrativa do planejamento neste caso; CONSIDERANDO que o processo nº 10011.003684/2023-21 foi iniciado em 27/06/2023, RESOLVE conceder **meia diária** no valor unitário de R\$ 64,83 (sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos), totalizando R\$ 32,41 (trinta e dois reais e quarenta e um centavos), ao servidor **RODRIGO GUEDES CAVALCANTI**, matrícula: 300.341-1-2, ocupante do cargo de PERITO CRIMINAL, lotado no Núcleo de Perícia Forense em Tauá-CE, que viajou em objeto de serviço a cidade de Boa Viagem-CE, no dia 24 de junho de 2023, com a finalidade de Realização de levantamentos periciais, de acordo com o Artigo 3º, alínea “a” do §1º do Art. 4º, Art. 5º, 9º, 10º, classe IV do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr a conta da dotação orçamentária da PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ. PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 03 de julho de 2023.

Atila Einstein de Oliveira
PERITO GERAL ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº199/2023 – DG/AESP/CE - NUP Nº 10041.000338/2023-33 A DIRETORA GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ - AESP/CE, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no que lhe confere o art. 6º da Lei Estadual Nº 14.629, de 26 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado em 11 de março de 2010, alterada pela Lei Estadual Nº 15.809, de 10 de julho de 2015, que a constituiu como órgão da Administração Pública Direta Estadual, de natureza substantiva, vinculada à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - SSPDS, e o Decreto Estadual Nº 34.768, de 26 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 27 de maio de 2022, que aprova o Regulamento da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - Aesp/CE; CONSIDERANDO que compete à Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - Aesp/CE, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS/CE, realizar, direta ou indiretamente, mediante convênio ou contrato, a unificação e execução, com exclusividade, das atividades de ensino das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado; CONSIDERANDO a aprovação do Plano de Ação Educacional nº 10/2023 - COENI/DG/AESP, bem como do Plano de Ensino da Turma III através do NUP Nº 10041.000337/2023-99, além do disposto no art. 24 da Instrução Normativa nº. 001/2022-DG/AESP/CE, que trata do Regime Escolar da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - Aesp/CE, a qual regula a matrícula nas ações educacionais instituídas pela Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará; Resolve **matricular** os 21 (vinte e um) **PROFISSIONAIS** de Segurança Pública, devidamente indicados pela Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - Aesp/CE e relacionados no anexo desta Portaria, no CURSO DE NIVELAMENTO DE TIRO COM PISTOLA .40 PARA SERVIDORES PÚBLICOS DA AESP/2023 – TURMA III. CURSO DE NIVELAMENTO DE TIRO COM PISTOLA .40 PARA SERVIDORES PÚBLICOS DA AESP – TURMA III. Local: SNIPER. Data: 27/04/2023. Carga-Horária: 09 horas-aula.

ORD.	CPF	NOME
1	03288670399	ANA KARINA DE SOUZA HOLANDA RODRIGUES
2	77589017353	CLAUDOMIRO SOUZA DA SILVA
3	65410874315	CLENIO KLEBER LUCAS MARTINS
4	00378966367	EDUARDO SERGIO LIMA
5	97160857372	ELAINE CRISTINA NOBRE DE SOUSA
6	05432417340	EMANOEL BARBOSA DE SOUZA
7	03201787302	FELIPHE SANTHIGO BARBOSA
8	01618248383	JAMES DA SILVA VIANA
9	34094046860	JANAINA PEREIRA RODRIGUES
10	72971819353	JOAO DAMASCENO JUNIOR
11	52512983315	JOSE TUPINAMBA VIEIRA DE SOUSA
12	74128272353	JOSUE DE SOUSA LOPES
13	92951880391	KARITUCIA DE LIMA ARAUJO
14	57470510320	LAERCIO JOSE DA SILVA SOUSA
15	02675015369	LEVI GOMES RODRIGUES
16	69598681300	MARCOS PAULO COSTA DE OLIVEIRA
17	01550077341	MARCUS MAGALHAES MOURA FILHO
18	96202297387	PAULO RAMON RODRIGUES TAVARES
19	85593591334	PEDRO AUGUSTO VIANA FARIAS JUNIOR
20	22057579387	RAIMUNDA NECY PINHEIRO PARENTE
21	60045522324	RENATO LEITE DE FIGUEIREDO

Fortaleza, 06 de julho de 2023.

Kamilly Távora Campos - DPC PCCE
DIRETORA GERAL, RESPONDENDO

*** **

PORTARIA Nº202/2023 – DG/AESP/CE NUP Nº 10041.000763/2023-22 A DIRETORA-GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ - AESP/CE, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no que lhe confere o art. 6º da Lei Estadual Nº 14.629, de 26 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado em 11 de março de 2010, alterada pela Lei Estadual Nº 15.809, de 10 de julho de 2015, que a constituiu como órgão da Administração Pública Direta Estadual, de natureza substantiva, vinculada à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - SSPDS, e o Decreto Estadual Nº 34.768, de 26 de maio de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 27 de maio de 2022, que aprova o Regulamento da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - Aesp/CE; CONSIDERANDO que compete à Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - Aesp/CE, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS/CE, realizar, direta ou indiretamente, mediante convênio ou contrato, a unificação e execução, com exclusividade, das atividades de ensino das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado; CONSIDERANDO a aprovação do Plano de Ação Educacional Nº 32/2023 - COENI/DG/AESP, através do NUP Nº 10041.000603/2023-83, bem como o disposto no Art. 24 da Instrução Normativa nº. 001/2022-DG/AESP/CE, que trata do Regime Escolar da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - Aesp/CE, o qual regula a matrícula nas ações educacionais instituídas pela Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará; Resolve **matricular** os 20 (vinte) **PROFISSIONAIS** de Segurança Pública, devidamente indicados pelo órgão de origem e relacionados no anexo desta Portaria, no CURSO DE COMBATE VELADO – CCVLD - TURMA I - 2023. CURSO DE COMBATE VELADO – CCVLD - TURMA I - 2023 Local: AESP/CE, CODE/PCCE e outros adequados às instruções. Período: 14/06/2023 a 16/06/2023. Carga-Horária: 24 horas-aula.

ORD.	CPF	NOME
1	24385670315	ADAMS MAIA ROLIM
2	02351928300	ANDRE BARBOSA MORAES
3	83669027300	ANIBAL FONSECA FERREIRA NETO
4	77811585553	CAIO FERNANDES FLORENCIO DA SILVA
5	07453101336	EMANUEL BERNARDO FERREIRA GOMES
6	58960813320	FLAVIO DE MOURA VASCONCELOS
7	66782244349	FRANCISCO JONATAS ALVES DE CASTRO
8	89681649320	HEITOR RENNE SINDO LOBO
9	96997354300	HELDER DE MENESES JUNIOR
10	01416025200	JARDESSON QUEIROZ BRAGADO
11	01440010390	JEAN CARLOS MARTINS SANTOS
12	97276154300	JOAO PAULO DUARTE GONCALVES
13	07142713305	JOAQUIM NOGUEIRA BARBOSA JUNIOR
14	09562640930	JOHANNA GEORG DA SILVA
15	89919360325	MICHEL PINHEIRO ROCHA
16	05359190345	NATHANAELE PEREIRA MESQUITA
17	89308883304	RAPHAEL DE OLIVEIRA ARAUJO
18	02193822395	RENATO DIAS DA SILVA
19	97260614315	VINICIUS DA PAZ MONTEIRO RUFINO
20	64347427387	WILLIAM MARINHO DE ANDRADE JUNIOR

Fortaleza, 06 de julho de 2023.

Kamilly Távora Campos – DPC
DIRETORA-GERAL, RESPONDENDO

*** **

PORTARIA Nº204/2023 – DG/AESP/CE NUP: 10041.000818/2023-02 ATA DE CONCLUSÃO DO CURSO DE RETENÇÃO E CONTRA RETENÇÃO DE ARMAS - TURMA I/2023 Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), a Diretora-Geral da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - Aesp/CE, considerando a Portaria de Matrícula exarada no processo sob o NUP Nº 10041.000664/2023-41, além do processamento das informações contidas no Relatório Final da Coordenação do curso supracitado, encaminhado através da Comunicação Interna nº 000045/2023/AESP/CE/CECI, de 16 de junho de 2023, **apura, afere e oficia**, por ordem alfabética, os **CONCLUDENTES** do CURSO DE RETENÇÃO E CONTRA RETENÇÃO DE ARMAS - TURMA I/2023, conforme a seguir discriminado:

ORD.	CPF	NOME
1	02590465319	FELIPE ANTONIO LIMA RODRIGUES
2	05725606309	FRANCISCO ALEFF ALVES DE OLIVEIRA
3	96763388349	FRANCISCO CRISTIANO COELHO LEITAO
4	31071945300	FRANCISCO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA
5	62321064315	FRANCISCO JOSE ALVES DA SILVA JUNIOR
6	61502626349	FRANCISCO NOGUEIRA PINHEIRO JUNIOR
7	61656070391	FRANCISCO WASHINGTON DE MIRANDA SOARES
8	44555032349	GILSON ELANO DA SILVA FERREIRA
9	03964047317	ISAAC DIEB HOLANDA SALES
10	96837535315	JESSIVAR FELIX DOURADO
11	01486439306	KELVEN HENRIQUE PEREIRA DE ALMEIDA
12	01195574363	LUIZ ALFREDO DA SILVA FRAGA SAMPAIO
13	52548210359	MARCELO DAVID ALMEIDA
14	04068223360	SEIGO MIRRAY FARIAS MARQUES
15	01540194370	VITOR CESAR BARBOSA MOTA
16	24708062320	WALCYMAR POLICARPO NEPOMUCENO
17	83205560159	WHELLER MONTEIRO FERNANDES

Fortaleza-CE, 03 de julho de 2023.

Kamilly Távora Campos – DPC
DIRETORA-GERAL, RESPONDENDO

*** **

PORTARIA Nº210/2023 NUP 10041.001057/2023-06 A DIRETORA-GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por TUTORAR AULAS NO CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE, ABORDAGEM E TIRO POLICIAL DEFENSIVO – PERÍODO 12.06 a 18.06.2023, TURMA XXIII, REFERENTE AO MÊS DE JUNHO DE 2023, conforme NUP nº 10041.001057/2023-06, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Kamilly Távora Campos
DIRETORA-GERAL INTERINA
RESPONDENDO (PORTARIA 1522/2023-GS DOE 122)

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº210/2023 DE 05 DE JULHO DE 2023
CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE, ABORDAGEM E TIRO POLICIAL DEFENSIVO -
(PERÍODO 12.06 A 18.06.2023)

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
RONALDO ALVES DA SILVA	30853717	TUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	LEGISLAÇÃO DA CGD – ESTUDO DE CASO	5	12/06/2023 a 18/06/2023	R\$ 276,05

TOTAL DE H/A PORTARIA: 5
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 276,05

*** **

PORTARIA Nº211/2023 - NUP 10041.001055/2023-17 A DIRETORA-GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, TUTORAR AULAS NO CURSO DE HABILITAÇÃO A SUBTENENTE PM - CHST PM - TURMA II, REFERENTE AO MÊS DE JUNHO DE 2023, conforme NUP 10041.001055/2023-17, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Kamilly Távora Campos
DIRETORA-GERAL INTERINA
RESPONDENDO (PORTARIA 1522/2023-GS DOE 122)

Registre-se e publique-se.



**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº211/2023 DE 05 DE JULHO DE 2023
CURSO DE HABILITAÇÃO A SUBTENENTE PM - CHST PM - PERÍODO (22.05 A 30.06.2023)**

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
MARCOS ANTÔNIO FREITAS MORAES	00059617	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	PRÁTICAS DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - INQUÉRITO TÉCNICO E ATESTADO DE ORIGEM	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.242,36
EMANUELE LIMA ALVES	30305418	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL E REDAÇÃO OFICIAL	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.242,36
JOSUE DE SOUSA LOPES	11896413	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	ARMAS E MUNIÇÕES LETAIS E MENOS LETAIS E EQUIPAMENTOS.	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.242,36
EMANUELA DOS SANTOS PINHEIRO	30162315	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	CHEFIA E LIDERANÇA	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.242,36
LEVI GOMES RODRIGUES	30189116	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	POLÍCIA COMUNITÁRIA	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.242,36
DANIELE FERREIRA GOIANA	30217713	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA FRENTE A GRUPOS VULNERÁVEIS	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.242,36
RONDINELLI DA COSTA MOREIRA	11279716	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	DIREITOS HUMANOS	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.242,36
LINEKER SAMPAIO LUQUE	48257909	TUTOR	MESTRE	R\$ 96,63	FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.739,34
JULIANA FRANÇA VERAS	30162919	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	CURSO DE HABILITAÇÃO A SUBTENENTE PM - CHST PM - PERÍODO (22.05 A 30.06.2023)... GRUPO - 2	40	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 2.760,80

TOTAL DE H/A PORTARIA: 184
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 13.196,66

*** **

PORTARIA Nº212/2023 - NUP 10041.001054/2023-64 A DIRETORA-GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR E TUTORAR AULAS NO CURSO DE HABILITAÇÃO A SARGENTO PM – CHS PM - PERÍODO 22.05 A 30.06.2023, TURMA V, REFERENTE AO MÊS DE JUNHO DE 2023, conforme NUP nº 10041.001054/2023-64, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Kamilly Távora Campos
DIRETORA-GERAL INTERINA
RESPONDENDO (PORTARIA 1522/2023-GS DOE 122)

Registre-se e publique-se.

**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº212/2023 DE 05 DE JULHO DE 2023
CURSO DE HABILITAÇÃO A SARGENTO PM - CHS PM - PERÍODO (22.05 A 30.06.2023)**

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
JOÃO WILSON ELIAS XAVIER	13239819	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.242,36
JÂNIO WASHINGTON CAMELO DA COSTA	11106617	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	FUNDAMENTOS DE DIREITO PENAL	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.242,36
ALAN ROBERTO PIRES DA COSTA	12544316	TUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 55,21	ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME E SINISTRO	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 993,78
FRANCINILSON MOTA DA SILVA	10343518	TUTOR	MESTRE	R\$ 96,63	FUNDAMENTOS DE DIREITO PENAL MILITAR	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.739,34
FELIPHE SANTIAGO BARBOSA	30219813	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	ARMAS E MUNIÇÕES LETAIS E MENOS LETAIS E EQUIPAMENTOS.	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.242,36
RAFAEL ARAUJO ALMEIDA	308.501-1-4	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	FUNDAMENTOS DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.242,36
JOAO VICTOR BELEM FALCAO RABELO	30849418	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	FUNDAMENTOS DE DIREITO DISCIPLINAR MILITAR	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.242,36
VALBER FERREIRA DA CONCEIÇÃO	10811317	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	DIREITOS HUMANOS	18	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 1.242,36
FRANCISCO EDINALDO DO VALE CAVALCANTE	19842517	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	CURSO DE HABILITAÇÃO A SARGENTO PM - CHS PM - PERÍODO (22.05 A 30.06.2023)... GRUPO - 5	40	01/06/2023 a 30/06/2023	R\$ 2.760,80

TOTAL DE H/A PORTARIA: 184
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 12.948,08

*** **

PORTARIA Nº213/2023 - NUP 10041.001052/2023-75 A DIRETORA-GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR E MINISTRAR AULAS NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA – CEGESP, TURMA I, REFERENTE AO MÊS DE JUNHO DE 2023, conforme NUP nº 10041.001052/2023-75, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Kamilly Távora Campos
DIRETORA-GERAL INTERINA
RESPONDENDO (PORTARIA 1522/2023-GS DOE 122)

Registre-se e publique-se.

**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº213/2023 DE 05 DE JULHO DE 2023
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CEGESP - 2023**

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
ANDREA MARIA SOBREIRA KARAM	30169816	COORDENADOR	MESTRE	R\$ 96,63	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CEGESP - 2023... GRUPO - 1	40	05/06/2023 a 29/06/2023	R\$ 3.865,20
PAULO RAMON RODRIGUES TAVARES	1360231X	MONITOR	ESPECIALISTA	R\$ 69,02	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CEGESP - 2023... GRUPO - 1	40	05/06/2023 a 29/06/2023	R\$ 2.760,80



NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
ANDERSON DUARTE BARBOZA	1518521X	PROFESSOR	DOCTOR	R\$ 124,24	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	20	05/06/2023 a 20/06/2023	R\$ 2.484,80
JOSE FABIO SOUSA DIOGO	60021317	PROFESSOR	MESTRE	R\$ 96,63	ORÇAMENTO PÚBLICO E FINANÇAS	16	07/06/2023 a 28/06/2023	R\$ 1.546,08
ANARDA PINHEIRO ARAÚJO	30125495	PROFESSOR	MESTRE	R\$ 96,63	DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA	16	06/06/2023 a 29/06/2023	R\$ 1.546,08
EVERTON CABRAL MACIEL	60026815	PROFESSOR	MESTRE	R\$ 96,63	GESTÃO PARA RESULTADOS NA SEGURANÇA PÚBLICA	12	13/06/2023 a 22/06/2023	R\$ 1.159,56
HUMBERTO MARINHO DE ALMEIDA	6804-1-9	PROFESSOR	DOCTOR	R\$ 124,24	GEOPOLÍTICA, CIDADES E SEGURANÇA PÚBLICA	16	07/06/2023 a 28/06/2023	R\$ 1.987,84

TOTAL DE H/A PORTARIA: 160
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 15.350,36

*** **

EXTRATO DO PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL
PAE Nº30/2023-COENI/DG/AESP - NUP 10041.000591/2023-97
10041.000591/2023-97

CURSO DE OPERADOR DE DRONE VOLTADO À SEGURANÇA PÚBLICA - 2023

1. Finalidade: O Curso de Operador de Drone Voltado à Segurança Pública - 2023, é uma **ação educacional de natureza técnica-profissional** desenvolvida para Incrementar o trabalho dos profissionais de segurança pública com o ensino básico da utilização de “drones.” e fornecer informações e técnicas sobre a utilização do “drone” durante o desenvolvimento dos trabalhos. 2. Desenvolvimento do Curso: 03/07/2023 a 10/11/2023 2.1 Vagas: 20 (vinte) vagas por turma 2.2 Local de Funcionamento: Fortaleza - CE 2.3 Componentes Curriculares e Carga Horária

ORD	CURSO DE OPERADOR DE DRONE VOLTADO À SEGURANÇA PÚBLICA	H/A
1	Operação de RPAS	10
2	Segurança de Voo	10
3	Introdução a fotografia aérea e filmagem com drones	10
4	Legislação aplicada ao uso de RPA's	6
5	Manutenção Básica de RPA's	8
TOTAL (INSTRUTORIA)		44

2.4 Modalidade de Ensino: PRESENCIAL 2.5 Corpo Docente: Profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará, ativos ou inativos, do quadro de pessoal da SSPDS/CE e de suas vinculadas, assim como colaboradores de outros órgãos do Executivo Estadual ou convidados conforme Instrumentos Normativos da AESP/CE. 3. Do Regime Escolar - RE: Os discentes, durante o Curso estarão sujeitos ao Regimento Escolar – RE da AESP. 4. Do Processo de Avaliação do Curso: A aferição da aprendizagem se dará conforme quadro abaixo:

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	FORMA DE AVALIAÇÃO
1 - Operação de RPAS	10	75% de presença
2 - Segurança de Voo	10	75% de presença
3 - Introdução a fotografia aérea e Imagem com drones	10	75% de presença
4 - Legislação aplicada ao uso de RPA's	6	75% de presença
5 - Manutenção Básica de RPA's	8	75% de presença

5 Da Reprovação, do Desligamento da Desistência e do Abandono: A reprovação, o desligamento e o abandono do Curso resultarão na não aptidão do aluno, conforme situações estabelecidas no PAE e no RE. 6 . Estimativa de Custos:

ITEM	CUSTEIO
Gratificação de Atividade de Magistério - GAMA	AESP/CE
Material Didático	Órgão/Vinculada a que pertence o profissional docente
Drones	A cargo da SSPDS e dos discentes
Diárias (Se necessário)	Vinculada a que pertence o profissional (docente ou discente)
Local	AESP/CE

7. Os casos omissos serão resolvidos pela Célula de Ensino Civil e Integrado - CECI e pela Coordenadoria Acadêmica Pedagógica, tudo em sintonia com a Coordenadoria de Ensino e Instrução e com a Diretoria Geral da AESP/CE. Fortaleza, 03 de julho de 2023.

Kamilly Tavora Campos - DPC PCCE
DIRETORA-GERAL, RESPONDENDO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº33/2023 – SUPEP/CE - O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no anexo único desta Portaria a **viajar** com a finalidade de comparecer aos encontros regionais referentes à participação cidadã na construção do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, concedendo-lhe diárias, classe III, do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, c/c o art. 2º do Decreto nº 32.969, de 14 de fevereiro de 2019, alterado pelo art. 1º do Decreto nº 33.023, de 22 de março de 2019, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da SUPEP. Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Nabupolasar Alves Feitosa
SUPERINTENDENTE

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº33/2023 05 DE JULHO DE 2023
VIAGEM PPA – PERÍODO DE 11,18, 19 E 26/07/2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	MATRÍCULA	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			VALOR TOTAL
						QUANTIDADE	VALOR DA DIÁRIA	ACRÉSCIMOS 0 %	
GONÇALO EDUARDO BARRETO ARAÚJO	DIRETOR	300.001-6-1	III	19/07/2023	FORTALEZA/CANINDE/FORTALEZA	0,5	R\$ 77,10	R\$ 38,55	R\$ 38,55
RAFAEL BARBOSA GONÇALVES	ASSESSOR I	300.002-0-X	III	11/07/2023	FORTALEZA/ICÓ/FORTALEZA	1,5	R\$ 77,10	R\$ 115,65	R\$ 115,65
JÚLIO CÉSAR RIBEIRO DE ASSUNÇÃO FILHO	ASSESSOR I	300.001-7-X	III	18/07/2023	FORTALEZA/BEBERIBE/FORTALEZA	0,5	R\$ 77,10	R\$ 38,55	R\$ 38,55
ANTONIO CLÉBIO DE OLIVEIRA BARBOSA FILHO	ASSESSOR II	300.001-9-6	III	26/07/2023	FORTALEZA/CRATO/FORTALEZA	1,5	R\$ 77,10	R\$ 115,65	R\$ 115,65

SECRETARIA DO TURISMO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ Nº29/2023

AUTORIZANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TURISMO – SETUR. AUTORIZATÁRIA: EVO CURSOS LTDA. OBJETO: Autorizar o uso das áreas e equipamentos do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ para a realização do Evento “IMERSÃO INTELIGÊNCIA EMOCIONAL MÉTODO EVO - EDIÇÃO JULHO 2023”. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente instrumento no Regulamento Interno do Centro de Eventos do Ceará – CEC, aprovado pelo Decreto nº. 31.051, de 13 de novembro de 2012, alterado pelo Decreto nº 31.670, de 09 de fevereiro de 2015. PRAZO E VALOR: 01 a 03 de julho de 2023. TOTAL FINAL R\$ 33.950,00. DATA DA ASSINATURA: 26 de junho de 2023. SIGNATÁRIOS: YRWANA ALBUQUERQUE GUERRA (AUTORIZANTE) E MARCIO MICHELI (AUTORIZATÁRIO).

Nathália de Macedo Moraes
ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ Nº52/2023

AUTORIZANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TURISMO – SETUR. AUTORIZATÁRIA: FUNDAÇÃO CULTURAL NIPÔNICA BRASILEIRA. OBJETO: Autorizar o uso das áreas e equipamentos do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ para a realização do Evento “SANA – EDIÇÃO JULHO 2023”. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente instrumento no Regulamento Interno do Centro de Eventos do Ceará – CEC, aprovado pelo Decreto nº. 31.051, de 13 de novembro de 2012, alterado pelo Decreto nº 31.670, de 09 de fevereiro de 2015. PRAZO E VALOR: 04 a 10 de JULHO. TOTAL FINAL R\$ 301.500,00. DATA DA ASSINATURA: 03 DE JULHO DE 2023. SIGNATÁRIOS: YRWANA ALBUQUERQUE GUERRA (AUTORIZANTE) E RICARDO SÁ BUSGAIB JÚNIOR (AUTORIZATÁRIO).

Nathália de Macedo Moraes
ASSESSORIA JURÍDICA

CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 1º da Lei Complementar nº 190, de 02 de janeiro de 2019 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos constantes na Sindicância registrada sob o SPU nº 18491184-2, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 1040/2018, publicada no D.O.E. CE nº 237, de 19 de dezembro de 2018, em face do militar estadual CB PM EDER CHARLES BORGES, onde narrou-se que, em tese, durante a prisão em flagrante delito de Francisco Kleuton Sousa do Nascimento, ocorrida no dia 01/06/2018, este foi alvejado por dois disparos de arma de fogo, que teriam como autor o ora sindicado; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória, o sindicado foi devidamente citado à fl. 47, apresentou Defesa Prévia às fls. 51/53, foram ouvidas a suposta vítima e uma testemunha, arroladas pela Autoridade Sindicante (fls. 57/59 e 60/61), e três testemunhas indicadas pela Defesa (fls. 69/70, 71/72 e 159/160). Em seguida, o sindicado foi interrogado às fls. 168/169. Por fim, apresentou Razões Finais às fls. 175/187; CONSIDERANDO que a suposta vítima Francisco Kleuton Sousa do Nascimento (fls. 57/59) informou que foi alvejado por dois disparos de arma de fogo, efetuados por um policial militar no momento em que tentava desembarcar de sua motocicleta. Disse que houve demora no socorro por parte dos policiais militares e que não portava arma de fogo. Relatou não reconhecer o sindicado, através de fotografia, como responsável pelos disparos que o alvejaram; CONSIDERANDO que a testemunha Antônio Iranildo Venâncio da Silva (fls. 60/61) afirmou que se encontrava com a suposta vítima Francisco Kleuton em uma motocicleta, informou que no momento da abordagem policial, desembarcou da motocicleta, logo ouviu um disparo de arma de fogo e correu. afirmou que não viu quem efetuou os disparos contra Francisco Kleuton, bem como que não estavam armados; CONSIDERANDO que as testemunhas indicadas pela Defesa SD PM Elbertson Jefferson dos Santos Barboza (fls. 69/70) e CB PM Raphael Matias Pinto (fls. 71/72), membros da equipe do sindicado no dia da ocorrência, em versão semelhante, afirmaram que patrulhavam no bairro Alto da Mangueira em Maracanaú, quando visualizaram dois indivíduos conduzindo uma motocicleta em atitude suspeita e decidiram abordá-los. Afirmaram que o garapeiro já desembarcou da motocicleta efetuando disparos de arma de fogo contra a composição da Polícia Militar, mas conseguiu se evadir do local. O condutor da motocicleta Francisco Kleuton Sousa do Nascimento fez menção de sacar uma arma da cintura, sendo atingido por um disparo de arma de fogo na região das nádegas; CONSIDERANDO que a testemunha indicada pela Defesa MAJ PM Carlos Leandro Ribeiro de Sousa (fls. 159/160), Comandante do sindicado, informou que sendo o comandante da 3ªCIA/14ºBPM tomou conhecimento da ocorrência envolvendo o acusado através de informações que recebia através do aplicativo Whatsapp. Informou ainda que conhece o trabalho do sindicado desde o ano de 2017, e que CB PM Eder Charles é um policial disciplinado, operacional e profissional de conduta ilibada. Acrescentou que o CB PM Eder Charles é um profissional técnico, e acredita que ele agiu para proteger sua vida e de sua equipe; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório, o sindicado (fls. 168/169) afirmou que patrulhavam no bairro Alto da Mangueira em Maracanaú, quando visualizaram dois indivíduos conduzindo uma motocicleta em atitude suspeita e decidiram abordá-los. Informou ainda que o condutor perdeu o controle da motocicleta e o garapeiro já desembarcou efetuando disparos de arma de fogo contra a composição da Polícia Militar, porém conseguiu se evadir do local. O condutor da motocicleta Francisco Kleuton Sousa do Nascimento fez menção de sacar uma arma, sendo atingido por um disparo de arma de fogo na região das nádegas efetuado pelo sindicado; CONSIDERANDO que, em sede de Razões Finais (fls. 175/187), a defesa do sindicado alegou, em resumo, que este agiu em legítima defesa, sem prejuízo ao patrimônio, honra, hierarquia e disciplina da Corporação da Polícia Militar. Por fim, requereu a absolvição do sindicado e o consequente arquivamento do feito; CONSIDERANDO ainda que a Autoridade Sindicante emitiu o Relatório Final às fls. 188/199, no qual firmou posicionamento pela absolvição por insuficiência de provas: “[...] III - CONCLUSÃO E PARECER Após análise do conjunto probatório constante nos autos, notadamente o depoimento das testemunhas (fls. 69/70, 71/72, 159/160), os documentos acostados ao Ofício nº 207/2019-3ªCIA/14ºBPM (125/138), bem como a mídia acostada ao OF. nº 649/2019 – CIOPS/SSPDS (fls. 142), contendo áudios (OFÍCIO 3066-2019-CGD-CESIM/FREGUÊNCIA AIS12/2018_06_01\H19\A00902) referentes ao atendimento da ocorrência em apuração, os quais corroboram os depoimentos das testemunhas arroladas pela defesa e o interrogatório do sindicado, verificando-se portanto a insuficiência de elementos para atribuir ao sindicado a prática de transgressões disciplinares. Portanto, após minuciosa análise de tudo contido nos autos e das Razões Finais de Defesa, CONCLUI que não existem elementos suficientes para atribuir ao sindicado, CB PM Eder Charles Borges, MF: 302.927-1-5, a prática de transgressões disciplinares conforme portaria inaugural, consequentemente, sou de PARECER favorável pelo arquivamento da presente Sindicância. [...]”; CONSIDERANDO o Despacho nº 7214/2019 do Orientador da CESIM/CGD (fls. 201/202), no qual ratificou o posicionamento da Autoridade Sindicante pela absolvição do sindicado e arquivamento do processo pela insuficiência de provas: “[...] 2. O processo foi realizado dentro dos princípios da Ampla Defesa e do Contraditório, com a presença efetiva de advogado constituído, o qual apresentou Defesa Prévia (fls. 51/52), e Defesa Final (fls. 175/187), sem incidente processual e tendo tudo transcorrido em ordem. 3. Em análise ao coligido nos autos, verifica-se que o Sindicante concluiu que não há nos autos provas suficientes para subsidiar uma reprimenda disciplinar conforme exposto no Relatório Final (fls. 199), sugerindo o arquivamento. 4. De fato, apesar da existência do Exame de Lesão Corporal (fls. 34/35), comprovando a materialidade do resultado lesão corporal grave, contudo a autoria restou prejudicada, visto a sua não comprovação inequívoca, pois não foi realizada perícia nas armas utilizadas pelos policiais envolvidos na ocorrência, a fim de fosse definido qual disparo causou o resultado, posto que 3 policiais efetuaram disparos, conforme consta na cópia do livro da guarda (fls. 157). Sendo que foram apreendidos 1 (um) revólver, calibre 32, Marca: Taurus, sem numeração, 06 (seis) munições, sendo 4 (quatro) intactas e 2 (duas) aparentemente percutidas e não deflagradas, e outros objetos instrumentais do crime, nos termos do Auto de Apresentação e Apreensão (fls. 83). Ademais, o Inquérito Policial nº 204-391/2018 (fls. 75/123) instaurado na Delegacia Metropolitana de Maracanaú concluiu pelo indiciamento de Francisco Kleuton Sousa do Nascimento nas tanazes do art. 16 da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), resultando na Ação Penal nº 0003545-49.2018.8.06.0117 (conforme espelho processual nº 23/25). 5. Os policiais narraram que os fatos se deram em meio a um confronto entre a polícia e os demais envolvidos, e estes elementos armados efetuaram disparos contra a composição, conforme relataram em seus interrogatórios (fls. 168/169). Portanto, não restou provado nos autos a conduta transgressiva, por não existirem provas suficientes para a condenação. Outrossim, o Sindicante solicitou através do Ofício nº 3071/2019, de 18/03/2019, ao Comandante do 14ºBPM cópia integral dos autos de Inquérito Policial Militar (IPM), bem como de sua solução (fls. 140), tendo recebido em resposta o Ofício nº 341/2019-AJUD/14ºBPM, de 02/04/2019, informando que não foi instaurado IPM a respeito da lesão corporal verificada na ocorrência em questão, motivo pelo qual sugiro o envio de cópia dos autos ao Comando da PMCE para fins de instauração de IPM, caso já não tenha sido instaurado. 6. De acordo com o art. 19, III, do Decreto nº 31.797/2015, RATIFICO o Parecer do Sindicante, pois de fato não restou provado nos autos a conduta transgressiva do Sindicado, por não existirem provas suficientes para a condenação, podendo a Sindicância em questão ser desarquivada ou ser instaurado novo processo caso surjam novos fatos ou evidências, na forma do parágrafo único do art. 72 do CDDP/BM. [...]”; CONSIDERANDO que o posicionamento do Orientador da CESIM/CGD foi homologado pelo Coordenador da CODIM/CGD, conforme o Despacho nº 7730/2019 (fls. 203): “[...] 2. Visto e analisado, nos termos do Art. 18, v do Anexo I do Decreto nº 31.797/2015, ratifico, o entendimento do Orientador da Célula de Sindicância Militar – CESIM, constantes nas fls. 202/203, quanto ao arquivamento [...]”; CONSIDERANDO que, segundo os assentamentos do sindicado (fls. 49/50), este ingressou na PMCE em 26/06/2009, possui registro de 17 (dezesete) elogios, sem registro de sanções disciplinares, e se encontra atualmente no comportamento “ÓTIMO”; CONSIDERANDO que à fl. 83 encontra-se Auto de Apresentação e Apreensão

do I.P. nº 204 – 391/2018, registrando apreensão de um revólver calibre 32 que estava em posse da suposta vítima, com quatro munições intactas e duas aparentemente percutidas e não deflagradas; CONSIDERANDO que embora se registre o esforço da Autoridade Sindicante em empreender diligências na busca da verdade real, não se colacionaram provas suficientes que gerem o convencimento de que o sindicado tenha atuado em excesso por ocasião da ocorrência apurada. Outrossim, a ausência de testemunhas que tenham presenciado a ação dificulta maior detalhamento da dinâmica ocorrida no contexto dos fatos, bem como fortalece a verossimilhança da versão apresentada pelo sindicado; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o Relatório da Autoridade Processante (Sindicante ou Comissão Processante), salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar o Relatório Final (fls. 188/199)**, e, por consequência, **absolver** o militar estadual CB PM **EDER CHARLES BORGES** – M.F. nº 302.927-1-5, em relação às acusações constantes na Portaria Inaugural, com fundamento na insuficiência de provas, de modo a justificar um decreto condenatório, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inc. III do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003); b) Arquivar a presente Sindicância Administrativa instaurada em face do mencionado militar; c) Nos termos do Art. 30, caput da Lei Complementar 98, de 13/06/201, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I do Decreto Estadual nº. 33.447/2020, publicado no D.O.E. CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E. CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 28 de junho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 1º da Lei Complementar nº 190, de 02 de janeiro de 2019 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos constantes da Sindicância registrada sob o SPU nº 18884232-2, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 367/2020, publicada no D.O.E. CE nº 228, de 14 de outubro de 2020, em face dos militares estaduais, à época, CB PM ALLAN PATRICK DANTAS DE MORAIS e SD PM DEBORAH EVELYN MENEZES DE GOIS, com a finalidade de apurar os fatos apresentados nas declarações prestadas pela Sra. Antonia Jaqueline de Melo Rodrigues, noticiando que os policiais militares de serviço na viatura de placas OSF 0798, prefixo nº 17401, invadiram a residência de seu genitor e a agrediram fisicamente, fato ocorrido durante perseguição policial no dia 23/10/2018, bairro Jardim Jatobá, em Fortaleza/CE; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória, os Sindicados foram devidamente citados às fls. 84 e 85, apresentaram Defesas Prévias às fls. 91/93 e 94/97, foram ouvidas três testemunhas indicadas pela Defesas, às fls. 153/154, 157/159 e 161/162. Em seguida, os Sindicados foram interrogados às fls. 164/166 e 168/170. Por fim, apresentaram Razões Finais às fls. 175/184 e 186/196. Embora tenham sido devidamente notificadas, a suposta vítima e seu marido não compareceram às audiências previamente agendadas, conforme o que foi constado nas Certidões de Não Comparecimento às fls. 119 e 142/143; CONSIDERANDO que as testemunhas indicadas pelas Defesas não tinham conhecimento de detalhes dos fatos, restringindo-se a elogiar a boa conduta dos policiais militares processados (fls. 153/154, 157/159 e 161/162); CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório (fls. 164/165), a sindicada SD PM Deborah Evelyn Menezes de Gois declarou que os fatos ocorreram durante uma operação policial, contudo que em nenhum momento agrediu a suposta vítima, negando assim as acusações presentes na Portaria inicial da presente Sindicância; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório (fls. 168/170), o sindicado CB PM Allan Patrick Dantas de Moraes declarou versão semelhante, ratificando que os fatos ocorreram durante uma operação policial, negando veementemente as acusações em seu desfavor; CONSIDERANDO que, em sede de Razões Finais (fls. 175/184), a defesa do CB PM Allan Patrick Dantas de Moraes alegou, em resumo, que não há qualquer comprovação de autoria e de materialidade delitiva e transgressiva disciplinar no presente procedimento administrativo disciplinar. Destacou que a suposta vítima Antonia Jaqueline de Melo Rodrigues e a testemunha Evilasio Oliveira da Silva foram devidamente notificadas pelo encarregado da Sindicância, mas não compareceram ao ato. Argumentou que não há indícios de infração disciplinar. Por fim, requereu a absolvição do Sindicado e o consequente arquivamento do feito; CONSIDERANDO que, em sede de Razões Finais (fls. 186/196), a defesa da SD PM Deborah Evelyn Menezes de Gois alegou, em resumo, que não há qualquer comprovação de autoria e de materialidade delitiva e transgressiva disciplinar no presente procedimento administrativo disciplinar. Nesse sentido, requereu o resguardo das garantias constitucionais, com a absolvição da Sindicada e o arquivamento da presente Sindicância como medida de plena justiça; CONSIDERANDO ainda que a Autoridade Sindicante emitiu o Relatório Final às fls. 197/211, no qual firmou posicionamento de que não foi possível comprovar que os Sindicados praticaram transgressões disciplinares: “[...] Buscando a veracidade do fato constante na Portaria nº 367/2021, publicada no DOE nº 228, de 14/10/2020, este Sindicante procurou ouvir primeiramente os senhores ofendidos, Evilásio Oliveira da Silva e Antonia Jaqueline de Melo, devidamente notificados, para audiência no dia 27/01/2022, no entanto os aludidos não compareceram, conforme certidão acostada nos autos, no mesmo sentido, vos informo, que os ofendidos em questão foram notificados outras duas vezes para termo de declarações, entretanto também não compareceram, ou seja, totalizando 3 (três) tentativas de audiência. [...] Conforme se depreende dos elementos de informação/provas, coligidas acima e acostadas neste Caderno de Sindicância, inclusive o Laudo Pericial 769192/2018, no qual, fora submetida a senhora ofendida, oriundo da PEFOCE, consignou: ‘Ao exame médico-legal: ausência de lesões ou alterações externas de interesse médico-legal. [...] Apresenta lesões nos lábios superior e inferior lado esquerdo [...]. Provavelmente provocadas pelo uso de aparelho ortodôntico, nenhuma lesão nas unidades dentárias’. No mesmo sentido, vos informo que os ofendidos em questão já foram notificados outras duas vezes para termo de declarações entretanto também não compareceram, ou seja, totalizando 3 (três) tentativas de audiência. De outra banda, ‘analogicamente’ falando, no processo penal, o juiz necessariamente absolverá o réu, nas circunstâncias de não haver prova da existência do fato, igualmente de não existir prova suficiente para condenação, nos exatos termos do CPP, Art. 386, II e VI. [...] Portanto Excelentíssimo Sr. Secretário Executivo da CGD/CE, por ora sugiro o arquivamento do presente caderno de Sindicância, nos exatos termos da Lei nº 13.407, Art. 72, Parágrafo Único, inciso III, in verbis, ‘não existir prova suficiente para a condenação’, ressalvada a hipótese do Art. 72, Parágrafo Único, da mesma lei de regência, in verbis, ‘Não impede a instauração de novo processo regular, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos na instância administrativa, a absolvição, administrativa ou judicial, do militar do Estado em razão de: falta de prova de ter o acusado concorrido para a transgressão, na mesma toada, não vislumbro lastro probatório mínimo que fundamente o início da persecução penal militar [...]’; CONSIDERANDO o Despacho nº 2811/2022 do Orientador da CESIM/CGD (fls. 213), no qual ratificou o posicionamento da Autoridade Sindicante pela absolvição dos Sindicados e arquivamento do processo: “[...] 1. trata-se de análise dos autos conclusos de Sindicância sob nº 88842322 em que o Cb PM Allan Patrick Dantas de Moraes e a Sd Deborah Evelyn Menezes de Gois são acusados de lesão corporal na pessoa de Antonia Jaqueline. É a síntese. Passa-se a análise. 2. Quanto a forma o sindicante seguiu o rito estabelecido na instrução normativa vigente à época dos fatos, não havendo vícios ou nulidades aparentes. 3. Quanto ao mérito o sindicante pugnou pelo arquivamento eis que o Exame de Corpo de Delito deu negativo e a suposta vítima, embora chamada por três vezes, não atendeu às convocações. Também ausente testemunhas que comprovem a denúncia. 4. Face ao exposto, concordamos com o sindicante no arquivamento dos autos face a inexistência de prova de que o fato tenha ocorrido, resguardando-se a possibilidade de surgimento de novos fatos, nos termos do p.u. do art. 72 da Lei nº 13.407/2003 [...]’; CONSIDERANDO que o posicionamento do Orientador da CESIM/CGD foi homologado pelo Coordenador da CODIM/CGD, conforme o Despacho nº 3725/2022 (fl. 214); CONSIDERANDO que nos assentamentos funcionais do sindicado CB PM Allan Patrick Dantas de Moraes (fls. 21/22), consta que este ingressou na PMCE em 10/09/2007, sem registro de elogios, sem registro de sanções disciplinares, atualmente no comportamento “ÓTIMO”. Nos assentamentos funcionais da SD PM Deborah Evelyn Menezes de Gois (fls. 19/20), consta que esta ingressou na PMCE em 30/06/2016, sem registro de elogios, sem registro de sanções disciplinares, atualmente no comportamento “BOM”; CONSIDERANDO que a suposta vítima, embora devidamente notificada, não compareceu às audiências previamente agendadas nesta Sindicância para que prestasse seu termo sob o crivo da ampla defesa e do contraditório assegurados aos sindicados. Soma-se a isso a juntada aos autos da prova pericial, a qual fragilizou a versão acusatória apurada nestes autos, dessa forma favorecendo a versão dos policiais militares processados, e consequentemente convergindo para a insuficiência de provas das possíveis transgressões disciplinares narradas na Portaria inicial; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o Relatório da Autoridade Processante (Sindicante ou Comissão Processante), salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar o Relatório Final (fls. 197/211)** e, por consequência, **absolver os MILITARES** estaduais CB PM ALLAN PATRICK DANTAS DE MORAIS – M.F. nº 301.086-1-2 e SD PM DEBORAH EVELYN MENEZES DE GOIS – M.F. nº 308.147-1-1, em relação às acusações constantes na Portaria Inaugural, com fundamento na insuficiência de provas, de modo a justificar um decreto condenatório, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inc. III do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003); b) Arquivar a presente Sindicância Administrativa instaurada em face dos mencionados militares; c) Nos termos do Art. 30, caput da Lei Complementar 98,

de 13/06/201, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I do Decreto Estadual nº. 33.447/2020, publicado no D.O.E. CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E. CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 28 de junho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 1º da Lei Complementar nº 190, de 02 de janeiro de 2019 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos constantes na Sindicância registrada sob o SPU nº 17706316-5, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 489/2020, publicada no D.O.E. CE nº 251, de 12 de novembro de 2020, em face dos militares estaduais, à época, 1º SGT PM LUCIANO SOUSA LIMA, SD PM APARECIDO ARAÚJO NASCIMENTO e SD PM ANTÔNIO MARCOS SANTIAGO, onde narrou-se que em ocorrência envolvendo estes militares houve morte decorrente de intervenção policial, no dia 30/09/2017, por volta de 20h00min, na localidade de Lagoa Funda, zona rural do município de Morada Nova/CE; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória, os sindicados foram devidamente citados às fls. 108/110, apresentaram Defesa Prévia às fls. 112/116, foi ouvida uma testemunha indicada pela Defesa. Em seguida, os sindicados foram interrogados. Por fim, apresentaram Razões Finais às fls. 193/199. Todas as audiências foram realizadas por meio de videoconferência; CONSIDERANDO que a testemunha indicada pela defesa 1º TEN PM Danilo Cordeiro da Silva afirmou que não estava presente no local dos fatos, tendo tomado conhecimento da ocorrência através de grupos de “Whatsapp”, ressaltando que os 03 (três) sindicados são bons profissionais, com bastantes serviços relevantes prestados; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório, o sindicado 1º SGT PM Luciano Sousa Lima declarou que estava fazendo patrulhamento e ao realizar uma abordagem em um local ermo foram surpreendidos por disparos, tendo os policiais revidado. Disse que após cessar a “troca de tiros” localizaram um ferido e foi feito o socorro deste. Asseverou não lembrar a quantidade de disparos que efetuou e que não havia outra opção aos policiais, senão revidar a agressão; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório, o Sindicado SD PM Antônio Marcos Santiago disse que estava em patrulhamento quando foram fazer uma abordagem e os indivíduos efetuaram disparos contra os policiais, tendo estes revidado. Disse que em seguida fizeram o socorro do abordado lesionado ao hospital de Morada Nova. Não recordou a quantidade de disparos efetuados; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório, o Sindicado SD PM Aparecido Araújo Nascimento disse que em uma abordagem de rotina foram surpreendidos por disparos vindos dos abordados, tendo os policiais revidado para se defenderem. Ao fazerem a varredura, localizaram um indivíduo lesionado e socorreram-no ao hospital; CONSIDERANDO que, em sede de Razões Finais (fls. 193/199), a defesa dos sindicados alegou, em resumo, que não há nos autos qualquer elemento que comprove qual das armas atingiu a suposta vítima, além de que o Inquérito Policial Militar instaurado resultou no entendimento dos fatos como ocorrência de legítima defesa. Argumentou acerca das causas de justificação previstas no art. 34 da Lei nº 13.407/2003. Por fim, requereu a absolvição dos sindicados e o consequente arquivamento do feito; CONSIDERANDO ainda que a Autoridade Sindicante emitiu o Relatório Final às fls. 200/203V, no qual firmou posicionamento de que a ação foi respaldada pela causa de justificação da legítima defesa prevista no art. 34, inc. III, da Lei nº 13.407/2003: “[...] 7 – DA ANÁLISE DAS PROVAS E DAS ALEGAÇÕES FINAIS Este procedimento foi instaurado para apurar as circunstâncias em que se deu a ocorrência de homicídio decorrente de intervenção policial militar, na qual faleceu Pedro Henrique Sousa Silva, no dia 30/09/2017, na localidade de Lagoa Funda, zona rural do município de Morada Nova. A Sindicância teve sua portaria de instauração publicada em 12/11/2020, interrompendo, portanto, o prazo prescricional, conforme disposto no art. 74, parágrafo 2º, da Lei Estadual 13.407. Vale ressaltar foi instaurado para apurar os mesmos fatos na esfera penal comum o Inquérito Policial nº 504-132/2017, na Delegacia Municipal de Morada Nova; e na esfera penal militar o Inquérito Policial Militar Portaria nº 14/2017-IPM-9ºBPM, regendo-se, portanto, o prazo prescricional pelo disposto na lei penal. No procedimento penal comum, autoridade policial, em relatório final, nada disse acerca da legalidade da intervenção policial; no penal militar, o encarregado concluiu ‘os policiais militares que participaram das ações (...) agiram de forma bastante profissional’, não tendo verificado ‘indícios de cometimento de crime militar’. Analisando-se a escala de serviço (fl. 27), verifica-se que os sindicados estavam devidamente escalados, de serviço, no exercício regular de suas funções. A materialidade, in casu, é certa, provada pelo Exame de Corpo de Delito (cadavérico) realizado em Pedro Henrique Sousa Silva (fl. 43v). Quanto à autoria, as provas produzidas não foram suficientes para identificar, sem dúvida, qual(is) dos sindicados efetivamente efetuou(aram) disparo(s) capaz(es) de atingir fatalmente a vítima, posto que não foi realizado exame de comparação balística nem afins. Não obstante os sindicados admitiram verbalmente efetuaram disparos contra os abordados, bem como preencheram a ‘justificativa de disparos’ no quartel, não é prova suficiente a identificar o autor do(s) disparo(s) causador(es) da morte da vítima, cabendo, aqui, razão à Defesa dos sindicados quando esta alega que a vítima pode ter sido atingida por disparos efetuados pelos próprios comparsas. Independente do esclarecimento acerca de qual(is) arma(s) partiu(ram) o(s) disparo(s) que causou(aram) a morte, nota-se que os sindicados, consoante narrou a Defesa, agiram em legítima defesa. Analisando-se os elementos de prova constantes da Investigação Preliminar e as declarações prestadas em sede de interrogatório nesta Sindicância, agora sob o contraditório, verifica-se não haver contradição, sempre indo uma narrativa ao encontro da outra, no sentido de terem os sindicados repellido uma injusta agressão, posto que, ao realizarem a devida abordagem policial, foram surpreendidos por disparos efetuados pelos abordados, não restando outra alternativa, senão também efetuarem disparos contra os agressores. Ressalte-se que o confronto entre os indivíduos e os policiais militares não foi testemunhado in loco por nenhuma outra pessoa, senão pelos próprios envolvidos, e que foram apreendidos com a vítima 01 (uma) arma de fogo e munição (fl. 07). [...]”; CONSIDERANDO o Despacho nº 10223/2021 da Orientadora da CESIM/CGD (fls. 205), no qual ratificou o posicionamento da Autoridade Sindicante pela absolvição dos sindicados e arquivamento do processo pela insuficiência de provas: “[...] 2. Vistos e analisados os autos, observa-se que foram cumpridas as formalidades legais, observando-se ampla defesa e contraditório; 3. Ao final, o sindicante providenciou relatório com sugestão de arquivamento por insuficiência de provas. 4. De acordo com o art. 19, VI, do Decreto nº 3347/20, ratifico o parecer do sindicante. [...]”; CONSIDERANDO que o posicionamento da Orientadora da CESIM/CGD foi homologado pelo Coordenador da CODIM/CGD, conforme o Despacho nº 12024/2021 (fls. 206/207): “[...] 5. Ante o exposto, visto que a formalidade legal foi satisfatoriamente cumprida, ratifica-se e se homologa na íntegra, com fundamento no art. 18 do Decreto nº 33.447/20, o parecer do encarregado sugerindo o arquivamento da presente Sindicância em virtude da insuficiência de suporte probatório capaz de justificar a aplicação de sanção em desfavor dos sindicados, sem o óbice de que seja desarquivada ou seja instaurado novo procedimento caso surjam novas provas ou evidências posteriormente [...]”; CONSIDERANDO que nos assentamentos do sindicado 1º SGT PM Luciano Sousa Lima (fls. 66/67), consta que este ingressou na PMCE em 01/09/1994, com registro de 07 (sete) elogios, sem registro de sanções disciplinares, atualmente no comportamento “EXCELENTE”. Nos Assentamentos do SD PM Antônio Marcos Santiago (fls. 68), consta que este ingressou na PMCE em 01/11/2013, sem registro de elogios, sem registro de sanções disciplinares, atualmente no comportamento “BOM”. Nos Assentamentos do SD PM Aparecido Araújo Nascimento (fl. 59), consta que este ingressou na PMCE em 10/06/2014, sem registro de elogios, sem registro de sanções disciplinares, atualmente no comportamento “BOM”; CONSIDERANDO que à fl. 43V consta cópia do Exame Cadavérico de Pedro Henrique Sousa Silva, no qual se constatou que houve morte real por choque hipovolêmico devido a feridas penetrantes; CONSIDERANDO que constam às fls. 28/29 cópias de Justificativas de Disparo de Arma de Fogo no Serviço; CONSIDERANDO que foi apreendida com a suposta vítima uma espingarda calibre 12, com um cartucho deflagrado e dois cartuchos intactos (fls. 33V/34 e 34V); CONSIDERANDO que no Relatório da Autoridade Policial, este destacou que a suposta vítima tinha o vulgo de “Pedro Bala”, e que este era “velho conhecido da Polícia, sendo responsável por uma série de crimes, entre os quais de roubos qualificados, latrocínio e execuções de pessoas, vivia aterrorizando a população de Morada Nova, em especial a da Zona Rural”; CONSIDERANDO que a ausência de testemunhas dificultam o detalhamento dos fatos, prevalecendo-se a versão apresentada pelos Sindicados, a qual tem sua verossimilhança fortalecida pelas demais provas nos autos, sendo insuficientes os elementos que indiquem a possibilidade de excesso no contexto da ocorrência; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o Relatório da Autoridade Processante (Sindicante ou Comissão Processante), salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar o Relatório Final (fls. 200/203V)**, e, por consequência, **absolver os MILITARES** estaduais 1º SGT PM LUCIANO SOUSA LIMA – M.F. nº 110.031-1-7, SD PM APARECIDO ARAÚJO NASCIMENTO – M.F. nº 307.919-1-6 e SD PM ANTÔNIO MARCOS SANTIAGO – M.F. nº 300.028-1-4, em relação às acusações constantes na Portaria Inaugural, com fundamento na insuficiência de provas, de modo a justificar um decreto condenatório, ressaltando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inc. III do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003); b) Arquivar a presente Sindicância Administrativa instaurada em face dos mencionados militares; c) Nos termos do Art. 30, caput da Lei Complementar 98, de 13/06/201, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e)



Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E. CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E. CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 28 de junho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 1º da Lei Complementar nº 190, de 02 de janeiro de 2019 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos constantes na Sindicância registrada sob o SPU nº 190681834-4, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 554/2020, publicada no D.O.E. CE nº 264, de 27 de novembro de 2020, em face dos militares estaduais SD PM PEDRO HENRIQUE BEZERRA DE FREITAS, SD PM JOSÉ SANTANA DA SILVA e SD PM FRANCISCO ISMAEL BRITO DE SOUSA, onde narrou-se que José Emerson Nascimento foi abordado por três policiais do policiamento de motocicletas e que no decorrer da abordagem foi agredido fisicamente pelos mesmos com chutes nas pernas, vários socos em sua barriga e ainda bateram em sua cabeça com um capacete, não deixando marcas de lesão. Acrescentou-se que a suposta vítima sofre de distúrbios mentais, tendo rotineiramente acompanhamento médico. Prosseguiu-se narrando que o denunciante foi liberado após a chegada ao local de sua genitora apresentando documentos afirmando que o mesmo é portador de necessidades especiais, em fato ocorrido no dia 03/08/2019, por volta das 22h30min, na Rua José Félix Lima, em Fortaleza/CE; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória, os sindicatos foram devidamente citados às fls. 78/81, apresentaram Defesas Prévias às fls. 87/92, foram ouvidas a vítima e uma testemunha arrolada pela Autoridade Sindicante, por sua vez as Defesas não apresentaram testemunhas a serem ouvidas. Em seguida, os Sindicados foram interrogados. Por fim, apresentaram Razões Finais às fls. 122/140. Todas as audiências foram realizadas por meio de videoconferências, com registro em mídia às fls. 110; CONSIDERANDO que a suposta vítima relatou que no dia dos fatos foi abordado por três policiais militares do policiamento de motocicletas, e que foi agredido fisicamente com chutes nas pernas, bem como bateram em sua cabeça com o capacete, porém não deixando lesão, além de terem vários socos em sua barriga; CONSIDERANDO que a testemunha Francisca Katia Silva de Sousa afirmou que estava em sua residência no dia dos fatos. Disse que estava na varanda quando observou que Emerson estava sendo abordado por uma composição do moto patrulhamento. Disse que observou que os policiais militares estavam realizando busca de armas em Emerson. Disse que foi até ao local da abordagem e a mãe de Emerson já estava lá. Disse que ouviu quando Emerson relatou à sua mãe que os policiais militares haviam lhe agredido. Posteriormente relatou que o policial militar agressor seria o primeiro a abordar Emerson, tendo como características físicas de ser baixo e magro; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório, o Sindicato SD PM Pedro Henrique Bezerra de Freitas declarou que se encontrava de serviço, na função de comandante. Disse que realizavam moto patrulhamento, em conjunto com o SD PM D. SOUSA e O SD PM J. SILVA, próximo à “Comunidade da Fronteira”, um local de alto risco dominado pela facção GDE. Confirmou que houve uma abordagem após fundada suspeita, contudo que em nenhum momento o denunciante foi agredido pela composição. Disse que o denunciante correu de um local utilizado pelos traficantes locais como ponto de venda de drogas. Ressaltou que não aceitaria que algum membro da equipe agredisse alguém por ocasião de uma abordagem; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório, o Sindicato SD PM José Santana Silva apresentou versão semelhante, acrescentou que a abordagem ocorreu de forma enérgica, contudo negou que tenha havido agressões; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório o Sindicato SD PM Francisco Ismael Brito de Sousa apresentou versão semelhante aos demais Sindicados; CONSIDERANDO que em sede de Razões Finais (fls. 118/119), a defesa do SD PM José Santana da Silva alegou, em resumo, que o sindicato negou a autoria e a materialidade dos fatos, e das acusações que lhe foram imputadas. Alegou que foi feita uma abordagem de praxe, sem nenhuma alteração. Por fim, requereu o reconhecimento da improcedência das acusações pela falta absoluta de provas e o consequente arquivamento desta Sindicância; CONSIDERANDO que em sede de Razões Finais (fls. 122/125), a defesa da SD PM José Santana da Silva alegou, em resumo, que a suposta vítima apresentou contradições em seu termo, o qual teria afirmado sofrer várias agressões, descrevendo-as especificamente na barriga, contudo no exame complementar pericial as lesões atestadas ocorreram somente na planta do pé direito da suposta vítima. Reforçou que as provas são insuficientes para aplicação de sanção disciplinar ao Sindicato, requerendo assim a Absolvção e o consequente arquivamento do feito; CONSIDERANDO que em sede de Razões Finais (fls. 135/140), a defesa da SD PM Francisco Ismael Brito de Sousa alegou, em resumo, que o sindicato jamais agiu em desconformidade com os preceitos militares, argumentando que inexistem provas nos autos das supostas agressões sofridas relatadas, conforme o laudo pericial acostado. Por fim, pugnou pelo reconhecimento da inocência do Sindicato e o consequente arquivamento dos presentes autos; CONSIDERANDO ainda que a Autoridade Sindicante emitiu o Relatório Final às fls. 141/147 e o Relatório Complementar 154/162, nos quais firmou posicionamento de que não foi possível comprovar que os Sindicados teriam praticado transgressões disciplinares: “[...] Conforme laudo pericial realizado no dia 05/08/2019, observa-se que o exame médico-legal consta cicatriz hipertrófica localizada na região plantar do hálux e planta do pé direito, porém em nenhum momento do depoimento do Sr. Emerson o mesmo relata que foi agredido na planta do pé. Como se observa, a suposta vítima somente fez o laudo somente dois dias depois e as escoriações encontradas no laudo complementar não foram relatadas pelo Sr. Emerson como sendo um dos locais agredidos. A composição [...] foi unânime em atestar que a abordagem foi dentro do padrão da PMCE, sem qualquer excesso e que não houve qualquer tipo de agressão e que a denúncia do Sr. Emerson é infundada e leviana. [...] CONCLUSÃO E PARECER Depois de acurada análise dos presentes autos, este Sindicante conclui que não foi comprovada a autoria e a materialidade dos fatos imputados aos sindicatos e concorda com a tese da defesa dos Sindicados [...] não são culpados das acusações que lhes são imputadas; Pelo arquivamento da presente Sindicância [...]”; CONSIDERANDO o Despacho nº 4959/2022 do Orientador da CESIM/CGD (fls. 166), no qual ratificou o posicionamento da Autoridade Sindicante pela absolvição do Sindicato e o arquivamento do processo: “[...] 1. Trata-se de análise de autos conclusos de sindicância sob sisproc nº 1906818344 instaurada em desfavor do Sd Pedro Henrique Bezerra de Freitas, Sd José Santana da Silva e do Sd Francisco Ismael Brito de Sousa acusados de haverem agredido a José Emerson Nascimento durante uma abordagem policial. Fato ocorrido em 03.08.2019 no bairro Sapiranga. 2. Quanto a forma não se vislumbram nulidades aparentes. 3. Quanto ao mérito o sindicante pugnou pelo arquivamento face ao in dubio pro reo. Concordamos com o sindicante no sentido de arquivar os autos vez que as lesões identificadas no exame de corpo de delito são incompatíveis com a descrição dos fatos narrados pela vítima. Ademais, não há provas suficientes que indiquem que os militares tenham cometido excessos ou abusos durante a abordagem. Sugerimos arquivamento nos termos do p.u. art. 72 do CDPM/BM, ou seja, sem impedimento de reabertura caso surjam fatos novos. [...]”; CONSIDERANDO que o posicionamento do Orientador da CESIM/CGD foi homologado pelo Coordenador da CODIM/CGD, conforme o Despacho nº 5452/2022 (fls. 167/170): “[...] 7. Considerando que a prova da materialidade constituída pelo Estado, por meio da Perícia Forense restou controversa diante da descrição da suposta vítima, a dizer, foi lesionada com chutes nas pernas e vários socos na barriga, enquanto o exame de corpo de delito atestou lesão na ‘plantas dos pés’. 8. Considerando as divergências de versões, o sopesamento dos demais elementos de convicção angariados do bojo do processo é fundamental para verificar qual delas prepondera. 9. Considerando a conclusão a que chegou o encarregado da sindicância homologada pelo Sr. Orientador da CESIM/CGD, a meu ver, não resta possível acolher a acusação como factível de ter, realmente, a vítima sido agredida pelos policiais militares acusados, pois, apesar de o relevante valor probatório do laudo pericial, não há como formar um juízo de certeza sobre este fato e, consequentemente, atrai a presunção de veracidade da tese encampada pelo encarregado do feito processual em virtude da incidência do princípio do in dubio pro reo, em virtude das várias contradições entre o laudo de lesão corporal e o depoimento da própria vítima. 10. Considerando que a este teor, dispõe jurisprudência sobre esta matéria corroborando com o entendimento de que nesta fato concreto há de prevalecer a dúvida razoável em favor dos acusados, conforme se colaciona abaixo: ‘EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TORTURA PRATICADA POR AGENTES PENITENCIÁRIOS. CASTIGO. PRELIMINAR. INTEMPESTIVIDADE NÃO RECONHECIDA. ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS. CONTRADIÇÕES A RESPEITO DA OCORRÊNCIA. LESÕES ATESTADAS EM LAUDO MÉDICO INCOMPATÍVEIS COM AS AGRESSÕES DESCRITAS NA EXORDIAL. RECURSO IMPROVIDO. 1. Preliminar intempestividade do recurso. Embora, o Ministério Público tenha excedido em demasia o prazo para apresentação de suas razões, a jurisprudência nacional já consolidou o entendimento de que a apresentação tardia das razões recursais caracteriza mera irregularidade, que não tem o condão de tornar intempestivo o apelo interposto no prazo legal. Precedentes do STJ. 2. Os elementos de convicção reunidos nos autos são precários e duvidosos, não autorizando um decreto condenatório em desfavor dos apelados. 3. Não bastasse a dúvida até então verificada, um dos elementos mais relevantes à elucidação dos fatos, o laudo de exame de lesões corporais, tampouco permite acolher a imputação delitiva que foi atribuída aos acusados. 4. Recurso improvido. (TJ-ES - APL: 00026915220118080050, Relator: SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA, Data de Julgamento: 07/03/2018, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 23/03/2018)’. 11. Considerando que a instrução processual foi orientada pelos princípios que regem o devido processo legal disciplinar, não havendo lastro probatório suficiente para a caracterização das condutas descritas na exordial acusatória a ensejar o eventual sancionamento disciplinar dos sindicatos, ressalvando-se a possibilidade de reabertura do feito caso surjam posteriormente novos fatos ou evidências, nos termos do previsto no parágrafo único, inciso III, do Art. 72 do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003). 12. Assim sendo, considerando que a formalidade e as garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa foram satisfatoriamente obedecidas, e diante do exposto, acompanha-se o entendimento do Sr. Orientador da CESIM/CGD, Salvo Melhor Juízo, e os autos por se encontrarem aptos para julgamento, encaminha-se à deliberação superior com assessoramento jurídico, de acordo com o Art. 18, IV do DECRETO Nº 33.447/2020 [...]”; CONSIDERANDO que nos assentamentos funcionais do Sindicato SD PM Pedro Henrique Bezerra de Freitas (fls. 48/50), consta que este ingressou na PMCE em 11/10/2017, sem registro de elogios, sem registro de sanções disciplinares, atualmente no comportamento

“BOM”. Nos assentamentos funcionais do SD PM José Santana da Silva (fls. 54/56), consta que este ingressou na PMCE em 27/12/2017, sem registro de elogios, sem registro de sanções disciplinares, atualmente no comportamento “BOM”. Nos assentamentos funcionais do SD PM Francisco Ismael Brito de Sousa (fls. 60/62), consta que este ingressou na PMCE em 11/06/2018, sem registro de elogios, sem registro de sanções disciplinares, atualmente no comportamento “BOM”; CONSIDERANDO que a suposta vítima, embora tenha alegado ter sofrido lesões corporais supostamente praticadas pelos sindicados, somente atestou-se em exame pericial a presença de lesão corporal em local distinto das narradas em sua denúncia. Ressalta-se, além disso, que o exame pericial foi realizado três dias após a referida denúncia, alegando as defesas dos policiais militares que a lesão corporal atestada poderia ter ocorrido em data após a comunicação da denúncia. Dessa forma, as provas acostadas aos autos se demonstraram frágeis para afastar dúvidas quanto ao possível cometimento de transgressões por parte dos policiais militares, favorecendo-os, por sua vez, pela insuficiência de provas quanto às acusações; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o Relatório da Autoridade Processante (Sindicante ou Comissão Processante), salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar o Relatório Final (fls. 141/147) e o Relatório Complementar (154/162)** e, por consequência, **absolver o MILITARES** estaduais SD PM PEDRO HENRIQUE BEZERRA DE FREITAS – M.F. nº 308.736-2-9, SD PM JOSÉ SANTANA DA SILVA – M.F. nº 308.832-0-9 e SD PM FRANCISCO ISMAEL BRITO DE SOUSA – M.F. nº 309.069-7-7, em relação às acusações constantes na Portaria Inaugural, com fundamento na insuficiência de provas, de modo a justificar um decreto condenatório, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inc. III do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003); b) Arquivar a presente Sindicância Administrativa instaurada em face dos mencionados militares; c) Nos termos do Art. 30, caput da Lei Complementar 98, de 13/06/201, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I do Decreto Estadual nº. 33.447/2020, publicado no D.O.E. CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E. CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 28 de junho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 1º da Lei Complementar nº 190, de 02 de janeiro de 2019 c/c Art. Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos constantes na Sindicância registrada sob o SPU nº 18728131-9, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 459/2019, publicada no D.O.E. CE nº 161, de 27 de agosto de 2019, em face dos militares estaduais SD PM CARLOS MAGNO HOLANDA DE LIMA, SD PM ANTÔNIO WALISSON PAULINO DE MORAIS, SD PM FRANCISCO JAIRO FACUNDO CORREIA e SD PM ANTÔNIO GLEYDSON PIMENTEL HOLANDA, onde narrou-se, em tese, possíveis agressões físicas cometidas contra Francisco Edyvan da Silva de Queiroz, quando da prisão deste, no dia 30/10/2018, por volta de 20h30min, na cidade de Quixeramobim/CE; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória, os Sindicados foram devidamente citados às fls. 92/95, apresentaram Defesa Prévia às fls. 97/102, foram ouvidas duas testemunhas arroladas pela Autoridade Sindicante (123/125 e 130/133), por sua vez a Defesa não apresentou testemunhas a serem ouvidas. A suposta vítima não compareceu à audiência previamente agendada, conforme Certidão às fls. 135. Em seguida, os Sindicados foram interrogados às fls. 138/145. Por fim, apresentaram Razões Finais às fls. 150/155; CONSIDERANDO que consta à fl. 30 Exame de Lesão Corporal realizado em Francisco Edyvan da Silva de Queiroz, atestando presença de lesão leve; CONSIDERANDO que conforme a Lei nº 13.407/2003 também compreendem as ações previstas no Código Penal Militar: “[...] Art. 12. Transgressão disciplinar é a infração administrativa caracterizada pela violação dos deveres militares, cominando ao infrator as sanções previstas neste Código, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil. § 1º. As transgressões disciplinares compreendem: I - todas as ações ou omissões contrárias à disciplina militar, especificadas no artigo seguinte, inclusive os crimes previstos nos Códigos Penal ou Penal Militar [...]”; CONSIDERANDO que ocorre, nas hipóteses descritas na exordial acusatória, em razão da data dos eventos, as condutas imputadas aos Sindicados se equiparam, em tese, aos delitos previstos no Art. 209 do CPM (lesão corporal), cuja pena máxima em abstrato é de detenção, de (03) três meses a 01 (um) ano, bem como ao delito previsto na antiga lei de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965), cuja pena máxima em abstrato era de 06 (seis) meses de detenção; CONSIDERANDO que, conforme estabelecido no Art. 125, inc. VI, do CPM, o delito cuja pena máxima seja igual a um ano ou, sendo superior, não excede a 02 (dois), prescreve no prazo de 04 (quatro) anos, hipótese em que se enquadra no suposto diploma legal. Da mesma forma, consoante estabelecido no Art. 109, inc. VI, do CP, o delito cuja pena máxima seja inferior a 01 (um) ano, prescreve no prazo de 03 (três) anos, hipótese em que se enquadra no suposto diploma legal; CONSIDERANDO, que a alínea “e” do § 1º do inc. II do Art. 74 da Lei nº 13.407/2003 dispõe que a prescrição da transgressão disciplinar compreendida como crime se verifica nos mesmos prazos e condições estabelecidas na legislação penal, especialmente no Código Penal ou Penal Militar; CONSIDERANDO o entendimento das cortes superiores de que o prazo prescricional da lei penal se aplica às transgressões disciplinares mesmo quando não há apuração criminal contra o servidor (E.g.: STJ, 1ª Seção, MS nº 20.857/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em: 28/08/2019); CONSIDERANDO que transcorreram mais de 04 (anos) anos e 07 (sete) meses entre a suposta conduta ilícita até a presente data. Desta maneira, verifica-se a incidência da prescrição no presente caso mesmo diante do período de suspensão do prazo prescricional estabelecido pela Lei Complementar Estadual nº 216, de 23 de abril de 2020, e dos Decretos nº 33.633 e nº 33.699, que fizeram cessar o transcurso do prazo prescricional entre os dias 16 de março e 31 de julho do ano de 2020 em razão do quadro pandêmico ocasionado pelo vírus da Covid-19; CONSIDERANDO que a prescrição, instituto com natureza jurídica de direito material, opera verdadeira perda do direito de punir por parte da Administração e é matéria de ordem pública que pode, por tal razão, ser reconhecida em qualquer fase processual, deixando-se de avançar na análise do mérito; RESOLVE, diante do exposto, **arquivar a presente Sindicância** instaurada em face dos **MILITARES** estaduais SD PM CARLOS MAGNO HOLANDA DE LIMA – M.F. nº 300.052-1-X, SD PM ANTÔNIO WALISSON PAULINO DE MORAIS – M.F. nº 308.777-3-X, SD PM FRANCISCO JAIRO FACUNDO CORREIA – M.F. nº 308.812-0-6, e SD PM ANTÔNIO GLEYDSON PIMENTEL HOLANDA – M.F. nº 308.936-4-6, em face da incidência de causa extintiva da punibilidade constanciada no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva disciplinar estatal, nos termos do disposto no inc. II, c/c § 1º, alíneas “b” e “e”, do Art. 74 da Lei nº 13.407/03 – Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E SE CUMPRE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza/CE, 28 de junho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 1º da Lei Complementar nº 190, de 02 de janeiro de 2019 c/c Art. Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos constantes da Sindicância Administrativa registrada sob o SPU nº 190448095-8, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 484/2020, publicada no D.O.E. CE nº 250, de 11 de novembro de 2020, visando apurar a responsabilidade disciplinar dos militares estaduais, CB PM HÍCARO ROCHA SEGUNDO, SD PM RAIMUNDO GLAEDER OLIVEIRA LIMA, SD PM LUCIANO DE QUEIROZ LIMA JÚNIOR e SD PM WESLEY DE CÁSSIO NASCIMENTO DA SILVA, em razão de, supostamente, no dia 15/12/2018, terem agredido fisicamente e violado o domicílio de Yarley Moura de Freitas, sem estarem presentes as exceções previstas no Art. 5º, inciso XI, da CRFB/88. Os referidos policiais militares teriam abordado o denunciante em um cruzamento da cidade de Quixadá/CE, e, ao encontrarem drogas em seu bolso, o colocaram no xadrez da viatura e se deslocaram para sua residência, onde apreenderam mais substâncias entorpecentes; CONSIDERANDO que, durante a instrução probatória, os sindicados foram devidamente citados (fls. 144/147), apresentaram Defesa Prévia (fls. 149/156 e 158), foram interrogados (fls. 172/173) e apresentaram Alegações Finais (fls. 176/184). Além disso, o Sindicante procedeu a oitiva de 02 (duas) testemunhas (fls. 171/173); CONSIDERANDO que, em sede de Razões Finais (fls. 176/184), a defesa dos sindicados argumentou, em síntese, a regularidade da prisão de Yarley Moura e a inexistência de qualquer agressão praticada pelos policiais, conforme apontaram os exames de corpo de delito (fls. 37/38); CONSIDERANDO que, em depoimento (fls. 171), Yarley Moura de Freitas disse que não conhece os policiais que participaram de sua prisão e que sequer é capaz de indicá-los, porque todos estavam encapuzados. Primeiro, Yarley afirmou que foi agredido quando se recusou a entrar na viatura, mas depois disse que, até o momento em que estava na viatura, com três ou quatro policiais, não houve agressão, que só teria se iniciado quando da chegada do restante do comboio, em razão de não terem encontrado nada em sua residência. O depoente disse que ninguém teria presenciado as ditas agressões. Após a lavratura do flagrante, disse que realizou exame de corpo de delito e que ficou detido na delegacia. No outro dia, quando policiais civis verificaram sangramento em seu ouvido, fez novo exame e informou que teria sido agredido no momento de sua prisão, não tendo relevado quando de seu depoimento policial por medo; CONSIDERANDO que, em depoimento (fl. 171), Evilania Gonçalves Moura, mãe de Yarley, disse que não presenciou a prisão do filho ou mesmo os policiais o agredindo, tendo apenas visto um machucado na orelha de Yarley na delegacia. Disse ainda que franqueou a entrada dos militares à sua residência. Por fim, disse que o interrogatório de Yarley na delegacia foi acompanhado pelo Delegado de Polícia e pelo Escrivão de Polícia, de modo que os policiais militares responsáveis pela prisão não estavam presentes; CONSIDERANDO que, em sede de interrogatório (fls. 172), os sindicados foram uníssomos em apresentar a mesma sistemática, com exceção do



SD PM Wesley de Cassio Nascimento da Silva, que optou pelo direito ao silêncio em razão de não se recordar da ocorrência tratada. Os demais sindicados, CB PM Hícaro Rocha Segundo, SD PM Raimundo Glaeder Oliveira Lima e SD PM Luciano de Queiroz Lima Júnior, relataram que já conheciam Yarley. Relataram que havia informação de que Yarley seria faccionado, envolvido com o tráfico de drogas, e que possuía uma arma de calibre 12. Narraram que Yarley era considerado uma pessoa perigosa. O SD PM Raimundo Glaeder Oliveira Lima destacou que, em seu depoimento policial, Yarley confirmou ser faccionado e que é comum que integrantes de facção façam denúncia contra os policiais, ao que parece ser uma orientação dada pela ORCRIM. Além disso, os policiais disseram ter recebido denúncias sobre assaltos na região por indivíduo que portava uma arma de calibre 12 e com as características de Yarley. No dia da abordagem, o CB PM Hícaro Rocha Segundo disse que houve mais de uma ligação para o COPOM, denunciando que Yarley vendia drogas. Assim, procederam a abordagem e encontraram drogas com o Yarley, o qual admitiu que possuía mais drogas em sua residência, onde os interrogados se dirigiram e entraram, com autorização. Na residência, os sindicados encontraram mais droga, porém a arma não foi localizada. Por fim, os sindicados foram unânimes em negar as denúncias de agressão, destacando que, durante toda a abordagem, havia pessoas próximas, inclusive familiares de Yarley, provavelmente mãe e irmã, além de pessoas na calçada, que teriam visto eventual agressão; CONSIDERANDO que o Laudo Pericial nº 777865/2018 (fl. 37), realizado em 16/12/2018, à 1h15, após a prisão em flagrante do denunciante, concluiu pela inexistência de ofensa à integridade corporal ou à saúde de Yarley Moura de Freitas. Também, o Laudo Pericial nº 777873/2018 (fl. 38), realizado no dia 16/12/2018, às 12h da manhã seguinte à referida prisão em flagrante, quando Yarley denunciou a suposta agressão dos policiais, apontou apenas que o ouvido do denunciante estava sujo de sangue, sendo inconclusivo sobre a ofensa à integridade corporal ou à saúde de Yarley Moura de Freitas, registrando a “ausência de lesões externas recentes de interesse médico-legal”; CONSIDERANDO o Resumo dos Assentamentos (fls. 110/117), verifica-se que o CB PM Hícaro Rocha Segundo foi incluído na PMCE em 08/09/10, possui três elogios e nenhuma punição; o SD PM Raimundo Glaeder Oliveira Lima foi incluído na PMCE em 01/11/13, possui cinco elogios e nenhuma punição; o SD PM Luciano de Queiroz Lima Júnior foi incluído na PMCE em 01/02/13, possui dois elogios e nenhuma punição; e o SD PM Wesley de Cassio Nascimento da Silva foi incluído na PMCE no dia 01/02/13, possui seis elogios e nenhuma punição; CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante elaborou o Relatório Final nº 116/2021 (fls. 185/188), no qual concluiu, in verbis: “A testemunha YARLEY MOURA DE FREITAS, autor da “denúncia”, reafirmou foi agredido no momento da abordagem e em sua casa, contudo disse que não houve outras testemunhas e que não conseguiu identificar quais policiais cometeram as agressões, o que prejudica a individualização dos fatos e dos supostos autores. A testemunha EVILANIA GOÇALVES MOURA, mãe de YARLEY, afirmou autorizou a entrada dos policiais na casa, o que resta superado a notícia de invasão domiciliar irregular. Ainda com relação as agressões, a fragilidade das provas se confirmou pois a única potencial testemunha, EVILANIA, a qual se encontrava na casa, disse não tê-las presenciado. Ademais, o exame de corpo de delito realizado em YARLEY logo após a lavratura do auto de prisão em flagrante, não reconhece a existência de lesões ou de ofensa à sua integridade física, o que confronta fortemente com os argumentos daquele, no sentido de que foi agredido pelos policiais tanto no momento da abordagem quanto em sua casa[...] Não há, portanto, correlação segura entre os argumentos de YARLEY, no sentido de que foi agredido pelos policiais em dois momentos, com o resultado dos exames apresentados. Assim, após a análise de todo o conjunto probatório produzido e constante nos autos, concluímos que os sindicados NÃO SÃO CULPADOS de terem cometido transgressão disciplinar, relacionada à agressão física e/ou violação (ilegal) de domicílio, no dia 15/12/2018, por volta de 20h30min, nesta cidade de Quixadá/CE, quando da prisão de YARLEY MOURA DE FREITAS, aplicando-se o art. 439, alínea “e”, do Código de Processo Penal Militar, c/c o art. 73, da Lei Estadual nº 13.407/2003 (Código Disciplinar da PMCE/BMCE) e c/c com o art. 26, da Instrução Normativa nº 12/2020-CGD; do que, portanto, somos de parecer favorável ao ARQUIVAMENTO dos presentes autos, por não existir prova suficiente para a condenação, ressalvando-se a hipótese de reabertura do feito, ante o eventual surgimento de novos fatos, conforme disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei Estadual nº 13.407/2003”. O entendimento da Autoridade Sindicante fora ratificado pela Orientação da CESIM/CGD, fl. 190 e pela Coordenação da CODIM/CGD, fls. 191/194; CONSIDERANDO o conjunto probatório testemunhal (fls. 171/173) e documental (fls. 37/38), notadamente o depoimento de Evilania Gonçalves Moura, mãe do denunciante, única testemunha dos fatos, no sentido de que autorizou a entrada dos sindicados na residência, bem como não presenciou os acusados agredirem Yarley Moura de Freitas, corroborando com o Laudo de Exame de Corpo de Delito realizado no denunciante (fls. 37/38), o qual atesta a inexistência de ofensa à integridade corporal ou à saúde de Yarley Moura de Freitas. Destarte, não restou comprovada a acusação delineada na Portaria Inaugural (fl. 03), em desfavor dos sindicados, caracterizadoras de transgressão disciplinar; CONSIDERANDO que, à luz da jurisprudência e da doutrina majoritária pátria, não se justifica, sem base probatória idônea, a formulação de qualquer juízo condenatório, o qual deve, necessariamente, assentar-se em elementos de certeza para que se qualifique como ato revestido de validade ético/jurídica. Desta forma, para embasar um edito condenatório, é preciso haver prova suficiente constante nos autos apontando, de forma inquestionável, os sindicados como os autores do fato ou, pelo menos, corroborando os elementos informativos colhidos na fase investigatória, pressuposto que não restou atendido na hipótese dos autos, sob pena de ser impositiva a absolvição dos militares acusados, com fundamento na insuficiência de provas em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência. Nesse sentido, havendo dúvida razoável acerca do cometimento de transgressões disciplinares por parte dos sindicados, com esteio na insuficiência de provas seguras e convincentes, deve ser adotada a medida administrativa mais benéfica aos agentes imputados, em prevalência ao princípio in dubio pro reo; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso, o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Sindicante sempre que a solução estiver em conformidade com as provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, § 4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, diante do exposto: a) **Acatar o Relatório Final nº 116/2021** emitido pela Autoridade Sindicante (fls. 185/188); b) **Absolver** o CB PM HÍCARO ROCHA SEGUNDO – M.F. nº 303.233-1-9, SD PM RAIMUNDO GLAEDER OLIVEIRA LIMA – M.F. nº 300.331-1-6, SD PM LUCIANO DE QUEIROZ LIMA JÚNIOR – M.F. nº 587.419-1-4 e o SD PM WESLEY DE CÁSSIO NASCIMENTO DA SILVA – M.F. nº 587.486-1-7, em relação à acusação constante na Portaria Inaugural, com fundamento na insuficiência de provas, de modo a justificar um decreto condenatório, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único, inciso II, do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará – Lei nº 13.407/2003; c) Nos termos do Art. 30, caput, da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão, no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição – CODISP/CGD, contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal dos acusados ou de seus defensores, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019 – CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à instituição a que pertençam os servidores para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD, será expedida comunicação formal, determinando o registro na ficha ou assentamentos funcionais dos servidores. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, § 7º e § 8º, Anexo I, do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 30 de junho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 1º da Lei Complementar nº 190, de 02 de janeiro de 2019 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos constantes da Sindicância registrada sob o SPU nº 18649652-4, instaurado sob a égide da Portaria nº 370/2020 - GAB/CGD, publicada no DOE CE nº 228, de 14 de outubro de 2020, visando apurar a responsabilidade disciplinar dos militares estaduais, SD PM FRANCISCO MAYCON OLIVEIRA DA SILVA, SD PM GÊNESIS CHAVES DA SILVA e SD PM TIAGO SANTIAGO LA BANCA, em razão de, supostamente, no dia 01/08/2018, terem agredido fisicamente e ameaçado Jhones dos Santos Silva, quando estiveram de serviço, nesta capital, na VTR, placas OSF 1498; CONSIDERANDO que a alínea “e” do § 1º do inc. II do Art. 74 da Lei nº 13.407/2003 dispõe que a prescrição da transgressão disciplinar compreendida como crime se verifica nos mesmos prazos e condições estabelecidos na legislação penal, especialmente no Código Penal ou Penal Militar; CONSIDERANDO que, na hipótese descrita na portaria, as condutas imputadas aos acusados se equiparam, em tese, aos delitos de lesão corporal leve (Art. 129, caput, do CPB), cuja pena máxima em abstrato é de 01 (um) ano de detenção, e ameaça (Art. 147 do CPB), cuja pena máxima em abstrato é de 06 (seis) meses de detenção; CONSIDERANDO que, conforme estabelecido no Art. 109, incisos V e VI, do CPB, o delito cuja pena máxima seja igual a 01 (um) ano prescreve no prazo de 04 (quatro) anos e o delito cuja pena máxima seja inferior a 01 (um) ano prescreve no prazo de 03 (três) anos, hipóteses em que se enquadram os supostos delitos de lesão corporal leve e ameaça, respectivamente; CONSIDERANDO o entendimento das cortes superiores de que o prazo prescricional da lei penal se aplica às transgressões disciplinares mesmo quando não há apuração criminal contra o servidor (E.g.: STJ, 1ª Seção, MS nº 20.857/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em: 28/08/2019); CONSIDERANDO que a prescrição, instituído com natureza jurídica de direito material, opera verdadeira perda do direito de punir por parte da Administração e é matéria de ordem pública, que pode, por tal razão, ser reconhecida em qualquer fase processual; RESOLVE, por todo o exposto: **reconhecer a incidência de causa extintiva da punibilidade**, consubstanciada na prescrição da pretensão punitiva disciplinar estatal, nos termos do disposto no inc. II, c/c § 1º, alínea “e”, e § 2º do Art. 74 da Lei nº 13.407/03 – Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará e, por consequência, arquivar a presente Sindicância Administrativa instaurada em face dos **MILITARES** estaduais SD PM FRANCISCO MAYCON OLIVEIRA DA SILVA, M.F. 587.778-1-1, SD PM GÊNESIS CHAVES DA SILVA, M.F. 308.204-1-X, e SD PM TIAGO SANTIAGO LA BANCA, M.F. 308.707-3-5. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E SE CUMPRE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza/CE, 30 de junho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 1º da Lei Complementar nº 190, de 02 de janeiro de 2019 c/c Art. Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos constantes da Sindicância Administrativa registrada sob o SPU nº 190928259-3, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 417/2021, publicada no D.O.E CE nº 190, de 18 de agosto de 2021, visando apurar a responsabilidade disciplinar do militar estadual, SGT PM JODEMIR GREGÓRIO GOMES, em razão de, supostamente, no dia 16/10/2019, quando, de folga e apaisana, ingeria bebida alcoólica no “Mercantil do Neginho”, localizado em Tauá-CE, ter se desentendido com Eudes Siqueira Soares, o qual estava sob efeito de álcool, ao ponto de chegarem às vias de fato, resultando em lesões corporais recíprocas. Ato contínuo, Eudes Siqueira Soares e sua irmã Suziene Siqueira Soares noticiaram que o referido policial militar teria usado sua arma de fogo durante a contenda em alusão (fl. 04); CONSIDERANDO que, durante a instrução probatória, o sindicato foi devidamente citado (fls. 61/62), apresentou Defesa Prévia (fls. 63/76), foi interrogado (fls. 134/135) e apresentou Alegações Finais (fls. 140/147). Além disso, a autoridade Sindicante procedeu à oitiva de 06 (seis) testemunhas (fls. 118/119, fls. 120/121, fls. 123/124, fls. 126/127, fls. 128/129, fls. 132/133); CONSIDERANDO que, em sede de Razões Finais (fls. 140/147), a defesa argumentou, em síntese, que Eudes foi quem insultou o servidor, proferindo ofensas à Polícia Militar e ao sindicato diretamente. Após, Eudes foi para cima do militar, iniciando uma briga, na qual o acusado tentou apenas se defender; CONSIDERANDO que, em depoimento (fls. 118/119), Eudes Siqueira Soares relatou que, ao chegar no estabelecimento comercial onde ocorreu o fato, encontrou o sindicato, o qual passou a proferir ofensas em seu desfavor, chamando-o de vagabundo. Ato contínuo, sem qualquer motivo, o referido Policial Militar teria partido para cima do depoente e passado a lhe agredir, inclusive fazendo uso de uma arma de fogo, com a qual bateu em seu rosto. O depoente relatou que o exame pericial realizado no policial militar foi feito somente uma semana após a contenda. Destacou que a esposa do sindicato teria dito que ele havia se machucado em um acidente doméstico. No entanto, consta nos autos dois Laudos de Exame de Corpo de Delito os quais o sindicato foi submetido, datados de 17/10/19 e 19/11/19, ou seja, 01 dia e 30 dias após os fatos, respectivamente. Inicialmente, disse que sequer conseguiu beber algo no comércio de “Neginho”, haja vista a imediata agressão do militar. Todavia, posteriormente, confirma que havia tomado duas doses de cachaça no local antes da discussão. Por fim, disse que, por conta das lesões provocadas pelo sindicato, teria ficado impossibilitado de trabalhar. Inobstante, a testemunha Francisco Joseni da Silva asseverou que Eudes só parou de trabalhar tempos depois da vergastada ocorrência, em razão de um grave acidente de moto; CONSIDERANDO que, em depoimento (fls. 120/121), Francisco Helder Rolim Duarte relatou que não presenciou os vergastados fatos, embora tenham ocorrido na calçada de seu estabelecimento comercial, pois estava no interior do imóvel. Disse que, no dia dos fatos, não visualizou o sindicato armado. O depoente asseverou que, antes de adentrar no interior do seu estabelecimento comercial, visualizou o acusado e Eudes sentados no bar. Este fato contraria a declaração de Eudes, no sentido de que teria sido agredido pelo militar antes de descer de sua bicicleta, logo ao chegar no “Mercantil do Neginho”; CONSIDERANDO que, em depoimento (fls. 123/124), Francisco Joseni da Silva disse que Eudes chegou no local dos fatos embriagado e pediu uma dose de cachaça ao sindicato, sendo atendido. Depois, pediu uma coca-cola, sendo também concedido. Logo após, quando o depoente já estava um pouco distante do local, visualizou o sindicato e Eudes em luta corporal, com agressões recíprocas. Destacou que o militar não fazia uso de arma de fogo. Ambos os contendores brigaram com as mãos, porém não soube quem iniciou a luta corporal. O depoente informou que Eudes “já é preso da Justiça”, que “já puxou muita cadeia”. Ainda asseverou que viu Eudes trabalhando no final do ano de 2020, porém no ano de 2021, ele sofreu um grave acidente de moto e não mais trabalhou; CONSIDERANDO que, em depoimento (fls. 126/127, fls. 128/129, fls. 132/133), o SUB TEN PM Marcondes Marques Bentemuller, o 1º SGT PM Murilo Bernardo e o 2º SGT PM Erlândio Miguel da Silva declararam que não presenciaram os fatos. Eles foram unânimes em afirmar a boa conduta do sindicato, desconhecendo que tenha se envolvido em fatos semelhantes, e que ficaram sabendo que Eudes é quem teria iniciado as agressões. O 1º SGT PM Murilo Bernardo disse que Eudes ficou vários anos preso no presídio de Tauá, no período em que o depoente trabalhou naquele Município, e “deu muito trabalho aos policiais penais”, inclusive, acredita que Eudes tentou tomar uma arma de um policial penal dentro do hospital de Tauá e ainda o lesionou, no ano de 2016 ou 2017. O 2º SGT PM Erlândio Miguel disse que ambas as partes saíram lesionadas e soube que Eudes é uma pessoa envolvida em conflitos; CONSIDERANDO que, em interrogatório (fls. 134/135), o sindicato disse que estava no “Mercantil do Neginho”, ingerindo bebida alcoólica, na companhia de Francisco Joseni da Silva, quando Eudes chegou e pediu que “Neginho”, dono do local, servisse cachaça para ele. Neginho ofereceu resistência. O sindicato disse que servisse, que pagaria. Assim, Neginho serviu cachaça e coca-cola a Eudes. Após algum tempo, o interrogando ouviu Eudes afirmar: “policial sem vergonha”, tendo o indagado se aquela ofensa era direcionada a ele e Eudes confirmou. Então, o policial revidou, dizendo que Eudes é quem seria “vagabundo”. Nesse momento, Eudes se levantou e partiu para cima do sindicato e o atingiu. Assim, teve que se defender, entrando em luta corporal com Eudes. O interrogando negou estar armado. Diante das agressões de Eudes, o interrogando fraturou seu braço. Ao procurar atendimento médico, no dia seguinte, o ortopedista constatou uma fissura na urna, osso do antebraço, tendo que ficar 34 (trinta e quatro) dias com gesso e realizar umas 10 (dez) ou 15 (quinze) sessões de fisioterapia. Quanto a Eudes, disse que no outro dia, soube que ele estava bebendo em outro bar, de modo que, em razão da contenda com o sindicato, não ficou lesionado a ponto de não conseguir trabalhar. Por fim, o interrogando disse que, tempos depois do ocorrido, Eudes sofreu um grave acidente de moto, tendo passado meses internado em Fortaleza; CONSIDERANDO que o Laudo Pericial nº 2019.0041848 (fls. fls. 105/106), realizado em 17/10/19, constatou ofensa à integridade corporal ou à saúde do sindicato, produzida por meio contundente e que acarretou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias. O Laudo Pericial nº 2019.0048966 (fls. 107/108), realizado em 19/11/19, cerca de um mês após os fatos, ratificou que as lesões provocadas no sindicato resultaram em incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias; CONSIDERANDO que o Laudo Pericial nº 2019.0056522 (fls. 110/111), realizado em 17/10/19, constatou ofensa à integridade corporal ou à saúde de Eudes Siqueira Soares, produzida por meio contundente, sem elementos para identificar se causou incapacidade para atividades habituais e registrando, ainda, sinais clínicos compatíveis com embriaguez etílica, confirmada pelo Laudo Pericial nº 2019.0056472 (fls. 114/115). O exame complementar em Eudes Siqueira Soares tornou-se impossibilitado, consoante Laudo Pericial nº 2019.0048948 (fls. 112/113), diante da não apresentação de relatório médico do IJF a respeito do caso, sugerindo retorno posterior; CONSIDERANDO que os Laudos Periciais concluíram pela existência de lesão corporal tanto no sindicato, como em Eudes Siqueira Soares. Todavia o conjunto probatório carreado aos autos, mormente testemunhal, não fora capaz de demonstrar, de forma inequívoca, quem iniciou a discussão que levou às vias de fato e, consequente, às lesões corporais recíprocas. Assim, não há provas indubitáveis dos fatos delineados na Portaria inaugural, em desfavor do acusado, caracterizadoras de transgressão disciplinar; CONSIDERANDO o Resumo de Assentamentos (fls. 49/53), verifica-se que o sindicato foi incluído na PM na data de 04/08/03, possui dois elogios, nenhuma punição e está no comportamento “Excelente”; CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante elaborou o Relatório Final nº 170/2021 (fls. 148/154v), no qual manifestou o seguinte entendimento, in verbis: “De início, podemos afirmar que a assertiva de que ambos (Policial Militar sindicato e civil EUDES SIQUEIRA SOARES), sofreram lesão corporal quando da luta corporal travada, é fato incontroverso. Neste sentido, vê-se que existem provas suficientes da materialidade dos fatos (ver laudos periciais de fls. 104/113). Igualmente, não existem dúvidas quanto ao fato de que o civil EUDES SIQUEIRA SOARES, quando chegou no estabelecimento comercial estava sob efeito de bebida alcoólica. (ver laudo pericial de fls. 114 e verso) (...) a única testemunha que presenciou parte dos fatos, narrou não haver presenciado o Policial Militar sindicato fazendo uso de arma de fogo durante a luta corporal. Relativo às lesões corporais sofridas pelo civil EUDES SIQUEIRA SOARES e pelo Policial Militar sindicato, vê-se que estamos diante de lesões corporais recíprocas, portanto, o cerne da questão é definir quem na verdade iniciou a agressão, e, por via de consequência, concluir quem agiu sob o manto da legítima defesa [...] no presente caso, em que há lesões corporais recíprocas nas pessoas do civil EUDES e no Policial Militar sindicato e não se têm provas de quem na verdade iniciou as agressões, nada mais razoável que invocar o princípio “in dubio pro reo”, uma vez que, como dito, tanto o civil EUDES SIQUEIRA SOARES, quanto o Policial Militar sindicato, podem sim ter agido em legítima defesa[...] Sistema de Informações Policiais – SIP, foi constatado que o civil EUDES SIQUEIRA SOARES, foi vítima de um acidente de trânsito ocorrido no dia 17/01/2021, data bem posterior ao ocorrido[...] Por todas as considerações de natureza técnica, de fato e de direito expendidas, atento a margem de dúvida existente nos presentes autos acerca de quem partiu as agressões físicas, muito menos de quem agiu dolosamente no sentido de lesionar o outro, não vejo como imputar culpa ao Policial Militar sindicato. Desta forma, considerando que a versão apresentada pelo civil EUDES SIQUEIRA SOARES, não foi confirmada com provas firmes, e assim, entendendo que no presente caso, a aplicação do princípio do “in dubio pro reo” é medida que se impõe, este Sindicante vem à presença de Vossa Excelência, com o habitual respeito, APRESENTAR PARECER/SUGESTÃO CONSISTENTE NO ARQUIVAMENTO DA PRESENTE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA.” Esse entendimento foi acatado pelo Orientador da CESIM/CGD, por meio do Despacho nº 16102/2021 (fl. 158), e homologado pelo Coordenador da CODIM/CGD, por meio do Despacho nº 16565/2021 (fls. 159/160); CONSIDERANDO que, à luz da jurisprudência e da doutrina majoritária pátrias, não se justifica, sem base probatória idônea, a formulação de qualquer juízo condenatório, o qual deve, necessariamente, assentar-se em elementos de certeza para que se qualifique como ato revestido de validade ético/jurídica. Desta forma, para embasar um edito condenatório, é preciso haver prova suficiente constante nos autos apontando de forma inquestionável o sindicato como o autor do fato ou, pelo menos, corroborando os elementos informativos colhidos na fase investigatória, pressuposto que não restou atendido na hipótese dos autos, sob pena de ser impositiva a absolvição do militar acusado, com fundamento na insuficiência de provas, em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência. Nesse sentido, havendo dúvida razoável acerca do cometimento de transgressões disciplinares por parte dos sindicatos, com esteio na insuficiência de provas seguras e convincentes, deve ser adotada a medida administrativa mais benéfica aos agentes imputados, em prevalência ao princípio in dubio pro reo; CONSIDERANDO que todos os meios estruturais de se comprovar ou não o envolvimento transgressivo do sindicato foram esgotados no transcorrer do presente feito administrativo; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso, o Controlador Geral de Disciplina, acatou o relatório da Autoridade Sindicante sempre que a solução estiver em conformidade com as provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, § 4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, diante do exposto: a) **Acatar o Relatório Final nº170/2021 (fls. 148/154v)**, emitido pela Autoridade Sindicante; b) **Absolver o 2º SGT PM JODEMIR GREGÓRIO GOMES – M.F. nº 135.964-1-7**, em relação à acusação constante na Portaria Inaugural, com fundamento na insuficiência de provas, de modo a justificar um decreto condenatório, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências

posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único, inciso II, do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará - Lei nº 13.407/2003; c) Nos termos do Art. 30, caput, da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão, no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019 - CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD, será expedida comunicação formal, determinando o registro na ficha ou assentamento funcional do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I, do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 - CGD (publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza, 30 de junho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 1º da Lei Complementar nº 190, de 02 de janeiro de 2019 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos constantes da Sindicância Administrativa referente ao SPU nº 200611131-5, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 176/2021, publicada no DOE CE nº 092, de 20 de abril de 2021, visando apurar a responsabilidade disciplinar do militar estadual, CEL QOPM RR DALVINO PORTELA MAGALHÃES JÚNIOR, em razão da decisão judicial (fls. 62/63), concedendo 'Medidas Protetivas de Urgência', em seu desfavor do referido servidor (processo nº 0002072-23.2019.8.06.0075, 'autos principais' oriundo da 3ª Vara da Comarca de Eusébio, fls. 11/16, com base no I.P. nº 206-31/2019, fl. 11, fls. 17/47), por suposta prática dos crimes de difamação e violência doméstica (fl. 07), contra sua ex-companheira, Walderlene Viana França, conforme o ofício nº 4453/2020 (fl. 06), oriundo do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza (processo nº 0051544-12.2020.8.06.0025, referente a 'medida protetiva de urgência', fls. 06/07, fls. 55/63); CONSIDERANDO que este subscritor concluiu que a conduta, em tese, praticada pelo sindicado não preenchia os pressupostos legais e autorizadores contidos na Lei nº 16.039/2016 e na Instrução Normativa nº 07/2016 - CGD, de modo a viabilizar a submissão do caso ao Núcleo de Soluções Consensuais - NUSCON/CGD (fls. 71/72, fl. 04); CONSIDERANDO que, durante a instrução probatória, o acusado foi devidamente citado (fls. 100/101) e apresentou Defesa Prévia (fls. 106/108); CONSIDERANDO que, em sede de Defesa Prévia (fls. 106/108) o sindicado negou os fatos constantes da Portaria inaugural (fl. 04), alegando que as denúncias de sua ex-companheira, Walderlene Viana França, as quais originaram a presente Sindicância, seriam mais um ato de retaliação da denunciante, em razão da ação na qual o acusado requer a guarda do filho do casal, por meio de ação judicial (fls. 141/144), em curso na 3ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza/CE. Destacou que nos autos do Inquérito Policial nº 206-31/2019 (fls. 17/47), consta um áudio no qual a denunciante afirma que o sindicado seria "manso, pacífico, sereno, tranquilo e nunca levantou a voz contra si", além de registros de declarações de sua ex-companheira asseverando que "iria ferrar com o sindicado, realizaria manobras para prejudicá-lo profissionalmente e o difamaria perante toda a vizinhança"; CONSIDERANDO que a denunciante/vítima, ex-companheira do acusado, não foi localizada para ser ouvida nos autos desta Sindicância, conforme certidões e relatórios (fls. 104/105, fl. 124, fl. 129). Também, não foram ouvidas outras eventuais testemunhas dos fatos (fl. 04); CONSIDERANDO a independência das instâncias, impende salientar que no Inquérito Policial nº 206-31/2019 (fls. 38/47), que trata dos mesmos fatos ora em apuração, o acusado não foi indiciado, conforme 'Relatório Final' da autoridade policial (fls. 41/46), em razão da "ausência de testemunha de viso da agressão", pois a única testemunha, a babá Alane Vieira Galvão, "não visualizou qualquer tipo de lesão em Walderlane Viana França", após a discussão do casal, no dia 08/12/2018, data dos vergastados fatos. No processo nº 2072-23.2019.8.06.0075, que teve como base o IP nº 206-31/2019, o Ministério Público postulou o arquivamento (fls. 136/139), pois "os fatos (fl. 04) não são suficientes a fundamentar uma peça acusatória, eis que não se pode aferir as circunstâncias do suposto delito, sua autoria, e nem mesmo se houve um delito, ante a possibilidade das lesões constatadas terem sido resultado de ações da criança, filho do casal, ou até auto-infligidas dada a animosidade da suposta vítima em relação ao ex-companheiro, conforme demonstrado em diversos documentos juntados aos autos" (sic). Ato contínuo, o Juiz da Vara única Criminal de Eusébio acolheu o Parecer Ministerial (fls. 136/139), determinando o arquivamento dos autos (fl. 140). Destarte, conforme o conjunto probatório acostado aos autos, notadamente o arquivamento do processo judicial que trata dos mesmos fatos, não restou comprovada a acusação delineada na Portaria inaugural em desfavor do sindicado e, consequentemente, a prática de transgressão disciplinar; CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante emitiu o Relatório Final (fls. 149/157), no qual firmou o seguinte posicionamento, in verbis: "[...] Desde então a denunciante se encontra em destino incerto e não sabido juntamente com seu filho. Toda a sindicância se baseia unicamente em Exame de Corpo de Delito (fl. 24), entretanto no Relatório do IP nº 206-31/2019 (fls. 17/47), o próprio Delegado se manifesta pela impossibilidade de indiciamento[...]. O Ministério Público (fls. 145/148) apresentou denúncia contra Sra Walderlane Viana França, por 'subtração de incapazes', Art 249 CP, informando que a mesma se encontra em local incerto e não sabido. Ficando claro, pelo exposto, que desde o início a intenção da denunciante era tumultuar o 'processo de guarda', fazendo uma denúncia caluniosa (Art. 339, CP), para obter seus fins desejados, a guarda do filho do casal[...]. O conjunto probatório não reúne os elementos mínimos para firmar a convicção de qualquer imputação contrária ao ordenamento jurídico contra o investigado. Isto posto, cotejando os dispositivos que informam o raio acusatório assim definido na citação (fls. 100/101), com a análise fático-jurídica das circunstâncias específicas referente ao ocorrido, não se infere o cometimento, pelo CEL QOPM RR DALVINO PORTELA MAGALHÃES JÚNIOR, M.F. 091.343-1-X, de transgressão disciplinar, consistente na violação dos valores militares estaduais, previstos no Art. 7º, incisos IV, IX e X, dos deveres, substanciados no Art. 8º, incisos II e XVIII, caracterizando transgressões disciplinares, de acordo com o Art. 12, §1º, incisos I e II, c/c Art. 13, §1º, incisos XXX e XXXII, §2º, inciso LIII, todos do Código Disciplinar PM/BM-Lei nº 13.407/2003, impondo-se lhe, por, consequente, o arquivamento dos autos". Esse entendimento (fls. 149/157) foi acolhido pelo Orientador da CESIM, por meio do Despacho nº 3369/2022 (fls. 160/161), in verbis: "[...] O Sindicante sugeriu o arquivamento sumário, vez que o processo a que respondia o militar na 3ª Promotoria de Justiça de Eusébio foi arquivado por solicitação do Ministério Público e acatado pelo Juiz da Vara única Criminal de Eusébio, como se vê às fls. 136 a 140. Concordamos com a sugestão do Sindicante, face aos argumentos contidos no documento da 3ª Promotoria de Justiça de Eusébio e que repercute no âmbito administrativo". Ato contínuo, o Coordenador da CODIM, por meio do Despacho nº 3834/2022 (fls. 162/164), homologou a posição da Autoridade Sindicante, in verbis: "[...] O Sindicante encarregado, por meio do Relatório Final acostado às fls. 149/157, sugeriu o arquivamento do feito tendo em vista que o processo penal foi arquivado pela justiça a pedido do Ministério Público enquanto titular da ação penal, tendo em vista não ser possível identificar a autoria delitiva[...]. Não havendo lastro probatório para a caracterização das condutas descritas na exordial acusatória a ensejar a eventual sanção disciplinar do sindicado, razão pela qual merece ser absolvido e o procedimento arquivado, tendo em vista o arquivamento do processo acerca dos mesmos fatos na seara penal"; CONSIDERANDO que, à luz da jurisprudência e da doutrina majoritária pátria, não se justifica, sem base probatória idônea, a formulação de qualquer juízo condenatório, o qual deve, necessariamente, assentar-se em elementos de certeza para que se qualifique como ato revestido de validade ético/jurídica. Desta forma, para embasar um edito condenatório, é preciso haver prova suficiente constante nos autos apontando de forma inquestionável o sindicado como o autor do fato ou, pelo menos, corroborando os elementos informativos colhidos na fase investigatória, pressuposto que não restou atendido na hipótese dos autos, sob pena de ser impositiva a absolvição do militar acusado, com fundamento na insuficiência de provas em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência. Nesse sentido, havendo dúvida razoável acerca do cometimento de transgressões disciplinares por parte do sindicado, com esteio na insuficiência de provas seguras e convincentes, deve ser adotada a medida administrativa mais benéfica ao agente imputado, em prevalência ao princípio in dubio pro reo; CONSIDERANDO que a Autoridade Julgadora, no caso, o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Processante sempre que a solução estiver em conformidade com as provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º, da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar o Relatório Final (fls. 149/157)** emitido pela Autoridade Sindicante; e b) **Absolver** o CEL QOPM RR DALVINO PORTELA MAGALHÃES JÚNIOR - M.F. nº 091.343-1-X, em relação à acusação constante na Portaria Inaugural, com fundamento na insuficiência de provas, de modo a justificar um decreto condenatório, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Art. 72, § único, inciso II, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará - Lei nº 13.407/2003; c) Nos termos do Art. 30, caput, da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão, no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição-CODISP/CGD, contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019 - CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD, será expedida comunicação formal, determinando o registro na ficha ou assentamento funcional do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I, do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 - CGD (publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza, 30 de junho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO

*** **



O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 1º da Lei Complementar nº 190, de 02 de janeiro de 2019 c/c Art. Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos constantes da Sindicância registrada sob o SPU nº 18338454-7, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 291/2019, publicada no DOE CE nº 100, de 29 de maio de 2019, visando apurar a responsabilidade disciplinar do militar estadual, SD PM CLEITON ARAÚJO PINHO, em razão de, supostamente, ser o responsável pelo vazamento de fotos íntimas da denunciante, Naára Tassis Bernardo Ferreira da Silva (B.O. nº 105-2268/2018, fl.09), na rede social Facebook (fl. 47, mídia, fl. 17), no dia 02/05/2018 (fls. 06/07). Destaca-se que uma testemunha declarou que o referido servidor mostrou, pessoalmente, fotografias íntimas da denunciante, por meio de capturas de tela de conversas realizadas pelo aplicativo WhatsApp (fls. 43/53); CONSIDERANDO que o Secretário Executivo, respondendo pela então Controladora Geral de Disciplina, concluiu que a conduta, em tese, praticada pelo sindicado não preenchia os pressupostos legais e autorizadores contidos na Lei nº 16.039/2016 e na Instrução Normativa nº 07/2016 - CGD, de modo a viabilizar a submissão do caso ao Núcleo de Soluções Consensuais - NUSCON (fls. 64/66); CONSIDERANDO que, durante a instrução probatória, o sindicado foi devidamente citado (fl. 71) e apresentou Defesa Prévia (fls. 78/79). No azo, foram ouvidas 7 (sete) testemunhas (fls. 85/88, fls. 89/91, fls. 96/98, fls. 99/100, fls. 106/108, fls. 121/122, fls. 123/124). Ato contínuo, o acusado foi qualificado e interrogado (fl. 148, mídia) e apresentou Alegações Finais (fls. 150/154); CONSIDERANDO que em depoimento (fls. 85/88), Naára Tassis Bernardo Ferreira da Silva declarou que mantinha um relacionamento próximo de amizade com o sindicado e sua esposa, em razão de seu marido também ser policial e por frequentarem a mesma igreja. Um dia, uma amiga, Ana Paula, lhe procurou e mostrou 'prints' de conversas que tivera com o SD PM Cleiton, na qual o acusado afirma que a denunciante estava lhe assediando. Frisou que Ana Paula não lhe mostrou fotos. Porém, ouviu uma ligação do acusado para Ana Paula, na qual o SD PM Cleiton pergunta para Ana Paula 'se ela mostrou as imagens das fotos que haviam sido mostradas por ele'. Ana Paula respondeu que não, ressaltando que ele mesmo apagou tais fotos. Em seguida, o acusado assevera que a denunciante não poderia cobrar nada dele, pois mandava fotos para os homens. Tempos depois, verificou que várias pessoas ligaram para o seu celular no mesmo dia. Então, tomou conhecimento que algumas fotos suas estavam sendo expostas na rede social Facebook, numa conta fake em nome de 'Gustavo Alves'. Estas fotos teriam sido direcionadas através de marcação para amigos ligados a depoente, sendo as mesmas fotos que o sindicado havia mostrado para Ana Paula, no ano de 2017. Destacou que costumava enviar fotos exclusivamente para seu esposo, inclusive havia uma foto sua exposta neste perfil fake, que estava apenas no seu celular e no do seu esposo. Por fim, mencionou que apenas registrou um Boletim de Ocorrência, com a finalidade de cessar as referidas exposições, não tendo representado criminalmente contra o acusado; CONSIDERANDO que em depoimento (fls. 89/91), Ana Paula Veras Gomes declarou que o SD PM Cleiton era seu pastor e, num determinado dia, lhe mostrou fotos da denunciante, acrescentando que Naara estava lhe assediando. No ano seguinte, tomou conhecimento que havia sido criada uma conta no Facebook, com um perfil fake, e que fotos íntimas de Naara estavam sendo divulgadas. A depoente não chegou a ver tais fotos, pois quando tentou localizar a conta já havia sido cancelada. As fotos eram enviadas para as pessoas ligadas a Naara pelo aplicativo Messenger, através de mensagens. No azo, a depoente identificou as fotos mostradas por essas pessoas que receberam essa mensagem dessa conta fake, como sendo as mesmas fotos que Cleiton havia lhe mostrado no ano de 2017. Destacou que o sindicado afirmou que teve um relacionamento amoroso com Naara, e que estava tentando se sair, mas Naara não estava aceitando o fim dessa relação. Inobstante, Naara negou esse fato; CONSIDERANDO que em depoimento (fls. 106/108), Rayz Allan Ferreira da Silva declarou que é marido da denunciante, policial militar e que trabalhou várias vezes na mesma viatura com o sindicado, o qual foi pastor da igreja que o depoente frequentava. Em 2018, chegou em casa e viu Naara chorando, momento em que a denunciante lhe contou que o sindicado criou um perfil falso na rede social Facebook e divulgou fotos íntimas dela para vários membros da igreja, através do aplicativo de mensagens Messenger. O acusado teria mostrado para Ana Paula as mesmas fotos expostas pelo perfil falso. O depoente asseverou que não sabe como essas fotos chegaram ao telefone do sindicado, acrescentando que na época que trabalhavam juntos, em diversas ocasiões, teria deixado seu aparelho celular na viatura carregando, ficando no interior dessa viatura apenas o sindicado, inclusive seu aparelho celular não tinha senha; CONSIDERANDO que em sede de interrogatório (fl. 148), o sindicado reafirmou a acusação (fls. 03/04), aduzindo que viveu um relacionamento extraconjugal com a denunciante. Em razão dos fatos em apuração, o interrogado afirmou ter sido prejudicado, pois perdeu um relacionamento de dezoito anos. Frisou que nunca quis se separar de sua esposa, mas era pressionado pela denunciante, que também era casada com um policial militar. Explicou que recebia as fotos tiradas e enviadas pela própria denunciante, via WhatsApp e nunca encaminhou para ninguém, nem divulgou em rede social, por meio de qualquer conta. Ainda, mencionou que o trecho da conversa com Ana Paula estava fora de contexto, pois se refere a um julgamento feito pela denunciante em relação a seu filho e a filha de Ana Paula, no qual se posicionou dizendo que a denunciante não tinha moral para falar a respeito, pois era casada e mandava 'nudes' para outro homem (sindicado), que inclusive é pastor da igreja que frequentam; CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante emitiu o Relatório Final nº 126/2022 (fls. 155/174), no qual firmou o seguinte posicionamento, in verbis: "[...]A primeira observação a fazer é que o Sr. Cleiton alegou que teve um relacionamento extraconjugal, no ano de 2017, com a Sra. Naara, e que, devido a esse fato, tinha fotos íntimas da mesma, que eram enviadas através do aplicativo WhatsApp[...]Rayz (esposo) alegou que na época trabalhava com o sindicado, em diversas ocasiões, teria deixado seu aparelho celular na viatura carregando, ficando no interior dessa mesma viatura, embarcado apenas o sindicado; QUE o aparelho celular do depoente não tinha senha. Além disso a testemunha Ana Paula alegou que o Sr. Cleiton, em 2017, teria mostrado fotos íntimas da Sra. Naara pessoalmente e que posteriormente o Sr. Cleiton teria mandado mensagens para a mesma alegando o assédio da Sra. Naara, confirmadas através de uma gravação de uma conversa, onde o Sr. Cleiton admite ter enviado fotos pelo aplicativo whasApp, onde o mesmo diz: "aquelas fotos você passou para alguém?". Todavia o Sr. Cleiton negou em auto de qualificação e interrogatório que mostrou ou enviou fotos para a senhora Ana Paula, alegando a ilegalidade da gravação[...]Cumpramos observar que no ano de 2018 a Sra. Naara alegou que suas fotos íntimas foram divulgadas em um perfil intitulado "Gabriel Alves" e disponibilizadas para seus conhecidos através do aplicativo "messenger" e que as fotos disponibilizadas, são as mesmas que o Sr. Cleiton mostrou à Ana Paula, no ano de 2017, que devido a esse fato a Sra. Naara prestou um Boletim de Ocorrência nº 105-2268/2018. Seguramente todas as testemunhas arroladas que sabiam do fato, são unânimes em informar que algumas fotos íntimas da Sra. Naara estavam sendo expostas na rede social Facebook, numa conta em nome de Gustavo Alves. Como também afirmaram que Ana Paula identificou as fotos mostradas por pessoas que receberam essa mensagem dessa conta "fake", como sendo as mesmas fotos que Cleiton havia lhe mostrado no primeiro momento, em 2017. Percebe-se que apesar do Sr. Cleiton assumir ter imagens de "prints" de fotos íntimas da senhora Naara, não foi possível atribuí-lo como criador do perfil intitulado "Gabriel Alves", pois não foi feita nenhuma perícia para identificação do IP[...]a prova testemunhal produzida, que atribuiu responsabilidade ao sindicado, deixou margem para dúvida[...]sugiro o arquivamento, tendo em vista 'não existir prova suficiente para condenação' (inciso III, § único, do Art. 72), conforme prevê o Artigo 439, alínea 'e', do CPPM, c/c Artigo 73, da lei 13.407/2003". Esse entendimento (fls. 155/174) foi acolhido pelo Orientador da CESIM, por meio do despacho nº 6312/22 (fl. 175), in verbis: "[...]arquivamento em face a ausência de provas que levem a certeza de que o autor das publicações tenha sido o militar acusado, eis que a publicação foi feita no facebook com o nome de outra pessoa, ademais o esposo da vítima também tinha as fotos e afirmou que deixava o celular na viatura e sem a senha. Concordamos com o parecer do sindicante". O Coordenador da CODIM, por meio do despacho nº 6361/22 (fl. 176) homologou o entendimento apresentado pela Autoridade Sindicante (fls. 155/174); CONSIDERANDO o conjunto probatório documental (fl. 09, fl. 17, fls. 43/53) e testemunhal (fls. 85/88, fls. 89/91, fls. 96/98, fls. 99/100, fls. 106/108, fls. 121/122, fls. 123/124) acostado aos autos, notadamente o depoimento da testemunha Ana Paula Veras Gomes (fls. 89/91), restou demonstrado que foram divulgadas fotos íntimas de Naára Tassis Bernardo Ferreira da Silva, por meio da conta nominada 'Gabriel Alves', na rede social Facebook, sem o consentimento da ofendida, nos termos do Art. 218-C do CP. Também foi comprovado que o acusado possuía as referidas fotos íntimas da denunciante. Todavia, não há provas indubitáveis de que o sindicado obteve as vergastadas fotos de forma ilícita, nem de que tenha praticado a mencionada conduta em apuração (fls. 03/04) por meio do perfil 'Gabriel Alves'. Destaca-se que o marido da denunciante, Rayz Allan Ferreira da Silva (fls. 106/108), possuía as fotografias no seu celular e não utilizava senha no aparelho. Destarte, 'não há provas suficientes para a condenação' do SD PM Cleiton Araújo Pinho, pela prática de conduta caracterizadora de transgressão disciplinar, referente a acusação delineada na Portaria Inaugural; CONSIDERANDO que, à luz da jurisprudência e da doutrina majoritária pátria, não se justifica, sem base probatória idônea, a formulação de qualquer juízo condenatório, o qual deve, necessariamente, assentar-se em elementos de certeza para que se qualifique como ato revestido de validade ético/jurídica. Desta forma, para embasar um edito condenatório, é preciso haver prova suficiente constante nos autos apontando, de forma inquestionável, o sindicado como o autor do fato ou, pelo menos, corroborando os elementos informativos colhidos na fase investigatória, pressuposto que não restou atendido na hipótese dos autos, sob pena de ser impositiva a absolvição do militar acusado, com fundamento na insuficiência de provas, em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência. Nesse sentido, havendo dúvida razoável acerca do cometimento de transgressão disciplinar por parte do sindicado, com esteio na insuficiência de provas seguras e convincentes, deve ser adotada a medida administrativa mais benéfica ao agente imputado, em prevalência ao princípio in dubio pro reo; CONSIDERANDO que todos os meios estruturais de se comprovar ou não o envolvimento transgressivo do sindicado foram esgotados no transcorrer do presente feito administrativo; CONSIDERANDO os assentamentos funcionais (fls. 73/76), consta que o sindicado foi incluído na PMCE em 19/02/2001, possui 7 (sete) elogios e 3 (três) de punições disciplinares (permanências disciplinares); CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso, o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Sindicante sempre que a solução estiver em conformidade com as provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, § 4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, diante do exposto: a) **Acatar o Relatório Final 126/2022 (fls. 155/174)**, emitido pela Autoridade Sindicante; e b) **Absolver o SD PM CLEITON ARAÚJO PINHO** - M.F. nº 135.390-1-4, em relação à acusação constante na Portaria Inaugural (fls. 03/04), com fundamento na insuficiência de provas, de modo a justificar um decreto condenatório, ressaltando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o inciso III

(não existir prova suficiente para a condenação), Súnico, do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará - Lei nº 13.407/2003; c) Nos termos do Art. 30, caput, da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão, no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição -CODISP/CGD, contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019 - CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD, será expedida comunicação formal, determinando o registro na ficha ou assentamento funcional do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I, do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 - CGD (publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza/CE, 30 de junho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 1º da Lei Complementar nº 190, de 02 de janeiro de 2019 c/c Art. Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos constantes da Sindicância Administrativa registrada sob o SPU nº 190329972-9, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 406/2021, publicada no D.O.E CE nº 187, de 13 de agosto de 2021, para apurar denúncia de que os policiais militares CB PM Edvando Queiroz da Silva, SD PM Jeová João Dias Sampaio Neto, SD PM Francisco Walyson da Silva Menezes, SD PM Jannerson Freitas de Queiroz, SD PM Adley Pinheiro Gurgel dos Santos, SD PM Gabriel Victor Bezerra Holanda, SD PM João Maciel da Silva Neto e SD PM Thercio Santiago Menezes, teriam praticado agressões físicas, violação de domicílio, ameaças, subtração de numerários e omissão, durante o atendimento de uma ocorrência no dia 25/12/2018, na cidade de Banabuiú/CE; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória, os militares sindicados foram devidamente citados (fls. 188/194 e 228), apresentaram Defesa Prévia (fls. 203, 215/216 e 230), foram interrogados (fls. 292/295) e apresentaram Alegações Finais (fls. 300/307 e 308/316). A Autoridade Sindicante procedeu à oitiva das testemunhas Jeniffer Pereira de Oliveira (fl. 248), Francisca Ederlúcia Pereira Nobre (fl. 248), SD PM Ednilson Oliveira Xavier (fls. 248 e 292), SD PM Gerson de Queiroz Cavalcante (fls. 248 e 292) e Francisco Edeilson Pereira Nobre (fl. 291); CONSIDERANDO que, em sede de Razões Finais (fls. 300/307), a defesa do sindicado argumentou, em síntese, a ausência de elementos que comprovem agressão do militar ao abordado ou a subtração de valores, destacando que: “embora o CB Queiroz fosse o mais antigo no procedimento, este não tinha ciência de todo o fato, uma vez que, eram duas casas e havia risco de existirem outros elementos no local abordado”. Também destacou que os depoimentos colhidos durante a instrução não foram conclusivos em apontar o nome do sindicado como sendo um dos militares que ingressaram na residência do denunciante. Ao final, requereu o arquivamento da presente sindicância, face a ausência de provas robustas que justifique a aplicação de sanção disciplinar; CONSIDERANDO que, em sede de Razões Finais (fls. 308/316), a defesa dos sindicados argumentou, em suma, que não houve agressão em desfavor do flagrado, o qual teria autorizado voluntariamente a entrada dos militares em sua residência, ressaltando, por fim, que não houve subtração de numerários, de modo que a atuação teria se dado em estrito cumprimento do dever legal e em exercício regular de direito. Sobre as lesões apresentadas pelo denunciante, constantes no Laudo Pericial de fl. 29, a defesa argumentou que no trajeto Banabuiú-Quixadá, à época dos fatos ora apurados, a via estava em péssimas condições de trafegabilidade, motivo pelo qual o flagrantado batia muito na parte do xadrez da viatura, situação que justificaria as lesões apresentadas pelo preso. Ainda em sede de razões finais, a defesa asseverou que os sindicatos pediram autorização para ingressar na residência, a qual fora concedida e, portanto, “não foi possível identificar infração disciplinar na conduta dos sindicados”, destacando que os sindicados negam a prática dos fatos objeto de apuração, a saber, as agressões, ameaças e subtração de numerários. Ao final, ressaltando os relevantes serviços prestados pelos defendentes, requereu a absolvição destes, com base na inexistência de provas suficientes para a condenação e, subsidiariamente, a aplicação de medida disciplinar mais branda; CONSIDERANDO que em depoimento realizado por meio de videoconferência (fl. 248), a companheira do denunciante, em resumo, aduziu que no dia dos fatos, por volta das 19:00 horas, também se encontrava na residência do denunciante, momento em que este abriu a porta da casa após um policial dizer “abre, se não eu vou arrombar”. Segundo a depoente, os policiais já entraram chutando o denunciante e o levaram para o quintal, tendo o enrolado em uma rede e o colocado em uma caixa d’água, oportunidade em que “judiaram” muito dele. Entretanto, a testemunha disse não ter presenciado esses últimos atos, tendo apenas ouvido, já que permaneceu na sala da residência, mas ressaltou que, posteriormente, viu hematomas no companheiro. Asseverou que um dos policiais chegou a puxar no braço de seu filho infante de três anos, exigindo que lhe fosse relatado onde estaria a droga e arma. Contudo, a depoente não soube identificar o referido policial, tendo apenas relatado que se tratava de um homem alto. Disse que chegou a sofrer um tapa no rosto e xingamentos por parte dos policiais, destacando que os policiais permaneceram por cerca de duas horas na residência da depoente. Dentre os policiais que participaram da ocorrência, a testemunha identificou os sindicados SD PM Thercio Santiago Menezes e SD PM João Maciel da Silva Neto, os quais já seriam conhecidos da cidade e teriam ficado com o denunciante enquanto este ficou no quintal. Por fim, a depoente disse que teria sido apreendida em sua casa a quantia de aproximadamente R\$ 3.000,00 (três mil reais), mas somente cerca de R\$ 300,00 (trezentos reais) havia sido apresentado na delegacia, destacando que esta quantia seria oriunda de um empréstimo junto ao Crediamigo. A depoente ressaltou que o denunciante somente franqueou o acesso dos policiais militares à residência por ter ficado com medo. A testemunha também relatou que após a prisão do denunciante, este sofreu uma tentativa de homicídio por arma de fogo praticada por duas pessoas armadas em uma motocicleta. Respondendo a perguntas da defesa dos sindicados, a depoente asseverou que no dia dos fatos duas viaturas estiveram no local, não sabendo informar o total de policiais. Disse que se recorda que adentraram à sua residência, os policiais militares: SD PM João Maciel da Silva Neto, SD PM Thercio Santiago Menezes e um outro policial baixinho e moreno. A depoente disse não saber se o denunciante tem envolvimento com a prática de ilícitos penais, mas confirmou que ele já esteve preso anteriormente. Asseverou que após a agressão praticada pelos policiais, seu esposo apresentava hematomas por todo o corpo. Sobre a tentativa de homicídio sofrido pelo denunciante, disse que pouco antes do atentado, uma motocicleta do Raio com um policial fardado passou pelo denunciante; CONSIDERANDO que em depoimento realizado por meio de videoconferência (fl. 248), a testemunha Francisca Ederlúcia Pereira Nobre, irmã do denunciante, em suma, disse que não presenciou a abordagem policial ora tratada, ficando sabendo das agressões ora investigadas através da própria vítima. Segundo a depoente, a senhora Jeniffer não chegou a presenciar as agressões sofridas pelo denunciante, pois enquanto este permaneceu no quintal, sua companheira permaneceu em um dos cômodos do imóvel. A testemunha disse que Jeniffer lhe relatou ter ouvido muitos gritos de ajuda por parte do denunciante. A depoente disse ter presenciado, já na delegacia, uma conversa entre Jeniffer e um policial, o qual teria questionado: “Vocês vão mexer com polícia mesmo?”, dizendo recordar que a conversa girava em torno das agressões e de uma quantia em dinheiro. A testemunha também disse que, já na delegacia, constatou que o denunciante estaria lesionado na boca; CONSIDERANDO que em depoimento prestado por meio de videoconferência (fls. 248 e 292), os policiais militares SD PM Gerson de Queiroz Cavalcante e SD PM Ednilson Oliveira Xavier, em resumo, disseram que não participaram da ocorrência objeto desta Sindicância, mas sabem que o denunciante é envolvido com a prática de crimes e desconhecem fatos que desabone a conduta dos sindicados; CONSIDERANDO que em depoimento prestado por meio de videoconferência (fl. 291), o denunciante Francisco Edeilson Pereira Nobre, em resumo, declarou que ao chegarem na residência, os militares ordenaram que ele deitasse e já iniciaram as agressões. Disse que teria sido levado para o quintal da casa, algemado e torturado. Aduziu que na ocasião, foi enrolado em uma rede, momento em que os policiais passaram a jogar água no seu rosto, exigindo que o depoente afirmasse onde estaria a arma. O depoente disse que, dias depois de ter sido solto, sofreu uma tentativa de homicídio, acreditando que os autores eram policiais. Ademais, reconheceu os sindicados João Neto e Thercio como sendo policiais que o agrediram na ocorrência, pois, na delegacia, tiraram as coberturas do rosto (bala-clava). O depoente negou ser o proprietário da droga apresentada na delegacia durante sua prisão, mas não soube declinar de onde os policiais militares retiraram a referida droga. Sobre o dinheiro que teria sumido no momento de sua prisão, o depoente disse que não viu nenhum dos policiais que participaram da ocorrência se apropriar da referida quantia, pois só pode afirmar que havia policiais no interior do quarto onde estava a quantia. O depoente disse que em razão de sua prisão efetuada na presente ocorrência foi condenado a uma pena de seis anos e três meses de reclusão; CONSIDERANDO que em interrogatório prestado por meio de videoconferência (fl. 292), o sindicado CB PM Edvando Queiroz da Silva, em apertada síntese, confirmou que era o militar mais antigo na ocorrência, mas que em nenhum momento entrou na residência do denunciante, tendo permanecido na parte de trás, não sabendo como se deu a entrada da equipe, nem mesmo se houve resistência, não tendo tomado conhecimento de que algum sindicado subtraiu quantia em dinheiro. Ademais, disse que foram à casa do noticiante após denúncia anônima de posse ilegal de arma de fogo, não se lembrando se ainda era dia ou se já era noite; CONSIDERANDO que em interrogatório prestado por meio de videoconferência (fl. 292), o sindicado SD PM Jeová João Dias Sampaio Neto, resumidamente, disse que conhecia o denunciante somente de ouvir falar, esclarecendo que sua composição permaneceu nos fundos da casa, não tendo entrado na residência do denunciante. Aduziu que a ocorrência teve início após denúncia de que Francisco Edeilson havia efetuado disparos de arma de fogo e estaria praticando tráfico de drogas. O interrogado soube posteriormente que o denunciante estaria no interior da residência no momento da ocorrência. O defendente confirmou que outros policiais adentraram o imóvel do denunciante, onde permaneceram por aproximadamente 30 (trinta) minutos. O defendente disse não ter presenciado, em nenhum momento, o uso da força por parte dos policiais que atenderam a ocorrência. Por fim, disse que não sabe do valor que foi apreendido e apresentado na delegacia, tendo relatado, ainda, que havia muitos buracos na estrada de Banabuiú para Quixadá; CONSIDERANDO que em interrogatório prestado por meio de videoconferência (fl. 293), o sindicado SD PM Francisco Walysson da Silva Menezes, sucintamente, disse que sua equipe realizou o cerco à residência, oportunidade em que permaneceu na retaguarda do imóvel, não tendo entrado na casa, e que também não viu como os policiais que entraram na casa procederam, não tendo conhecimento do valor

apreendido. O defendente relatou não ter presenciado, em nenhum momento, o uso da força por parte dos policiais que atenderam a ocorrência. Por fim, o interrogando disse que fez a condução do denunciante para realizar o exame de corpo de delito e não visualizou marcas de agressão; CONSIDERANDO que em interrogatório prestado por meio de videoconferência (fl. 293), o sindicato SD PM Jannerson Freitas de Queiroz, de forma sucinta, confirmou que sua equipe esteve no local do fato após terem recebido uma denúncia de disparo de arma de fogo e tráfico de drogas. Ao chegar na residência, o sindicato disse que o denunciante negou as práticas delitivas e autorizou verbalmente a entrada dos policiais para averiguar a denúncia, tendo entrado na residência o interrogado e os sindicatos SD PM Addley Gurgel e SD PM Gabriel Holanda, negando que tenham praticado qualquer agressão contra o denunciante; CONSIDERANDO que em interrogatório prestado por meio de videoconferência (fl. 293), o sindicato CB PM Addley Pinheiro Gurgel dos Santos, resumidamente, disse que já conhecia o denunciante, pois ele já era envolvido na prática de crimes, tendo confirmado que estava na equipe que teve acesso pela frente da residência. Assim como o anterior interrogado, disse que se dirigiram ao local após denúncia de tráfico de drogas e disparo de arma de fogo. Disse, ademais, que o denunciante negou os fatos e franqueou o acesso dos policiais na residência, local onde foram encontradas substâncias entorpecentes. O sindicato confirmou que ter entrado na residência do denunciante, juntamente com os policiais SD PM Gabriel Holanda e o SD PM Jannerson Queiroz. Aduziu que no momento da prisão o denunciante apresentou resistência, motivo pelo qual foi necessário utilizar moderadamente da força. O sindicato negou que tenha havido agressão e apoderamento de valores durante a abordagem. CONSIDERANDO que em interrogatório prestado por meio de videoconferência (fl. 294), o sindicato SD PM Gabriel Victor Bezerra Holanda, em suma, confirmou que estava na equipe do sindicato CB PM Addley Gurgel e SD PM Jannerson Queiroz, tendo sua equipe se dirigido pela frente da casa e acessado o domicílio após autorização do denunciante. Segundo o interrogado, todo o valor encontrado na casa foi devidamente apresentado na delegacia, negando que tenha ocorrido qualquer tipo de agressão em desfavor do denunciante. O interrogado confirmou que duas equipes policiais estiveram no local dos fatos, sendo que no momento da abordagem as equipes foram divididas. Aduziu ainda que o que motivou a ida da composição policial ao local dos fatos teria sido uma denúncia de tráfico de drogas e disparo de arma de fogo atribuídos ao denunciante. O defendente confirmou que somente sua equipe teve acesso ao interior da residência. Ao final, o sindicato esclareceu que durante seu período de atuação no RAIQ de Quixadá participou de várias prisões com apreensões de valores em dinheiro e nunca surgiu denúncias de que a equipe do defendente tenha subtraído tais valores; CONSIDERANDO que em interrogatório prestado por meio de videoconferência (fl. 294), o sindicato CB PM Thercio Santiago Menezes, em síntese, confirmou que estava na equipe que entrou na residência do denunciante e que já o conhecia de outras prisões, mas negou ter ameaçado o denunciante em situações anteriores. O sindicato esclareceu que o que motivou a ida de sua composição policial ao local dos fatos teria sido uma denúncia de tráfico de drogas e disparo de arma de fogo atribuídos ao denunciante. O defendente confirmou que o suspeito, após negar as acusações, autorizou voluntariamente a entrada dos policiais na casa, sem coação. O interrogando disse que ficou do lado de fora da casa e negou que tenha havido desvio nos valores apreendidos, bem como qualquer agressão por parte dos policiais, mas acredita que o denunciante possa ter se lesionado no trajeto para a delegacia, haja vista a estrada ter muitos buracos; CONSIDERANDO que em interrogatório prestado por meio de videoconferência (fl. 294), o sindicato SD PM Joao Maciel da Silva Neto, de maneira sucinta, confirmou que no dia dos fatos ora apurados estava na equipe que permaneceu nos fundos da residência do denunciante e que não presenciou a entrada dos policiais, só sabendo que esta se deu com a devida autorização. O sindicato explicou que contra o suspeito havia diversas denúncias de cometimento de diversos crimes, tais como disparos de arma de fogo e tráfico de drogas, o que motivou a ida da composição policial ao local dos fatos. O defendente confirmou que as denúncias se confirmaram, tendo em vista que uma das equipes policiais encontrou drogas no interior da residência do denunciante. O defendente disse que em nenhum momento acessou o interior da residência. Por fim, negou que tenha ocorrido agressão física ou desvio do valor apreendido, justificando que as alegações do denunciante são motivada pelo seu interesse pessoal de ver o RAIQ fora da cidade, tendo em vista que o suspeito é conhecido por ser o chefe de uma facção criminosa que atua na região de Banabuiú/CE; CONSIDERANDO que, à luz da jurisprudência e da doutrina majoritária pátrias, não se justifica, sem base probatória idônea, a formulação de qualquer juízo condenatório, o qual deve, necessariamente, assentar-se em elementos de certeza para que se qualifique como ato revestido de validade ético-jurídica. Desta forma, para embasar um edito condenatório, é preciso haver prova suficiente constante nos autos apontando de forma inquestionável os sindicatos como os autores do fato ou, pelo menos, corroborando os elementos informativos colhidos na fase investigatória, pressuposto que não restou atendido na hipótese dos autos, sob pena de ser impositiva a absolvição dos militares acusado, com fundamento na insuficiência de provas, em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência. Nesse sentido, havendo dúvida razoável acerca do cometimento de transgressões disciplinares por parte dos sindicatos, com esteio na insuficiência de provas seguras e convincentes, deve ser adotada a medida administrativa mais benéfica ao agente imputado, em prevalência ao princípio in dubio pro reo; CONSIDERANDO que todos os meios estruturais de se comprovar ou não o envolvimento transgressivo dos sindicatos foram esgotados no transcorrer do presente feito administrativo; CONSIDERANDO que, diante dos elementos colhidos nos autos, notadamente as provas testemunhais e documentais, não se pode afirmar, sem qualquer dúvida, que os sindicatos foram autores de lesão corporal e de ameaça contra o noticiante. Tem-se que o Laudo Pericial nº 781320/2019, à fl. 29, apontou que Francisco Edilson Pereira Nobre apresentou apenas “escoriações distribuídas em ombro esquerdo, pé direito, antebraço direito”, produzidas por meio contundente, que não resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias ou qualquer outra consequência mais gravosa. Tais lesões não se coadunam com o depoimento do denunciante e de sua companheira, segundo os quais, os policiais sindicados teriam agredido Francisco Edilson com chutes, desde que entraram na residência. Ainda segundo o denunciante, este teria sido enrolado em uma rede, algemado e torturado. Entretanto, o laudo não apontou marcas dos supostos chutes, os quais deixam, habitualmente, escoriações, bem como não apontou marcas de supostas algemas e torturas praticadas contra o noticiante. Soma-se a isso o fato de que os militares foram unânimes em relatar a mesma dinâmica da atuação policial, negando a prática de agressões ou de ameaças contra o abordado. Também não foram identificadas outras testemunhas que tenham presenciado as supostas agressões, só havendo o relato do denunciante, sua irmã e de sua companheira, que não se coadunam com os demais elementos constantes nos autos. Cumpre destacar que as testemunhas Jennifer Pereira De Oliveira (fl. 248) e Francisca Ederlucia Pereira Nobre (fl. 248), conforme se depreende de seus depoimentos, não presenciaram as supostas torturas praticadas pelos sindicatos, nem tampouco conseguiram individualizar o papel de cada policial durante a abordagem. Imperioso esclarecer que a ação policial ora atacada resultou na prisão do denunciante e na apreensão de uma certa quantidade da droga denominada “maconha” (fl. 42), materializada no auto de prisão em flagrante nº 534-686/2018, cujo relatório final (fls. 70/73) concluiu pelo indiciamento do denunciante nas tenazes do Art. 33 da Lei de drogas (11.343/2006). De igual modo, a ação policial foi ratificada pelo poder judiciário que acabou por condenar o denunciante nos autos da Ação Penal nº 0001188-57.2019.8.06.0151, em trâmite na 3ª Vara da Comarca de Quixadá, a uma pena de reclusão de 5 (cinco) anos, 9 (nove) meses e 14 (quatorze) dias em regime inicial fechado (fls. 220/225), nas tenazes do Art. 33, caput, da Lei de Drogas, cuja decisão transitou em julgado em 15/05/2021, conforme certidão de fl. 412 (Processo Criminal nº 0001188-57.2019.8.06.0151). Não obstante as acusações perpetradas pelo autuado, a condenação deste teve por base, dentre outras provas, a apreensão da droga no interior da residência do denunciante, cuja análise pelo poder judiciário foi conclusiva pela legalidade da ação policial. Em sua decisão (fls. 220/225), o magistrado asseverou, in verbis: “(...) A defesa sustenta que o processo tem ilegalidades devido ao fato de o acusado ter sido supostamente agredido pelos policiais, fazendo menção de que no exame corpo de delito foi constatado ofensa a sua integridade física. Ora, o laudo pericial nada obstante informar a existência de escoriações no acusado, a defesa não trouxe elementos para comprovar que tais lesões foram oriundas de condutas ilícitas dos agentes de segurança (...)”. Pelo que se depreende do exposto acima, o Poder Judiciário, ao julgar pela condenação do denunciante, considerou legítima a ação perpetrada pelos sindicatos, o que enfraquece sobremaneira as transgressões imputadas aos defendentes. Por outro lado, as testemunhas SD PM Gerson de Queiroz Cavalcante e SD PM Edilson Oliveira Xavier nada acrescentaram para o deslinde dos fatos ora apurados, limitando-se, de maneira geral, a atestar a conduta dos defendentes. Por todo o exposto, com base em tudo que foi produzido nos autos, conclui-se não haver prova inequívoca de que os policiais militares ora sindicados tenham praticado as condutas ilícitas previstas na portaria inaugural, motivo pelo qual, em observância ao princípio do in dubio pro reo, não há como responsabilizá-los disciplinarmente. Sobre o princípio em comento, Renato Brasileiro preleciona, in verbis: “O in dubio pro reo não é, portanto, uma simples regra de apreciação das provas. Na verdade, deve ser utilizado no momento da valoração das provas: na dúvida, a decisão tem de favorecer o imputado, pois não tem ele a obrigação de provar que não praticou o delito. Antes, cabe à parte acusadora (Ministério Público ou querelante) afastar a presunção de não culpabilidade que recai sobre o imputado, provando além de uma dúvida razoável que o acusado praticou a conduta delitosa cuja prática lhe é atribuída. Enfim, não se justifica, sem base probatória idônea, a formulação possível de qualquer juízo condenatório, que deve sempre assentar-se para que se qualifique como ato revestido de validade ético-jurídica - em elementos de certeza, os quais, ao dissiparem ambiguidades, ao esclarecerem situações equivocadas e ao desfazerem dados eivados de obscuridade, revelam-se capazes de informar, com objetividade, o órgão judiciário competente, afastando, desse modo, dúvidas razoáveis, sérias e fundadas que poderiam conduzir qualquer magistrado ou Tribunal a pronunciar o non liquet” (LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Volume Único. 5ª ed. rev. atual. e ampl. Jus Podivm. Salvador, 2017. p. 44/45). Sobre a aplicação deste princípio no âmbito do processo administrativo disciplinar, Antônio Carlos Alencar Carvalho assevera, in verbis: “Se, exauridas as medidas instrutórias materialmente possíveis, ainda persiste dúvida sobre a autoria ou materialidade da falta disciplinar, não existindo a segurança para se afirmar, taxativamente, a responsabilidade administrativa do acusado, é de rigor a absolvição. Calha o comentário de Léo da Silva Alves de que a busca da certeza jurídica é o objetivo central do processo, tolhendo-se ao julgar decidir em dúvida, aleatoriamente ou com base em impressões ou sentimentos particulares, de forma improvisada, sem critérios ou elementos sólidos de convencimento” (CARVALHO, Antônio Carlos Alencar. Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância. 5ª ed. rev. atual. e aum. Fórum. Belo Horizonte, 2016. p. 1149); CONSIDERANDO os assentamentos funcionais às fls. 161/169, verifica-se que: a) o CB PM Edvando Queiroz da Silva foi incluído na PMCE em 08/09/2010, possui 13 (treze) elogios, não apresenta registro ativo de punição disciplinar e se encontra atualmente no comportamento “ótimo”; b) o SD PM Jeová João Dias Sampaio Neto foi incluído na PMCE em 14/04/2015, possui 03 (três) elogios, não apresenta registro ativo de punição disciplinar e se encontra atualmente no comportamento “bom”; c) o SD PM Jannerson Freitas de Queiroz foi incluído na PMCE em 27/12/2017, não possui elogios, não apresenta registro ativo de punição disciplinar e se encontra atualmente no comportamento “bom”; d) o SD PM Addley Pinheiro Gurgel dos Santos foi incluído na PMCE em 06/06/2014, possui 02 (dois) elogios, não apresenta registro ativo de punição disciplinar e se encontra atualmente no comportamento “bom”; e) o SD PM Francisco Walyson da Silva Menezes foi

incluído na PMCE em 29/12/2017, possui 01 (um) elogio, não apresenta registro ativo de punição disciplinar e se encontra atualmente no comportamento “bom”; f) o SD PM Gabriel Victor Bezerra Holanda foi incluído na PMCE em 11/10/2017, possui 01 (um) elogio, não apresenta registro ativo de punição disciplinar e se encontra atualmente no comportamento “bom”; g) o SD PM Thercio Santiago Menezes foi incluído na PMCE em 06/06/2014, possui 01 (um) elogio, não apresenta registro ativo de punição disciplinar e se encontra atualmente no comportamento “ótimo”; h) o SD PM João Maciel da Silva Neto foi incluído na PMCE em 28/12/2017, possui 01 (um) elogio, não apresenta registro ativo de punição disciplinar e se encontra Sindicante elaborou o Relatório Final nº 196/2022 (fls. 317/324), sugerindo a aplicação de sanção disciplinar para parte dos sindicados e o arquivamento do feito em favor dos demais. Esse entendimento não foi acatado pelo Orientador da CESIM/CGD, que sugeriu o integral arquivamento deste feito, conforme Despacho nº 9445/2022 (fl. 326/326v), por entender que “não há nada que comprove que as lesões constantes nos autos tenham sido provocadas pelos militares, salvante a palavra de Edenilson e sua companheira a qual deve ser valorada com cuidado, pois sequer é testemunha. A prisão em flagrante e a sentença de Edenilson são provas mais que suficientes de que os militares agiram nos termos da lei, bem realizaram seu trabalho em prol da sociedade, ademais, repisamos, as denúncias constantes nesses autos são idênticas as apresentadas na Justiça e que não foram acatadas pela autoridade judicial pela carência de provas.” Ao final, o Coordenador de Disciplina Militar, no Despacho nº 9448/2022 (fl. 327), acompanhou o Orientador da CESIM/CGD e sugeriu o arquivamento do feito; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso, o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Sindicante sempre que a solução estiver em conformidade com as provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, § 4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, diante do exposto: a) **Deixar de acatar o Relatório Final nº 196/2022 (fls. 317/324)**, emitido pela Autoridade Sindicante; e b) **Absolver os SINDICADOS** CB PM Edvando Queiroz da Silva – M.F. nº 304.511-1-2, SD PM Jeová João Dias Sampaio Neto – M.F. nº 307.229-1-4, SD PM Francisco Walyson da Silva Menezes – M.F. nº 308.807-8-1, SD PM Janmerson Freitas de Queiroz – M.F. nº 308.818-5-0, SD PM Adley Pinheiro Gurgel dos Santos – M.F. nº 305.797-1-2, SD PM Gabriel Victor Bezerra Holanda – M.F. nº 308.714-6-4, SD PM João Maciel da Silva Neto – M.F. nº 308.822-3-7 e SD PM Thercio Santiago Menezes – M.F. nº 306.629-1-1, em relação às acusações constantes na Portaria Inaugural, com fundamento na insuficiência de provas, de modo a justificar um decreto condenatório, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inc. II do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003); c) Nos termos do Art. 30, caput, da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão, no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal dos acusados ou de seus defensores, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019 - CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à instituição a que pertença os servidores para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD, será expedida comunicação formal, determinando o registro na ficha ou assentamento funcional dos servidores. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I, do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 30 de junho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 1º da Lei Complementar nº 190, de 02 de janeiro de 2019 c/c Art. Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos constantes da Sindicância Administrativa registrada sob o SPU nº 17899277-1, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 643/2020, publicada no D.O.E CE nº 284, de 22 de dezembro de 2020, retificada pela Portaria de Corrigenda nº 035/2021, publicada no D.O.E CE nº 020, de 27 de janeiro de 2021, para apurar denúncia de que o policial militar CB PM JOSÉ ORLANDO ALVES LEITE, no dia 29 de novembro de 2017, por volta de 14h, quando de serviço na localidade de São Jerônimo, Umirim/CE, teria efetuado disparo de arma de fogo contra Manoel Sousa da Silva Filho, o qual empreendeu fuga ao avistar a corporação e, a cada salto, arrumava algum objeto na cintura, que posteriormente veio a saber tratar-se de um controle remoto; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória, o sindicado foi devidamente citado (fls. 62/63), apresentou Defesa Prévia (fls. 69/71), foi interrogado por meio de videoconferência (fl. 112) e apresentou Razões Finais (fls. 119/128). Além disso, a Autoridade Sindicante procedeu à oitiva das testemunhas SD PM Jório Dhauster Vieira Lima (fl. 94) e Maria Aldiria Sousa Cardoso (fl. 95); CONSIDERANDO que em sede de Razões Finais (fls. 119/128), a defesa do sindicado, em síntese, alegou que o militar atuou em legítima defesa putativa ao efetuar disparo de arma de fogo em região não letal no suspeito, para salvar a própria vida e de seus companheiros. Segundo narrado, “em patrulhamento na cidade de Umirim, na localidade de São Jerônimo, ao se deslocar próximo ao trilho do trem, avistou o suspeito empurrando um carrinho com vários objetos dentro. Ao perceber que a abordagem seria realizada, o mesmo apreendeu fuga, pulando várias cercas de arame e a todo momento levando suas mãos a cintura, de forma que desse a entender que estava portando uma arma consigo.” Ao final, requereu o arquivamento do presente feito, tendo em vista não ter sido constatada por meio de prova cabal qualquer conduta transgressiva; CONSIDERANDO que em depoimento acostado à fl. 94, o SD PM Jório Dhauster Vieira Lima, o qual estava com o sindicado no dia dos fatos, relatou, in verbis: “(...) que recorda dos fatos que lhe foram apresentados na presente audiência, esclarecendo que se encontrava de serviço com o SD PM Orlando na data dos fatos, que não recorda com precisão, em razão do tempo decorrido; que no dia da ocorrência, o depoente e sua composição, tomou conhecimento da fuga do Manoel de Sousa da cadeia pública de Itapipoca, e, a partir de então, passaram a diligenciar no sentido de localizá-lo; que após algumas tentativas infrutíferas, cruzaram com uma pessoa conduzindo um carrinho de mão; que então identificaram a pessoa com sendo o fugitivo da cadeia e retornaram, ocasião em que o indivíduo empreendeu fuga, no sentido a um matagal; que o depoente permaneceu na motocicleta junto com seu garupa, apenas monitorando os movimentos do fugitivo; que o sd pm orlando adentrou ao matagal, junto com seu parceiro, não recordando quem era, e, momento depois, o depoente ouviu apenas um estampido; que o depoente então se deslocou para o local de onde partiu o disparo e, ao chegar, constatou o indivíduo deitado no chão, percebendo que havia um controle remoto de um aparelho eletrônico na cintura do mesmo, estando este ferido nas nádegas; que então a equipe solicitou o apoio de uma viatura, onde o indivíduo foi conduzido para o hospital; que os fatos foram apresentados à delegacia de plantão, onde foi lavrado o respectivo auto; que não sabe informar se o autuado foi ouvido no mesmo dia; que no interior carrinho de mão havia vários objetos domiciliares (...)” (grifamos); CONSIDERANDO que em depoimento acostado à fl. 95, Maria Aldiria Sousa Cardoso disse: “QUE a depoente é dona da residência alvo do furto praticado na época dos fatos; QUE tomou conhecimento dos fatos através do seu irmão, Antonio Aldemir; QUE a depoente, na época dos fatos, residia em Fortaleza; QUE teve que comparecer na delegacia para prestar depoimento e receber seus pertences; QUE o autor do furto os conduziu em seu próprio carrinho de mão; QUE a depoente não presenciou os fatos, mas seu irmão lhe relatou que antes do indivíduo entrar em sua residência, ele já havia furtado uma escola; QUE também soube que a polícia já andava à procura do mesmo, e, quando ele avistou a polícia, correu para dentro dos matos; QUE seu irmão também lhe relatou que ele passou a atirar pedras na polícia; QUE soube que um dos policiais teve que atirar no indivíduo; QUE dentre os objetos, ele furtou uma televisão, uma furadeira e outras coisas; QUE sobre o controle remoto que encontraram na cintura dele, a depoente o recebeu na delegacia, junto com seus pertences; QUE não conhecia o indivíduo, nem chegou a vê-lo; QUE somente foi ouvida na delegacia e agora, no presente momento; QUE diante de tudo o que soube, acredita que o policial cumpriu o seu papel diante de uma pessoa perigosa, fugitiva e que não se entregou e se rendeu ao trabalho policial” (grifamos); CONSIDERANDO a impossibilidade de oitiva de Manoel Sousa da Silva Filho nos autos desta Sindicância, em vista de seu falecimento em 04/04/2018, conforme Exame Cadavérico de fls. 91/92. Nada obstante, em audiência de custódia, fl. 38, o denunciante admitiu estar em fuga pela linha do trem, negou a prática do furto na residência da Sra. Maria Aldiria ou que tivesse empurrando o carrinho de mão com os objetos, acusando os policiais militares de haverem atirado contra sua pessoa, mas admitindo que lhe foi dada ordem de parada e que, mesmo assim, empreendeu fuga; CONSIDERANDO que em interrogatório realizado por meio de videoconferência (fl. 112), o sindicado SD PM Orlando Alves Leite disse que no dia dos fatos estava de serviço como subcomandante da equipe de motociclistas e haviam passado a manhã inteira em busca de Manoel Sousa da Silva Filho, conhecido autor de furtos e roubos, que estava na condição de fugitivo da Cadeia Pública de Itapipoca. Segundo relatou, não só sua patrulha estava em busca de Manoel, mas também outras do batalhão de Itapipoca, quando, por volta das 14h, se depararam com Manoel empurrando um carrinho de mão cheio de objetos, tendo este se evadido ao avistar a composição. Disse que, em razão da proximidade em relação aos demais policiais, saiu em perseguição a Manoel, ordenando que ele parasse. Por sua vez, Manoel ignorava o comando policial e seguia correndo, apenas olhava para trás e colocava a mão no interior da vestimenta, como se para tirar uma arma escondida, tendo esse movimento se repetido por várias vezes: enquanto corria do policial sindicado, Manoel olhava para trás e colocava a mão na roupa. O sindicado relatou que seguiu a pé a perseguição e os outros dois policiais de moto, fazendo o cerco do local, e que, a fim de cessar aquela situação, deu tiros de advertência e continuava verbalizando para que Manoel parasse, no entanto, esse não cessou a fuga. Quando viu que uma das motocicletas que fazia o cerco se aproximava de Manoel, o interrogando disse que ficou receoso, achando que Manoel colocava a mão na roupa para tirar uma arma de fogo e que iria tentar contra a vida de seus companheiros, tendo então resolvido atirar na região dos membros inferiores, vindo e atingir-lhe na nádega. Segundo o interrogando, embora quando conseguiram render Manoel constataram que ele trazia apenas um controle remoto, sua intenção naquele momento da fuga era evitar o mal maior para a composição, diante do que acreditava ser uma ameaça iminente de tiro. Em seguida, o interrogando disse que levaram Manoel para o hospital, onde foi retirado o projétil. Por fim, disse que, pelo que sabe, Manoel foi assassinado na cidade de Umirim, por populares, porque estava praticando furtos na região, como no caso tratado nos autos; CONSIDERANDO o Auto de Apresentação e

Apreensão dos objetos encontrados na posse de Manoel Sousa da Silva Filho, junto à fl. 09, parte dos quais foram restituídos à Maria Aldíria Sousa Cardoso (fl. 10), verdadeira proprietária dos bens, subtraídos pelo flagrado, que, ao final foi indiciado como incurso no Art. 155, §4º, inciso I, do Código Penal; CONSIDERANDO o Auto de Exame de Corpo de Delito do flagrado, fl. 21, demonstrando lesão na parte inferior do corpo; CONSIDERANDO que no Relatório Final do Inquérito nº 466-888/2017 (fls. 23/26), instaurado a partir da Prisão em Flagrante de Manoel, a autoridade policial entendeu que a atuação do militar, diante das circunstâncias do caso, se deu por legítima defesa, diante da fundada suspeita de que o flagrado estivesse na posse de arma de fogo, sendo incutido na mente dos policiais iminente risco à integridade física, o que encontra amparo no Art. 20, §1º, do Código Penal; CONSIDERANDO o Relatório de fuga da cadeia pública de Itapipoca do detento Manoel Sousa da Silva Filho, em 29/11/2017 (dia dos fatos), juntado às fls. 101/102; CONSIDERANDO que o conjunto probatório produzido nos autos foi conclusivo em apontar que o sindicado SD PM José Orlando Alves Leite foi o responsável por efetuar um disparo de arma de fogo que veio a lesionar o suspeito Manoel Sousa da Silva Filho, quando este era perseguido pela composição do defendente, tendo em vista que o mesmo figurava naquele momento como fúgitivo da Cadeia Pública de Itapipoca/CE, entretanto as provas colecionadas no presente procedimento apontam que o servidor agiu amparado pela discriminante putativa prevista no § 1º do Art. 20 do Código Penal, o qual preleciona, in verbis: “É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos. Nesse diapasão, a documentação acostada aos autos aponta que o suspeito era fúgitivo da Cadeia Pública de Itapipoca (fls. 101/102), motivo pelo qual, ao ser avistado pela equipe policial composta pelo sindicado, empreendeu fuga em direção a um matagal. Imperioso esclarecer que no momento da abordagem, a vítima seguia com um carrinho contendo vários bens oriundo de um furto realizado em desfavor da senhora Maria Aldíria Sousa Cardoso (fl. 95), que em seu depoimento confirmou ser a proprietária dos bens encontrados em poder do suspeito no momento de sua abordagem, ressaltando que a vítima conduziu o material furtado em seu próprio carrinho de mão. Segundo os autos do Inquérito Policial nº 466-888/2017 (fls. 05/26), instaurado por ocasião da prisão de Manoel Sousa da Silva Filho, os bens encontrados em seu poder do suspeito foram devidamente restituídos à senhora Maria Aldíria. Ainda em sede de depoimento, a senhora Maria Aldíria Sousa Cardoso disse ter tomado conhecimento por meio de terceiros de que no momento da fuga, Manoel tentou atirar pedras na composição policial, acrescentando que o controle remoto encontrado em sua cintura era um dos objetos furtados da residência da depoente. Corroborando com a versão da defesa, o SD PM Jório Dhauster Vieira Lima (fl. 94), que estava presente na ocorrência, confirmou que na ocasião cruzaram com o suspeito na rua, o qual conduzia um carrinho de mão, momento em que este empreendeu fuga em direção a um matagal, sendo perseguido pelo defendente e um outro colega. O depoente confirmou ter ouvido um barulho de disparo de arma de fogo, sendo que ao chegar ao local, constatou a vítima ao chão, percebendo ele portava um controle remoto na cintura. Em auto de qualificação e interrogatório (fl. 111), o sindicado SD PM José Orlando Alves Leite confirmou que no momento em que saiu em perseguição ao suspeito, este ignorava o comando policial e seguia correndo, apenas olhando para trás e colocando a mão no interior da vestimenta, como se para tirar uma arma escondida, tendo esse movimento se repetido por várias vezes. O defendente disse que continuou a perseguição a pé, enquanto os demais policiais realizavam o cerco por meio de motocicletas, destacando que sempre verbalizou para que o suspeito parasse. O interrogado aduziu que em dado momento, ao perceber que uma das motocicletas pilotadas por um colega policial se aproximou do suspeito, ficou receoso, pois julgou que Manoel colocara a mão na cintura com o intuito de sacar uma arma de fogo e atingir os militares, situação que levou o defendente a efetuar um disparo de arma de fogo na direção dos membros inferiores do suspeito, vindo a atingir suas nádegas. Por todo o exposto, conclui-se que o disparo realizado pelo defendente se deu num contexto de legítima defesa putativa, já que as circunstâncias que envolveram a perseguição ao suspeito levaram o acusado a julgar que o suspeito atentaria contra a vida dos demais policiais, situação que, se presente, justificaria a ação do defendente, conforme se depreende do Art. 20, §1º do Código Penal. Sobre o instituto da Legítima defesa putativa, Rogério Greco preleciona, in verbis: “(...) Quando falamos em putatividade, queremos nos referir àquelas situações imaginárias que só existem na mente do agente. Somente o agente acredita, por erro, que aquela situação existe (...) Quando falamos em discriminantes putativas, estamos querendo dizer que o agente atuou supondo encontrar-se numa situação de legítima defesa, de estado de necessidade, de estrito cumprimento de dever legal ou de exercício regular de direito (...) Nos termos do art. 20, § 1º, do Código Penal, o erro plenamente justificável pelas circunstâncias, ou seja, o erro escusável, isenta o agente de pena (...)” (GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte Geral, volume I. 19ª ed. Niterói/RJ: Impetus, 2017. p. 444); CONSIDERANDO que todos os meios estruturais de se comprovar ou não o envolvimento transgressivo do sindicado foram esgotados no transcorrer do presente feito administrativo; CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante elaborou o Relatório Final nº 47/2022 (fls. 122/128), no qual manifestou o seguinte entendimento, in verbis: “Dessa forma e pelo que foi apurado, este sindicante vem corroborar com a tese apresentada pela defesa no que se refere à legítima defesa putativa, prevista no art. 20, § 1º: ‘É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima...’ Diante das razões acima expostas e que dos autos consta, verifica-se não existir provas de que o sindicado SD PM JOSÉ ORLANDO ALVES LEITE, MF Nº 307.343-1-9, tenha agido deliberadamente para ferir a pessoa de Manoel Sousa da Silva Filho, sendo levado a crer que a ação do referido em fuga representava perigo iminente para sua pessoa e de seus companheiros, razão pela qual, é medida que se adequa a de sugestão de arquivamento da presente sindicância administrativa.” (grifamos). Esse entendimento foi acatado pelo Orientador da CESIM/CGD, em Despacho nº 3723/2022 (fl. 131/131v), e homologado pelo Coordenador de Disciplina Militar, em Despacho nº 3964/2022 (fls. 132/134); CONSIDERANDO os assentamentos funcionais à fl. 75, verifica-se que o SD PM José Orlando Alves Leite foi incluído na PMCE em 14/04/2015, possui 09 (nove) elogios, não apresenta registro ativo de punição disciplinar e se encontra atualmente no comportamento “bom”; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso, o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Sindicante sempre que a solução estiver em conformidade com as provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, § 4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, diante do exposto: a) **Acatar o Relatório Final nº 47/2022 (fls. 122/128)**, emitido pela Autoridade Sindicante; b) **Absolver o SD PM JOSÉ ORLANDO ALVES LEITE - M.F. nº 307.343-1-9**, em relação à acusação constante na Portaria Inaugural, com fundamento na ausência de transgressão, tendo ficado demonstrado que o sindicado agiu em legítima defesa putativa, ou erro de tipo permissivo, diante de uma falsa interpretação da realidade, pois acreditava estar diante de injusta agressão iminente que colocaria em risco sua vida e de seus companheiros de composição; c) Nos termos do Art. 30, caput, da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão, no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019 - CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD, será expedida comunicação formal, determinando o registro na ficha ou assentamento funcional do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I, do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 - CGD (publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza, 30 de junho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO EM EXERCÍCIO

**** * * * * *

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inciso I da Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes do Conselho de Disciplina registrado sob o SPU nº 200185108-6, instaurado sob a égide da Portaria CGD nº 78/2020, publicada no D.O.E. CE nº 037, de 21 de fevereiro de 2020, visando apurar a responsabilidade disciplinar dos militares estaduais ST PM JOSÉ ALCIMAR DOMINGOS SOUSA, 2º SGT PM MAURO CÉSAR BARROSO BRAGA e SD PM EDGLEYSON FEIJÓ DE SOUSA, os quais, supostamente, conforme o informado no Ofício nº 227/2020-SUBCMDO-GERAL/PMCE, encaminhando cópia da Portaria nº 148/2020-3ºCRPM/IPM, referente a fatos ocorridos após o dia 18/02/2020, quando pertencentes à composição da VTR RP nº 11411, durante a jornada de serviço, por volta das 19h30min, no Centro do município de Itapipoca/CE, foram surpreendidos por mulheres que seriam integrantes do movimento em alusão, as quais adentraram na citada VTR e mandaram que fosse feito deslocamento até a sede do 11º BPM, tendo os membros da composição voluntariamente aderido a solicitação, sendo que ao chegar ao local determinado, a viatura teve seus pneus esvaziados; CONSIDERANDO a existência de indícios de que os policiais militares retromencionados tenham concorrido com a ação tida a priori como transgressiva, dando azo a ocorrência de evidenciado prejuízo à segurança pública quando permitiram, ou ao menos concorreram de modo omissivo, que a viatura que estava sob sua responsabilidade tivesse seus pneus esvaziados, impedindo sua adequada utilização; CONSIDERANDO que durante a produção probatória, os aconselhados foram devidamente citados às fls. 150/164, e apresentaram Defesas Prévias às fls. 207/219. Foram ouvidas 06 (seis) testemunhas arroladas pela Comissão Processante (fls. 284/285, 286/288, 289/291, 292/293, 294/295 e 296/297), e 06 (seis) testemunhas indicadas pelas Defesas (em audiências realizadas por meio de videoconferências, com cópias em mídia acostada às fls. 320 e 367). Em seguida, os aconselhados foram interrogados (em audiências realizadas por meio de videoconferências, com cópias em mídia acostada às fls. 367). Por fim, apresentaram Razões Finais às fls. 376/389; CONSIDERANDO que a testemunha TEN CEL QOPM Carlos Leandro Ribeiro de Sousa (fls. 289/291) afirmou que na época dos fatos do movimento paredista, iniciado em 18/02/2020, o depoente comandava o 11º Batalhão de Polícia Militar, em Itapipoca, no qual os Aconselhados eram lotados, esclarecendo que na hora em que se iniciou, o depoente se encontrava em deslocamento, mas tão logo soube da presença de mulheres na entrada do quartel, dirigiu-se para a Unidade Militar, encontrando ali várias mulheres acampadas na porta da unidade. Disse que a situação foi comunicada ao CEL PM COLARES, Comandante do 3º CRPM, sendo com ele decidido que a rendição seria feita na Praça dos Três Climas, e não no quartel, com o objetivo de “driblar” o movimento, e assim foi feito. Disse que todas as viaturas foram avisadas que a passagem de serviço seria na praça, pois ali tinha uma câmera de monitoramento, o que auxiliaria em um reconhecimento, caso houvesse alguma tentativa de tomada das viaturas. Disse que o único policial que não conseguiu o contato foi justamente o ST PM Alcimar, o qual

chegou no batalhão em sua motocicleta, contudo ele percebeu toda movimentação das manifestantes, sendo informado da rendição na praça, seguindo dali para o local. Disse que pelo que tomou conhecimento, após a realização da passagem de serviço, o ST PM Alcimar, com a autorização do Oficial de Operações, seguiu para deixar sua motocicleta em casa, tendo a viatura com os outros dois componentes, SGT PM Mauro César e o SD PM Feijó, seguido na viatura para pegá-lo na residência. Disse que nesse trajeto, ao pararem no semáforo, foram abordados por vários manifestantes, no caso, homens e mulheres encapuzados, utilizando um carro preto de apoio, que embarcaram na viatura e foram conduzidos até o quartel. Disse que todos esses fatos chegaram ao conhecimento do depoente quando os Aconselhados chegaram no quartel. Tomou conhecimento que algumas mulheres embarcaram na viatura, não sendo informado se estas estavam armadas. Disse que tomou conhecimento de que os Aconselhados se apresentaram ao TEN PM Everardo, Comandante da Companhia, o qual trouxe toda a situação para o depoente, tendo os aconselhados permanecido até o final do serviço. Disse que diante dessa situação, o depoente, com a aquiescência do escalão superior, determinou o recolhimento de todas as viaturas para o quartel, onde ali foi conferido todo o efetivo, que permaneceu aquartelado diante do quadro que se instalou. Destacou que não houve a participação direta de nenhum dos policiais militares sob seu comando, junto com suas esposas e familiares. Disse que em relação ao ST PM Alcimar, após a confecção do relatório inicial, o depoente realizou um relatório complementar, onde consta que o mesmo não se encontrava na viatura na hora do arrebatamento, informação esta que foi encaminhada ao Comandante do 3º CRPM, para eventual retificação do rol de investigados. Disse que presidiu o Inquérito Policial Militar instaurado para apurar as condutas atribuídas aos aconselhados, concluindo pela inexistência do cometimento de crime militar pela não adesão direta dos mesmos ao movimento. Perguntado se além dos pneus esvaziados, a viatura dos aconselhados teve algum tipo de avaria, respondeu que somente os pneus foram esvaziados; CONSIDERANDO que a testemunha 1º TEN QOPM José Everardo Bezerra de Oliveira Júnior (fls. 292/293) afirmou que no dia dos fatos o depoente era o Comandante de uma Companhia pertencente ao 11º Batalhão de Polícia Militar, em Itapipoca, exercendo ali suas funções desde 2018. Disse que conhecia os Aconselhados. Confirmou que, no dia 18/02/2020, o depoente estava em deslocamento junto com o TEN CEL PM Leandro, quando receberam uma informação do TEN PM Fábio, Oficial de serviço junto ao policiamento de que algumas pessoas se encontravam acampadas na porta do quartel. No restante de seu termo, apresentou versão semelhante ao da testemunha TEN CEL PM Leandro; CONSIDERANDO que a testemunha 1º TEN QOPM Francisco das Chagas Alves Filho (fls. 284/285) afirmou que acerca dos fatos descritos na Portaria inicial o depoente não se encontrava de serviço na sede do Batalhão de Itapipoca, no dia em que houve a deflagração do movimento paredista em fevereiro de 2020, não sabendo maiores detalhes que pudessem contribuir com a apuração neste Conselho de Disciplina; CONSIDERANDO o termo prestado pela testemunha 1º TEN QOAPM Nascimento Rodrigues de Lima (fls. 286/288), no qual afirmou que no momento em que houve a deflagração do movimento paredista o depoente se encontrava em casa, tomando conhecimento dos fatos por volta de 20h00min, pelas redes sociais. Disse que aproximadamente nesse horário foi chamado à sede do Batalhão para confeccionar um relatório para ser enviado aos escalões superiores. Disse que ao chegar no quartel o depoente se deparou com várias pessoas do povo, mulheres, crianças, parentes de policiais, com colchões, os quais estavam posicionados na entrada do quartel e que não detectou a presença de militares entre essas pessoas. Disse que os Aconselhados já se encontravam no quartel, os quais já tinham se apresentado ao comandante CEL PM Leandro e permaneceram até o final do serviço; CONSIDERANDO o termo prestado pela testemunha 1º TEN PM Francisco Galdêncio Fernandes Freitas (fls. 294/295), no qual afirmou que no dia dos fatos, o depoente exercia a função de P/3 do Batalhão de Itapipoca e tomou conhecimento dos fatos através da imprensa, pois se encontrava de folga, em Irauçuba, onde reside. Disse que tomou conhecimento por terceiros e que os Aconselhados teriam sido abordados por manifestantes e que tiveram que seguir para o batalhão; CONSIDERANDO que a testemunha 2º SGT PM José Welder Rodrigues Viana (fls. 296/297), no qual afirmou que no dia 18/02/2020 o depoente exercia suas funções no Quartel do 11º Batalhão, em Itapipoca, como Operador de Rádio da Companhia, ingressando no serviço às 19h00min. Disse que quando chegou para o serviço já havia várias pessoas (manifestantes) na frente do quartel, tendo o depoente saltado o muro para poder acessar ao quartel. Disse que não viu em que momento a viatura dos Aconselhados chegou no quartel, pois da sua sala não era possível visualizar, mas a viu em momento posterior; CONSIDERANDO que as testemunhas indicadas pelas Defesas (fl. 367), TEN CEL QOPM Jean Acácio Pinho, 1º TEN PM Fábio José Tabosa Muniz, ST PM Evandro Barroso Sales, ST PM Reginaldo Rodrigues Magalhães, Antônio Teixeira Pinto Júnior, José Paixão Moura, em termos prestados por meio de videoconferências, não acrescentaram maiores detalhes aos fatos, por outro lado enfatizaram a boa conduta profissional dos aconselhados; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório, o Aconselhado ST PM José Alcimar Domingos Sousa (fl. 367) declarou que no momento da abordagem a viatura tinha ido deixar a moto em casa autorizado pelo oficial de serviço. Relatou que inicialmente foi ao quartel, quando aproximadamente às 16h30min viu o movimento de pessoas perto do quartel, mulheres e crianças. Disse que recebeu ligação do Copom informando que a rendição seria numa praça. Disse que um oficial explicou embora houvesse o movimento das mulheres próximos ao quartel, assumiram o serviço normal. Dessa forma, o oficial foi deixar em suas casas o efetivo que estava saindo de serviço. Ao retornarem, o efetivo assumiu as viaturas, mas o oficial disse que não poderiam deixar seus veículos no quartel. Disse que dessa forma, ficou acordado que o Aconselhado deixaria sua moto em local conhecido para guardá-la. Disse que se deslocou rápido, pois o trajeto dura em torno de 5 minutos, e por esse motivo achou estranha a demora da chegada da viatura para pegá-lo. Disse que com cerca de 20 minutos, o SD PM Feijó entrou em contato por telefone e disse que no trajeto para pegá-lo, ao parar no sinal, foram cercados por várias mulheres. Disse que elas queriam tomar a direção da viatura e para evitar um dano à viatura ou não deixá-la abandonada, os militares decidiram que conduziram a viatura, supondo que no quartel poderiam contar com algum apoio. Disse que se apresentaram ao CEL PM Leandro e ficaram à disposição, tendo sido escalados no serviço de guarda do quartel. Disse que a imputação que lhe é feita não é verdadeira. Disse que não houve danos a viatura, pois somente teve seus pneus esvaziados; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório, o Aconselhado 2º SGT PM Mauro César Barroso Braga (fl. 367) afirmou que, no dia dos fatos, a viatura foi arrebatada por 12 pessoas, além de terem ajuda de um carro no apoio, ressaltando que todos estavam mascarados. Disse que estavam somente o interrogado e o SD PM Feijó na viatura. Reiterou que não aderiu ao movimento. Destacou que foi instaurado um IPM sobre os fatos e que o procedimento foi favorável ao Aconselhado. Disse que se deslocou na viatura ao quartel para pedir apoio, mas que no quartel só havia 02 policiais militares. Ressaltou que pelo momento delicado não seria viável responder com violência às esposas dos policiais; CONSIDERANDO que em Auto de Qualificação e Interrogatório, o Aconselhado SD PM Edgleyson Feijó de Sousa (fl. 367) declarou que no dia dos fatos estava na viatura que foi arrebatada. Disse que havia muitas mulheres e tudo ocorreu de forma muito rápida. Disse que a comunicação restou impossibilitada, pois o rádio da viatura estava quebrado, dessa forma não tinham como pedir apoio. Destacou que na abordagem existia um carro no apoio fornecendo ajuda aos manifestantes. Declarou que entenderam que o mais viável naquele momento era levar a viatura ao quartel, a fim de evitar dano à viatura. Disse que os manifestantes somente secaram os pneus da viatura, isso após chegarem ao quartel. Ressaltou que permaneceu à disposição para tirar qualquer tipo de serviço, inclusive a pé. Reiterou que não é verdadeira a imputação que lhe é feita. Disse que acreditavam que houvesse efetivo no quartel para dar o apoio e contornar a situação; CONSIDERANDO que, em sede de Razões Finais, as Defesas dos Aconselhados (fls. 376/389) alegaram, em resumo, que eles cumpriram determinações de seus superiores para que a passagem de serviço excepcionalmente fosse realizada em uma praça, por conta do movimento paredista. Em sequência, foi autorizado que o ST PM José Alcimar Domingos Sousa fosse deixar seu veículo em sua residência, para que não ficasse exposto, ficando acordado que o 2º SGT PM Mauro César Barroso Braga e o SD PM Edgleyson Feijó de Sousa se deslocassem até a residência do ST PM ST PM José Alcimar Domingos Sousa para pegá-lo e então dar continuidade ao serviço. Enquanto o ST PM Alcimar aguardava o deslocamento, os Aconselhados 2º SGT PM Mauro César Barroso Braga e o SD PM Edgleyson Feijó de Sousa alegaram que foram surpreendidos por um grupo de várias pessoas com os rostos cobertos. Argumentaram que dessa forma não houve chance para reação, no que ressaltaram que havia um veículo dando apoio aos manifestantes. Reiteraram que não participaram de nenhum movimento grevista e que não houve nenhum dano à viatura RP 11411, pois somente os pneus foram esvaziados. Por fim, requereram a absolvição dos Aconselhados e o consequente arquivamento dos presentes autos; CONSIDERANDO que a Comissão Processante emitiu o Relatório Final nº 180/2022, às fls. 432/467, no qual firmou o seguinte posicionamento: “[...] Conclui-se que os policiais militares, ora Aconselhados, não violaram os pilares da Corporação Policial Militar, ou seja, a hierarquia e a disciplina, nem os deveres éticos e morais, estatuídos na Lei 13.407/2003, bem como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu art. 142, §3º, IV, que estabelece que ‘ao policial militar são proibidas a sindicalização e a greve’. Desta forma, fica claro e evidente de que os acusados não participaram da paralisação das atividades de segurança pública em sua unidade militar, conforme consta na exordial, não contrariando assim as leis federais, estaduais e as normas castrenses, principalmente no que diz respeito às Recomendações oriundas do Ministério Público Estadual e do Comando-Geral da Corporação, sendo assim, as condutas que lhe foram atribuídas não restaram comprovadas. [...] Por fim, conforme o julgado acima que também trata de um arrebatamento de uma viatura e conduzia a sede do 10º BPM, por ocasião da época do movimento paredista no Estado do Ceará, a Controladoria Geral de Disciplina entendeu por absolver os sindicados por insuficiência de provas, tendo em vista que ficou apurado que os acusados continuaram trabalhando normalmente e não aderiram ao movimento grevista, bem como todas as viaturas arrebatadas pertencentes a 5º CIPM/4º CRPM no movimento paredista foram restituídas sem nenhuma alteração, mutatis mutandis, como o ocorrido no caso sub oculis. [...] Numa análise derradeira, esta Trinca Processante não encontrou nos autos nada que levasse a crer que os aconselhados tivessem aderido ao movimento paredista ou entregado de forma voluntária a viatura em que estavam de serviço (arrebatada por membros do movimento grevista de Itapipoca com apoio de um veículo particular) ou algumas das condutas expostas pelo Conselho Permanente de Justiça Militar em processo semelhante que houvesse justa causa para o decreto de um édito condenatório. 7. CONCLUSÃO E PARECER Diante do exposto, após percutiente análise das peças dos autos, das condutas dos policiais militares Aconselhados, assim como o contexto das motivações ensejadoras do objeto de apuração, suas causas e responsabilidades decorrentes, esta Comissão Processante, alicerçada através dos elementos apresentados, com convicção, entendeu que não restaram dúvidas de que os policiais militares: ST PM JOSÉ ALCIMAR DOMINGOS SOUSA, MF: 098.419-1-1, 2º SGT PM 19070 MAURO CÉSAR BARROSO BRAGA, MF: 127.287-1-9 e SD PM 29631 EDGLEYSON FEIJÓ DE SOUSA, MF: 307.731-1-X, não praticaram as condutas descritas na Portaria Inicial. Destarte em sessão própria, por meio de videoconferência, com a presença dos defensores legais dos Aconselhados, esta Comissão de Processos Regulares Militar, concluiu e, em tal sentido, emitiu parecer por unanimidade de votos, nos termos do que assim prevê o art. 98, §1º, I e II, da Lei 13.407/2003, o seguinte: ST PM JOSÉ ALCIMAR DOMINGOS SOUSA, M.F: 098.419-1-1: 1 – NÃO É CULPADO das acusações, conforme art. 439, alínea ‘c’ do CPPM II - NÃO ESTÁ INCAPACITADO DE PERMANECER NA ATIVA; 2º SGT PM 19.070 MAURO CÉSAR BARROSO

BRAGA, M.F. 127.287-1-9 e o SD PM 29.631 EDGLEYSON FEIJÓ DE SOUSA, M.F. 307.731-1-X: I – NÃO SÃO CULPADOS das acusações, conforme art. 439, alínea ‘e’ do CPPM e II - NÃO ESTÃO INCAPACITADOS DE PERMANECEREM NA ATIVA [...]”. Assim, a Comissão Processante se posicionou com a sugestão pela absolvição dos Aconselhados, com o consequente arquivamento dos autos por ausência de provas da prática de transgressões disciplinares; CONSIDERANDO que o entendimento da Comissão Processante foi ratificado pelo Orientador da CEPREM/CGD por meio do Despacho nº 8671/2022 (fls. 412/413), com homologação do Coordenador da CODIM/CGD, conforme o Despacho nº 8856/2022 (fls. 414/415); CONSIDERANDO que em pesquisa pública no site e-SAJ, verifica-se que tramita na Vara da Auditoria Militar do Estado do Ceará autos protocolados sob o nº 0226787-08.2021.8.06.0001 em classe de Inquérito Policial; CONSIDERANDO que às fls. 238 consta cópia em mídia do IPM de Portaria nº 148/2020, o qual apurou nos fatos a possível prática de crime militar pelos três Aconselhados. No Relatório do IPM, o encarregado concluiu que não havia elementos suficientes para imputar aos investigados a prática de alguma infração penal militar, tendo o encarregado ressaltado inclusive que os Aconselhados se dispuseram a dar continuidade ao serviço, de forma que foram empregados no período restante na guarda do quartel. Por sua vez, na Solução de IPM, o responsável pelo Comando do 3º CRPM concordou com o encarregado do Inquérito Policial Militar, em que não vislumbrou a existência de cometimento de crime militar; CONSIDERANDO o Resumo de Assentamentos do ST PM José Alcimar Domingos Sousa (fls. 261/267) verifica-se que este ingressou na Polícia Militar em 28/06/1990, sem registros de punições disciplinares, possui 11 (onze) elogios, encontrando-se no comportamento “EXCELENTE”. No Resumo de Assentamentos do 2º SGT PM Mauro César Barroso Braga (fls. 272/280) verifica-se que este ingressou na Polícia Militar em 15/06/1998, sem registros de punições disciplinares, possui 08 (oito) elogios, encontrando-se no comportamento “EXCELENTE”. No Resumo de Assentamentos do SD PM Edgleyson Feijó de Sousa (fls. 268/271) verifica-se que este ingressou na Polícia Militar em 20/04/2015, sem registros de punições disciplinares, possui 04 (quatro) elogios, encontrando-se no comportamento “ÓTIMO”; CONSIDERANDO que diante da instrução probatória realizada neste Conselho de Disciplina, vislumbra-se a insuficiência de provas para o convencimento de que os aconselhados tenham sido negligentes ou tenham atuado em conluio com os manifestantes que tomaram a viatura no dia dos fatos. Notadamente a ausência de testemunhas que tenham presenciado os fatos dificulta maior detalhamento de como estes ocorreram. Por sua vez, os elementos presentes nos autos garantem verossimilhança para a versão apresentada pelos aconselhados de que cumpriam determinação e que não dispunham de meios possíveis para fazer oposição eficiente aos manifestantes, no impedimento de que estes tomassem a viatura e esvasiassem os seus pneus, em razão da complexidade para a efetivação de ações de enfrentamento frente ao delicado contexto e das vulnerabilidades inerentes à situação. Outrossim, conforme ratificado pelas testemunhas do processo, os aconselhados seguiram determinações emanadas pelos seus superiores, cumprindo a jornada de serviço após identificá-los dos fatos; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Processante (Sindicante ou Comissão Processante), salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar o Relatório Final nº180/2022 (fls. 432/467)** e, por consequência, **absolver os ACONSELHADOS ST PM JOSÉ ALCIMAR DOMINGOS SOUSA – M.F. nº 098.419-1-1, 2º SGT PM MAURO CESAR BARROSO BRAGA – M.F. nº 127.287-1-9 e SD PM EDGLEYSON FEIJÓ DE SOUSA, M.F. nº 307.731-1-X**, em relação as acusações constantes na Portaria inaugural, com fundamento na insuficiência de provas, de modo a justificar um decreto condenatório, ressaltando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inc. III do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003); b) Arquivar o presente Conselho de Disciplina instaurado em face dos mencionados militares; c) Nos termos do Art. 30, caput da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I do Decreto Estadual nº. 33.447/2020, publicado no D.O.E. CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E. CE nº 013, de 18/01/2018). **PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 03 de julho de 2023.**

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

PORTARIA CGD Nº490/2023 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR os SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de regularizar os deslocamentos de servidores lotados na Célula Regional de Disciplina dos Inhamuns – CERIN/CGD, com a finalidade de realizar deslocamento para as cidades de Mombaça e Boa Viagem/CE com o objetivo de realizar diligência, localizar e ouvir testemunhas referentes as INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES sob SISPROC nº 2212079413 e 2104996982, concedendo-lhes 1 (uma) diária e meia, de acordo com o artigo 3º, alínea “a”, § 1º do Art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO. **CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 27 de junho de 2023.**

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº490/2023, DE 27 DE JUNHO DE 2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			
					TOTAL	QUANT.	VALOR	TOTAL
FRANCISCO IRAN OLIVEIRA BARROS	CAP BM	III	22 a 23/06/2023	22 a 23/06/2023	1,5	77,10	77,10	115,65
FRANCISCO BENEDITO BARBOSA DE CASTRO	SUBTEN PM	V	22 a 23/06/2023	22 a 23/06/2023	1,5	61,33	61,33	92,00
TOTAL								207,65

*** **

PORTARIA CGD Nº492/2023 - O SINDICANTE, ANDRÉ BARRETO LOPES, POLICIAL PENAL, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, por ato de designação do CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a Portaria nº567/2021, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, em 20.10.2021; CONSIDERANDO as atribuições de sua competência; CONSIDERANDO o que consta nos autos do procedimento SISPROC Nº 2208473110; CONSIDERANDO o teor referente a Comunicação Interna nº 437/2022, datada 29/08/2022, oriunda da Coordenadoria de Inteligência—COINT/CGD, encaminhando o relatório técnico nº 399/2022, acerca de informações envolvendo o policial penal Denis de Abreu Andrade, por ter supostamente, extraviado arma de fogo Pistola TAURUS Cal.40, SMU85270, SAP/CE Nº 57.845, cautelada em seu nome; CONSIDERANDO que a dita arma teria sido encontrada na Rua Barão de Aratânia, nº 1247, no bairro de Fátima, nesta capital, por uma composição da Polícia Militar no dia 28/08/2022; CONSIDERANDO que a conduta objeto de apuração não preenche, a priori, os pressupostos legais para aplicação de mecanismos tais como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do processo disciplinar, previstos nos arts. 3º e 4º da Lei nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais, que estabelece a solução consensual no âmbito das atividades desenvolvidas por esta CGD; CONSIDERANDO despacho do Exmo. Sr. Controlador Geral de Disciplina determinando a instauração de sindicância; CONSIDERANDO que as condutas atribuídas ao servidor, em tese, configuram violação de deveres descritas no Art. 6º, incisos IX e XVII, bem como, transgressões disciplinares mencionadas no Art. 9º, incisos I e II, todos da Lei Complementar nº. 258/2021. **RESOLVE: I) INSTAURAR SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA e Baixar a presente portaria** em desfavor do Policial Penal **DENIS DE ABREU ANDRADE**, matrícula funcional nº 430.919-2-1, para apurar os fatos narrados em toda a sua extensão administrativa; II) Cientificar o(s) acusado(s) e/ou defensor(es) legal(is) que as decisões da CGD quanto a este Processo Regular serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará, de acordo com o art. 34º, § 2º do Decreto nº 33.447, publicado no DOE 021, de 30/01/2020, que aprova o Regimento Interno do Conselho de Disciplina e Correição dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário da CGD. **PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 30 de junho de 2023.**

André Barreto Lopes
SINDICANTE

*** **



PORTARIA CGD Nº493/2023 - O SINDICANTE RONALDO ALVES DA SILVA - CAP QOPM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR-CESIM, por delegação legal do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a PORTARIA CGD Nº051/2022, publicada no Diário Oficial do Estado, nº 030, de 08/02/2022, CONSIDERANDO os fatos constantes no expediente protocolado sob SISPROC Nº 2200952036, narrando que o 2º TEN QOAPM RR FRANCISCO DALTON ALVES DA SILVA-MF:035.282-1-9, descumpriu a medida protetiva, praticou ameaças, agressões verbais e perseguição contra Suzana Pereira Alves(ex-companheira), e que, quando moravam juntos, chegou a apontar a arma de fogo contra a cabeça da ex-companheira; CONSIDERANDO que, em fevereiro de 2021, na rua 21, nº 354, bairro Cidade Oeste/Quintino Cunha, o militar sacou sua arma de fogo e efetuou disparos para o alto contra a declarante e sua família, no meio da rua, isso por volta das 21h e disse ainda que em 2021 o militar a ofendeu com palavras ofensivas, bem como proferiu ameaças afirmando que ela deveria tomar cuidado a partir daquele dia. Afirmou ainda que desde a separação o militar vem lhe perseguindo, inclusive quando ela sai do trabalho e que no dia 19.12.2021, o policial a ofendeu com palavras ofensivas, e que todas as vezes que ingere bebidas alcoólicas as ofensas ficam mais gravosas e sempre perguntando porque ela o deixou e não mais o quer, afirmando que muita gente devia favor a ele e poderia acontecer alguma coisa com ela. Acusou o militar de, no dia 19.12.2021, o 2º Ten Dalton perseguir e colidiu seu carro contra o carro do Sr Renato, em razão de ele haver dado uma carona a ela, fatos ocorridos no período de 2008 a 2022; CONSIDERANDO que em razão dos fatos narrados foram registrados os Boletim de Ocorrência nº 303-1235/2022 e Boletim de Ocorrência nº 303-8869/2021; CONSIDERANDO a tramitação prioritária dos procedimentos administrativos disciplinares envolvendo vítimas de violência doméstica disciplinada pela Portaria CGD nº 404/2022, publicada no DOE nº 176, de 30/08/2022; CONSIDERANDO que a conduta noticiada não preenche, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28 de junho de 2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais, tais como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do processo disciplinar; CONSIDERANDO que a(s) conduta(s) do(s) militar(es), em tese, viola(m) o(s) valor(es) militar(es) contido(s) no Art. 7º, II, IV, IX e X, e violam os deveres consubstanciados no Art. 8º, II, VIII, XV, XVIII, XXIII, caracterizando, a princípio, transgressões disciplinares, de acordo com o Art. 12, § 1º, I e II, § 2º, III, c/c Art. 13, § 1º, XXX, XXXII, L, tudo da Lei nº 13.407/2003. CONSIDERANDO despacho da Sr. Controlador Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração dos fatos no âmbito disciplinar. RESOLVE: I) **INSTAURAR SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA e baixar a presente portaria** em face do Policial Militar 2º TEN QOAPM RR FRANCISCO DALTON ALVES DA SILVA-MF:035.282-1-9; II) Fica(m) cientificado(s) o(s) acusado(s) e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o artigo 34, §2º do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE Nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 04 de julho de 2023.

Ronaldo Alves da Silva - CAP QOPM
SINDICANTE

*** **

PORTARIA CGD Nº496/2023 - O SINDICANTE RONALDO ALVES DA SILVA - CAP QOPM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR-CESIM, por delegação legal do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a PORTARIA CGD Nº051/2022, publicada no Diário Oficial do Estado, nº 030, de 08/02/2022, CONSIDERANDO os fatos constantes no expediente protocolado sob SISPROC Nº 2200854166, narrando que o CAP PM MADSON GUEDES NOGUEIRA, M.F: 308.579-1-7, em tese, agrediu a Sra. Tatiane Fernandes Pinheiro (ex-namorada) com uma pancada na cabeça enquanto ela estava entrando em seu veículo, no momento em que saía do estabelecimento denominado Paraibás Bar. A agressão foi realizada com uma arma de fogo. Fato ocorrido no dia 30/01/2022, Bairro Benfica, nesta urbe; CONSIDERANDO que em razão dos fatos narrados foi realizado o Inquérito Policial nº 303-95/2022; CONSIDERANDO a tramitação prioritária dos procedimentos administrativos disciplinares envolvendo vítimas de violência doméstica disciplinada pela Portaria CGD nº 404/2022, publicada no DOE nº 176, de 30/08/2022; CONSIDERANDO que a conduta noticiada não preenche, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28 de junho de 2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais, tais como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do processo disciplinar; CONSIDERANDO que a(s) conduta(s) do(s) militar(es), em tese, viola(m) o(s) valor(es) militar(es) contido(s) no Art. 7º, II, IV, IX e X, e violam os deveres consubstanciados no Art. 8º, II, VIII, XV, XVIII, XXIII, caracterizando, a princípio, transgressões disciplinares, de acordo com o Art. 12, § 1º, I e II, § 2º, III, c/c Art. 13, § 1º, XXX, XXXII, tudo da Lei nº 13.407/2003; CONSIDERANDO despacho da Sr. Controlador Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração dos fatos no âmbito disciplinar. RESOLVE: I) **INSTAURAR SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA e baixar a presente portaria** em face do Policial Militar o CAP PM MADSON GUEDES NOGUEIRA, M.F: 308.579-1-7; II) Fica(m) cientificado(s) o(s) acusado(s) e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o artigo 34, §2º do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE Nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 03 de julho de 2023.

Ronaldo Alves da Silva - CAP QOPM
SINDICANTE

*** **

PORTARIA CGD Nº498/2023 - A SINDICANTE MARIA EUZENE RODRIGUES - 3º SGT PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR-CESIM, por delegação legal do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a PORTARIA CGD Nº076/2023, publicada no Diário Oficial do Estado, nº 029, de 09/02/2023; CONSIDERANDO os fatos constantes no expediente protocolado sob SISPROC Nº 2111401450, narrando que o SD PM 31.306 BRUNO BANDEIRA CASTRO - MF:308.653-8-3, foi acusado por sua ex-companheira, a Sra. Lucicleide Rodrigues Barros, de ter praticado violência psicológica, conforme narrado no B.O nº 205-1722/2021 e no Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 205-83/2021, registrado na Delegacia Metropolitana de Maranguape/CE. Fato ocorrido no dia 26/10/2021, no município de Maracanaú/CE; CONSIDERANDO que a apuração preliminar reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar por parte do militar citado; CONSIDERANDO que a conduta noticiada não preenche, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28 de junho de 2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais, tais como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do processo disciplinar; CONSIDERANDO a tramitação prioritária dos procedimentos administrativos disciplinares envolvendo vítimas de violência doméstica disciplinada pela Portaria CGD nº 404/2022, publicada no DOE nº 176, de 30/08/2022; CONSIDERANDO que a conduta do militar acusado, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, IV - a disciplina, IX a honra e X - a dignidade humana, e violam os Deveres Militares incursos no art. 8º, II - cumprir os deveres de cidadão, VIII - cumprir e fazer cumprir, dentro de suas atribuições legalmente definidas, a Constituição, as leis e as ordens legais das autoridades competentes, exercendo suas atividades com responsabilidade, inculcando este senso em seus subordinados, XVIII - Proceder de maneira ilibada na vida pública e particular, XXII - prestar assistência moral e material ao lar, conduzindo-o como bom chefe de família, XXIII - considerar a verdade, a legalidade e a responsabilidade como fundamentos de dignidade pessoal e XXXIII - proteger as pessoas, o patrimônio e o meio ambiente com abnegação e desprendimento pessoal; considerar a verdade, a legalidade e a responsabilidade como fundamentos de dignidade pessoal, configurando transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I - todas as ações ou omissões contrárias à disciplina militar, especificadas no artigo seguinte, inclusive os crimes previstos nos Códigos Penal ou Penal Militar e II - todas as ações ou omissões não especificadas no artigo seguinte, mas que também violem os valores e deveres militares, e art. 13, § 1º, XXX - ofender, provocar ou desafiar superior, igual ou subordinado hierárquico ou qualquer pessoa, estando ou não de serviço (G), XXXI - promover ou participar de luta corporal com superior, igual, ou subordinado hierárquico (G) e XXXII - ofender a moral e os bons costumes por atos, palavras ou gestos e § 2º, XX - desrespeitar medidas gerais de ordem militar, judiciária ou administrativa, ou embarçar sua execução (M) e LIII - deixar de cumprir ou fazer cumprir as normas legais ou regulamentares, na esfera de suas atribuições (M), tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM); CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração dos fatos no âmbito disciplinar. RESOLVE: I) **INSTAURAR SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA e baixar a presente portaria** em face do Policial Militar SD PM 31.306 BRUNO BANDEIRA CASTRO - MF:308.653-8-3; II) Fica(m) cientificado(s) o(s) acusado(s) e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o artigo 34, §2º do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE Nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 04 de julho de 2023.

Maria Euzene Rodrigues - 3º SGT PM
SINDICANTE

*** **



PORTARIA CGD Nº499/2023 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de regularizar a deslocamento de servidores constante do item 02 lotado na CERSEC (Quixadá-CE) às cidades de Senador Pompeu - CE, Quixeramobim - CE, tendo por finalidade localizar e notificar testemunhas, no interesse de procedimento desta Controladoria Geral de Disciplina (Investigação Preliminar SPU Nº 2302834121; Investigação Preliminar SPU Nº 2208554501; Investigação Preliminar SPU Nº2302727082; Investigação Preliminar SPU Nº2210825002), conforme a Ordem de Serviço nº384/2023, concedendo-lhes meia diária, de acordo com o artigo 3º; alínea "a", § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 04 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº499/2023, DE 04 DE JULHO DE 2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			
					TOTAL	QUANT.	VALOR	TOTAL
MARIA STELA TEIXEIRA DE OLIVEIRA	PM	V	12/07/2023	QUIXADÁ - CE / SENADOR POMPEU - CE / QUIXERAMOBIM - CE - QUIXADÁ - CE	0,5	61,33	61,33	30,67
FRANCISCO SARAIVA LEÃO NETO	SGT PM	V	12/07/2023	QUIXADÁ - CE / SENADOR POMPEU - CE / QUIXERAMOBIM - CE - QUIXADÁ - CE	0,5	61,33	61,33	30,67
TOTAL								61,34

*** **

PORTARIA CGD Nº500/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 1907893293, que trata da Investigação Preliminar iniciada a partir de Termo de Declaração prestado no dia 29/08/2019, por Leandro Rufino dos Santos, na Célula Regional de Disciplina do Cariri (CERC), versando sobre denúncias em desfavor do 2º TEN PM ANTÔNIO FERREIRA FERRO NETO - MF: 094.519-1-9; CONSIDERANDO que consta dos autos que o denunciante afirma ser o proprietário da motocicleta de placa OCN-7090, a qual teria vendido a uma pessoa que ficara de transferi-la do seu nome, sendo que aproximadamente um ano depois, foi procurado em sua residência por policiais militares do serviço reservado que lhe perguntaram porque ele estaria entregando a motocicleta para a prática de crime, sendo que posteriormente foi informado que a referida moto havia sido apreendida com duas mulheres, as quais estariam praticando delitos em Juazeiro do Norte/CE, e que quem estava a frente dessa apreensão seria o então 2º TEN PM FERRO, que lhe disse que podia esquecer a moto, pois ela havia sido apreendida, não lhe informando onde ela se encontrava apreendida, mas que não se preocupasse que não iria acontecer nada contra ele, sendo que passado cinco anos, ou seja, em junho de 2019, enquanto trafegava pela cidade, reconheceu parada em um semáforo a motocicleta, que ainda estava licenciada em seu nome, e ao abordar o seu condutor, reconheceu como sendo o mesmo policial militar responsável pela apreensão, o então 2º TEN PM FERRO; CONSIDERANDO, ainda, que após breve conversa com ele, o aludido Oficial afirmara ter adquirido a motocicleta em questão de uma pessoa de Missão Velha/CE e ficara de pagar algumas multas e pendências na documentação para poder transferi-la, ficando Leandro de acordo, haja vista o seu interesse de somente se livrar de qualquer ônus que tal veículo pudesse lhe acarretar, pois já o havia vendido anteriormente, sendo que posteriormente a vítima tomou conhecimento que o 2º TEN PM FERRO não cumpriu com o prometido e a vendeu na "feirinha de troca" em Juazeiro do Norte/CE a um terceiro, sem dizer a quem, quando então Leandro resolveu procurar a CERC/CGD para relatar o fato e também a delegacia competente, onde registrou o Boletim de Ocorrências (BO) nº 448-10089/2019, datado de 29/08/2021; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar, por parte da militar acima mencionada, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, VIII, XIII, XV, XVIII, XXV, XXIX, XXXI e XXXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, II e III, c/c art. 13, § 1º, VI, VIII, XIV, XVII, XXX e XXXVIII, e § 2º, XVIII, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO**, de acordo com o art. 71, I, c/c art. 75 e ss., do mesmo códex, em face do 2º TEN PM ANTÔNIO FERREIRA FERRO NETO - MF: 094.519-1-9, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhes são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer nos quadros da Corporação Militar a que pertence; II) **Designar a 7ª Comissão de Processos Regulares Militar (7ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOPM JOSÉ FRANCINALDO GUEDES FREITAS ARAÚJO - MF: 127.015-1-9 (PRESIDENTE), 1º TEN QOAPM SAMUEL CARVALHO DE LIMA - MF: 106.888-1-7 (INTERROGANTE), e 1º TEN QOAPM WILTON FREIRES BARBOSA - MF: 106.977-1-9 (RELATOR E ESCRIVÃO), para instruir o processo regular; III) **CIENTIFICAR** o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. **PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.** CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 04 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº501/2023 - A SINDICANTE MARIA EUZENE RODRIGUES - 3º SGT PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR-CESIM, por delegação legal do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a PORTARIA CGD Nº076/2023, publicada no Diário Oficial do Estado, nº 029, de 09/02/2023; CONSIDERANDO os fatos constantes no expediente protocolado sob SISPROC Nº 2101204546, os quais noticiam que os Policiais Militares CB PM 29.177 FRANCISCO WESLEY FAUSTINO MACHADO, MF: 306.143-1-3, SD PM 33.111 OSMAN MENEZES PAULA FILHO, MF: 308.861-4-3 e SD PM 34.357 TIAGO ARAGÃO DA SILVA, MF: 309.029-1-2, quando realizavam patrulhamento de rotina no bairro Bela Vista, desembarcaram da viatura para verificação de um beco em que costumariamente ocorre tráfico de drogas, e nesse momento se aproximou um indivíduo em uma motocicleta, o qual não teria obedecido à ordem de parada e teria apontado um revólver em direção aos policiais, que imediatamente reagiram, momento em que cada policial da composição efetuou um disparo, atingindo o indivíduo que pilotava a moto, o qual foi identificado como Reginaldo Dias de Souza Rodrigues, sendo socorrido ao hospital IJF-Centro, porém não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. Fato ocorrido no dia 29/01/2021, na Rua Tim Maia no Bairro Bela Vista, nesta Capital; CONSIDERANDO que foi instaurado o Inquérito Policial nº 110-68/2021, na Delegacia do 27º Distrito Policial para apurar as circunstâncias da morte por intervenção policial de Reginaldo Dias de Souza Rodrigues; CONSIDERANDO que a apuração preliminar reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar por parte dos militares citados; CONSIDERANDO que a conduta noticiada não preenche, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28 de junho de 2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais, tais como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do processo disciplinar; CONSIDERANDO a tramitação prioritária dos procedimentos administrativos disciplinares envolvendo ação policial de resultado morte, disciplinada pela Portaria CGD nº 238/2015, publicada no DOE nº 097, de 29/05/2015; CONSIDERANDO que o fato, em tese, viola o(s) valor(es) militar(es) contido(s) no Art. 7º, incisos IV - a disciplina, V - o profissionalismo; e X - a dignidade humana, c/c Art. 9º, § 1º, incisos I - a observância rigorosa das prescrições legais e regulamentares, IV - a correção de atitudes; e V - as manifestações espontâneas de acatamento dos valores e deveres éticos, bem como os deveres militares incursos no Art. 8º, incisos VIII - cumprir e fazer cumprir, dentro de suas atribuições legalmente definidas, a Constituição, as leis e as ordens legais das autoridades competentes, exercendo suas atividades com responsabilidade, inculcando este senso em seus subordinados, XIII - ser fiel na vida militar, cumprindo os compromissos relacionados às suas atribuições de agente público, XV - zelar pelo bom nome da Instituição Militar e de seus componentes, aceitando seus valores e cumprindo seus deveres éticos e legais, XVIII - Proceder de maneira ilibada na vida pública e particular, XXIII - considerar a verdade, a legalidade e a responsabilidade como fundamentos de dignidade pessoal, XXV - atuar com prudência nas ocorrências militares, evitando exacerbá-las, XXVI - respeitar a integridade física, moral e psíquica da pessoa do preso ou de quem seja objeto de incriminação, evitando o uso desnecessário de violência, XXIX - observar os direitos e garantias fundamentais, agindo com isenção, equidade e absoluto respeito pelo ser humano, não se prevalecendo de sua condição de autoridade pública para a prática de arbitrariedade, configurando, prima facie, transgressões disciplinares previstas no Art. 12º, § 1º, incisos I - todas as ações ou omissões contrárias à disciplina militar, especificadas no artigo seguinte, inclusive os crimes previstos nos Códigos

Penal ou Penal Militar; e II - todas as ações ou omissões não especificadas no artigo seguinte, mas que também violem os valores e deveres militares, Art. 13º, § 1º, incisos II - usar de força desnecessária no atendimento de ocorrência ou no ato de efetuar prisão (G); e L - disparar arma por imprudência, negligência, imperícia, ou desnecessariamente (G), § 2º, inciso XVIII - trabalhar mal, intencionalmente ou por desídia, em qualquer serviço, instrução ou missão (M); tudo da Lei nº 13.407/03, Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará;"; CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração dos fatos no âmbito disciplinar. RESOLVE: I) **INSTAURAR SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA e baixar a presente portaria** face dos **POLICIAIS MILITARES** CB PM 29.177 FRANCISCO WESLEY FAUSTINO MACHADO, MF: 306.143-1-3, SD PM 33.111 OSMAN MENEZES PAULA FILHO, MF: 308.861-4-3 e SD PM 34.357 TIAGO ARAÇÓ DA SILVA, MF: 309.029-1-2; II) Fica(m) cientificado(s) o(s) acusado(s) e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o artigo 34, §2º do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE Nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 04 de julho de 2023.

Maria Euzene Rodrigues - 3º SGT PM
SINDICANTE

*** **

PORTARIA CGD Nº502/2023 - O SINDICANTE GLEIVAN CARTAXO MATOS AMORIM – SUBTEN PM, DA CÉLULA REGIONAL DE DISCIPLINA DO CARIRI – CERC, por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a PORTARIA CGD Nº 172/2021, publicada no Diário Oficial do Estado, Nº 97 de 03/03/2021; CONSIDERANDO os fatos constantes no SPU Nº 2109055523, que mediante a investigação preliminar iniciada a partir da Comunicação Interna/COINT/CGD nº 513/2021, datada de 13/09/2021, encaminhando Relatório Técnico nº 526/2021, que versa sobre o suposto crime de ameaça praticado no âmbito da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher envolvendo o 1º Sargento PM 18.852 – Eduardo Franck dos Santos, MF.: 127.069-1-X, consoante noticiado por sua ex-companheira R.V.S. na Delegacia da Mulher de Juazeiro do Norte/CE, através do Boletim de Ocorrência nº 315-683/2021 (IP nº 315-160/021), fato ocorrido em 11/09/2021, na cidade de Juazeiro do Norte/CE; CONSIDERANDO que o Poder Judiciário do Estado do Ceará expediu medidas protetivas em favor da vítima no bojo do Processo Judicial nº 0055409-39.2021.8.06.0112, e que o aludido militar cometeu o crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência, conforme se infere do Processo Judicial nº 0057171-90.2021.8.06.0112; CONSIDERANDO que a documentação e os depoimentos colhidos em sede de Investigação Preliminar reuniram indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar por parte do policial militar, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO, que o fato em questão não preenche, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo com ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO os termos da Portaria 404/2022 – CGD, publicada no Diário Oficial do Estado nº 176, datado de 30/08/2022, no sentido de priorizar a tramitação dos procedimentos administrativos disciplinares em casos que envolvam vítimas de violência doméstica; CONSIDERANDO que tais atitudes, em tese, ferem os valores fundamentais determinantes da moral militar estadual, insculpidos no art. 7º, II, IV, VI, VII, VIII e X, e violam os deveres militares incursos no art. 8º, II, VIII, XV, XVIII, XXII, XXIII, XXVII e XXXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I, e art. 13, § 1º, XXX e XXXII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM); CONSIDERANDO o Despacho do Exmº Senhor Controlador Geral de Disciplina determinando a instauração de Sindicância Administrativa para a apuração dos fatos no âmbito disciplinar. DETERMINA: I) **Instaurar SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA** em desfavor do 1º SGT PM 18.852 – **EDUARDO FRANCK DOS SANTOS** – MF: 127.069-1-X e **baixar a presente portaria** a fim de apurar a responsabilidade disciplinar ante aos fatos declinados nos Autos; II) Cientificar o(s) acusado(s) e/ou Defensor(es) legal(is) que as decisões da CGD quanto a este Processo Regular serão publicadas no Diário Oficial do Estado, de acordo com o art. 34º, §2º, do Decreto nº 33.447, publicado no DOE 021, de 30/01/2020, que aprova o Regimento Interno do Conselho de Disciplina e Correição dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário da CGD. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Juazeiro do Norte/CE, 04 de junho de 2023.

Gleivan Cartaxo Matos Amorim – SUBTEN PM
SINDICANTE

*** **

PORTARIA CGD Nº504/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 2008192347, que trata da Investigação Preliminar referente ao Inquérito Policial nº 418-09/2020, instaurado na Delegacia Municipal de Aurora/Barro, para apurar a prática de Tentativa de Homicídio doloso ocorrido no dia 21/01/2020 na localidade de Cucas, zona rural, município de Barro/CE; CONSIDERANDO que se extrai dos autos, que no decorrer das investigações a Autoridade Policial descobriu que o fato que originou o suposto crime de tentativa de homicídio foi uma confusão ocorrida numa festa na localidade de Cucas, envolvendo várias pessoas e em decorrência disso o CB PM 30.301 JOSÉ LUCEILTON SILVA AMORIM - MF: 307.817-1-6, e o SD PM 34.458 ROMÁRIO DA SILVA BERNARDO, MF: 309.083-5-X, que estariam armados e embriagados, tendo o CB PM AMORIM sido lesionado com uma "cadeirada" e socorrido ao hospital, sendo que ali teriam se encontrado com outros dois indivíduos que participaram da confusão na festa, Gustavo Bezerra de Souza e Fábio Damiano Rodrigues da Silva, e por conta disso os dois policiais militares teriam lhes perseguido e efetuado vários disparos de arma de fogo, que não atingiram nenhuma pessoa; CONSIDERANDO que no decorrer da Investigação Preliminar foi verificado que, no dia 12/01/2020, os policiais militares retromencionados se encontravam de plantão, conforme escala de serviço, no horário de 12h00 às 18h00 e 02h00 às 06h00, do dia 12 para o dia 13/01/2020, no Posto Fiscal de Monte Alegre, participando da Operação Cerco PM/SEFAZ, no período de 30/12/2019 a 15/01/2020, onde, em tese, não poderiam se ausentar do referido local, inclusive constando na escala de serviço o Cabo em alusão como comandante da guarnição e não tendo sido constatado o registro da referida ocorrência no relatório quinzenal da operação citada; CONSIDERANDO que na ocasião, ambos policiais militares estavam armados cada um com uma pistola do acervo da Polícia Militar do Ceará (PMCE), que estavam acauteladas apenas para a realização da operação citada, tendo depois as mesmas sido devolvidas pelo CB PM AMORIM e SD PM BERNARDO à reserva de armamento, conforme declaração dos mesmos na delegacia; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar, por parte da militar acima mencionada, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, VIII, IX, X, XV, XVIII, XXXI e XXXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, II e III, c/c art. 13, § 1º, XXVI, XXX, XXXVIII, XL, XLIV, XLVIII e L, e § 2º, XVIII, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar CONSELHO DE DISCIPLINA** de acordo com o art. 71, II, c/c art. 88 e ss., do mesmo código, em face do CB PM 30.301 **JOSÉ LUCEILTON SILVA AMORIM** - MF: 307.817-1-6, e o SD PM 34.458 **ROMÁRIO DA SILVA BERNARDO**, MF: 309.083-5-X, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhes são atribuídas, bem como, a incapacidade destes para permanecerem nos quadros da Corporação Militar a que pertencem; II) **Designar a 7ª Comissão de Processos Regulares Militar (7ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOPM JOSÉ FRANCINALDO GUEDES FREITAS ARAÚJO - MF: 127.015-1-9 (PRESIDENTE), 1º TEN QOAPM SAMUEL CARVALHO DE LIMA - MF: 106.888-1-7 (INTERROGANTE), e 1º TEN QOAPM WILTON FREIRES BARBOSA - MF: 106.977-1-9 (RELATOR E ESCRIVÃO), para instruir o processo regular; III) CIENTIFICAR os Acusados e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 04 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes
CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **



PORTARIA CGD Nº505/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 2202308452, que trata da Investigação Preliminar instaurada a partir do e-mail oriundo do Subcomandante Geral da Polícia Militar do Estado do Ceará, encaminhando ofício nº 154/2022-AJD/SEC 2º BPM, enviando documentação referente ao Auto de Prisão em Flagrante do SD PM 33.873 MARCIANO TELES BARBOSA - MF: 309.087-6-7, pela suposta prática do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (Art. 12 da Lei nº 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento), apreendida durante o cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão, referente ao Processo nº 0054005-76.2021.8.06.0071, da 1ª Vara Criminal de Crato/CE, realizado pela Polícia Civil em sua residência, localizada no bairro Zacarias Gonçalves, no mesmo município, no dia 26/02/2022, em decorrência de investigação que apura as circunstâncias em que se deram 02 (dois) homicídios na cidade do Crato/CE; CONSIDERANDO que em torno do caso foi instaurado Inquérito Policial (IP) nº 446-153/2022 na Delegacia Regional do município de Crato/CE, em que consta a apreensão do revólver calibre 32, marca Colt, nº de série 510700 e 5 (cinco) unidades de munição do mesmo calibre, conforme o Auto de Apresentação e Apreensão, datado de 26/02/2022; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar, por parte dos militares acima mencionados, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, V, VI, VII, IX, X e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, VIII, XV, XVIII e XXXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, II e III, c/c art. 13, § 1º, XVII, XXX, XLIX e L, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** de acordo com o art. 71, III, c/c art. 103 e ss., do mesmo código, em face do SD PM 33.873 MARCIANO TELES BARBOSA - MF: 309.087-6-7, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer nos quadros da Corporação Militar a que pertence; II) **Designar a 7ª Comissão de Processos Regulares Militar (7ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOPM JOSÉ FRANCINALDO GUEDES FREITAS ARAÚJO - MF: 127.015-1-9 (PRESIDENTE), 1º TEN QOAPM SAMUEL CARVALHO DE LIMA - MF: 106.888-1-7 (INTERROGANTE), e 1º TEN QOAPM WILTON FREIRES BARBOSA - MF: 106.977-1-9 (RELATOR E ESCRIVÃO), para instruir o processo regular; III) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 04 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº506/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 2209341820 que trata da Investigação Preliminar iniciada a partir da Comunicação Interna nº 475/2022, datada de 26/09/2022, oriunda da Coordenadoria de Inteligência (COINT/CGD), encaminhando o Relatório Técnico nº 431/2022, com informações referentes ao envolvimento do SD PM 29.750 FRANCIMA DE SOUZA NASCIMENTO - MF: 306.923-1-4, que teria sido preso por força de mandado de prisão temporária por envolvimento em dois homicídios no município de Juazeiro do Norte/CE, ocorridos no dia 06/08/2022, tendo como vítimas: Cícero André da Silva Matias (Inquéritos Policiais (IP) nº 488-715/2022) e Ricardo de Oliveira Silva (IP nº 488-715/2022), na Delegacia Regional localizada nessa cidade; CONSIDERANDO que constam nos autos, que no dia 06/08/2022, pela madrugada ocorreram dois homicídios em Juazeiro do Norte/CE, com os mesmos modus operandi, sendo um na rua Dom Bosco, conhecida como “faixa de gaza”, onde foi encontrado o corpo de uma pessoa do sexo masculino, já sem vida, identificado posteriormente como Cícero, morador de rua, e o outro nas imediações da rua Das Flores, tendo como vítima, Ricardo, também morador de rua, ambos com vários perfurações à bala, tendo o primeiro homicídio sido filmado por câmeras de segurança instaladas em uma das residências localizadas na referida rua, onde viu-se que os autores dos disparos trafegavam em um veículo HB20, que depois foram identificados como sendo o SD PM NASCIMENTO e Lucas Honório Soares, segundo o parecer da citada investigação preliminar; CONSIDERANDO que o veículo então usado pelo policial militar retromencionado e se acompanhante, que inclusive chegou a ser abordado por uma composição policial militar, tratava-se do Hyundai HB20, de cor branca e placas QML-7H07 que tinha registro de roubo/furto; CONSIDERANDO que em torno do caso a 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte, no Processo de nº 0201236-62.2022.8.06.0301, ofereceu denúncia em desfavor do SD PM NASCIMENTO, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I (Motivo torpe), III (Crueldade) e IV (Recurso que impossibilitou a defesa da vítima) (Homicídio triplamente qualificado), por duas vezes, c/c o art. 69 (Concurso material) do Código Penal Brasileiro (CPB); CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar, por parte dos militares acima mencionados, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, VIII, XV, XVIII e XXXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, II e III, c/c art. 13, § 1º, II, XXX, XLIX e L, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** de acordo com o art. 71, III, c/c art. 103 e ss., do mesmo código, em face do SD PM 29.750 FRANCIMA DE SOUZA NASCIMENTO - MF: 306.923-1-4, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer nos quadros da Corporação Militar a que pertence; II) **Designar a 7ª Comissão de Processos Regulares Militar (7ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOPM JOSÉ FRANCINALDO GUEDES FREITAS ARAÚJO - MF: 127.015-1-9 (PRESIDENTE), 1º TEN QOAPM SAMUEL CARVALHO DE LIMA - MF: 106.888-1-7 (INTERROGANTE), e 1º TEN QOAPM WILTON FREIRES BARBOSA - MF: 106.977-1-9 (RELATOR E ESCRIVÃO), para instruir o processo regular; III) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 04 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº507/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 2109987230 que trata da Investigação Preliminar instaurada a partir da comunicação interna nº 567/2021, oriunda da COINT, encaminhando Relatório Técnico nº 575/2021, com informações atinentes à prisão do SD PM 34.455 FELLIPE HENRIQUE DA SILVA SANTOS - MF: 309.051-9-9, no dia 13/10/2021, na cidade de Barbalha/CE, em cumprimento de mandado de prisão do dia 13/10/2021, expedido pela Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada/CE, nos autos do Processo nº 0001833-51.2021.8.17.3370, nas tenazes do art. 1º da Lei nº 8.072/1990 (Dos crimes hediondos), e art. 121, § 2º (Homicídio qualificado), II (Por motivo fútil), do Código Penal Brasileiro (CPB), conforme registrado no Boletim de Ocorrências (BO) nº 488-4452/2021 para dar cumprimento ao referido mandado; CONSIDERANDO que no exame de comparação balística, a perícia concluiu haver resultados individualizadores e convergentes suficientes para afirmar que os estojos encontrados no local em que ocorreu a tentativa de homicídio da vítima Ideyson Barbosa da Silva (Inquérito Policial (IP) nº 03021.0177.527/2020-1-3), foram percutidos pela Pistola Taurus, modelo PT 24/7 PRO DS, nº de série SIN41044, NIAF 2100115929, arma de fogo pertencente ao Soldado retromencionado, conforme Laudo Pericial nº 5.352/2021, do Instituto de Criminalística Professor Armando Samico, de Recife/PE; CONSIDERANDO que no relatório do IP nº 03021.0177.00079/2020-1.1, da 23ª Delegacia de Polícia de Homicídios (Arcoverde), da Polícia Civil de Pernambuco, datado de 09/09/2021, a Autoridade Policial indiciou o SD PM HENRIQUE pela participação como um dos executores do crime de homicídio da vítima Murilo Robério de Souza, no dia 18/03/2020, por volta das



16h00, no município de Serra Talhada/PE, tendo sido denunciado pelo Ministério Público como incurso nas penas do art. 121, §2º, II, III e IV, do CPB, e recebida, que foi devidamente recebida, e pronunciado o mesmo submetendo-o a julgamento perante o Tribunal do Júri; CONSIDERANDO o termo circunstanciado de degravação, realizado em 22/04/2021, em áudios de conversas pelo aplicativo WhatsApp entre as pessoas de Sevas Nogueira Rodrigues de Carvalho, Ewerton Pablo de Souza e Márcio Magno, em que conversam sobre o homicídio de Murilo e Pablo afirmara ter sido chamado para cometer o crime de homicídio em companhia do aludido Soldado; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar, por parte dos militares acima mencionados, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, V, VI, VII, IX, X e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, VIII, XV, XVIII e XXXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, II e III, c/c art. 13, § 1º, VIII, XXX, XLIX e L, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** de acordo com o art. 71, III, c/c art. 103 e ss., do mesmo códex, em face do SD PM 34.455 **FELIPE HENRIQUE DA SILVA SANTOS** - MF: 309.051-9-9, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer nos quadros da Corporação Militar a que pertence; II) **Designar a 7ª Comissão de Processos Regulares Militar (7ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOPM JOSÉ FRANCINALDO GUEDES FREITAS ARAÚJO - MF: 127.015-1-9 (PRESIDENTE), 1º TEN QOAPM SAMUEL CARVALHO DE LIMA - MF: 106.888-1-7 (INTERROGANTE), e 1º TEN QOAPM WILTON FREIRES BARBOSA - MF: 106.977-1-9 (RELATOR E ESCRIVÃO), para instruir o processo regular; III) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 29 de junho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº508/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 2008534248, que trata do Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado pela Portaria de nº 238/2020-4ºCRPM, datada de 22/02/2020, em desfavor de policiais militares com lotações no Batalhão de Polícia de Meio Ambiente do Ceará, onde o 2º SGT PM 20.512 EMERSON CARLOS VIEIRA DE ARAÚJO - MF: 134.580-1-4, através de áudios enviados via WhatsApp, aliciou os policiais militares lotados na cidade de Juazeiro do Norte/CE para aderirem ao movimento paredista, ou seja, para se amotinarem no quartel da 2ªCIA/BPMA, situado naquele município; CONSIDERANDO que, em razão desse fato, o SGT PM EMERSON foi condenado nas penas do art. 154 (Alicição para motim ou revolta) e 155 (Incitamento), todos do Código Penal Militar (CPM), porém foi absolvido no crime de conspiração, tendo recebido uma pena de 2 (dois) anos de reclusão para cada delito, totalizando 04 (quatro) anos de reclusão em regime semiaberto, julgado de forma unânime pelo Conselho Especial de Justiça na Auditoria Militar do Estado do Ceará, conforme a sentença nos autos do Processo nº 0264365-39.2020.8.06.0001, datada de 17/05/2023; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar, por parte da militar acima mencionada, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, III, IV, V, VI, VII, IX, X e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, I, II, IV, V, VI, VIII, IX, X, XIII, XV, XVIII, XXXI, XXXIII e XXXVI, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, I, II e III, c/c art. 13, § 1º, VIII, XXIV, XXVII, XXXVII, LVII e LVIII, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar CONSELHO DE DISCIPLINA** de acordo com o art. 71, II, c/c art. 88 e ss., do mesmo códex, em face do 2º SGT PM 20.512 **EMERSON CARLOS VIEIRA DE ARAÚJO** - MF: 134.580-1-4, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer nos quadros da Corporação Militar a que pertence; II) **Designar a 7ª Comissão de Processos Regulares Militar (7ª CPRM)**, composta pelos **Oficiais**: TEN-CEL QOPM JOSÉ FRANCINALDO GUEDES FREITAS ARAÚJO - MF: 127.015-1-9 (PRESIDENTE), 1º TEN QOAPM SAMUEL CARVALHO DE LIMA - MF: 106.888-1-7 (INTERROGANTE), e 1º TEN QOAPM WILTON FREIRES BARBOSA - MF: 106.977-1-9 (RELATOR E ESCRIVÃO), para instruir o processo regular; III) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 04 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº509/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 2206273289, que trata da Investigação Preliminar instaurada a partir do Ofício nº 745/2022-SUBCMD-GERAL, datado de 23/06/2022, encaminhando documentação advinda da 2ªCia/10ºBPM, informando acerca de uma ocorrência de homicídio por disparos de arma de fogo, no dia 03/06/2022, no município de Farias Brito/CE, que vitimou José Hermon Ferreira, também conhecido por “Zezinho Ferreira”, figurando como suposto autor do ocorrido o CB PM 27.170 ALESSANDRO MELO DOS SANTOS - MF: 587.232-1-5, em virtude de uma discussão havida entre ambos cerca de um mês antes; CONSIDERANDO que no curso da investigação fora juntada aos autos cópia parcial em mídia do Inquérito Policial nº 450-30/2022, instaurado na Delegacia Municipal de Farias Brito/CE, apontando na ocorrência a existência do veículo Toyota Corolla de cor preta, de placas NQN1325, de propriedade e registrado em nome do SD PM 27.927 JOSÉ GERÔNIMO TAVARES ALVES - MF: 300.240-1-X, com as mesmas características do utilizado pelo acusado de cometer o citado homicídio, resultando na Decretação da Prisão Temporária e de Busca e Apreensão nas residências de ambos os suspeitos CB PM ALESSANDRO e SD PM TAVARES; CONSIDERANDO que consta no Relatório Técnico (RT) nº 072/2022/CECINT/COIN SSPDS, de 14/07/2022, que antes da data do homicídio em questão, no dia 08/05/2022, o CB PM ALESSANDRO teria se envolvido em uma briga com “Zezinho Ferreira”, em um parque de vaquejada, no distrito de Cariutaba, localizado na zona rural de farias Brito/CE, ocasião em que o referido Cabo, quando estava de folga e com sintomas de haver ingerido bebida alcoólica, teria ameaçado de morte a vítima, e após discutir com algumas pessoas por conta de um congestionamento no estacionamento do referido estabelecimento, o mesmo sacou uma pistola e apontou-a para algumas pessoas, dentre elas a vítima, que conseguiu desarmá-lo, após breve disputa corporal, sendo então entregue a uma composição policial que compareceu no local, conforme depoimentos de testemunhas colhidos no Inquérito Policial instaurado para investigar essa morte; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar, por parte da militar acima mencionada, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, V, VI, IX, X e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, VIII, XV, XVIII e XXXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, II e III, c/c art. 13, § 1º, XXI, XXX, XLIX e L, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar CONSELHO DE DISCIPLINA** de acordo com o art. 71, II, c/c art. 88 e ss., do mesmo códex, em face do CB PM 27.170 **ALESSANDRO MELO DOS SANTOS** - MF: 587.232-1-5, e SD PM 27.927 **JOSÉ GERÔNIMO TAVARES ALVES** - MF: 300.240-1-X, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade destes para permanecer nos quadros da Corporação Militar a que pertencem; II) **Designar a 7ª Comissão de Processos Regulares Militar**

(7ª CPRM), composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOPM JOSÉ FRANCINALDO GUEDES FREITAS ARAÚJO - MF: 127.015-1-9 (PRESIDENTE), 1º TEN QOAPM SAMUEL CARVALHO DE LIMA - MF: 106.888-1-7 (INTERROGANTE), e 1º TEN QOAPM WILTON FREIRES BARBOSA - MF: 106.977-1-9 (RELATOR E ESCRIVÃO), para instruir o processo regular; III) CIENTIFICAR os Acusados e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 04 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº510/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 2305328723, que trata da Comunicação Interna nº 298/2023 oriunda da Coordenadoria de Inteligência encaminhando cópia da Ação Penal nº 0000147-46.2017.8.06.0112, tendo como réus os militares estaduais SD PM 26.799 MOISÉS SIEBRA DUARTE - MF: 587.652-1-X, e SD PM 28.912 LEONARDO TEIXEIRA MENDES - MF: 306.417-1-X, por prática, em tese, dos crimes previstos nos art. 242, §2º, I e II (Roubo qualificado), e art. 226, §1º (Violação de domicílio), ambos do Código Penal Militar (CPM), fato ocorrido em 15/08/2017, na Rua João Marcelino, nº 08, no Bairro Pio XII, Juazeiro do Norte/CE; CONSIDERANDO que conforme se extrai dos autos, o IP nº 488-11419/2017, foi instaurado para apurar crime de roubo que teria sido vítima Diego Bruno dos Santos Santana, que em data de 15/08/2017, teve sua casa invadida por indivíduos armados que se identificaram como policiais do serviço reservado da Polícia Militar, subtraindo mediante violência um revólver calibre 38 e a quantia de R\$ 4.000,00 em cédulas e R\$ 8.000,00 em moedas, que posteriormente teriam sido identificados como os dois policiais militares citados; CONSIDERANDO que o SD PM SIEBRA encontra-se agregado, julgado incapaz, conforme resultado de consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento Policial Militar (SAPM/PMCE); CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar, por parte da militar acima mencionada, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, V, VI, VII, IX, X e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, VIII, IX, XV, XVIII e XXXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, II e III, c/c art. 13, § 1º, XIV, XVII, XXX, XLVIII e XLIX, e § 2º, XX, XXVIII e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar CONSELHO DE DISCIPLINA** de acordo com o art. 71, II, c/c art. 88 e ss., do mesmo código, em face do SD PM 26.799 MOISÉS SIEBRA DUARTE - MF: 587.652-1-X, e SD PM 28.912 LEONARDO TEIXEIRA MENDES - MF: 306.417-1-X, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade destes para permanecerem nos quadros da Corporação Militar a que pertencem; II) **Designar a 7ª Comissão de Processos Regulares Militar (7ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOPM JOSÉ FRANCINALDO GUEDES FREITAS ARAÚJO - MF: 127.015-1-9 (PRESIDENTE), 1º TEN QOAPM SAMUEL CARVALHO DE LIMA - MF: 106.888-1-7 (INTERROGANTE), e 1º TEN QOAPM WILTON FREIRES BARBOSA - MF: 106.977-1-9 (RELATOR E ESCRIVÃO), para instruir o processo regular; III) **AFASTAR PREVENTIVAMENTE** pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias os referidos militares estaduais das suas funções, posto que os fatos que lhes são imputados, em tese, revestem-se de acentuado grau de reprovabilidade, sendo incompatíveis com a função pública, além de ser necessário à garantia da ordem pública e à correta aplicação da sanção disciplinar, nos termos do art. 18, e parágrafos, da LC nº 98/2011; IV) CIENTIFICAR os Acusados e/ou seu(s) Defensor(es) que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 04 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº514/2023 - SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de regularizar em caráter de URGÊNCIA o deslocamento de servidores desta Controladoria Geral de Disciplina, ao município de Canindé - CE, a fim de realizarem diligências, conforme Parecer Ministerial e determinação judicial, nos autos do IP. ° 323-038/2023, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea "b", § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária desta CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº514/2023, DE 05 DE JULHO DE 2023

NOME	CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			
					TOTAL	QUANT.	VALOR	TOTAL
FÁBIO FREIRE MARTINS	IPC	V	29 a 30/06/2023	FORTALEZA - CE / CANINDÉ - CE / FORTALEZA - CE	1,5	61,33	61,33	92,00
ELY GUIMARÃES CORDEIRO	IPC	V	29 a 30/06/2023	FORTALEZA - CE / CANINDÉ - CE / FORTALEZA - CE	1,5	61,33	61,33	92,00
ANDRÉ PONTES TEIXEIRA	IPC	V	29 a 30/06/2023	FORTALEZA - CE / CANINDÉ - CE / FORTALEZA - CE	1,5	61,33	61,33	92,00
EDUARDO SAMPAIO DE MELO	DPC	IV	30/06/2023	FORTALEZA - CE / CANINDÉ - CE / FORTALEZA - CE	0,5	64,83	64,83	32,42
MARIANA CAMINHA SIMÕES	DPC	IV	30/06/2023	FORTALEZA - CE / CANINDÉ - CE / FORTALEZA - CE	0,5	64,83	64,83	32,42
SIOMARA MÁRCIA DE ARAÚJO COUTINHO	EPC	V	30/06/2023	FORTALEZA - CE / CANINDÉ - CE / FORTALEZA - CE	0,5	61,33	61,33	30,67
TOTAL								371,51

*** **

PORTARIA CGD Nº515/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 1908289896 que trata da Investigação Preliminar instaurada a partir do Termo de Declarações prestada na sede da Célula Regional Disciplinar do Sertão Central (CERSEC), em que o noticiante, André Rocha Tavares, narra que no início do ano de 2019, por volta de fevereiro, vendeu ao CB PM RR LEOVÂNIO LOPES MARINHO - MF: 107.280-1-0, um veículo Hilux, por intermédio de corretor de Quixadá/CE de nome Rafael, quando o policial militar supostamente teria dado de entrada um veículo Prisma e complementado o restante do valor por meio de dois cheques, em nome de Posto Aruaru LTDA - EPP, no valor de R\$ 5.239,00 (cinco mil, duzentos e trinta e nove reais) cada um, mas esses cheques teriam voltado por ausência de saldo e o referido militar, além de não efetuar a transferência do veículo Prisma para o nome do denunciante, também não efetuara o pagamento do débito remanescente; CONSIDERANDO que durante a investigação restou apurado que o CB PM LEOVÂNIO, em tese, teria criado a Pessoa Jurídica Posto Aruaru LTDA - EPP, em nome de terceiros que desconheciam o negócio jurídico, existindo indícios de crimes de fraude e de ocultação de bens e patrimônio por parte do mesmo; CONSIDERANDO a cópia dos cheques assinados pelo denunciado em nome da empresa Posto Aruaru LTDA - EPP, o comprovante do cadastro do referido empreendimento, a cópia do Boletim de Ocorrência nº 206-4423/2019,



ensejando a instauração do Inquérito Policial (IP) nº 206-5/2020, referente ao crime de estelionato, e ao Processo nº 0050850-53.2021.8.06.0075, os prints de conversas do WhatsApp, e as declarações prestadas pelos supostos sócios e contador da empresa, corroborando sobre a existência dos fatos supramencionados; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar por parte do militar acima mencionado, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, XV, XVIII e XXXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, III, c/c art. 13, § 1º, VI, IX, XIV e XXII, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar CONSELHO DE DISCIPLINA** de acordo com o art. 71, II, c/c art. 88 e ss., do mesmo código, em face do CB PM RR LEOVÂNIO LOPES MARINHO - MF: 107.280-1-0, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer na situação de inatividade em que se encontra na Corporação Militar Estadual; II) **Designar a 8ª Comissão de Processo Regular Militar (8ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOPM JEILSON OLIVEIRA DE SOUSA - MF: 117.020-1-5 (PRESIDENTE); TEN-CEL QOPM CAIO LOURENÇO SERPA GARRIDO BRAGA - MF: 117.016-1-2 (INTERROGANTE) e 1ª TEN QOAPM JOSYANNE NAZARÉ TEIXEIRA COSTA - MF: 109.351-1-3 (RELATORA E ESCRIVÃ), para instruir o processo regular; e III) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 04 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº517/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 189858567, que trata da Investigação Preliminar instaurada a partir do Ofício nº 469-2018, oriundo da Coordenação de Inteligência da CGD, informando que conforme o Relatório de Monitoramento, no dia 18/11/2018, por volta das 04h30min, no Clube Arraialense Cabral, o SD PM 31.768 RONIELE SOUSA MEDEIROS - MF: 308.709-4-8, teria causado tumulto na Festa da Banana, na cidade de Uruburetama/CE, efetuando disparos de arma de fogo, lesionando o próprio pé, sendo encontrado com o referido policial uma arma Taurus, modelo PT938, oxidada, nº de série KDM36447, e quatro papéis de pó branco, posteriormente identificados como cocaína; CONSIDERANDO que nos autos do Inquérito Policial (IP) nº 466-815/2018, por suposta infração aos art. 14 (Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido) e 15 (Disparo de arma de fogo) da Lei nº 10.826/2003, e ao art. 28 (Comprar, guardar ou portar drogas sem autorização para consumo próprio) da Lei nº 11.343/2006, dando azo ao Processo nº 0000480-57.2018.8.06.0178, em que a liberdade provisória do SD PM S. MEDEIROS, foi concedida mediante fiança, bem como, o laudo pericial, identificando a substância encontrada com o policial como cocaína, apesar de o exame toxicológico ter resultado negativo; CONSIDERANDO que na denúncia ministerial oferecida pelo Ministério Público no citado Processo Judicial, foi asseverado que o policial militar retromencionado efetuou vários disparos de arma de fogo nas adjacências de lugar habitado, colocando em risco a integridade de várias pessoas que se divertiam no local, enquanto de folga e sem qualquer explicação razoável; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar por parte do militar acima mencionado, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, V, VI, VII, IX e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, XV, XVIII e XXXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, III, c/c art. 13, § 1º, XVII, XXX, XXXII, XLVIII, XLIX e L, e §2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** de acordo com o art. 71, III, c/c art. 103 e ss., do mesmo código, em face do SD PM 31.768 RONIELE SOUSA MEDEIROS - MF: 308.709-4-8, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer nos quadros da Corporação Militar; II) **Designar a 4ª Comissão de Processos Regulares Militar (4ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOPM ALESSANDRO COSTA CAVALCANTE - MF: 125.198-1-8 (PRESIDENTE), TEN-CEL QOPM CARLOS AUGUSTO SILVA LIMA - MF: 132.402-1-3 (INTERROGANTE) e CAP QOAPM DANIEL GUIMARÃES DE OLIVEIRA - MF: 112.554-1-8 (RELATOR E ESCRIVÃO), para instruir o processo regular; e III) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 04 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº519/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 2110281990, que trata do Ofício nº 1037/2021, datado de 20/10/2021, oriundo do Presídio Militar da Polícia Militar do Estado do Ceará, informando que o SD PM 33.246 FRANCISCO SÉRGIO PATRIOLINO FÉLIX NETO - MF: 308.864-4-5, fora recolhido naquele Presídio, em virtude de ter sido preso e autuado em flagrante delito, no dia 19/10/2021, na BR-116, em Itaitinga/CE, por fato tipificado no art. 304 (Uso de documento falso) e 311 (Adulteração de sinal identificador de veículo), ambos do Código Penal Brasileiro (CPB), após ter sido flagrado pela Polícia Rodoviária Federal (PRE) conduzindo o veículo Hyundai HB20, cor branca, de placas PLO-1F19, com suspeita de clonagem e de ser produto de roubo, além de ter apresentado documentos falsos do mencionado veículo; CONSIDERANDO que segundo o SD. S. FÉLIX teria adquirido, em dezembro do ano de 2020, o veículo em questão através de um grupo de WhatsApp e que teria conferido apenas as multas e o chassi, que estava tudo em ordem, mas não conferiu uma possível ação revisional ou quantas prestações faltariam para o veículo ser quitado, sendo que recebeu três Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLVs) dos anos de 2019, 2018 e outro, que não lembra o ano, e ao ser indagado sobre a divergência de placas nos referidos certificados, onde existia um com a placa PLO-1F19 e nos demais constava a placa PJC-4139, não soube explicar, conforme seu termo de interrogatório no auto de prisão em flagrante delito; CONSIDERANDO o parecer do Ministério Público, nos autos do Processo nº 0272097-37.2021.8.06.0001, na 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE, pugnando pela homologação do flagrante e concessão da liberdade provisória mediante pagamento de fiança, que foi acatado pelo MM Juiz de Direito da referida comarca, em decisão datada de 22/10/2021; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar por parte do militar acima mencionado, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, V, VI, VII, IX e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, XV e XVIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, I e III, c/c art. 13, § 1º, XIV e XVII, e §2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** de acordo com o art. 71, III, c/c art. 103 e ss., do mesmo código, em face do SD PM 33.246 FRANCISCO SÉRGIO PATRIOLINO FÉLIX NETO - MF: 308.864-4-5, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer nos quadros da Corporação Militar a qual pertence; II) **Designar a 3ª Comissão de Processos Regulares Militar (3ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOBM AFRÂNIO ARLEY FARIAS TEIXEIRA - MF: 110.515-1-0 (PRESIDENTE); TEN CEL QOPM RR DOMINGOS SÁVIO FERNANDES DE BRITO - MF: 098.128-1-4 (INTERROGANTE) e CAP QOAPM ÁUSTRIA CARLOS DA SILVA FERREIRA - MF: 108.528-1-1 (RELATORA E ESCRIVÃ), para instruir o



processo regular; e III) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 05 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº520/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 2101738184 que trata da Investigação Preliminar iniciada a partir da Comunicação Interna nº 112/2021, datada de 25/10/2021, oriunda da Coordenadoria de Inteligência (COINT/CGD), encaminhando o Relatório Técnico nº 118/2021, com informações acerca de ocorrência envolvendo o SD PM 27.501 WILLAMY FELIX AMARAL - MF: 304.786-1-4, informando que teriam atentado contra a vida do referido Soldado e que tentaram incendiar sua residência, localizada no bairro Serrinha, em Fortaleza/CE, CONSIDERANDO que com o prosseguimento das diligências, chegou a informação de que a tentativa de incêndio criminoso seria em retaliação à morte de um dos membros do grupo criminoso do bairro e que, supostamente, o mencionado policial militar fora apontado como suspeito; CONSIDERANDO que fora instaurado o Inquérito Policial nº 322-231/2021, para apurar a morte de Leandro Sales da Silva, que segundo os autos, encontrava-se numa festa de carnaval acompanhado da namorada, em via pública, no dia 14/02/2021, no Bairro Serrinha, em Fortaleza/CE, havendo uma discussão entre a vítima e um indivíduo que estava num veículo, tendo este sacado uma arma de fogo e efetuado disparos, atingindo Leandro que veio a óbito, tendo o SD PM FELIX sido identificado como o responsável pelos disparos, inclusive se apresentando na Delegacia de Homicídios/PCCE; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar por parte do militar acima mencionado, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, V, VI, VII, IX e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, XV, XVIII e XXXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, I e III, c/c art. 13, § 1º, XXX, XLIX e L, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** de acordo com o art. 71, III, c/c art. 103 e ss., do mesmo códex, em face do SD PM 27.501 WILLAMY FELIX AMARAL - MF: 304.786-1-4, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer nos quadros da Corporação Militar; II) **Designar a 8ª Comissão de Processo Regular Militar (8ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOPM JEILSON OLIVEIRA DE SOUSA - MF: 117.020-1-5 (PRESIDENTE); TEN-CEL QOPM CAIO LOURENÇO SERPA GARRIDO BRAGA - MF: 117.016-1-2 (INTERROGANTE) e 1ª TEN QOAPM JOSYANNE NAZARÉ TEIXEIRA COSTA - MF: 109.351-1-3 (RELATORA E ESCRIVÃ), para instruir o processo regular; e III) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 04 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº521/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 1903883978, que trata da Investigação Preliminar iniciada que trata do recolhimento do 1º SGT PM 16.505 RONALDO LOURENÇO DA SILVA - MF: 110.114-1-1, que foi recolhido no dia 27/04/2019, na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 2800, Bairro Itaperi, Fortaleza/CE, em virtude de ter sido preso e autuado em flagrante delito por infração ao art. 16 (Porte ilegal de arma de fogo) da Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento); CONSIDERANDO que o Inquérito Policial (IP) nº 134-287/2019, foi encaminhado a justiça, gerando o Processo nº 0128148-23.2019.8.06.0001, onde verifica-se que o Sargento retromencionado foi denunciado pelo Ministério Público/82ª Promotoria de Justiça de Fortaleza/CE, como incurso nas penas do art. 16, caput, da Lei nº 10.826/03 e art. 180 (Receptação) c/c o art. 69 (Concurso material) do Código Penal Brasileiro (CPB), que foi recebida pelo MM Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza/CE, conforme resultado de consulta ao Sistema do Tribunal de Justiça (e-SAJ/TJCE); CONSIDERANDO que a arma de fogo que, em tese, o SGT PM RONALDO portava se trata de uma Pistola, calibre .40, com número de série ilegível, e 11 (onze) unidade de munição intactas, conforme o Auto de Apresentação e Apreensão, constante do referido inquérito; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar por parte do militar acima mencionado, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, V, VI, VII, IX e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, XV e XVIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, III, c/c art. 13, § 1º, XLVIII e XLIX, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar CONSELHO DE DISCIPLINA** de acordo com o art. 71, II, c/c art. 88 e ss., do mesmo códex, em face do 1º SGT PM 16.505 RONALDO LOURENÇO DA SILVA - MF: 110.114-1-1, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer nos quadros da Corporação Militar; II) **Designar a 3ª Comissão de Processos Regulares Militar (3ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOBM AFRÂNIO ARLEY FARIAS TEIXEIRA - MF: 110.515-1-0 (PRESIDENTE); TEN CEL QOPM RR DOMINGOS SÁVIO FERNANDES DE BRITO - MF: 098.128-1-4 (INTERROGANTE) e CAP QOAPM ÁUSTRIA CARLOS DA SILVA FERREIRA - MF: 108.528-1-1 (RELATORA E ESCRIVÃ), para instruir o processo regular; e III) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 05 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº524/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 1909179164, que trata da Investigação Preliminar iniciada por suposta prática delitiva descrita no art. 315 (Uso de documento falso) do Código Penal Militar (CPM), atribuída ao 1º SGT PM 16.505 RONALDO LOURENÇO DA SILVA - MF: 110.114-1-1, pelo fato de ter apresentado, em tese, atestado médico falso para abonar suas faltas ao serviço nas datas de 26 e 27/08/2017, na cidade de Eusébio/CE; CONSIDERANDO que o SGT PM RONALDO apresentou reiteradamente atestados médicos, motivo pelo qual o Comandante da 1ª Cia/5ºBPM, resolveu oficiar à Diretora da Unidade de Atenção Primária em Saúde (UAPS) Luciano Torres de Melo, para verificar a autenticidade do último atestado médico apresentado pelo referido Sargento, quando se descobriu que tal documento era fraudulento; CONSIDERANDO que o SGT PM RONALDO foi denunciado por uso de documento falso na Ação Penal nº 0021252-87.2018.8.06.0001, em tramitação na Auditoria Militar do Estado do Ceará; CONSIDERANDO que consta no Sistema de Acompanhamento Policial Militar que o aludido policial militar encontra-se de Licença para Tratamento de Saúde (LTS); CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de



conduta capitulada como infração disciplinar por parte do militar acima mencionado, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, IX, X, XV e XVIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, III, c/c art. 13, § 1º, VI e, e XVII §2º, XX, XXVIII e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar CONSELHO DE DISCIPLINA** de acordo com o art. 71, II, c/c art. 88 e ss., do mesmo códex, em face do CB PM 27.247 **ALBERTO LIMA DA SILVA** - MF: 587.961-1-5, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer nos quadros da Corporação Militar; II) **Designar a 2ª Comissão de Processos Regulares Militar (2ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: CEL QOPM ARLINDO DA CUNHA MEDINA NETO - MF: 002.646-1-X (PRESIDENTE), TEN-CEL QOPM JOÃO MARCELO AMARO DE SOUSA - MF: 111.069-1-9; (INTERROGANTE) e CAP QOAPM ERILANE PEREIRA VAZ ROCHA - MF: 111.553-1-6 (RELATORA E ESCRIVÃ), para instruir o processo regular; III) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 05 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº525/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 2200861839, que trata do Ofício nº 087/2022/CPJM, oriundo do Coordenadoria de Polícia Judiciária Militar (CPJM/PMCE), encaminhando anexo o VÍPROC nº 00344052/2022, que trata do Ofício nº 037/2022, oriundo do Subcomando Geral da PMCE, o qual, por sua vez, encaminha o Relatório Técnico (RT) nº 26/2021, da lavra da Assessoria de Inteligência (ASINT/PMCE) que apontam indícios de transgressões disciplinares e crimes militares previsto no art. 251 (Estelionato em detrimentos da administração militar) e art. 324 (Inobservância da lei), envolvendo o CB PM 27.247 **ALBERTO LIMA DA SILVA** - MF: 587.961-1-5; CONSIDERANDO que o CB PM LIMA supostamente é professor de aulas em cursos preparatório para concursos públicos, sendo que em sua rede social existem vídeos em que o mesmo está ministrando aulas, sendo que em alguns deles inclusive faz flexões de braço, demonstrando saúde e vigor físico, em princípio incompatível para quem se encontra perante a administração pública militar rotineiramente enfermo, causando desfalques na escalada serviço, apresentando atestados médicos de diversas fontes e sob vários pretextos, conforme Relatório Situacional nº 01/2021-3ªCia/6ªBPM, o qual acompanha os autos; CONSIDERANDO que foi escrito, no dia 01/12/2021, no perfil público do Instagram @albertolimads: "O convite tá feito a você Futuro Soldado da PMPI. Bora pra cima!?", no contexto em que foi feita referência a um evento de nome "Revisão Mapeando Missão Final", que ocorreria no dia 04/12/2021, no SESC da Administração Regional do Estado do Piauí, onde está evidenciado na propaganda publicada o CB PM LIMA, sendo que na data do referido evento ele estaria de licença médica a partir de 22/11/2021, por 30 dias, publicada no Boletim Interno nº 23, de 30/11/2021, da 3ªCia/6ªBPM, havendo outras publicações referentes a realização de outros eventos e aulas, no mesmo período da citada licença médica, conforme consta no RT supramencionado; CONSIDERANDO que sobre o episódio foi instaurado Inquérito Policial Militar sob Portaria nº 124/2022-IPM-6ª BPM, onde o Presidente do feito, em seu relatório, apontou atos de improbidades administrativas praticados pelo Cabo em alusão e pela existência de indícios de crime militar, indiciando-o, como incurso nas penas do art. 251, § 3º, art. 324 e art. 9º, II, alínea "e", todos do Código Penal Militar (CPM); CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar por parte do militar acima mencionado, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, IX, X, XV e XVIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, III, c/c art. 13, § 1º, VI e XXI, e § 2º, XX, XXVIII e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar CONSELHO DE DISCIPLINA** de acordo com o art. 71, II, c/c art. 88 e ss., do mesmo códex, em face do CB PM 27.247 **ALBERTO LIMA DA SILVA** - MF: 587.961-1-5, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer nos quadros da Corporação Militar; II) **Designar a 2ª Comissão de Processos Regulares Militar (2ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: CEL QOPM ARLINDO DA CUNHA MEDINA NETO - MF: 002.646-1-X (PRESIDENTE), TEN-CEL QOPM JOÃO MARCELO AMARO DE SOUSA - MF: 111.069-1-9; (INTERROGANTE) e CAP QOAPM ERILANE PEREIRA VAZ ROCHA - MF: 111.553-1-6 (RELATORA E ESCRIVÃ), para instruir o processo regular; III) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 05 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº526/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 2202693623, que trata do Ofício nº 337/2022, oriundo do Subcomando Geral da Polícia Militar do Ceará, encaminhando o Ofício nº 0070/2022-Ajud-Sec/7ªBPM, o qual, traz em anexo o Boletim Interno nº 010/2022-7ªBPM, e Cópia do Termo de Deserção nº 001/2022-7ªBPM, do 3º SGT 23.228 IGOR SILVEIRA CAMERINO - MF: 302.858-1-6, no qual o referido Sargento foi declarado ausente a contar das 00hs do dia 28/02/2022, transcorrendo o prazo legal que caracteriza a deserção às 00hs do dia 08/03/2022, sem que o ausente se apresentasse espontaneamente ou fosse localizado, apesar das diligências realizadas, assim, consumando-se o crime de deserção, previsto no art. 187 do Código Penal Militar (CPM); CONSIDERANDO a informação prestada pelo Presídio Militar, por meio do ofício nº 265/2022, datado de 22/03/2022, informando que o SGT IGOR CAMERINO, pertencente ao efetivo do 7º BPM (Crateús/CE), foi recolhido ao Presídio Militar no dia 21/03/2022, mediante apresentação espontânea por ofensa ao art. 187 do CPM, sendo posto em liberdade no dia 27/04/2022, mediante Alvará de Soltura, expedido pela Auditoria Militar do Ceará; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar, por parte do militar acima mencionada, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, III, IV, V, VI, VII, IX e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, VI, VIII, IX, X, XIII, XV, XVIII e XXXVI, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, III, c/c art. 13, § 1º, VI e XLII, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar CONSELHO DE DISCIPLINA** de acordo com o art. 71, II, c/c art. 88 e ss., do mesmo códex, em face do 3º SGT 23.228 **IGOR SILVEIRA CAMERINO** - MF: 302.858-1-6, com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhe são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer nos quadros da Corporação Militar a qual pertence; II) **Designar a 7ª Comissão de Processos Regulares Militar (7ª CPRM)**, composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOPM JOSÉ FRANCINALDO GUEDES FREITAS ARAÚJO - MF: 127.015-1-9 (PRESIDENTE), 1º TEN QOAPM SAMUEL CARVALHO DE LIMA - MF: 106.888-1-7 (INTERROGANTE), e 1º TEN QOAPM WILTON FREIRES BARBOSA - MF: 106.977-1-9 (RELATOR E ESCRIVÃO), para instruir o processo regular; III) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 05 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **



PORTARIA CGD Nº527/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 2211473070, que trata da Investigação Preliminar iniciada instaurada para apurar estupro de vulnerável, supostamente ocorrido em 22/05/2021, por volta das 22h00, na cidade de Missão Velha/CE, tendo como vítima a menor de idade, L. B. L. S. e como investigado o SD PM 33.896 CLÓVIS EDUARDO JESUS SILVA - MF: 308.986-7-2; CONSIDERANDO que foi instaurado Inquérito Policial (IP) nº 488-734/2022, concluído com o indiciamento formal do referido policial militar nas tenazes do art. 217-A, §1º (Estupro de vulnerável), do Código Penal Brasileiro (CPB), gerando o Processo nº 0200669-94.2023.8.06.0301, na Vara Única da Comarca de Missão Velha/CE, conforme autorização de compartilhamento; CONSIDERANDO o teor do processo de SISPROC nº 2211466790, que trata da Investigação Preliminar iniciada instaurada para apurar estupro de vulnerável, supostamente ocorrido em 15/12/2021, por volta das 11h00, na cidade de Missão Velha/CE, tendo como vítima a menor de idade, P. E. R. S. e investigado o SD PM CLÓVIS; CONSIDERANDO que em torno do caso foi instaurado o IP nº 488-733/2022, concluído com o indiciamento do referido militar nas tenazes do art. 217 A, §1º (Estupro de vulnerável), do CPB, dando ensejo ao Processo nº 0200670-79.2023.8.06.0301, também na citada Comarca; CONSIDERANDO a juntada dos autos do SISPROC nº 2211466790, nos autos do SISPROC nº 2211473070, para fins de apuração única dos fatos imputados ao policial militar retromencionado, em razão da existência de elementos de autoria e materialidade de suposta continuidade de falta disciplinar referente ao investigado no IP nº 488-733/2022 e IP nº 488-734/2022; CONSIDERANDO que a documentação apresentada reuniu indícios de materialidade e autoria, demonstrando, em tese, a ocorrência de conduta capitulada como infração disciplinar, por parte da militar acima mencionada, passível de apuração a cargo deste Órgão de Controle Externo Disciplinar; CONSIDERANDO que os fatos em questão não preenchem, a priori, os pressupostos da Lei Estadual nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais (NUSCON), quanto a possibilidade de cabimento de mecanismo como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do Processo Disciplinar; CONSIDERANDO a tramitação prioritária dos procedimentos administrativos disciplinares envolvendo como vítimas crianças e adolescentes, disciplinada na Portaria CGD nº 526, publicada no DOE nº 233, de 23/11/2022; CONSIDERANDO que as mencionadas condutas, prima facie, violam os Valores Militares contidos no art. 7º, II, III, IV, V, VI, VII, IX, X e XI, e violam os Deveres Éticos constatações no art. 8º, II, IV, V, VI, VIII, IX, X, XIII, XV, XVIII, XXVII e XXXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, II e III, c/c art. 13, § 1º, XXX e XXXII, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM). RESOLVE: I) **Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** de acordo com o art. 71, III, c/c art. 103 e ss., do mesmo código, em face do SD PM 33.896 CLÓVIS EDUARDO JESUS SILVA - MF: 308.986-7-2, e **baixar a presente portaria** com o fim de apurar as condutas transgressivas que lhes são atribuídas, bem como, a incapacidade deste para permanecer nos quadros da Corporação Militar a qual pertence; II) **Designar a 7ª Comissão de Processos Regulares Militar (7ª CPMR)**, composta pelos **OFICIAIS**: TEN-CEL QOPM JOSÉ FRANCINALDO GUEDES FREITAS ARAÚJO - MF: 127.015-1-9 (PRESIDENTE), 1º TEN QOAPM SAMUEL CARVALHO DE LIMA - MF: 106.888-1-7 (INTERROGANTE), e 1º TEN QOAPM WILTON FREIRES BARBOSA - MF: 106.977-1-9 (RELATOR E ESCRIVÃO), para instruir o processo regular; III) CIENTIFICAR o Acusado e/ou seu(s) Defensor(es) que o afastamento funcional decorrente do art. 88, §6º, da Lei nº 13.407/2003 seguirá regulamentação constante no art. 5º e parágrafos da Instrução Normativa nº 14/2021, publicada no DOE nº 035, de 11/02/2021, e que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, de 27/01/2020, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO (CGD), em Fortaleza/CE, 05 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

PORTARIA CGD Nº529/2023 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA - EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I c/c Art. 6º da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 7º, inc. III, do Decreto nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30 de janeiro de 2020 c/c disposto na Portaria CGD nº 50/2021, publicada no DOE CE nº 035, de 11 de fevereiro de 2021 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO as informações contidas nos autos do SPU nº 2306073265, iniciado a partir de denúncia formulada pela Sra. Barbara Bastos Camilo noticiando ter sido vítima de agressões físicas e emocional por parte de seu ex-namorado o IPC WITEMBERG FERNANDES DA SILVA DIAS, em datas diversas, sendo o último episódio no dia 19.06.2023; CONSIDERANDO que após o registro da mencionada denúncia, foi elaborado Relatório Técnico nº 464/2023, pela Coordenadoria de Inteligência desta CGD, informando que além da denúncia presencial, a vítima teria registrado Boletim de Ocorrência nº 303-5414/2023 referente a agressões em data de 10.06.2023, além de novo Boletim de Ocorrência nº 303-5769/2023, registrado em 04.07.2023, relatando novas lesões corporais praticadas pelo policial civil contra sua ex-namorada; CONSIDERANDO que o Boletim de Ocorrência nº 303-5769/2023 gerou o Inquérito Policial nº 303-1378/2023, para apurar o cometimento de crime de lesão corporal no contexto de violência doméstica; CONSIDERANDO o laudo pericial nº 2023.0338169, indicando presença de equimose e abaulamento frontal à direita, equimose periorbitária à direita, escoriações faciais à direita e lateral cervical ipsilateral, equimose em placa na região lateral da coxa direita em terço distal, realizado em data de 04.07.2023; CONSIDERANDO que a conduta do servidor também pode configurar, em tese, os descumprimentos de deveres previstos no artigo 100, I e XII, bem como as transgressões disciplinares capituladas no artigo 103, alíneas “b”, “c”, “e”, XII, todos da Lei nº 12.124/93; CONSIDERANDO que a conduta objeto de apuração não preenche, a priori, os pressupostos legais para aplicação de mecanismos tais como ajustamento de conduta, mediação e suspensão do processo disciplinar, previstos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 16.039, de 28/06/2016, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Soluções Consensuais, que estabelece que a solução consensual no âmbito das atividades desenvolvidas por esta CGD poderá ser atendida quando inexistir: enriquecimento ilícito; efetiva lesividade ao erário, ao serviço ou aos princípios que regem a Administração Pública; dolo ou má-fé na conduta do servidor infrator; crime tipificado em lei quando praticado em detrimento do dever inerente ao cargo ou função, ou quando o crime for considerando de natureza grave, nos termos da legislação pertinente, notadamente, os definidos como crimes hediondos e assemelhados; e conduta atentatória aos direitos humanos fundamentais e de natureza desonrosa, e que não tenha sido condenado por outra infração disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos; CONSIDERANDO a tramitação prioritária dos procedimentos administrativos disciplinares envolvendo vítimas de violência doméstica disciplinada pela Portaria CGD nº 404/2022, publicada no DOE nº 176, de 30/08/2022. RESOLVE: I) **Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR e baixar a presente portaria** para apurar a conduta do Inspetor de Polícia Civil WITEMBERG FERNANDES DA SILVA DIAS, M.F. nº 300.736-1-4, em toda a sua extensão administrativa, ficando cientificado o acusado e/ou defensor legal que as decisões da CGD quanto a este Processo Regular serão publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará, de acordo com o art. 34º, § 2º do Decreto nº 33.447, publicado no DOE 021, de 30/01/2020, que aprova o Regimento Interno do Conselho de Disciplina e Correição dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário da CGD; II) **DETERMINAR o AFASTAMENTO PREVENTIVO** do referido **SERVIDOR** de suas funções, nos termos do artigo 18 e parágrafos, da Lei Complementar nº 98/2011, posto que os fatos que lhes são imputados, em tese, revestem-se de acentuado grau de reprovabilidade, sendo incompatíveis com a função pública, além de ser necessário à garantia da ordem pública e à correta aplicação da sanção disciplinar; III) **Designar a 2ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar**, formada pelos **DELEGADOS** de Polícia Civil Rafael Bezerra Cardoso, M.F. 133.857-1-8 (Presidente), Raul Tessius Soares (Membro) M.F. 198444-1-2 e Escrivão de Polícia Civil Cleodon Pereira Nobre Júnior, M.F. 197.583-1-1 (Secretário). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. GABINETE DO CONTROLADOR-GERAL DE DISCIPLINA, em Fortaleza, 06 de julho de 2023.

Vicente Alfeu Teixeira Mendes

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, EM EXERCÍCIO

*** **

CONSELHO DE DISCIPLINA E CORREÇÃO – CODISP

Acórdão nº 016/2023 - Rito: Art. 30, caput, da Lei Complementar nº 98/2011 e Anexo Único do Decreto nº 33.065/2019, de 10 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 33.447/2020, de 30 de janeiro de 2020. Recorrente: CB PM Marcos Aurélio Dantas dos Santos – M.F. nº 587.434-1-0 Recurso/Viproc nº 04658789/2023 Advogadas: Dra. Amanda Roberta de Oliveira Rodrigues – OAB/CE nº 41.983 e Dra. Natasha Duarte Sores – OAB/CE nº 42.561 Origem: Sindicância Administrativa sob SPU nº 210114057-2 EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. CRIME DE AMEAÇA. DESCUMPRIMENTO DE DEVERES FUNCIONAIS. ADMISSIBILIDADE RECURSAL. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR. LEI 13.407/2003. APLICAÇÃO DE PERMANÊNCIA DE 05 (CINCO) DIAS. SANÇÃO MANTIDA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. UNANIMIDADE VOTANTES. 1. Tratam-se os autos de Recurso Administrativo (Inominado) interposto com o escopo de reformar a sanção de 05 (cinco) dias de Permanência Disciplinar aplicada em face do policial militar CB PM Marcos Aurélio Dantas dos Santos – M.F. nº 587.434-1-0; 2. Razões recursais: A defesa negou com veemência as acusações ora imputadas. Requeru a absolvição e arquivamento do processo; 3. Inocorrência de Prescrição. Processo e julgamento pautados nos princípios que regem o devido processo legal. Conjunto probatório suficiente para demonstrar as transgressões objeto da acusação. Argumentos defensivos incapazes de mudar a decisão que aplicou a sanção de



05 (cinco) dias de Permanência Disciplinar em face do recorrente; 4 - Recurso conhecido e improvido, no sentido de manter a sanção 05 (cinco) dias de Permanência Disciplinar em face do militar CB PM Marcos Aurélio Dantas dos Santos – M.F. nº 587.434-1-0, nos termos do voto do relator. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, DECIDE o Conselho de Disciplina e Correição-CODISP/CGD conhecer do Recurso e, por unanimidade dos votantes, negar-lhe provimento, observado o disposto no Art. 30, caput, da Lei Complementar nº 98/2011 e no Anexo Único do Decreto nº 33.447/2020, de 30 de janeiro de 2020, no sentido de manter a sanção de 05 (cinco) dias de Permanência Disciplinar aplicada em face do recorrente CB PM Marcos Aurélio Dantas dos Santos – M.F. nº 587.434-1-0, nos termos do presente acórdão. Fortaleza – CE, 03 de julho de 2023.

Rodrigo Bona Carneiro

PRESIDENTE DO CONSELHO DE DISCIPLINA E CORREIÇÃO DA
CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0129/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21, § 1º, inciso X, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno), publicado no D.O.E. em 14.12.2022. CONSIDERANDO o disposto no art. 47 da Lei Nº 17.091, de 14 de novembro de 2019 (D.O.E. de 18.11.2019); nos arts. 75, 76, 77, 78 e 79 da Resolução nº 698, de 31 de outubro de 2019, publicada no D.O.E. de 08.11.2019; nos arts. 4º e 5º da Resolução Nº 703, de 12 de março de 2020 (D.O.E. de 24.03.2020); e nos arts 132, IV e 135 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (D.O.E. de 25.05.1974). RESOLVE: Art. 1º. Fica **excluído do Grupo de trabalho**, a partir de 26 de maio de 2023, o **NOME**, com a respectiva função, constante do Anexo Único deste Ato. Publique-se. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 30 dias do mês de junho de 2023.

Deputado Evandro Leitão

PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0129/2023

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRUPO DE TRABALHO	Nº DO ATO
37904	FRANCISCA GEOMACIA PINHEIRO ALMEIDA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO EDUCACAO CONTINUADA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC	046/2023

*** **

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0130/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21, § 1º, inciso X, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno), publicado no D.O.E. em 14.12.2022. CONSIDERANDO o disposto no art. 47 da Lei Nº 17.091, de 14 de novembro de 2019 (D.O.E. de 18.11.2019); nos arts. 75, 76, 77, 78 e 79 da Resolução nº 698, de 31 de outubro de 2019, publicada no D.O.E. de 08.11.2019; nos arts. 4º e 5º da Resolução Nº 703, de 12 de março de 2020 (D.O.E. de 24.03.2020); e nos arts 132, IV e 135 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (D.O.E. de 25.05.1974). RESOLVE: Art. 1º. Ficam **excluídos dos Programas e Grupos de trabalho**, a partir de 31 de maio de 2023, os **NOMES**, com as respectivas funções, constantes do Anexo Único deste Ato. Publique-se. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 30 dias do mês de junho de 2023.

Deputado Evandro Leitão

PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0130/2023

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRUPO DE TRABALHO	Nº DO ATO
29498	ALEXANDRE BARBOSA CALADO	COORDENADOR NIVEL III	GRUPO DE TRABALHO SISTEMA DE GESTAO DA QUALIDADE - PROCON	015/2023
22991	ANA CRISTINA ANDRADE SOUSA	SUPERVISOR NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO ACOES PARA ADESAO AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	040/2023
10241	ANA MARIA FERREIRA DE FREITAS	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTACAO DO PLANO ESTRATEGICO NAS AREAS PRIORIZADAS	095-2023
36831	ANTONIO EDSON DA SILVA LIMA	SUPERVISOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO IMPLANTACAO DO SELO ESG NA GESTAO PUBLICA DOS MUNICIPIOS	041/2023
32064	ANTONIO JAIRO DO NASCIMENTO FREITAS	SUPERVISOR NIVEL III	GRUPO DE TRABALHO PESQUISA E INOVACAO	011/2023
3966	ANTONIO MARCOS RABELO SILVA	COORDENADOR NIVEL I	GRUPO DE TRABALHO REVISAO E INTERPRETACAO DOS LIMITES E CONFRONTACOES DOS MUNICIPIOS E DISTRITOS DO ESTADO DO CEARA E LIMITES INTERESTADUAIS	017/2023
31111	BRUNA RODRIGUES DE SOUSA	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO OBSERVATORIO DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER	030/2023
38366	CAMILA SA DE CARVALHO MOTTA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO SISTEMATIZACAO DO MONITORAMENTO DE ACOES E A VALIDACAO DE RESULTADOS DO ALECE 2030	095-2023
38386	CARLOS JARDEL FERNANDES DE SOUZA ANASTACIO	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO SISTEMATIZACAO DO MONITORAMENTO DE ACOES E A VALIDACAO DE RESULTADOS DO ALECE 2030	095-2023
23728	CHAILINE AGUIAR SILVEIRA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO FOMENTO A FORMACAO E CAPACITACAO DE LIDERANCAS LOCAIS	038/2023
37201	CRISTINA MARIA PINHEIRO CAVALCANTE	SUPERVISOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRATICAS DE SUSTENTABILIDADE NO LEGISLATIVO	040/2023
38219	DANIEL ROSA ALVARES	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO IMPLANTACAO DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA QUALIDADE - PROCON	035/2023
37881	ERICA RENATA DOS SANTOS DA SILVA	COORDENADOR NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO EDUCACAO CONTINUADA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC	046/2023
38379	FABIANA FRANCISCA DE JESUS CARVALHO	SUPERVISOR NIVEL III	GRUPO DE TRABALHO PREVENCAO E COMBATE A VIOLENCIA CONTRA A MULHER	010/2023
34879	FRANCISCA LEIDIANE PEREIRA MEDEIROS	ASSESSOR TECNICO NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTACAO DO PLANO ESTRATEGICO NAS AREAS PRIORIZADAS	095-2023
35520	FRANCISCO JOSE COSTA SOARES FILHO	COORDENADOR NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO ANALISE DE DADOS REFERENTE A DENUNCIAS	034/2023
24253	FRANCISCO MARCIO DE LIMA PEREIRA	COORDENADOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO	045/2023
34017	HANDSON FELIPE SILVA	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO ALCANCE EAD	033/2023
9592	JOAO BOSCO RODRIGUES FERNANDES	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL III	GRUPO DE TRABALHO MODERNIZACAO DA OUVIDORIA PARLAMENTAR	016/2023
37603	JOAO LINCOLN DE OLIVEIRA SOUSA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL II	GRUPO DE TRABALHO PROJETO ALCANCE	013/2023
38006	JOAO VICTOR REBOUCAS DE LIMA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO SISTEMATIZACAO DE DADOS DE POLITICAS PUBLICAS	047/2023
20803	JOAQUIM LIMA JUNIOR	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO IMPLANTACAO DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA QUALIDADE - PROCON	035/2023
37960	JOE ONOFRE LOSSIO	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO SISTEMATIZACAO DE DADOS DE POLITICAS PUBLICAS	047/2023
19951	JOSE LEOMAR LUIS DE SOUSA	COORDENADOR NIVEL III	GRUPO DE TRABALHO MODERNIZACAO DA OUVIDORIA PARLAMENTAR	016/2023
26644	JOSE RENAN FEITOSA	SUPERVISOR NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO ALCANCE ENEM	033/2023

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRUPO DE TRABALHO	Nº DO ATO
25057	JUAN MARTIN RICHARDSON GOMES	SUPERVISOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO ESTUDO E FISCALIZACAO DE POLITICAS PUBLICAS NA AREA DE SAUDE	045/2023
27795	LINO ROCHA ALBANO	SECRETARIO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO MELHORIA DOS CANAIS DE OUVIDORIA	036/2023
38227	LUCAS SARAIVA LEITE COSTA	SUPERVISOR NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO ESTUDOS SOBRE POLITICAS E DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS DE GOVERNANCA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC	046/2023
37950	LUCIA BERNARDO COSTA SILVA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO EDICAO E PRODUCAO GRAFICA	047/2023
21275	LUZIA GEOVANA MAGALHAES DIAS ALMEIDA	SUPERVISOR NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO CONCIENTIZACAO DE CONSUMIDORES SOBRE SEUS DIREITOS E GARANTIAS	034/2023
37768	MARIA CILDA SALDANHA FREIRE	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL I	GRUPO DE TRABALHO PROGRAMA E-DEMOCRACIA	023/2023
38091	MARIA VANDA DE OLIVEIRA BORGES	COORDENADOR NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO PROMOCAO DE DEBATES E MOBILIZACAO SOCIAL	047/2023
35451	MARIO DE SOUSA PINHEIRO	COORDENADOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO IMPLANTACAO DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA QUALIDADE - PROCON	035/2023
4716	MONICA COUCEIRO DE MEDEIROS	COORDENADOR NIVEL III	GRUPO DE TRABALHO PROGRAMA E-DEMOCRACIA	023/2023
37884	PAULO CESAR FERREIRA FREITAS	COORDENADOR NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO PROMOCAO DE DEBATES E MOBILIZACAO SOCIAL	047/2023
26177	PENHA THAMIRIS CAVALCANTE DIOGENES	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	GRUPO DE TRABALHO SISTEMA DE GESTAO DA QUALIDADE - PROCON	015/2023
9551	RAISSA VASCONCELOS MONTENEGRO FALANGA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL III	GRUPO DE TRABALHO PROMOCAO DO EMPREENDEDORISMO INDIVIDUAL	022/2023
24454	SHERYDA MACEDO BATISTA VELOSO	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL I	GRUPO DE TRABALHO AGENDA 2030	021/2023
38384	THIAGO GIL DE FREITAS	SUPERVISOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO	045/2023
17541	THICIANA PAULINO FONTENELE MARTINS	COORDENADOR NIVEL III	GRUPO DE TRABALHO GOVERNANCA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC	026/2023
20831	VANIA SANTOS DE ANDRADE SOUSA	SUPERVISOR NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO ACOES PARA ADESAO AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	040/2023
38100	VITORIA DE SOUSA MORAIS RODRIGUES	SUPERVISOR NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO ESTUDOS SOBRE POLITICAS E DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS DE GOVERNANCA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC	046/2023
37102	ZILDA MAURIZIA FERNANDES DE LIMA	SUPERVISOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO CURSOS DE POS-GRADUACAO	032/2023

*** **

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0132/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no art. 21, § 1º, inciso X, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno), publicado no D.O.E. em 14.12.2022. CONSIDERANDO o disposto no art. 47 da Lei Nº 17.091, de 14 de novembro de 2019 (D.O.E. de 18.11.2019); nos arts. 75, 76, 77, 78 e 79 da Resolução nº 698, de 31 de outubro de 2019, publicada no D.O.E. de 08.11.2019; nos arts. 4º e 5º da Resolução Nº 703, de 12 de março de 2020 (D.O.E. de 24.03.2020); e nos arts 132, IV e 135 da Lei nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (D.O.E. de 25.05.1974). RESOLVE: Art. 1º. Ficam designados para **compor Programas e Grupos de trabalho**, a partir de 1º de junho de 2023, os **NOMES**, com as respectivas funções, constantes do Anexo Único deste Ato, sendo-lhe concedida, pelo respectivo exercício dessas funções de natureza comissionada, a gratificação prevista no art. 47 da Lei Nº 17.091, de 14 de novembro de 2019 (D.O.E. de 18.11.2019). Art. 2º. A gratificação prevista no Art. 1º deste Ato tem caráter temporário, sendo devida somente durante o efetivo exercício das atividades de apoio e assessoramento técnico e administrativo, e nos afastamentos previstos no inciso I a III, X, XII, XIII e XV do Art. 68 da Lei nº 9.826, de 14.05.1974, e não será considerada, computada ou acumulada para fins de concessão ou cálculo de vantagens financeiras de qualquer natureza, não sendo devida, pelo exercício da função gratificada, a gratificação prevista no Art. 3º da Lei Nº 12.984, de 19 de dezembro de 1999. Art. 3º. Este Ato terá vigência com sua publicação e efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2023. Publique-se. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 30 dias do mês de junho de 2023.

Deputado Evandro Leitão
PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0132/2023

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRUPO DE TRABALHO	Nº DO ATO
22991	ANA CRISTINA ANDRADE SOUSA	COORDENADOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO ACOES PARA ADESAO AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	040/2023
10241	ANA MARIA FERREIRA DE FREITAS	SUPERVISOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTACAO DO PLANO ESTRATEGICO NAS AREAS PRIORIZADAS	095-2023
38500	ANA PAULA DOS SANTOS BARBOSA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
27732	ANASTACIO HELIO MELO FEITOSA	SUPERVISOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
003966	ANTONIO MARCOS RABELO SILVA	SUPERVISOR NIVEL III	GRUPO DE TRABALHO REVISAO E INTERPRETACAO DOS LIMITES E CONFRONTACOES DOS MUNICIPIOS E DISTRITOS DO ESTADO DO CEARA E LIMITES INTERMUNICIPAIS	017/2023
038366	CAMILA SA DE CARVALHO MOTTA	SUPERVISOR NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO SISTEMATIZACAO DO MONITORAMENTO DE ACOES E A VALIDACAO DE RESULTADOS DO ALECE 2030	095-2023
038386	CARLOS JARDEL FERNANDES DE SOUZA ANASTACIO	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO SISTEMATIZACAO DO MONITORAMENTO DE ACOES E A VALIDACAO DE RESULTADOS DO ALECE 2030	095-2023
023728	CHAILINE AGUIAR SILVEIRA	SUPERVISOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO FOMENTO A FORMACAO E CAPACITACAO DE LIDERANCAS LOCAIS	038/2023
037201	CRISTINA MARIA PINHEIRO CAVALCANTE	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO PRATICAS DE SUSTENTABILIDADE NO LEGISLATIVO	040/2023
038219	DANIEL ROSA ALVARES	COORDENADOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO IMPLANTACAO DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA QUALIDADE - PROCON	035/2023
024900	ELANE LUCENA DE AQUINO	SUPERVISOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
037881	ERICA RENATA DOS SANTOS DA SILVA	SUPERVISOR NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO EDUCACAO CONTINUADA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC	046/2023
038498	ERIVANDA CIRIACO ARAUJO	SUPERVISOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
038379	FABIANA FRANCISCA DE JESUS CARVALHO	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	GRUPO DE TRABALHO PREVENCAO E COMBATE A VIOLENCIA CONTRA A MULHER	010/2023
038495	FERNANDA THAIS MARQUES DOS SANTOS	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
038515	FRANCISCO ALVES DA COSTA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
038438	FRANCISCO EDCARLOS DE SOUZA BRITO	SUPERVISOR NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
037684	FRANCISCO JOSE CORREIA DIAS	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
038508	FRANCISCO LINDEMBERG MAGALHAES SILVA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023



MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRUPO DE TRABALHO	Nº DO ATO
038504	FRANCISCO LUCIANO DE ALMEIDA COSTA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
002943	GISELE DE VASCONCELOS PACHECO FONTENELE	SUPERVISOR NIVEL I	GRUPO DE TRABALHO PROJETO ALCANCE	013/2023
034017	HANDSON FELIPE SILVA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO ALCANCE EAD	033/2023
038494	HILDA ELLEN VERAS DE ANDRADE	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
009592	JOAO BOSCO RODRIGUES FERNANDES	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	GRUPO DE TRABALHO MODERNIZACAO DA OUVIDORIA PARLAMENTAR	016/2023
038006	JOAO VICTOR REBOUCAS DE LIMA	SUPERVISOR NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO SISTEMATIZACAO DE DADOS DE POLITICAS PUBLICAS	047/2023
020803	JOAQUIM LIMA JUNIOR	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO IMPLANTACAO DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA QUALIDADE - PROCON	035/2023
019951	JOSE LEOMAR LUIS DE SOUSA	COORDENADOR NIVEL I	GRUPO DE TRABALHO MODERNIZACAO DA OUVIDORIA PARLAMENTAR	016/2023
038510	JOSE MAURICIO FELIX DE MORAIS	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
026644	JOSE RENAN FEITOSA	COORDENADOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO ALCANCE ENEM	033/2023
038502	JULIO CESAR SILVA DE ANDRADE	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
002708	KELLY LIMA ABREU	SUPERVISOR NIVEL III	GRUPO DE TRABALHO PESQUISA E INOVACAO	011/2023
027795	LINO ROCHA ALBANO	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO MELHORIA DOS CANAIS DE OUVIDORIA	036/2023
038227	LUCAS SARAIVA LEITE COSTA	COORDENADOR NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO ESTUDOS SOBRE POLITICAS E DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS DE GOVERNANCA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC	046/2023
037950	LUCIA BERNARDO COSTA SILVA	SUPERVISOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO EDICAO E PRODUCAO GRAFICA	047/2023
021275	LUZIA GEOVANA MAGALHAES DIAS ALMEIDA	COORDENADOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO CONCIENTIZACAO DE CONSUMIDORES SOBRE SEUS DIREITOS E GARANTIAS	034/2023
009936	MARIA CRERINEUMA DE OLIVEIRA SILVA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
036740	MARIA EDIENE MONTEIRO DO NASCIMENTO DE CASTRO	SUPERVISOR NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
036744	MARIA LAIZA DE ALENCAR MARTINS	ASSESSOR TECNICO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
038505	MARIA ROSANGELA DA SILVA ALMEIDA	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
038091	MARIA VANDA DE OLIVEIRA BORGES	SUPERVISOR NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO PROMOCAO DE DEBATES E MOBILIZACAO SOCIAL	047/2023
035451	MARIO DE SOUSA PINHEIRO	COORDENADOR NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO IMPLANTACAO DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA QUALIDADE - PROCON	035/2023
034467	MERCYA PINHEIRO PAULINO	SECRETARIO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
036743	NEUMANY KELLEN LIMA ALCANTARA	ASSESSOR TECNICO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
037884	PAULO CESAR FERREIRA FREITAS	SUPERVISOR NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO PROMOCAO DE DEBATES E MOBILIZACAO SOCIAL	047/2023
020652	PRISCILLA CAVALCANTE PEIXOTO DO AMARAL	ASSESSOR TECNICO NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
038503	PRISCILLA DE SOUSA PARENTE RODRIGUES	MEMBRO EXECUTIVO NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
038509	REBECA BONFIM CLAUDINO SALES	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
038511	REJANE MARIA GURGEL ARRUDA	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
036745	ROBERTA MARIA ROCHA DOS ANJOS	ASSESSOR TECNICO NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
024454	SHERYDA MACEDO BATISTA VELOSO	COORDENADOR NIVEL III	GRUPO DE TRABALHO AGENDA 2030	021/2023
006400	SONIA MARIA PINHEIRO DE FREITAS	COORDENADOR NIVEL III	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
031847	TARCISIA DE SOUZA ALVES	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
038384	THIAGO GIL DE FREITAS	ASSESSOR TECNICO NIVEL II	SUBGRUPO DE TRABALHO	045/2023
015833	VALTER PINHEIRO HOLANDA	COORDENADOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
020831	VANIA SANTOS DE ANDRADE SOUSA	COORDENADOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO ACOES PARA ADESAO AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	040/2023
038512	VICTORIA REGIA DA SILVA SOARES	SUPERVISOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO PRODUCAO LEGISLATIVA MUNICIPAIS	111-2023
038100	VITORIA DE SOUSA MORAIS RODRIGUES	COORDENADOR NIVEL I	SUBGRUPO DE TRABALHO ESTUDOS SOBRE POLITICAS E DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS DE GOVERNANCA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC	046/2023

*** **

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0134/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência prevista no art. 21, § 1º, inciso X, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno), publicado no D.O.E. em 14.12.2022. CONSIDERANDO anecessidade de realização de atividades de especial relevância ou complexidade pelos ocupantes de cargos e funções desta Assembleia Legislativa que não integrem suas atribuições rotineiras; CONSIDERANDO que tais atividades exigem dedicação diferenciada, com o objetivo de cumprir o múnus público desta Casa Legislativa com eficiência e qualidade; CONSIDERANDO o disposto nos arts. 132, IV, e 135, da Lei nº 9.826, de 14.05.1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará); no Ato Deliberativo Nº 880, 19 de fevereiro de 2020 (D.O.E. de 21.02.2020); e no art. 31 da Lei Nº 17.091, de 14 de novembro de 2019 (D.O.E. de 18.11.2019). RESOLVE: Art. 1º. Designar os **SERVIDORES** constantes do Anexo Único deste Ato para **integrar as respectivas Equipes de Trabalho**. Art. 2º Fica concedida aos servidores integrantes da Equipe de Trabalho, referida no art. 1º deste Ato, a **gratificação** (GTTR) a que alude o art. 31 da Lei Nº 17.091, de 14 de novembro de 2019 (D.O.E. de 18.11.2019) e os arts. 132, IV, e 135, da Lei nº 9.826, de 14.05.1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará); nos valores indicados no Anexo Único deste Ato, a partir de 1º de junho de 2023. Art. 3º A gratificação prevista no art. 2º deste Ato tem prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada por igual período, por Ato da Presidência, na forma do Ato Deliberativo Nº 880, 19 de fevereiro de 2020 (D.O.E. de 21.02.2020), sendo devida somente durante o efetivo exercício do trabalho relevante e nos afastamentos previstos no inciso I a III, X, XII, XIII e XV, do art. 68, da Lei Estadual nº 9.826, de 14.05.1974, e não será considerada, computada ou acumulada para fins de concessão ou cálculo de vantagens financeiras de qualquer natureza. Art. 4º A gratificação a que se refere o art. 2º deste Ato não integra a base de contribuição, para fins de aposentadoria, nos termos do art. 5º, § 2º, da Lei Estadual nº 13.578/2005. Art. 5º Este Ato terá vigência com sua publicação e efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 2023. Publique-se. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 30 dias do mês de junho de 2023.

Deputado Evandro Leitão
PRESIDENTE



ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA PRESIDÊNCIA Nº0134/2023

MATRÍCULA	NOME	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	EQUIPE DE TRABALHO	Nº DO ATO
27970	AURORA RAQUEL LIMA DE SOUSA	GTTR NIVEL ESTRATEGICO II	6000,00	EQUIPE DE TRABALHO DE FOMENTO A NOVAS TECNOLOGIAS E INOVACAO NA AREA DE SAUDE NO AMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	955/2023
31111	BRUNA RODRIGUES DE SOUSA	GTTR NIVEL ESTRATEGICO III	4000,00	EQUIPE DE TRABALHO DA NOVA LEI DE LICITACAO E CONTRATO	928/2023
38513	CLEONICE BARBOSA DE LIMA	GTTR NIVEL ESTRATEGICO I	9000,00	EQUIPE DE TRABALHO PARA ACOMPANHAR A IMPLEMENTACAO, O DESENVOLVIMENTO, A MELHORIA E A GESTAO PERMANENTE DO PROCESSO LEGISLATIVO VIRTUAL-PROLEGIS NO AMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	949/2023
614	FRANCISCO CESAR OLIVEIRA DE SOUZA	GTTR NIVEL OPERACIONAL I	1600,00	EQUIPE DE TRABALHO PARA ACOMPANHAR A IMPLEMENTACAO, O DESENVOLVIMENTO, A MELHORIA E A GESTAO PERMANENTE DO PROCESSO LEGISLATIVO VIRTUAL-PROLEGIS NO AMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	949/2023
8088	FRANCISCO DENIS FONTENELE VERAS	GTTR NIVEL ESTRATEGICO I	9000,00	EQUIPE DE TRABALHO PARA ACOMPANHAR A IMPLEMENTACAO, O DESENVOLVIMENTO, A MELHORIA E A GESTAO PERMANENTE DO PROCESSO LEGISLATIVO VIRTUAL-PROLEGIS NO AMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	949/2023
1220	MARIA TERESA MORAES RIBEIRO DIOGENES	GTTR NIVEL ESTRATEGICO I	9000,00	EQUIPE DE TRABALHO PARA ACOMPANHAR O PROJETO ALECE COMUNICA NO AMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	936/2023
34599	REGINA CELIA PEIXOTO MOREIRA	GTTR NIVEL ESTRATEGICO III	4083,00	EQUIPE DE TRABALHO PARA ACOMPANHAR A IMPLEMENTACAO, O DESENVOLVIMENTO, A MELHORIA E A GESTAO PERMANENTE DO PROCESSO LEGISLATIVO VIRTUAL-PROLEGIS NO AMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	949/2023
4112	SONIA MARIA PINHEIRO	GTTR NIVEL ESTRATEGICO II	6854,81	EQUIPE DE TRABALHO PARA COORDENAR O ACOMPANHAMENTO DO PROJETO MODERNIZACAO DA ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE NO AMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	952/2023

*** **

ATO DA MESA DIRETORA

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21, § 1º, inciso X, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno), publicado no D.O.E. em 14.12.2022. RESOLVE **exonerar** os **SERVIDORES** constantes do Anexo Único deste Ato dos cargos de provimento em comissão integrantes da estrutura organizacional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, nos termos nos arts. 47 e 48 da Lei Nº 17.091, de 14 de novembro de 2019 (D.O.E. de 18.11.2019); e no art. 71 da Resolução nº 698, de 31 de outubro de 2019, publicadano D.O.E. de 08.11.2019, a partir de 31 de maio de 2023 PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 30 dias do mês de junho do ano de 2023.

Deputado Evandro Leitão
PRESIDENTE
Deputado Fernando Santana
1º VICE – PRESIDENTE
Deputado Osmar Baquit
2º VICE – PRESIDENTE
Deputado Dannel Oliveira
1º SECRETÁRIO
Deputada Juliana Lucena
2ª SECRETÁRIA
Deputado João Jaime
3º SECRETÁRIO
Deputado Dr. Oscar Rodrigues
4º SECRETÁRIO



ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA MESA DIRETORA

MATRÍCULA	NOME	CARGO	SIMBOLOGIA	ÓRGÃO
2943	GISELE DE VASCONCELOS PACHECO FONTENELE	ORIENTADOR DA CEL DE NUTRICAO	AL003	CELULA DE NUTRICAO
19764	HARLLANE JOSANIA DE SOUSA SANTANA	ORIENT CEL MODERNIZACAO ADM	AL003	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
4112	SONIA MARIA PINHEIRO	ASS TEC I	AL002	DIRETORIA GERAL
15833	VALTER PINHEIRO HOLANDA	ASS TEC III	AL005	3ª SECRETARIA

*** **

ATO DA MESA DIRETORA

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21, § 1º, inciso X, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno), publicado no D.O.E. em 14.12.2022. RESOLVE **nomear** os **SERVIDORES** constantes do Anexo Único deste Ato para os cargos de provimento em comissão integrantes da estrutura organizacional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, nos termos nos arts. 47 e 48 da Lei Nº 17.091, de 14 de novembro de 2019 (D.O.E. de 18.11.2019); e no art. 71 da Resolução nº 698, de 31 de outubro de 2019, publicada no D.O.E. de 08.11.2019, e suas alterações, a partir de 1º de junho de 2023. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 30 dias do mês de junho do ano de 2023.

Deputado Evandro Leitão
PRESIDENTE
Deputado Fernando Santana
1º VICE – PRESIDENTE
Deputado Osmar Baquit
2º VICE – PRESIDENTE
Deputado Dannel Oliveira
1º SECRETÁRIO
Deputada Juliana Lucena
2ª SECRETÁRIA
Deputado João Jaime
3º SECRETÁRIO
Deputado Dr. Oscar Rodrigues
4º SECRETÁRIO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DA MESA DIRETORA

MATRÍCULA	NOME	CARGO	SIMBOLOGIA	ÓRGÃO
31111	BRUNA RODRIGUES DE SOUSA	ASS TEC III	AL005	3ª SECRETARIA
38513	CLEONICE BARBOSA DE LIMA	ASS TEC III	AL005	PROCURADORIA - GERAL
8088	FRANCISCO DENIS FONTENELE VERAS	ORIENT CEL MODERNIZACAO ADM	AL003	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
34599	REGINA CELIA PEIXOTO MOREIRA	ORIENTADOR DA CEL DE NUTRICAO	AL003	CELULA DE NUTRICAO

*** **

PORTARIA Nº642/2023 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 270, de 30 de setembro de 1991, no seu art. 1º, inciso XIII, combinado com o art. 67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. RESOLVE: **Designar** o servidor **JOÃO VITOR CARVALHO LEITÃO**, matrícula nº 035.776, para atuar como gestor do Contrato nº 36/2023, firmado com a empresa SOLUTER SERVICE ELETRICIDADE LTDA, cujo objeto deste termo é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE RETIRADA DE UM TRANSFORMADOR DE 300KVA, INSTALAÇÃO DE UM TRANSFORMADOR PROVISÓRIO NA SUBESTAÇÃO ELÉTRICA E ALUGUEL DE UM TRANSFORMADOR 300 KVA, POR UM PRAZO MÁXIMO 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS E ININTERRUPTOS, DE MODO A SUPRIR, DE FORMA EMERGENCIAL, AS NECESSIDADES DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO EDIFÍCIO DEPUTADO FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE - ANEXO III DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ – ALECE. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

PORTARIA Nº646/2023 - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 270, de 30 de setembro de 1991, no seu art. 1º, inciso XIII, combinado com o art. 67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. RESOLVE: 1.1. **Designar** o servidor **DANIEL SAMPAIO DE SOUSA**, matrícula nº 021.874, para, sem prejuízo das funções de seu cargo e demais atividades funcionais, exercer a função de gestor do Contrato nº 35/2023, firmado com a FUNDAÇÃO DEMOCRITO ROCHA, cujo objeto é o PATROCÍNIO, por meio de apoio financeiro ao Projeto “MOVIMENTO EMPREENDER 2023: A HORA E A VEZ DOS PEQUENOS NEGÓCIOS”. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº09/2023

O presente APOSTILAMENTO tem como objetivo realizar a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, definida no CONTRATO Nº 09/2023, registrado e publicado por parte desta Administração, o qual é oriundo do Edital de Licitação nº 180/2022, Termo Justificativo de Inexigibilidade de Licitação Processo Administrativo nº 09681/2022 e seus ANEXOS. 1. DO FUNDAMENTO: Tem como fundamento legal o OFÍCIO oriundo da Diretoria de Departamento Financeiro, Nº 00183/2023, datado de 13/06/2023, tendo como base a Nova Lei Orçamentária Anual, que alterou o código das Dotações Orçamentárias dentro do Estado do Ceará, bem como o que se encontra previsto no inciso V do artigo 55 da Lei 8.666/93 e suas atualizações posteriores, in verbis: Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...] V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; [...] 1.1. Ressalta-se, aqui, que as alterações das dotações orçamentárias, que se encontram definidas na LOA, não se caracterizam uma alteração do contrato mas, apenas uma adequação à nova foma da Classificação Orçamentária definida na LOA. Neste mister assim esclarece § 8º do artigo 65, da Lei 8.666/93 e suas atualizações posteriores, como segue: Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: [...] § 8º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento. 2. O contrato 09/2023, define, na sua Cláusula Sétima, a Dotação Orçamentária, para a despesa conforme segue: 7.0. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS 7.1. Os recursos financeiros correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: • 01100001010312592033615000033904000000200 - Serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação. 3. Consoante os termos do Art. 55, do Inciso V, da Lei 8.666/93, a classificação será alterada, eis que se trata de cláusula necessária, in verbis: Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: [...] V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; (grifamos) [...] 4. Ante ao exposto, na Cláusula Sétima do Contrato nº 09/2023, oriundo do Edital de Licitação nº 180/2022 – Termo Justificativo de Inexigibilidade de Licitação, o qual define a Dotação Orçamentária, passará a ter a seguinte redação: 7.0. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS 7.1. Os recursos financeiros correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: • 011000000.001.01.01.031.259.20336.0.1.5.00.9.100000.3.3.90.40.15.2.1.0.000.E0000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica (GRIFAMOS) ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

08º TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
PROCESSOS Nº09956/2019 E 06802/2023

A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições, declara o **CREDENCIAMENTO**, por meio do TERMO JUSTIFICATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 200/2019 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 200/2019, da empresa **AUTLOC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 06.951.836/0001-58, sediada à Av. Dom Aluísio A. dos Santos, 671, Nossa Senhora da Conceição, Morada Nova/CE, CEP 62.940-000, representada neste ato por José Weder Basílio Rabelo, CPF nº 485.227.833-49, para a prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, com vistas a atender aos (as) Senhores (as) Parlamentares desta Casa Legislativa no exercício de seus mandatos. GESTOR: PAULO HENRIQUE PARENTE NEIVA SANTOS, matrícula: 34509. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data desta publicação. SIGNATÁRIOS: Sávia Maria de Queiroz Magalhães, diretora geral, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e José Weder Basílio Rabelo, pela empresa AUTLOC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

11º TERMO DE CREDENCIAMENTO DE DOCENTES (PROGRAMA ALCANCE - ENEM)
PROCESSOS Nº00168/2022 E 03565/2023

A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições, declara o **CREDENCIAMENTO**, por meio do TERMO JUSTIFICATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2022 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2022, de **DAVID GONÇALVES MACHADO MAGNO E SILVA**, pessoa natural inscrito no CPF nº 671.288.742-91, para prestação de eventuais serviços na área de educação em Curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, por meio do Projeto ALCANCE, realizado pela Escola Superior do Parlamento Cearense - UNIPACE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da publicação. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **



30º TERMO DE CREDENCIAMENTO DE DOCENTES (PROGRAMA ALCANCE - ENEM)**PROCESSOS Nº00168/2022 E 03809/2023**

A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições, declara o **CREDENCIAMENTO**, por meio do TERMO JUSTIFICATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2022 – EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2022, de **THIAGO MAGALHÃES FARIAS MENEZES**, pessoa natural inscrito no CPF nº 914.047.973-00, para prestação de eventuais serviços na área de educação em Curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, por meio do Projeto ALCANCE, realizado pela Escola Superior do Parlamento Cearense - UNIPACE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data desta publicação. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº101/2021

ESPÉCIE: ADITIVO Nº 2 AO CONTRATO Nº 101/2021; CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, com CNPJ Nº 06.750.525/0001-20; ENDEREÇO: Av. Desembargador Moreira, nº 2807; CONTRATADA: empresa **NC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.813.098/0001-12, situada à Rua Livreiro Edésio, 259, Dionísio Torres, CEP nº 60135-620, Fortaleza/CE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo Aditivo fundamenta-se no Processo Administrativo nº 05822/2023, autuado em 02 de junho de 2023, e no artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações posteriores. FORO: Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará; OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO do prazo** de execução do contrato por mais 05 (cinco) meses para a continuidade dos serviços prestados. VALOR: R\$ R\$ 3.521.250,00 (três milhões, quinhentos e vinte e um mil e duzentos e cinquenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01000000.002.01.0.1.126.211.10939.0.1.5.00.9.100000.4.4.90.40.15.2.1.0000.E0000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica. DA VIGÊNCIA: De 01 de julho de 2023 a 30 de novembro de 2023. DA RATIFICAÇÃO: As partes contratantes ratificam expressamente todas as cláusulas, termos, condições e mútuas obrigações assumidas e pactuadas no contrato original que ora não foram alterados ou modificados; DATA DE ASSINATURA: 30/06/2023. SIGNATÁRIOS: Sávia Maria de Queiroz Magalhães, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e a Sr. Naje Clécio Mota Cavalcante, pela empresa NC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

EXTRATO DE CONTRATO Nº35/2023

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ/MF nº 06.750.525/0001-20, com sede e foro nesta Capital na Avenida Desembargador Moreira nº 2807, Dionísio Torres. CONTRATADA: **FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.663.719/0001-51, estabelecida na Av. Aguanambi, nº 282, A - Bairro Joaquim Távora, Fortaleza, Ceará, CEP 60.055-402, doravante denominada PATROCINADA. OBJETO: **PATROCÍNIO**, por meio de apoio financeiro ao Projeto “MOVIMENTO EMPREENDER 2023: A HORA E A VEZ DOS PEQUENOS NEGÓCIOS”, através da FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.663.719/0001-51, cujo objeto consiste em promover o engajamento e a capacitação de empreendedores individuais e de micro e pequenas empresas em metodologias modernas de empreendedorismo, por meio da realização de evento e webinar e da veiculação de conteúdos nas mídias digitais, durante os meses de julho a dezembro de 2023, visando ao desenvolvimento regional sustentável e à geração de emprego e renda, nos termos do art. 5º, inciso III, da Lei Estadual nº 16.142/16, alterada pela Lei nº 17.617 de 18 de Agosto de 2021. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente contrato no Termo Justificativo de Inexigibilidade de Seleção Pública nº 86/2023-ISP, nas condições estabelecidas nas suas cláusulas, independentemente de transcrição e no parágrafo primeiro do art. 6º da Lei Estadual nº 16.142/2016, alterada pela Lei nº 17.617 de 18 de Agosto de 2021, o qual dispõe sobre a política de patrocínio da Administração Pública do Estado do Ceará, e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93. FORO: Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. VIGÊNCIA: O presente Contrato de Patrocínio entra em vigor a partir da data de sua publicação até 29 de fevereiro de 2024. VALOR GLOBAL: R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: • 01000000.001.01.01.031.259.20740.0.1.5.00.9.100000.3.3.90.39.15.2.1.0000.E0000 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica. DATA DA ASSINATURA: 05/07/2023 SIGNATÁRIOS: SÁVIA MARIA DE QUEIROZ MAGALHÃES DIRETORA GERAL, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o Sr. André Avelino de Azevedo, pela FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

EXTRATO DE CONTRATO Nº36/2023

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ/MF nº 06.750.525/0001-20, com sede e foro nesta Capital na Avenida Desembargador Moreira nº 2807, Dionísio Torres. CONTRATADA: empresa **SOLUTER SERVICE ELETRICIDADE LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 06.959.300/0001-89, com sede na Rua 307, loja A, n. 139, bairro Jangurussu, Fortaleza-Ceará, CEP 60868-795. OBJETO: Constitui objeto deste contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA **REALIZAR OS SERVIÇOS DE RETIRADA DE UM TRANSFORMADOR DE 300KVA, INSTALAÇÃO DE UM TRANSFORMADOR PROVISÓRIO NA SUBESTAÇÃO ELÉTRICA E ALUGUEL DE UM TRANSFORMADOR 300 KVA**, POR UM PRAZO MÁXIMO 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS E ININTERRUPTOS, DE MODO A SUPRIR, DE FORMA EMERGENCIAL, AS NECESSIDADES DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO EDIFÍCIO DEPUTADO FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE - ANEXO III DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ - ALECE. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento a Dispensa de Licitação n. 87/2023 e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993 e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. VIGÊNCIA: O prazo de vigência contratual é de até 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência (30 de maio de 2023). VALOR GLOBAL: R\$ 36.426,00 (trinta e seis mil, quatrocentos e vinte e seis reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01000000.002.01.01.122.211.20632.0.1.5.00.9.100000.3.3.90.39.15.2.1.0000.E0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. DATA DA ASSINATURA: 04/07/2023. SIGNATÁRIOS: SÁVIA MARIA DE QUEIROZ MAGALHÃES DIRETORA GERAL, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o Sr. FRANCISCO WELITON GONDIM GERMANO, pela empresa SOLUTER SERVICE ELETRICIDADE LTDA. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

EXTRATO DO TERMO JUSTIFICATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO EDITAL Nº92/2023

PROCESSO Nº 06358/2023. OBJETO: **contratação** da professora **AMANDA LIMA MENDES**, a fim de **figurar como uma das instrutoras do Curso “Metodologias Ágeis e Linguagem Simples: Comunicação e Cidadania”**, constante da Grade Curricular de 2023 da UNIPACE – Escola Superior do Parlamento Cearense, integrante desta Assembleia Legislativa. JUSTIFICATIVA: Tendo em vista a necessidade de capacitação de gestores em metodologias ágeis, a fim de proporcionar autonomia e adaptação, mitigando erros, otimizando o tempo de trabalho e reduzindo custos, o curso busca apresentar e discutir o conceito de linguagem simples, apresentando os principais marcos de seu uso no Brasil e no mundo e exercitando um conjunto de diretrizes que facilitam o entendimento de textos públicos pela população em geral. Com isso, o Curso “Metodologias Ágeis e Linguagem Simples: Comunicação e Cidadania” é de grande relevância para instruir e capacitar gestores públicos, otimizando os fluxos e a gestão de trabalho. VALOR: R\$ 205,29 (duzentos e cinco reais e vinte e nove centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: • 01000000.001.01.01.031.259.20733.0.1.5.00.9.100000.3.3.90.36.15.2.1.0000.E0000 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O Presente Termo Justificativo de Inexigibilidade de Licitação tem como fundamento o caput do art. 25 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com consolidação determinada pelo art. 3º da Lei 8.883, de 06 de julho de 1994, atualizado pela Lei 9648/98. CONTRATADA: **AMANDA LIMA MENDES**. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: A escolha da instrutora **AMANDA LIMA MENDES** deve-se ao seu notório saber e experiência na área de abrangência dos temas do curso ora solicitado, conforme se depreende do seu currículo profissional. Vale ressaltar que a referida instrutora é Graduada em Sistemas e Mídias Digitais pela Universidade Federal do Ceará (UFC), possuindo certificação em gestão ágil com foco em Scrum (método de gerenciamento de equipes). RATIFICAÇÃO: Considerando o Termo Justificativo de Inexigibilidade de Licitação, emitido pela ilustrada Comissão Permanente de Licitação desta Casa Legislativa, bem como considerando o amparo legal dos fatos alegados no referido Termo, RATIFICO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para a contratação da instrutora **AMANDA LIMA MENDES**, a fim de ministrar o Curso “Metodologias Ágeis e Linguagem Simples: Comunicação e Cidadania”, voltado para servidores desta Casa Legislativa, nos termos do artigo 26, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. DATA ASSINATURA: 06/07/2023. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº00745/2023**

A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições, que lhe confere o ato da Mesa Diretora nº 190/1995, publicado no DOE de 29/05/1995 e o ato de nomeação publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de fevereiro de 2021 e, considerando o resultado final do PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 32/2023, Processo nº 00745/2023, o qual tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSO DE INTERPRETAÇÃO DA NORMA ABNT NBR ISO 9001:2015 E FORMAÇÃO DE AUDITORES INTERNOS DE SISTEMAS DE GESTÃO COM BASE NA NORMA ABNT NBR ISO 19011:2018 (VERSÃO CORRIGIDA 2019), PARA CAPACITAÇÃO DE 35 (TRINTA E CINCO) SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL., resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR**, o lote único conforme o que se encontra previsto no inciso VI, do artigo 43, da Lei nº 8.666/93, em favor da empresa: **D. A FERRETTI E CIA LTDA** CNPJ nº 16977617/0001-00, estabelecida na Travessa Moroni, 80/302, Bento Gonçalves -RS, pelo critério de menor preço, no que diz respeito ao Lote único com o valor global de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais) para que produza os efeitos legais e jurídicos. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza-CE, 04 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº01716/2023**

A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições, que lhe confere o ato da Mesa Diretora nº 190/1995, publicado no DOE de 29/05/1995 e o ato de nomeação publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de fevereiro de 2021 e, considerando o resultado final do PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 28/2023, Processo nº 01716/2023, o qual tem como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PINTURA, DE MODO A SUPRIR AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ – ALECE DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR**, conforme o que se encontra previsto no inciso VI, do artigo 43, da Lei nº 8.666/93, em favor da empresa: **ROSÂNGELA VIEIRA PAULO EPP**, inscrita no CNPJ nº 34233146/0001-07, com sede na Av. Odilon Guimarães, nº 2556-A, Lagoa Redonda, Fortaleza/CE, pelo critério de menor preço, no que diz respeito ao item 02 com valor unitário R\$ 770,81 (setecentos e setenta reais e oitenta e um centavos), item 03 com o valor unitário de R\$ 724,32 (setecentos e vinte e quatro e trinta e dois centavos), item 04 com o valor unitário de R\$ 659,45 (seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), item 05 com o valor unitário de R\$ 694,59 (seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e nove centavos), item 06 com o valor unitário de R\$ 713,51 (setecentos e treze reais e cinquenta e um centavos), item 07 com o valor unitário de R\$ 697,49 (seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e nove centavos), item 08 no valor unitário de R\$ 473,51 (quatrocentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos), item 09 com valor unitário de R\$ 467,02 (quatrocentos e sessenta e sete reais e dois centavos) e item 12 com valor unitário de R\$ 172,97 (cento e setenta e dois reais e noventa e sete centavos) para que produza os efeitos legais e jurídicos. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza-CE, 04 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº01716/2023**

A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições, que lhe confere o ato da Mesa Diretora nº 190/1995, publicado no DOE de 29/05/1995 e o ato de nomeação publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de fevereiro de 2021 e, considerando o resultado final do PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 28/2023, Processo nº 01716/2023, o qual tem como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PINTURA, DE MODO A SUPRIR AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ – ALECE DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR**, conforme o que se encontra previsto no inciso VI, do artigo 43, da Lei nº 8.666/93, em favor da empresa: **JUMES ELETRO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 19.225.144/0001-74, com sede na Rua Adão Ribeiro, nº 52, Terreo, Jardim Primavera, São Paulo-SP, pelo critério de menor preço, no que diz respeito ao item 11 com o valor unitário de R\$ 200,00 (duzentos reais) para que produza os efeitos legais e jurídicos. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza-CE, 04 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº01716/2023**

A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições, que lhe confere o ato da Mesa Diretora nº 190/1995, publicado no DOE de 29/05/1995 e o ato de nomeação publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de fevereiro de 2021 e, considerando o resultado final do PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 28/2023, Processo nº 01716/2023, o qual tem como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PINTURA, DE MODO A SUPRIR AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ – ALECE DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR**, conforme o que se encontra previsto no inciso VI, do artigo 43, da Lei nº 8.666/93, em favor da empresa: **A. DONIZETE DA SILVA COMERCIO E SERVIÇOS ME**, inscrita no CNPJ nº 06.164.562/0001-57, com sede na Av. Lisete Coelho Lourenço, Parque Vicente Leporace I, Nº 2090, Franca-SP, pelo critério de menor preço, no que diz respeito ao item 10 com o valor unitário de R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais) para que produza os efeitos legais e jurídicos. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza-CE, 04 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº01716/2023**

A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições, que lhe confere o ato da Mesa Diretora nº 190/1995, publicado no DOE de 29/05/1995 e o ato de nomeação publicado no Diário Oficial do Estado em 10 de fevereiro de 2021 e, considerando o resultado final do PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 28/2023, Processo nº 01716/2023, o qual tem como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PINTURA, DE MODO A SUPRIR AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ – ALECE DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR**, conforme o que se encontra previsto no inciso VI, do artigo 43, da Lei nº 8.666/93, em favor da empresa: **JFV BEZERRA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 42.815.972/0001-84, com sede na R1 (Conjunto Residencial Pequeno Mondubim, nº 140, Fortaleza-CE, pelo critério de menor preço, no que diz respeito ao item 01 com o valor unitário de R\$ 45,50 (quarenta e cinco reais e cinquenta centavos) para que produza os efeitos legais e jurídicos. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza-CE, 04 de julho de 2023.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL



OUTROS

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Eusébio - Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 025/2023 - Pregão Eletrônico/Registro de Preços Nº 07.004/2023. Órgão: Prefeitura Municipal de Eusébio - CNPJ Nº 23.563.067/0001-30, através da Secretaria de Saúde. Fornecedores: Potiguar Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA - CNPJ: 44.205.333/0001-22, vencedora dos itens 355, 356, 357, 383, 384, 400, 402, 410, 413, 434, 462, 464, 512, 514, 518, 519, 553, 657, 661 e 679, perfazendo um valor total de R\$ 145.817,62 (cento e quarenta e cinco mil oitocentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos); D & V Comercio de Material Hospitalar LTDA - CNPJ: 05.964.983/0001-08, vencedora dos itens 112, 358, 368, 393, 529, 530, 534, 590, 632, 648, 650, 651, 662, 671 e 678, perfazendo um valor total de R\$ 110.733,40 (cento e dez mil setecentos e trinta e três reais e quarenta centavos); Superfio Comercio de Produtos Medicos e Hospitalares LTDA - CNPJ: 05.675.713/0001-79, vencedora dos itens 97, 113, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 136, 155, 177, 182, 187, 191, 192, 193, 205, 213, 214, 236, 282, 287, 288, 289, 292, 294, 296, 302, 303, 439, 440, 457, 501, 509, 537, 544 e 555, perfazendo um valor total de R\$ 44.797,40 (quarenta e quatro mil setecentos e noventa e sete reais e quarenta centavos); Prohospita Comercio Holanda LTDA - CNPJ: 09.485.574/0001-71, vencedora dos itens 93, 95, 140, 141, 149, 156, 162, 168, 179, 231, 245, 251, 299, 316, 318, 347, 360, 364, 391, 398, 408, 412, 421, 423, 444, 463, 505, 508, 560, 561, 562, 582, 589, 595, 613, 637, 638, 672, 673 e 676, perfazendo um valor total de R\$ 376.980,52 (trezentos e setenta e seis mil novecentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos); DS Distribuidora de Material Médico LTDA - CNPJ: 21.572.278/0001-03, 90, 114, 116, 117, 123, 144, 166, 197, 233, 250, 269, 275, 283, 291, 346, 370, 409, 459, 622, 624, 626, 628, 655 e 658, perfazendo um valor total de R\$ 125.318,77 (cento e vinte e cinco mil trezentos e dezoito reais e setenta e sete centavos); CMF Distribuidora de Medicamentos LTDA - CNPJ: 13.414.166/0001-04, vencedora dos itens 45, 146, 148, 173, 174, 175, 190, 201, 202, 203, 207, 208, 209, 212, 228, 229, 230, 232, 240, 258, 268, 280, 344, 366, 390, 596, 597, 599, 600, 602, 603, 605, 609 e 610, perfazendo um valor total de R\$ 61.911,50 (sessenta e um mil novecentos e onze reais e cinquenta centavos); Santa Branca Distribuidora de Medicamentos LTDA - CNPJ: 06.053.353/0001-36, vencedora dos itens 44, 62, 79, 133, 134, 135, 137, 196, 226, 235, 246, 273, 278, 279, 281, 286, 290, 304, 305, 306, 307, 308, 310 e 311, perfazendo um valor total de R\$ 182.143,60 (cento e oitenta e dois mil cento e quarenta e três reais e sessenta centavos); Globomed Distribuidora de Medicamentos LTDA - CNPJ: 31.009.591/0001-91, vencedora dos itens 40, 63, 64, 96, 107, 139, 143, 151, 154, 157, 158, 165, 171, 172, 194, 217, 218, 248, 254, 255, 260, 263, 265, 266, 270, 274, 277, 284, 293, 295, 298, 309, 312, 313, 445, 449, 451, 503, 526, 528 e 571, perfazendo um valor total de R\$ 267.731,40 (duzentos e sessenta e sete mil setecentos e trinta e um reais e quarenta centavos); Nutrientes Med Distribuidora de Medicamentos LTDA - CNPJ: 26.383.079/0001-70, vencedora dos itens 31, 118, 119, 120, 122, 348 e 431, perfazendo um valor total de R\$ 568.518,00 (quinhentos e sessenta e oito mil e quinhentos e dezoito reais); Nuvex Comercio de Produtos Medicos LTDA - CNPJ: 07.029.483/0001-04, vencedora dos itens 22, 43, 48, 50, 51, 69, 77, 87, 142, 152, 167, 181, 186, 188, 189, 206, 215, 216, 225, 238, 239, 244, 257, 345, 369, 381, 399, 401, 427, 473, 474, 479, 480, 506, 513, 527, 532, 545, 557, 588, 591, 598, 611, 612, 614, 617, 619, 621, 625, 627, 629, 639, 649, 652, 653, 654, 656, 660 e 670, perfazendo um valor total de R\$ 163.119,52 (cento e sessenta e três mil cento e dezenove reais e cinquenta e dois centavos); Agile Distribuidora LTDA - CNPJ: 34.523.353/0001-98, vencedora dos itens 11, 23, 34, 47, 52, 54, 55, 65, 75, 80, 81, 84, 88, 91, 99, 101, 108, 109, 110, 115, 121, 126, 223, 227, 261, 314, 315, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 349, 350, 351, 352, 354, 359, 373, 374, 386, 387, 388, 389, 394, 395, 396, 397, 415, 429, 437, 452, 456, 460, 461, 467, 469, 472, 494, 497, 498, 500, 507, 511, 523, 525, 564, 572, 576, 578, 579, 580, 584, 631, 644, 647 e 659, perfazendo um valor total de R\$ 3.047.005,89 (três milhões quarenta e sete mil cinco reais e oitenta e nove centavos); Unilife Hospitalar Distribuidora de Medicamentos e Materiais Medicos LTDA - CNPJ: 40.587.322/0001-01, vencedora dos itens 04, 08, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 30, 68, 76, 83, 86, 94, 102, 104, 106, 124, 147, 150, 163, 164, 169, 178, 183, 184, 185, 195, 204, 210, 219, 222, 241, 259, 272, 317, 319, 353, 361, 362, 363, 365, 367, 371, 372, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 382, 385, 392, 403, 404, 405, 406, 407, 416, 417, 418, 419, 420, 422, 424, 425, 426, 428, 430, 432, 433, 435, 436, 438, 441, 442, 443, 446, 447, 448, 450, 453, 455, 458, 468, 470, 471, 476, 477, 478, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 495, 496, 499, 502, 504, 510, 517, 524, 531, 535, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 546, 547, 550, 551, 552, 556, 559, 566, 567, 568, 569, 570, 573, 574, 575, 581, 583, 585, 586, 587, 592, 593, 594, 601, 604, 606, 607, 608, 615, 618, 623, 636, 646, 674, 675 e 677, perfazendo um valor total de R\$ 2.159.469,34 (dois milhões cento e cinquenta e nove mil quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e quatro centavos); Fortal Distribuidora Importacao e Exportacao de Medicamentos LTDA - CNPJ: 41.138.978/0001-00, vencedora dos itens 01, 02, 03, 05, 06, 07, 09, 10, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 46, 49, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 82, 85, 89, 92, 98, 100, 103, 105, 111, 125, 138, 145, 153, 159, 160, 161, 170, 176, 180, 198, 199, 200, 211, 220, 221, 224, 234, 237, 242, 243, 247, 249, 252, 253, 256, 262, 267, 271, 276, 300, 301, 411, 414, 465, 466, 515, 516, 521, 533, 548, 549, 554, 565, 620, 630, 633, 634, 635, 640, 641, 642, 643, 645, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669 e 680, perfazendo um valor total de R\$ 4.146.651,90 (quatro milhões cento e quarenta e seis mil seiscentos e cinquenta e um reais e noventa centavos). Estimado para o período de vigência da Ata de Registro de Preços. Data de assinatura: 20 de junho de 2023. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico/Registro de Preços Nº 07.004/2023. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e material médico hospitalar para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde, Hospital Dr. Amadeu Sá, CAPS Geral, CAPS AD, CER – Centro de Reabilitação e o Centro de Especialidades Odontológica – CEO e Endemias de interesse da Secretaria de Saúde do Município de Eusébio/CE. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços. Assina pelo Sócio Administrador: Alana Lucy de Oliveira Pereira, Maria Derlange Pinheiro Maia, José Arteiro Filho, Paulo Eduardo Araújo de Lima, Kildery Faustino Advincula Moura, Cassio Costa Forti, Mauricio Cavalcante Filizola, Victor Levi Tavares de Araujo, João Luiz Nogueira de Deus, Claudenice Isabel de Andrade Fernandes, Allan de Freitas Guimarães, Wilkson Araújo Sombra, Antônia Karlyanne Frota do Vale; Assina pela Prefeitura Municipal de Eusébio: O Gerenciador da Ata: João Carlos Braga Leitão.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tejuoca - Resultado de Habilitação - Tomada de Preços Nº 2023.04.04.01 - TP - INFRA. O Município de Tejuoca por meio da Comissão Permanente de Licitações torna público aos interessados o resultado do julgamento da fase de habilitação, da licitação na modalidade Tomada de Preços nº 2023.04.04.01 - TP - INFRA, do tipo menor preço global, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para implantação de melhorias sanitárias domiciliares no Município de Tejuoca, foram habilitadas para fase subsequente do procedimento licitatório as empresas: 01 - ML Empreendimento, Assessoria e Serviços LTDA - CNPJ: 29.326.036/0001-41; 02 - Montenegro Construcões LTDA - CNPJ: 20.506.021/0001-90; 03 - DTC Construções e Serviços LTDA - CNPJ: 13.640.830/0001-25; 04 - VK Construções e Empreendimentos LTDA - CNPJ: 09.042.893-0001-02; 05 - Apla Comercio, Serviços, Projetos e Construções LTDA - CNPJ: 24.614.233/0001-42; 06 - CONJASF Construtora de Açudagem - CNPJ: 01.795.971/0001-38; 07 - WU Construções e Serviços - CNPJ: 10.932.123/0001-14; 08 - Plataforma Serviços e Construções LTDA - CNPJ: 10.736.137/0001-62; 09 - AOS Construções e LTDA - CNPJ: 40.001.303/0001-43; 10 - R&G Construções e Locações LTDA - CNPJ: 34.395.105/0001-09; 11 - Abrav Construções e Serviços Eventos e Locações - CNPJ: 12.044.788/0001-17; 12 - Real Servicos LTDA - CNPJ: 37.452.665/0001-46; 13 - Expresso Construções LTDA - CNPJ: 36.232.522/0001-66; 14 - M A Feitosa de Sousa LTDA - CNPJ: 41.356.135/0001-71; 15 - AR Construções e Obras de Instalações - CPF: 36.835.969/0001-20; 16 - Feed Empreendimentos e Serviços LTDA - CNPJ: 26.956.252/0001-82; 17 - M K em Construção e Transporte Escolar - CNPJ: 35.864.328/0001-30; 18 - Construtora Vipon - CNPJ: 34.631.462/0001-29; 19 - GK Engenharia LTDA - CNPJ: 45.022.575/0001-43; 20 - R E Sousa Construções e Serviços EIRELI - CNPJ: 40.560.312/0001-74; 21 - L B Construcões LTDA - CNPJ: 40.454.732/0001-76; 22 - LM Servicos & Construcões LTDA - CNPJ: 49.297.100/0001-10; 23 - LS Serviços de Construções LTDA - CNPJ: 21.541.555/0001-10; 24 - Construtora Moraes LTDA - CNPJ: 33.278.617/0001-22; 25 - Millenium Servicos LTDA - CNPJ: 11.952.190/0001-63; 26 - Eco Tec Construcões e Servicos LTDA - CNPJ: 39.925.178/0001-89; 27 - Engercon Construtora e Serviços LTDA - CNPJ: 44.997.219/0001-82; 28 - Tomaz Construcões LTDA - CNPJ: 32.236.949/0001-81; 29 - EVO Construções - CNPJ: 36.315.922/0001-35; 30 - Moretto Construções e Serviços - CNPJ: 07.305.610/0001-42; 31 - Quantum Comercial e Tecnica LTDA - CNPJ: 33.650.363/0001-21; 32 - Cosbral Construções e Empreendimentos - CNPJ: 07.544.576/0001-69; 33 - Eletrocampo Serviços e Construções LTDA - CNPJ: 63.551.378/0001-01; 34 - E2 Construtora, Construções e Serviços - CNPJ: 41.313.966/0001-66; 35 - Construtora Borges Carneiro LTDA - CNPJ: 01.590.549/0001-46; Foi inabilitada para fase subsequente do procedimento licitatório as empresas: 01 - S&B Assessoria e Serviços - CNPJ: 35.752.089/0001-27, 02 - Diego Sousa Rios 05283352358 - CNPJ: 28.758.809/0001-04, 03 - DNL Assessoria e Locacao - CNPJ: 35.237.870/0001-63. A Comissão divulgou o resultado da habilitação e com amparo no art. 109, inciso I, alínea "a" e abriu o prazo recursal. Maiores informações na sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Mamede Rodrigues Teixeira, 489 - Centro, Estado do Ceará, pelo telefone (85) 99299-2315 e no site: <https://www.tce.ce.gov.br/>. **Tejuoca-CE, 07 de julho de 2023. José Marcos Pinho Brito - Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO - CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DO ENVELOPE - CONCORRÊNCIA Nº 2023.03.09.1. Objeto: Contratação dos serviços de engenharia para construção de escola de ensino fundamental 13 salas, projeto padrão FNDE no município de Crato/CE. A comissão permanente de licitação da PMC convoca para que se faça presente na sessão pública de licitação, os representantes legais das empresas: Dinamica Empreendimentos, Cnpj: 25.025.604/0001-13; Construtora Impacto Comercio E Serviços, Cnpj: 00.611.868/0001-28; Aguiar Construções E Incorporações Ltda Epp, Cnpj: 12.049.385/0001-60; Construtora Justo Junior Ltda, Cnpj: 07.266.893/0001-60; JI Empreendimentos E Construções Eireli, Cnpj: 14.026.525/0001-00; Eletrocampo Serviços E Construções Ltda, Cnpj: 63.551.378/0001-01, e, ainda, convocamos os demais interessados em acompanharem o transcorrer da sessão pública, que acontecerá no dia 11 de julho de 2023, às 14h:30m. (horário local). **Crato/CE, em 07 de julho de 2023. Valéria Do Carmo Moura - Presidente da CPL/PMC.**

*** **



ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA – AVISO DO RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº TP-008/2023 – OBJETO: Contratação de obras e serviços de engenharia para executar a ampliação e readequação das Escolas de Ensino Fundamental: **ITEM 01 – BENIGNA ETELVINA, E, ITEM 02 – JOAQUIM DE HOLANDA CAMPELO**, de responsabilidade de Secretaria de Educação. A Comissão de Licitação comunica aos interessados que o Resultado da Fase de Habilitação deu-se da seguinte forma: **EMPRESAS HABILITADAS:** **01-CLEZINALDO S DE ALMEIDA CONSTRUÇÕES-ME** (CNPJ 22.575.652/0001-97); **02-ZENEDINI ZIDANE SAMPAIO CAVALCANTE CONSTRUÇÕES -EPP** (CNPJ 44.159.038/0001-87); **03-ARC ENGENHARIA LTDA** (CNPJ 04.564.459/0001-79); **04- C.R.P. DA COSTA CONSTRUÇÕES E PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI** (CNPJ 02.567.157/0001-29); **05- D.V.R DO NASCIMENTO** (CNPJ 44.159.038/0001-87); **06-ELETROCAMPO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA** (CNPJ 63.551.378/0001-01); **07-GK ENGENHARIA E SOLUÇÕES LTDA** (CNPJ 45.022.575/0001-43); **08- G7 CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – EPP** (CNPJ Nº 10.572.609/0001-99); **09- MOMENTUM CONSTRUTORA LTDA** (CNPJ 26.754.240/0001-75); **10- LEXON SERVIÇOS E CONSTRUTORA E CONSTRUTORA EMPREENDIMENTOS LTDA** (CNPJ 07.191.777/0001-20); **11- MV2 SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** (CNPJ 38.824.700/0001-28); **12-MT PROJETOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** (CNPJ 38.397.954/0001-52); **13-RAFAEL ANDRADE DE SOUSA VEÍCULOS ME** (CNPJ 37.658.271/0001-49); **14-VIGOR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI** (CNPJ 38.042.705/0001-44); **15- VIPON EMPREENDIMENTOS LTDA** (CNPJ 34.631.462/0001-29); salientamos que não houve empresa **INABILITADA** para este certame. A Comissão informa que a ata completa da sessão encontra-se no Site: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>, e, que fica aberto prazo para a apresentação de recursos conforme Art. 109, Inciso I alínea “a” da lei 8.666/93 e suas alterações; bem como, caso não haja interposição de recursos da fase habilitatória, ficam os interessados intimados da Sessão de Abertura de Envelopes de Propostas que realizar-se-á no dia 21 de Julho de 2023, às 08h. **Francisco das Chagas Cavalcante Fernandes – Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA – AVISO DO RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº TP-009/2023 – OBJETO: Contratação de obras e serviços de engenharia para executar a construção de 01 (uma) quadra de areia a ser localizada no Bairro Beira-Rio, de responsabilidade da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude do município de Iracema. A Comissão de Licitação comunica aos interessados que o Resultado da Fase de Habilitação deu-se da seguinte forma: **EMPRESAS HABILITADAS:** **01-CLEZINALDO S DE ALMEIDA CONSTRUÇÕES-ME** (CNPJ 22.575.652/0001-97); **02-ZENEDINI ZIDANE SAMPAIO CAVALCANTE CONSTRUÇÕES -EPP** (CNPJ 44.159.038/0001-87); **03-ARC ENGENHARIA LTDA** (CNPJ 04.564.459/0001-79); **04- C.R.P. DA COSTA CONSTRUÇÕES E PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI** (CNPJ 02.567.157/0001-29); **05- D.M. DA SILVA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES** (CNPJ 23.834.621/0001-76); **06-ELETROCAMPO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA** (CNPJ 63.551.378/0001-01); **07-GK ENGENHARIA E SOLUÇÕES LTDA** (CNPJ 45.022.575/0001-43); **08- G7 CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – EPP** (CNPJ Nº 10.572.609/0001-99); **09- LEXON SERVIÇOS E CONSTRUTORA E CONSTRUTORA EMPREENDIMENTOS LTDA** (CNPJ 07.191.777/0001-20); **10-MT PROJETOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** (CNPJ 38.397.954/0001-52); **11-RAFAEL ANDRADE DE SOUSA VEÍCULOS ME** (CNPJ 37.658.271/0001-49); **12- VIPON EMPREENDIMENTOS LTDA** (CNPJ 34.631.462/0001-29); salientamos que não houve empresa **INABILITADA** para este certame. A Comissão informa que a ata completa da sessão encontra-se no Site: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>, e, que fica aberto prazo para a apresentação de recursos conforme art. 109, inciso I alínea “a” da lei 8.666/93 e suas alterações; bem como, caso não haja interposição de recursos da fase habilitatória, ficam os interessados intimados da Sessão de Abertura de Envelopes de Propostas que realizar-se-á no dia 24 de Julho de 2023, às 08h. **Francisco das Chagas Cavalcante Fernandes – Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cedro - Extrato de Contrato. O Município de Cedro – CE, torna público o extrato do contrato nº 0407.01/2023-05 oriundo da Tomada de Preços nº 2005.02/2022-05 cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de pavimentação em pedra tosca em diversas Ruas do Bairro Jardim Afonso Celso, junto a Secretaria de Infraestrutura do Município de Cedro/CE. Contratante: Secretaria de Infraestrutura. Contratada: Barbosa Construções e Serviços LTDA com sede em Lavras da Mangabeira - CE, à Rua Vicente Favela, Nº 325, Centro, CEP: 63.300-00, inscrita no CNPJ sob o Nº 41.332.445/0001-56, neste ato representada por sua proprietária Sra. Tereza Maria Barbosa, inscrita no CPF sob nº 002.584.963-80. Valor Global do Contrato: R\$ 515.880,00 (quinhentos e quinze mil oitocentos e oitenta reais). As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com o vencedor, serão consignadas na seguinte Dotação Orçamentária nº 0206.12.451.0012.1.005 (pavimentação em pedra tosca e asfáltica em diversas ruas da sede e dos distritos), elemento de despesas nº 4.4.90.51.00, com recursos oriundos do programa de trabalho. Da Vigência: O prazo para a execução das obras / serviços objeto deste Contrato será 150 (cento e cinquenta) dias, após a data de assinatura e entrega formal, à Licitante vencedora, da Ordem de Serviço expedida pela Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Cedro. Assina pela Contratante: Marcus Irineo Carvalho de Almeida – Secretário de Infraestrutura. **Cedro - CE, 07 de julho de 2023. Túlio Lima Sales - Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23.01.10/PE – Objeto: **Registro de Preços visando Futura e Eventual Contratação de empresa especializada em serviço de fornecimento de equipamentos e hardwares, instalação e manutenção de plataforma integrada de suporte operacional para telemetria e controle externo de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS/EDGE, e gerenciamento e controle informatizado da frota, com uso de cartões magnéticos e/ou tecnologia similar, como meio de intermediação do pagamento para aquisição de combustíveis (gasolina, etanol e diesel), bem como de peças e serviços de manutenção preventiva e corretiva, lavagem e borracharia, em rede de estabelecimentos credenciados da Contratada, visando atender as necessidades das Secretarias do Município de Itapipoca /CE.** O Município de Itapipoca, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão, torna público para conhecimentos dos interessados, que realizará Licitação na Modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com o objeto acima descrito, na data e horário a seguir informados: Acolhimento de Proposta e Documentos de Habilitação: **até às 08h30min do dia 21 de Julho de 2023;** Abertura as Propostas: **às 09h do dia 21 de Julho de 2023;** Sessão de Disputa de Preços: **às 10h do dia 21 de Julho de 2023.** Todos os horários referem-se ao horário de Brasília/DF. O Edital poderá ser retirado nos Sítios Eletrônicos: www.tce.ce.gov.br; www.bll.org.br. **Itapipoca-CE, 07 de Julho de 2023. Francisco Jerônimo do Nascimento – Secretário Executivo da Secretaria de Planejamento e Gestão.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA – EXTRATO DA FASE DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 00.002/2023-TP – A Comissão Permanente de Licitação torna público o Resultado da Fase de Habilitação referente à Tomada de Preços Nº 00.002/2023-TP, cujo **OBJETO** é a Contratação de serviços a serem prestados na assessoria, consultoria e execução contábil, como também na consultoria para elaboração de defesas e recursos perante os tribunais de contas e outros órgãos de controle e fiscalização, junto às diversas Secretarias e Fundos do Município de Monsenhor Tabosa/CE. **EMPRESAS HABILITADAS:** **F. DE CARVALHO**, CNPJ Nº. 46.770.352/0001-27; **F2 CONTABILIDADE E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LIMITADA**, CNPJ Nº. 33.764.589/0001-53; **PRIMUS CONTABILIDADE MUNICIPAL LTDA**, CNPJ Nº. 13.467.201/0001-45; **J P LOPES DE ALCANTARA**, CNPJ Nº. 15.294.308/0001-64; **A V ASSESSORIA CONTABIL, SERVIÇOS E INFORMATICA LTDA**, CNPJ Nº. 13.075.241/0001-41; **DAGER COSTA CONSULTORIA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, CNPJ Nº. 12.782.123/0001-00. **EMPRESAS INABILITADAS:** **JBR ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTABILIDADE LTDA**, CNPJ Nº. 26.825.283/0001-02; **ALAN CESAR F DE SOUSA**, CNPJ Nº. 38.147.279/0001-03; **CONDUE ASSESSORIA CONTABIL LTDA**, CNPJ Nº. 40.948.836/0001-37; **J P DE SOUSA NASCIMENTO-ME**, CNPJ Nº. 29.089.715/0001-44; **FERNANDA MELO LOIOLA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**, CNPJ Nº. 41.166.259/0001-94; **CARLOS H M CARVALHO**, CNPJ Nº. 29.314.357/0001-26. Maiores Informações: cplmtabosa@hotmail.com. Encontra-se aberto o prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea “a” da Lei Federal nº 8.666/93. **Tiago de Araújo Lima – Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ - TOMADA DE PREÇOS Nº. 0206.01/2023. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NA SEDE NO MUNICÍPIO DE PACUJÁ - CE.** A CPL, comunica aos interessados o resultado da fase de habilitação da licitação supra da seguinte forma: **INABILITADAS:** 01 - STAN CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, CNPJ: 24.041.596/0001-36; 02 - BMAG SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 49.574.575/0001-07. **HABILITADAS:** 03 - LEXON SERVIÇOS & CONSTRUTORA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 07.191.777/0001-20; 04 - R SM PESSOA LTDA, CNPJ: 33.159.524/0001-89; 05 - F J CONTRUTORA LTDA, CNPJ: 11.049.189/0001-23; 06 - TOPOEDIFICAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 44.822.012/0001-77; 07 - L B CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 40.454.732/0001-76; 08 - NOVERGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 49.784.187/0001-50; 09 - CONSTRUTORA VERGAN LTDA, CNPJ: 15.420.180/0001-38; 10- MOREIRA MESQUITA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 21.691.178/0001-04; 11 - A M DE S LIMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS ME, CNPJ: 07.386.649/0001-31; 12 - OMEGA CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 42.066.610/0001-38; 13 - R P CONSTRUÇÕES & LOCAÇÕES LTDA. Fica aberto o prazo recursal, conforme determina o Art. 109, Inciso I, Alínea a, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. A ata da sessão encontra-se a disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Pacujá, situada à Rua 22, 325, Centro. Pacujá/CE, em 07 de julho de 2023. Samuel de Castro Marques - Presidente da CPL.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2023 – PROCESSO SELETIVO PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – EDITAL Nº 01/2023 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA/CE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, vem através deste Edital, convocar os candidatos aprovados, abaixo relacionados, no Processo Seletivo do Edital nº 01/2023 para o provimento de vagas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Itapipoca/CE, considerando a necessidade definitiva de ocupar cargo público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, CONVOCA, conforme Resultado do Processo Seletivo, para entrega da documentação necessária para nomeação e posse nos referidos termo: 1. APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO: LIVIA SOUSA BARROSO – ARAPARI / SÃO MIGUEL - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 8:00 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; ANTONIO JUNIOR BRAGA DE SOUSA - ARAPARI / MUCAMBO DE CIMA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 8:20 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; FRANCISCO CASSIO DE SOUSA PINTO - ARAPARI / MUCAMBO DE CIMA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 8:40 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; FRANCISCA ZILJANE RODRIGUES GOMES - ARAPARI / MUCAMBO DE CIMA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 9:00 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; SILVIA MARIA MAGALHÃES DE SOUSA - ARAPARI / QUANDU - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 9:20 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; JOSE MARCILIO VASCONCELOS DOS SANTOS - ARAPARI / CABECEIRA DO MUNDAÚ - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 9:40 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; JULIANA PEREIRA DE MESQUITA - ASSUNÇÃO / ASSUNÇÃO SEDE - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 10:00 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; FRANCISCO MATEUS SOARES MOURA - ASSUNÇÃO / ASSUNÇÃO SEDE - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 10:20 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; PAULA VALEIRA HENRIQUE SILVA - ASSUNÇÃO / ALTO - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 10:40 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; ANA BEATRIZ DOS SANTOS PINTO - ASSUNÇÃO / PARACATU - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 11:00 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; WESLEY TEIXEIRA ALVES BARROS - BETANIA / SALSA II - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 11:20 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; CARLOS ANTONIO RODRIGUES JACINTO - BETANIA / CURA I - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 11:40 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; FRANCISCO JOSÉ MONTEIRO - BETANIA / PEDRINHAS, MURIÇOCA, ALTO CRUXATI - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 13:00 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; ANTONIA GESSIANE SOUSA MATIAS - JACARE / SÍTIO MATEUS - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 13:20 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; FRANCISCO MARCIO CORDEIRO CHAVES - LAGOA DA CRUZ / GANGORRA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 13:40 - DATA DA PERÍCIA 19 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; BEATRIZ SOUSA LIMA - LAGOA DA CRUZ / CAJUIZ - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 14:00 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; ELLEN LIMA CARNEIRO - LAGOA DA CRUZ / POÇO VERDE - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 14:20 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; JONATHAN DA COSTA SANTOS - LAGOA DA CRUZ / POÇO VERDE - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 14:40 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; BEATRIZ BRAGA PINTO - LIVRAMENTO / SAQUINHO - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 15:00 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; FRANCISCA MEIRE ALVES LAVOR - LIVRAMENTO / ARRODIADOR - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 15:20 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; JARDEL EDWILUISI THELMOS GONÇALVES - LIVRAMENTO / RIACHO DO SANGUE - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 15:40 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; SUELLEN SOUSA SILVA - DESERTO / ALTO ALEGRE - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 16:00 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; ELIDIANE FLORINDO RODRIGUES SILVA - DESERTO / DESERTO SEDE - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 16:20 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; JULIANA PINTO DOS SANTOS - DESERTO / RECANTO - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 12 DE JULHO ÀS 16:40 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; GIOVANA KELLY GONÇALVES DE FREITAS - DESERTO / RECANTO - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 8:00 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; CAIO CARNEIRO SOUSA - TABOCA / LAGOA DO JUÁ - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 8:20 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; MARIA AURISTELA ROBERTO MAGALHÃES - SÍTIO DO MEIO / TANQUES - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 8:40 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; ANA LÍRIA PINTO DE CASTRO - CALUGI / PIRANGI - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 9:00 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; NARADA SILVA GONÇALVES - SALGADO DOS PIRES / JERUZALEM - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 9:20 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; VANESSA GONÇALVES VIANA DA COSTA - SALGADO DOS PIRES / JARDIM - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 9:40 - DATA DA PERÍCIA 20 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; ANTONIO MARCOS MOTA DAVID - SALGADO DOS PIRES / JARDIM - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 10:00 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; ANA CLAUDIA RODRIGUES DO NASCIMENTO - IPU MAGAZÃO / SEVERINO - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 10:20 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; MARIA VITORIA DE SOUSA CAMELO - CACIMBAS / CACIMBAS - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 10:40 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; ALYNE CRUZ BARBOSA DA CUNHA - CACIMBAS / CACIMBAS - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 11:00 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; MARIA RUTE VIEIRA DOS SANTOS - CACIMBAS / CACIMBAS - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 11:20 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; BRENA LAIANE MONTENEGRO RODRIGUES - CACIMBAS / CACIMBAS - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 11:40 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; VITORIA BRUNA FIRMINO DO NASCIMENTO - CACIMBAS / CACIMBAS - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 13:00 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; ANA SHIRLEY MARINHO - CACIMBAS / CACIMBAS - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 13:20 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; FERNANDO FELIX DOS PASSOS BRAGA - FAZENDINHA / FAZENDINHA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 13:40 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; FRANCISCA RAYANE LUCAS BEZERRA DE SOUSA - FAZENDINHA / FAZENDINHA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 14:00 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; ANA CAMILA PEREIRA DA SILVA - FAZENDINHA / FAZENDINHA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 14:20 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; FABIANA LOPES DE ANDRADE - FAZENDINHA / FAZENDINHA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 14:40 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; MARIA ERICA MONTENEGRO MAGALHÃES - ENCRUZILHADA / ENCRUZILHADA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 15:00 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; FRANCISCO RONEY DUARTE ARAUJO - ENCRUZILHADA / ENCRUZILHADA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 15:20 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 8H ÀS 12H; IARA LARA SOUSA AGUIAR - ENCRUZILHADA / ENCRUZILHADA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 15:40 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; FRANCILDA MOURA PINTO - ENCRUZILHADA / ENCRUZILHADA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 16:00 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; LAIS CAMILA GOMES DAMACENO PASCOA - ESTAÇÃO / ESTAÇÃO - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 16:20 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; JOSE AUGUSTO SILVA JUNIOR - ESTAÇÃO / ESTAÇÃO - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 13 DE JULHO ÀS 16:40 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; DANIELA CARLA GOMES FARIAS - ESTAÇÃO / ESTAÇÃO - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 14 DE JULHO ÀS 8:00 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; KARLIANA BRAGA DE SOUSA - MADALENAS / MADALENAS - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 14 DE JULHO ÀS 8:20 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; EXPEDITA RODRIGUES LUMA - NOVA ALDEOTA / NOVA ALDEOTA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 14 DE JULHO ÀS 8:40 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; JOÃO ARTHUR FLORES HORMAN TEIXEIRA DE CARVALHO - PICOS / PICOS - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 14 DE JULHO ÀS 9:00 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; JEFERSON VIDAL DO NASCIMENTO MENESES - PICOS / PICOS - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 14 DE JULHO ÀS 9:20 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; SANDY TOMÉ GONÇALVES - COQUEIRO / COQUEIRO - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 14 DE JULHO ÀS 9:40 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; REBECA ARAUJO DE MESQUITA - COQUEIRO / COQUEIRO - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 14 DE JULHO ÀS 10:00 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; LEANDRA TELES DA SILVA - FLORES / FLORES - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 14 DE JULHO ÀS 10:20 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; ROSILENE CAVALCANTE DE MATOS DA SILVA - MARANHÃO / MARANHÃO - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 14 DE JULHO ÀS 10:40 - DATA DA PERÍCIA

21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H; FELIPE LIMA DE SOUSA – LADEIRA / LADEIRA - DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 14 DE JULHO ÀS 11:00 - DATA DA PERÍCIA 21 DE JULHO A PARTIR DAS 14H ÀS 17H. 2. DA CONVOCAÇÃO E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA NOMEAÇÃO E POSSE, CONFORME ITEM 11 DO EDITAL Nº 01/2023: 11.1. A convocação fica condicionada o interesse da oportunidade e conveniência da Secretaria de Saúde do Município de Itapipoca/CE, e à satisfação das exigências constantes deste Edital, respeitando o prazo de validade previsto no subitem 2.4 e de outras condições complementares exigidas de acordo com a legislação vigente, obedecendo-se estritamente a ordem de classificação do Resultado Final. 11.1.1. A Secretaria de Saúde do Município de Itapipoca/CE dará ampla publicidade ao ato de convocação dos candidatos classificados neste certame, respeitando estritamente o número de vagas informadas no subitem 1.1. 11.1.2. Após a homologação do resultado final, o candidato, quando convocado, deverá imprimir e assinar a **ficha eletrônica de inscrição** para entregá-la junto com as cópias dos documentos previstos no subitem 11.2, I e II, presencialmente, em data e endereço informado no ato convocatório. **Sendo considerado desistente o participante que não comparecer.** 11.1.3. Caso deseje, o classificado poderá requisitar a postergação de sua convocação, medida que o fará ocupar a última colocação entre os demais selecionados no certame. 11.2. O candidato classificado e convocado para assumir uma das vagas previstas, ou seu procurador legal (de posse de procuração pública, com poderes específicos para esta seleção, acompanhado da cópia da cédula de identidade autenticada ou nos termos do subitem 11.5, do outorgado) deverá comparecer em local informado, conforme subitem 11.1.2, com as cópias dos seguintes documentos: **I – Documentos autenticados ou nos termos do subitem 11.6:** a) Cópia do diploma de conclusão do Ensino Médio. Exceto os casos previstos no subitem 4.4.1, em que será dispensada a juntada deste documento; b) Cópia da carteira de identidade (frente e verso), nos termos do subitem 9.5 deste Edital; c) Cópia do CPF; d) Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento; e) Cópia da carteira de Reservista do Serviço Militar, para os participantes do sexo masculino; f) Cópia do comprovante de residência domiciliar (contas de água, luz, telefone ou IPTU) da microrregião escolhida para atuar, **desde a data da publicação deste Edital;** g) Cópia do certificado do curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas. **II – Documentos não autenticados:** a) 02 (duas) foto 3x4 de frente e recente, com o nome completo do Participante escrito no verso; b) Cópia ou declaração de registro do PIS, NIT ou PASEP; c) Cópia do Título de Eleitor e a certidão de quitação eleitoral da última votação; d) Cópia das certidões dos setores de distribuição dos foros criminais, das Justiças Federal e Estadual, dos lugares em que tenha residido nos últimos cinco anos; e) Cópia da folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses; f) Dados da conta corrente (caso tenha) contendo: nome do banco, número do banco, agência e número da conta. g) Declaração de não acúmulo de cargo, função e/ou emprego público, conforme previsto no art. 37, XVI, a, b e c da CF/88, modelo no ANEXO I; h) Declaração de bens que constitui seu patrimônio, atualizada, modelo no ANEXO II. **III – Dos exames admissionais:** 1. Hemograma completo com plaquetas; 2. Coagulograma; 3. Ureia; 4. Glicemia em jejum; 5. Creatinina; 6. Colesterol total e frações; 7. Triglicerídeos; 8. Gama GT; 9. TGO; 10. TGP; 11. Sorologia para doença de chagas, VDRL, HBSAg, ANTI HBs e ANTI HBe e ANTI HVC; 12. Raio X do tórax em PA com laudos; 13. ECG (Eletrocardiograma com laudo); 14. Atestado de Saúde Ocupacional (fornecido por médico do trabalho); e; 15. Laudo de Sanidade Mental emitido por psiquiatra. 11.3. Em nenhuma hipótese será aceita a anexação ou substituição de qualquer documento após a entrega ou fora do período estabelecido para a entrega de documentos, nem o seu encaminhamento por fac-símile ou correio eletrônico. 11.4. A procuração, caso haja, deverá ser formalizada unicamente por meio de instrumento público (expedida em cartório competente). 11.5. Nos termos dos incisos I e II do art. 3º da Lei nº 13.726/2018, é dispensada a exigência de reconhecimento de firma pelo cartório, desde que o agente administrativo confronte a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou, estando este presente, assine o documento diante do agente, o qual lavrará a sua autenticidade no próprio documento. Dispensa-se também a autenticação, via cartório, de cópia de documento, mediante a comparação entre o original e a cópia, cabendo ao agente administrativo atestar a sua autenticidade. 2. A entrega da documentação, I e II, será feita na **Sede Da Secretaria Municipal De Saúde, localizado na Rua Urbano Barbosa, nº 546, Centro, Itapipoca/CE, cep nº 62500-028, nos dias 12, 13 e 14 de julho de 2023, de 8h às 12h e 13h às 17h, preferencialmente, no horário acima agendado para cada candidato.** 3. No dia 19, 20 e 21 de julho de 2023 o candidato deverá comparecer no Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Itapipoca (ITAPREV), situado na Rua Caio Prado, Nº 730, São Sebastião, Cep Nº 62508-000, Itapipoca/Ce, munido dos exames de saúde pré-admissionais, constante no Item III deste edital, e documento constante no ANEXO III, perante junta médica oficial designada pelo município para avaliação médica, que avaliará a aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, sob pena de renúncia tácita do candidato e, consequentemente, perda do direito à nomeação ao cargo para o qual foi aprovado. 4. O dia, horário e local da perícia está agendado no Item 1 deste Edital, o candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário agendado. 5. No dia 01 de agosto de 2023 será dado a posse, em local a ser informado posteriormente, aos candidatos aptos para assumirem suas respectivas vagas. 6. O presente Edital de Convocação, será publicado no endereço eletrônico www.itapipoca.ce.gov.br, nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Itapipoca/CE e no quadro de avisos da Prefeitura, atendendo a necessidade e conveniência de cada ente administrativo da Prefeitura de Itapipoca. 7. É de inteira responsabilidade do candidato a sua omissão quanto ao que for publicado ou divulgado. 8. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação. **Itapipoca-CE, 07 de Julho de 2023. Vanessa Kelry Montenegro de Oliveira – Secretária Executiva de Saúde de Itapipoca.**

*** ** *

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL – EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO SPU Nº P245410/2023 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DP23010 – SMS – OBJETO: Contratação do serviço de fornecimento e o uso do sistema de distribuição de energia elétrica de alta-tensão (Grupo A), visando atender as necessidades das Unidades da Secretaria Municipal da Saúde de Sobral - CE. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 24, inciso XXII, e o Art. 26, parágrafo único, inciso II, da Lei Nº 8.666/1993 e suas alterações. **CONTRATADA:** COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o Nº 07.047.251/0001-70. **VALOR GLOBAL: R\$ 1.033.062,82** (Um Milhão e Trinta e Três Mil e Sessenta e Dois Reais e Oitenta e Dois Centavos). **DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:** 07.01.10.305.0074.2307.33903900.1500100200; 07.01.10.305.0074.2307.33903900.1600000000; 07.01.10.302.0073.2376.33903900.1500100200; 07.01.10.302.0073.2376.33903900.1600000000; 07.01.10.302.0073.2376.33903900.1621000000; 07.01.10.302.0073.2384.33903900.1500100200; 07.01.10.302.0073.2384.33903900.1600000000; 07.01.10.302.0073.2384.33903900.1621000000; 07.01.10.301.0073.2418.33903900.1500100200; 07.01.10.301.0073.2418.33903900.1600000000; 07.01.10.122.0500.2570.33903900.1500100200; 07.02.10.122.0500.2441.33903900.1500100200. **Sobral-CE, 07 de Julho de 2023. Letícia Reichel dos Santos – Secretária Municipal da Saúde.**

*** ** *

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TARRAFAS - EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2019.02.25.001E. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TARRAFAS, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; OBJETO: CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, JUNTO À REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TARRAFAS/CE, DURANTE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRATADA: CONSTRUTORA NOVA LIDERANÇA EVENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 17.302.916/0001-07; JUSTIFICATIVA DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA VIGIR NO **PERÍODO DE 01.05.2022 A 31.08.2022**; FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 57, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E PREVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL; VALOR GLOBAL: R\$ 436.304,00 (QUATROCENTOS E TRINTA SEIS MIL TREZENTOS E QUATRO REAIS). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Nº 03.0300.12.361.0032.2013 – ELEMENTO 3.3.90.39.00; SIGNATÁRIOS: CONTRATANTE – FRANCISCA HILDETE RODRIGUES; CONTRATADA: CLÁUDIO ALVES PALÁCIO. TARRAFAS - CEARÁ, 27 DE ABRIL DE 2022. LUIZ ALVES MATIAS - PREGOEIRO.

*** ** *

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TARRAFAS - EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2019.02.25.001E. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TARRAFAS, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; OBJETO: CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, JUNTO À REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TARRAFAS/CE, DURANTE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRATADA: CONSTRUTORA NOVA LIDERANÇA EVENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 17.302.916/0001-07; JUSTIFICATIVA DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA VIGIR NO **PERÍODO DE 01.09.2022 A 31.12.2022**; FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 57, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E PREVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL; VALOR GLOBAL: R\$ 436.304,00 (QUATROCENTOS E TRINTA SEIS MIL TREZENTOS E QUATRO REAIS). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Nº 03.0300.12.361.0032.2013 – ELEMENTO 3.3.90.39.00; SIGNATÁRIOS: CONTRATANTE – FRANCISCA HILDETE RODRIGUES; CONTRATADA: CLÁUDIO ALVES PALÁCIO. TARRAFAS - CEARÁ, 29 DE AGOSTO DE 2022. LUIZ ALVES MATIAS - PREGOEIRO.

*** ** *

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Novo Oriente. A Comissão de Licitação torna público que no próximo dia 25 de julho de 2023 às 09:00 horas, estará abrindo licitação na modalidade Tomada de Preços Nº 04.004/2023, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados no levantamento de informações utilizadas no cálculo do índice de participação municipal no rateio do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte individual para atender as necessidades da Secretaria de Administração/Finanças do Município de Novo Oriente - CE. O edital completo poderá ser adquirido na sala de licitações, nos dias úteis após esta publicação, no horário de atendimento ao público das 08:00 às 12:00 horas. **Novo Oriente/CE, 10/07/2023. Paulo Sérgio Andrade Bonfim - Presidente da CPL.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TARRAFAS - **EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2019.02.25.001E**. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TARRAFAS, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; OBJETO: CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, JUNTO À REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TARRAFAS/CE, DURANTE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRATADA: CONSTRUTORA NOVA LIDERANÇA EVENTOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 17.302.916/0001-07; JUSTIFICATIVA DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO PARA VIGIR NO **PERÍODO DE 01.01.2022 A 30.04.2022**; FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 57, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E PREVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL; VALOR GLOBAL: R\$ 269.742,00 (DUZENTOS E SESENTA E NOVE MIL SETECENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Nº 03.0300.12.361.0032.2011 – ELEMENTO 3.3.90.39.00; SIGNATÁRIOS: CONTRATANTE – FRANCISCA HILDETE RODRIGUES; CONTRATADA: CLAUDIO ALVES PALÁCIO. TARRAFAS - CEARÁ, 27 DE DEZEMBRO DE 2021. LUIZ ALVES MATIAS - PREGOEIRO.

*** **

Prefeitura Municipal de Beberibe - Extrato do Termo de Adjudicação e Homologação Tomada de Preços nº 02.24.01/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada para a construção de um sistema de abastecimento de água na comunidade de Sussuarana, e a perfuração de 3 (três) poços profundos nas localidades: Córrego do Moreira, Ponta D'Água e Cutia no Município, junto a Secretaria de Infraestrutura. (Convênio FUNASA nº 003/21). Vencedora: Construtora Beija-Flor LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 09.586.891/0001-84, com endereço na Rua.: Thomas Edison, nº 1387, Pavimento 1, Itaperi, Fortaleza/CE, CEP: 60.714-070, vencedora do certame por ter apresentado o preço mais vantajoso dentre as propostas classificadas e por cumprir todas as exigências do edital, com o valor global de R\$ 1.226.380,57. Adjudicado e Homologado pelo Secretário, Sr. Edson Lima, o presente processo de licitação na forma da lei. Data: 07/07/2023.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE/CE – **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2023-SEPLAF**. Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças – Regente: Pregoeiro e Equipe de Apoio – Processo Originário: Pregão Eletrônico Nº 009/2023-SEPLAF– Objeto: Registro de preços visando eventuais e futuras aquisições de material gráfico para diversas secretarias do município de Guaraciaba do Norte-CE– Local de Acesso ao Edital: Avenida Monsenhor Furtado, nº 55, Centro, CEP: 62.380-000 - Guaraciaba do Norte/Ceará; <https://bll.org.br>; https://www.portalmunicipios.com.br/sistema/externo/licitacoes/processo.asp?vEMP_CNPJ=07569205000131; <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br> – Funcionamento do Órgão: Segunda à Sexta de 08h às 12h e das 13h às 15h– Local de Realização da Licitação: <https://bll.org.br> – Data de Abertura: 21/07/2023 – Horário: 13H30MIN–Pregoeiro: Emanuel Fernando Ribeiro. **Guaraciaba do Norte - CE, 07/07/2023. Emanuel Fernando Ribeiro - Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ – **AVISO DE LICITAÇÃO. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº TP-001/2023-SEDESE. OBJETO:** Contratação de Obras e Serviços de Engenharia para executar a **Construção de 01 (um) Centro de Serviço de Convivência**, a ser localizado na Rua Senador Fernandes Távora, Centro, deste Município, de responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento Social e Econômico, conforme Planilhas de Orçamento, Cronograma Físico Financeiro, Memorial de Cálculo, Composição de B.D.I, Composição de Preços Unitários, Composição de Encargos Sociais, Memorial Descritivo e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, em anexo. **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço Global. **REGIME DE EXECUÇÃO:** Indireta. A Comissão de Licitação comunica aos interessados que no **dia 27 de julho de 2023, às 08:00 horas**, na sala da Comissão de Licitação, estará recebendo os envelopes de Habilitação e Proposta de Preços, para a licitação do objeto acima citado. A Comissão.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLE-CE **AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS Nº 08.03.001/2023 ACPLP DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLE/CE, TORNA PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE NO PRÓXIMO DIA 11 DE JULHO DE 2023, ÀS 10H00MIN, NA SEDE DA PREFEITURA, LOCALIZADA À AV. CAPITÃO BRITO, S/N, CENTRO – MARTINÓPOLE /CE, ESTARÁ REALIZANDO ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, TOMBADA SOB O Nº 08.03.001/2023, COM FINS A OBJETO: CONTRATAÇÃO ---DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EMPEDRA TOSCANAS DIVERSAS RUAS DA LOCALIDADE VILA SÃO JOSE NO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLE-CE. INFORMAÇÕES NA SEDE DA CPLP, LOCALIZADA À AV. CAPITÃO BRITO, S/N, CENTRO – MARTINÓPOLE /CE, NO HORÁRIO DE 08:00 ÀS 12:00H. MARTINÓPOLE/CE, 07 DE JULHO DE 2023. FRANCISCO DAS CHAGAS LOURENÇO ALVES – PRESIDENTE DA CPLP.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ - **AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS Nº 0405.02/2023** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura do Município de Baturité/CE - torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 12 de julho de 2023 às 16h, na Sede da Prefeitura localizada à Travessa Cícero Segundo da Costa, S/N, Centro, Baturité/CE, será realizada a abertura das Propostas de Preços da licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 0405.02/2023**, com o seguinte objeto: **CONSTRUÇÃO DE UMA ARENINHA NO BAIRRO DAS LARGES EM BATURITÉ/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO**. Para maiores informações dirijam-se a Sede da Comissão Permanente de Licitação, no horário de 08h às 12h. Nylmara Gleice Moreira de Oliveira – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MERUOCA. O Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do município de Meruoca-Ce, torna público o extrato do Instrumento Contratual resultante da **TOMADA DE PREÇOS Nº 1603.01/2023. UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0501.15.451.0078.1.004- Pavimentação em pedra tosca de Vias e Logradouros Públicos. ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51.00. OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NO DISTRITO DE ANIL, MUNICÍPIO DE MERUOCA-CE. CONTRATADA: AB2 ENGENHARIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME - CNPJ: 18.777.967/0001-40. VALOR GLOBAL: R\$ 340.023,43 (trezentos e quarenta mil, vinte e três reais e quarenta e três centavos). ASSINA PELA CONTRATADA: Anibal Sales Oliveira Bastos. ASSINA PELA CONTRATANTE: Francisco Gilvan Miguel Santos. **Francisco Aldir Lima Pereira – Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Meruoca.****

*** **

ESTADO DO CEARÁ – CAMARA MUNICIPAL DE AURORA/CE– A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, LOCALIZADA NA RUA DR. GUEDES MARTINS, S/N, BAIRRO ARAÇÁ, AURORA/CE, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE NO DIA 26 DE JULHO DE 2023, ÀS 09:00HS, ESTARÁ ABRINDO LICITAÇÃO NA MODALIDADE **TOMADA DA PREÇO Nº 2023.07.07.01**, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE GESTÃO DOCUMENTAL, INFORMAÇÕES, CONTEMPLADO O EXPURGO, LIMPEZA E RECUPERAÇÃO E A DIGITALIZAÇÃO DE TODO ACERVO DOCUMENTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE AURORA/CE, TUDO CONFORME ANEXO I. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ACIMA, OU NO SITE DO TCE/CE (PORTAL DE LICITAÇÕES DO TCE-CE), A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICAÇÃO, NO HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, DE 08:00 ÀS 12:00H. AURORA/CE, 07 DE JULHO DE 2023. KAYON LUCAS GONÇALVES LANDIM –PRESIDENTE DA CPLP.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR TABOSA – **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº GM-PP010/23SRP1 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº GM-PP010/23SRP1 – PROCESSO Nº GM-PP010/23SRP – PREGÃO PRESENCIAL Nº GM-PP010/23SRP – VALIDADE: 01 (Um) Ano. DATA: 31 de Maio de 2023. OBJETO:** Registro de Preços para Futuras e Eventuais Contratações de empresa para Aquisição de peças e acessórios em diversas marcas para suprir as necessidades da frota da Prefeitura de Monsenhor Tabosa. **EMPRESA: FRANCISCO ALVES DA SILVA COMERCIO – ME, CNPJ Nº: 47.483.246/0001-25. VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais). Percentual de desconto de 36% (trinta e seis por cento) na tabela. Monsenhor Tabosa-CE, 05 de Julho de 2023. Marcos Martins de Pinho – Ordenador de Despesa da Secretaria de Educação – Órgão Gerenciador.**



ESTADO DO CEARÁ – CÂMARA MUNICIPAL DE MUCAMBO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023.05.07.01-PE. O Pregoeiro Oficial da Câmara Municipal de Mucambo torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tombado sob o nº **2023.05.07.01-PE**, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE EXPURGO, LIMPEZA, RECUPERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TODO ACERVO DOCUMENTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUCAMBO, QUE SE ENCONTRAM NO ARQUIVO PÚBLICO, JUNTO A JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE MUCAMBO/CE, CONFORME ANEXO I.** A Sessão será realizada às **09:00** horas do dia **21 de Julho de 2023**, em Plataforma Digital conforme especificado no Edital. A documentação do Edital na íntegra poderá ser adquirido no endereço acima mencionado, no horário de 08:00 às 12:00 hs ou através dos sites www.licitacoes.tce.ce.gov.br/ e www.camaramucambo.ce.gov.br. Maiores informações no endereço citado ou pelo Fone: 0XX(88)3646-1133. Miguel Vicente Magalhães Junior – Pregoeiro Oficial.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL – AVISO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO SPU Nº P241643/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE23006 – CMT (SRP) (BB Nº 1000559) – A Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Sobral, por intermédio do Pregoeiro e membros da equipe de apoio designados, conforme o caso, pelos atos 031/2021, 032/2021, 042/2021, 935/2021 e 102/2022 - SEPLAG, comunica o resultado do Pregão Eletrônico Nº PE23006 – CMT (SRP) (BB Nº 1000559). **OBJETO:** Registro de Preço para Futuras e Eventuais Serviços de manutenção preventiva e corretiva de calçadas, passeios e logradouros públicos vinculados ao Município de Sobral (sede e distritos), com fornecimento de mão de obra, materiais e peça de reposição, por percentual de desconto sobre os itens da tabela de serviços e insumos da SEINFRA 27.1 e, subsidiariamente, a tabela de custos da SINAPI/CE 03/2023, ambas desoneradas. **TENDO COMO RESULTADO: REVOGADO. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – CENTRAL DE LICITAÇÕES. Sobral-CE, 06 de Julho de 2023. O Pregoeiro – Evandro de Sales Souza.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ – EXTRATO DO SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2020/SMC-TP – TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020/SMC-TP – OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa para executar os serviços de construção da 3ª (Terceira) Etapa do Estádio Municipal no Município de Cariré/CE, Parte Integrante deste Processo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O presente Contrato tem como fundamento o art. 57, § 1º, Inciso II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **DA PRORROGAÇÃO:** O presente aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo do contrato resultante do procedimento licitatório acima referido. O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias, com vigência a partir de 12 de Julho de 2023 até 09 de Dezembro de 2023. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Liduina Maria Evangelista Moraes Silva - Ordenadora de Despesas da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Caroline Silva de Sousa - **MANDACARU CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. Cariré-CE, 07 de Julho de 2023. Arnóbio de Azevedo Pereira – Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DO COREAÚ – AVISO DE LICITAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA Nº 2023.06.19.01/GAB-CHP – O Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal do Coreaú, torna público a Abertura de Chamada Pública Nº 2023.06.19.01/GAB-CHP, para **Credenciamento de Leiloeiro Oficial para realização de Leilão de bens inservíveis de propriedade do Município de Coreaú/CE**, com Recebimento de Documentação de interessados no período do dia **10 de Julho de 2023 até o dia 15 de Setembro de 2023**, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Av. Dom José, Nº 55, Centro, CEP 62.160-000, Coreaú, Ceará. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos junto à Comissão de Licitação no endereço já citado, a partir da publicação deste Aviso, no horário de 08h às 12h e nos Endereços Eletrônicos: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/abertas>, e <https://www.coreau.ce.gov.br>. Informações pelo E-mail: licitacaocoreau2021@gmail.com. **Coreaú-CE, 06 de Julho de 2023. Patrícia Fernandes Jacinto Araújo – Ordenadora de Despesas do Gabinete do Prefeito.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS – AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO PERP Nº 001.04.07.2023-DIV – A Pregoeira do Município de Russas torna público para conhecimento dos interessados que a Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico PERP Nº 001.04.07.2023-DIV, com Critério de Julgamento **Menor Preço por Lote**, tendo como **OBJETO** o Registro de Preços para a Futura e Eventual Contratação de prestação de serviços continuados de locação de impressoras, compreendendo instalação, manutenção e assistência técnica especializada dos equipamentos, visando atender às necessidades das Diversas Unidades Administrativas (Secretarias) da Prefeitura Municipal de Russas-CE, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência, foi **REVOGADO** por determinação da autoridade superior nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93. **Russas-CE, 07 de Julho de 2023. Roberta Carlos Gonçalves Bezerra – Pregoeira da Prefeitura Municipal de Russas.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MERUOCA. A Secretaria de Saúde do município de Meruoca-Ce, torna público o extrato do Instrumento Contratual resultante do **Pregão Eletrônico nº 2605.01/2023. UNIDADE ADMINISTRATIVA:** Secretaria de Saúde. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA PARA O MUNICÍPIO DE MERUOCA-CE, CONFORME TERMO DE AJUSTE Nº 58/2023 E MAPP Nº 4648. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Manut. Programa Média e Alta Complexidade - 0701.10.302.0176.2.054. **ELEMENTO DE DESPESAS:** 4.4.90.52.00. **CONTRATADA:** AUTONORTE VEÍCULOS LTDA. CNPJ Nº: 02.654.827/0001-44. **ASSINANTE:** Raman Correa Chaves. **VALOR GLOBAL:** R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** da data da assinatura do contrato, até 31 de dezembro de 2023. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Francisco Gilvan Miguel Santos. Meruoca-Ce, 06 de julho de 2023. Francisco Aldir Lima Pereira - Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Meruoca.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Solonópole - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2023.07.03.01 - PE. A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Solonópole – Ceará, torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 21 de julho de 2023, às 08:00h (oito horas), por meio do sítio “www.licitacoes-e.com.br”, estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico, modo de disputa Aberto e Fechado, critério de julgamento Menor Preço por Item, tombado sob o nº 2023.07.03.01 - PE, com fins ao aquisição de mini porta pallet, para a Central de Abastecimento Farmacêutica - CAF, de responsabilidade da Secretaria de Saúde do Município de Solonópole/CE, tudo conforme especificações contidas no projeto básico/termo de referência em anexo o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão, situada a Rua Dr. Queiroz Lima, nº 330, Centro – Solonópole/CE – CEP: 63.620-000 ou pelo site <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes>. Maiores informações no endereço citado, ou licita.solonopole@gmail.com ou telefone (88) 3518.1387, no horário de 07h30min às 11h30min. **Solonópole, 07 de julho de 2023. Maria Monica Barbosa - Pregoeira.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Solonópole - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2023.07.04.01 - SRP. A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Solonópole – Ceará, torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 21 de julho de 2023, às 10:30h (dez horas e trinta minutos), por meio do sítio “www.licitacoes-e.com.br”, estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico, modo de disputa Aberto e Fechado, critério de julgamento Menor Preço por Lote, tombado sob o nº 2023.07.04.01 - SRP, com fins para o Registro de Preço visando a futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de arbitragem nos projetos desenvolvidos pela Secretaria de Cultura, Esporte e Juventude do Município de Solonópole, tudo conforme especificações contidas no projeto básico/termo de referência em anexo, o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão, situada a Rua Dr. Queiroz Lima, nº 330, Centro – Solonópole/CE - CEP 63.620-000 ou pelo site <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes>. Maiores informações no endereço citado ou licita.solonopole@gmail.com ou fone (88) 3518.1387, no horário de 07:30h às 11:30h. **Solonópole, 07 de julho de 2023. Maria Mônica Barbosa - Pregoeira Oficial.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Maracanaú - Secretaria de Recursos Humanos e Patrimoniais - Concurso Público para Agente de Defesa Civil e Agente Fiscalizador de Trânsito e Transporte - Edital Nº 011/2023, de 25 de maio de 2023 - Aditivo Nº 02, de 07 de julho de 2023. A Prefeitura Municipal de Maracanaú, por meio da Secretaria de Recursos Humanos e Patrimoniais e intermédio da Comissão Organizadora, Deliberativa e Fiscalizadora, instituída pela Portaria nº 1.565/2023, torna público o Aditivo Nº 02 ao Edital Nº 011/2023, de 25 de maio de 2023, que rege a realização de Concurso Público para provimento de 6 (seis) vagas para o cargo de Agente de Defesa Civil e 30 (trinta) vagas para o cargo de Agente Fiscalizador de Trânsito e Transporte, e formação de cadastro de reserva, acessível em sua íntegra no endereço eletrônico www.idecan.org.br. **Maracanaú/CE, 07 de julho de 2023.**

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Solonópole - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2023.07.05.01 - SRP. A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Solonópole – Ceará, torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 24 de julho de 2023, às 08:00h (oito horas), por meio do sítio “www.licitacoes-e.com.br”, estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico, modo de disputa Aberto e Fechado, critério de julgamento Menor Preço por Lote, tombado sob o nº 2023.07.05.01 - SRP, com fins ao Registro de Preço visando a futura e eventual aquisição de material gráfico e serigráfico para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Solonópole, tudo conforme especificações contidas no projeto básico/termo de referência em anexo o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão, situada a Rua Dr. Queiroz Lima, nº 330, Centro – Solonópole/CE - CEP 63.620-000 ou pelo site <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes>. Maiores informações no endereço citado, ou licita.solonopole@gmail.com ou telefone (88) 3518.1387, no horário de 07h30min às 11h30min. **Solonópole, 07 de julho de 2023. Maria Monica Barbosa – Pregoeira.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Independência - Aviso de Adjudicação e Homologação - Tomada de Preços Nº IN-TP005/23. A Secretaria de Infraestrutura, no uso de suas atribuições legais e, considerando haver a Comissão de Licitação, cumprido todas as exigências do procedimento de licitação, Tomada de Preços nº IN-TP005/23, cujo objeto é execução dos serviços de construção da Praça do Povoado de Nova Olinda, na Zona Rural do Município de Independência/CE, vem publicar o resultado da homologação e adjudicação para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos. Assim, nos termos da legislação vigente, fica o presente processo Homologado e Adjudicado em favor da empresa Construtora Moraes – LTDA, pelo valor global de R\$ 188.648,18 (cento e oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e dezoito centavos). **Pethulia Almeida Gomes – Secretária. Independência/CE, 07 de julho de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pedra Branca - Aviso de Chamada Pública Nº 001/2023-CH. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis) da Agricultura Familiar, destinados ao Atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Pedra Branca/CE, de acordo com a Lei nº 11.947, de 16/06/2009, Resolução nº 26 do FNDE, de 17/06/2013. A Prefeitura Municipal de Pedra Branca-CE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua José Joaquim de Souza, 10, Centro de Pedra Branca/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.726.540/0001-04, através da Secretaria de Educação torna pública que no dia 31 de Julho de 2023 às 08:30 horas, na sala da Comissão de Licitação, receberá propostas e documentação para: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Perecíveis) da Agricultura Familiar, Destinados ao Atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Pedra Branca/CE, de acordo com a Lei nº 11.947, de 16/06/2009, Resolução nº 26 do FNDE, de 17/06/2013. Chamada Pública nº 001/2023-CH. Os projetos de vendas poderão ser adquiridos Junto a Comissão de Licitação, no endereço supracitado, no horário de 08:00 às 12:00 horas. **Pedra Branca/CE, 07 de julho de 2023. Francisco Luciano Rodrigues de Souza – Ordenador de Despesa da Secretaria de Educação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pedra Branca - Extrato do 5º Termo Aditivo. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Município de Pedra Branca, torna público o Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2022/01, decorrente do processo licitatório na modalidade Concorrência nº 001/2022-CP, cujo objeto é construção de um sistema de abastecimento d'água, com extensão de 26.380m da captação no Açude Cachoeira dos Germanos no Município de Quixeramobim/CE e seu injetamento a Rede de Distribuição de Água da Cidade de Pedra Branca/CE. Contratante: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Contratado: Cimencol Construccoes e Servicos EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 23.587.215/0001-56 estabelecida à Rua Eduardo Garcia, Nº 1000, Sala: F, Aldeota, Fortaleza-CE Cep: 60.150-100. Fundamentação Legal: Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Data do Aditivo: 17/07/2023. Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias. Assina pelo Contratante: Eudasio Fernandes Cezar. Assina pela Contratada: Germano Vasconcelos Ferreira Gomes.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cedro - Extrato de Inexigibilidade de Licitação. A Secretaria de Turismo do Município de Cedro/CE, através do Ordenador de Despesas do Fundo Geral, Sr. Manoel Bezerra Filho faz publicar o extrato resumido do processo Inexigibilidade de Licitação Nº 2605.01/2023-03, cujo objeto é a contratação dos serviços a serem prestados na apresentação artística da cantora consagrada pela Mídia Nacional “Taty Girl” durante as festividades do Chitão em 15 de julho de 2023, junto a Secretaria de Turismo do Município de Cedro/CE. Termo de Contrato Nº 0407.01/2023-03. Contratada: Taty Girl Gravações, Edições Musicais e Eventos LTDA, com endereço na Rua Heráclito Graça, Nº. 300, Centro, Complemento 3, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 23.268.243/0001-00, CEP: 60.140-060, neste ato representada por sócio o Sr. Rosemberg da Silva Pedrosa inscrito no CPF sob o No. 620.764.853-68. Valor global: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), Dotação Orçamentária nº 0210.23.695.0018.1.025 (Eventos de promoção ao desenvolvimento do turismo) e Elemento de Despesas nº 3390.39.00, a correr por conta dos recursos do Programa de Trabalho. Fundamento Legal: inciso III, do artigo 25, da Lei no 8666/93 e suas alterações posteriores. Declaração e ratificação emitida e publicadas pelo Ordenador de Despesas do Fundo Geral. **Cedro-CE, 06 de julho de 2023. Manoel Bezerra Filho - Ordenador de Despesas do Fundo Geral.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cedro - Extrato de Inexigibilidade de Licitação. A Secretaria de Turismo do Município de Cedro/CE, através do Ordenador de Despesas do Fundo Geral, Sr. Manoel Bezerra Filho faz publicar o extrato resumido do processo Inexigibilidade de Licitação Nº 0606.01/2023-03, cujo objeto é a contratação dos serviços a serem prestados na apresentação artística da banda consagrada pela mídia nacional “Caviar com Rapadura” durante as festividades do Chitão em 15 de julho de 2023, junto a Secretaria de Turismo do Município de Cedro/CE. Termo de Contrato Nº 0407.02/2023-03. Contratada: Show Premium Empreendimentos Culturais LTDA, com endereço na Rua João Cordeiro, nº 3069, Bairro Joaquim Távora, Fortaleza/CE, CEP: 60.110-535 inscrita no CNPJ sob o nº 36.449.014/0001-34, neste ato representada por seu sócio o Sr. José Augusto Leal Rodrigues inscrito no CPF nº 599.363.395-68. Valor global: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), dotação orçamentária nº 0210.23.695.0018.1.025 (Eventos de promoção ao desenvolvimento do turismo) e elemento de despesas nº 3390.39.00, a correr por conta dos recursos do Programa de Trabalho. Fundamento Legal: inciso III, do artigo 25, da Lei no 8666/93 e suas alterações posteriores. Declaração e ratificação emitida e publicadas pelo Ordenador de Despesas do Fundo Geral. **Cedro-CE, 06 de julho de 2023. Manoel Bezerra Filho - Ordenador de Despesas do Fundo Geral.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cedro - Extrato de Inexigibilidade de Licitação. A Secretaria de Turismo do Município de Cedro/CE, através do Ordenador de Despesas do Fundo Geral, Sr. Manoel Bezerra Filho faz publicar o extrato resumido do processo Inexigibilidade de Licitação Nº 2605.01/2023-03, cujo objeto é a contratação dos serviços a serem prestados na apresentação artística do cantor consagrado pela mídia nacional “Vitor Vaqueiro” durante as festividades do Chitão em 15 de julho de 2023, junto a Secretaria de Turismo do Município de Cedro/CE. Termo de Contrato Nº 0507.01/2023-03, Contratada: Vitor Vaqueiro Shows e Eventos LTDA, com endereço Sítio Serra Verde, S/N, Sala A, Zona Rural, CEP: 55.120-000, Riacho das Almas/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 42.972.590/0001-64, neste ato representada por sua sócia administradora a Sra. Maria Walmíria Silva de Oliveira inscrita no CPF sob o Nº 947.829.113-00. Valor global: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), dotação orçamentária nº. 0210.23.695.0018.1.025 (Eventos de promoção ao desenvolvimento do turismo) e elemento de despesas nº 3390.39.00, a correr por conta dos recursos do Programa de Trabalho. Fundamento Legal: inciso III, do artigo 25, da Lei no 8666/93 e suas alterações posteriores. Declaração e ratificação emitida e publicadas pelo Ordenador de Despesas do Fundo Geral. **Cedro-CE, 06 de julho de 2023. Manoel Bezerra Filho - Ordenador de Despesas do Fundo Geral.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Horizonte - Aviso de Alteração com Adiamento de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2023.06.02.1-PE. A Pregoeira Oficial do Município de Horizonte/CE comunica aos interessados a alteração do Edital do Pregão Eletrônico Nº 2023.06.02.1-PE, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de instalação, desinstalação e manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionados, bem como elaboração de PMOC – Plano de Manutenção e Controle dos Condicionadores de ar, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Horizonte, conforme Portaria do Ministério da Saúde Nº 3.523, de 28/08/1998, incluindo materiais de limpeza, fornecimento e reposição de peças. Fica retificado o subitem 8.7.1, alínea “a” e subitem 8.7.2 alínea “a” do edital, bem como o anexo I - Termo de Referência, o subitem 6.7.1, alínea “a” subitem 6.7.2 alínea “a”. Em virtude das modificações procedidas no Edital, fica adiado. O prazo de cadastramento das Cartas Propostas e abertura para análise das propostas será até às 08h30min do dia 24 de julho de 2023, com abertura para análise das propostas às 08h30min. A íntegra do Edital retificado e demais informações poderão ser obtidas nos endereços eletrônicos www.comprasnet.gov.br, www.horizonte.ce.gov.br e www.tce.ce.gov.br a partir da data desta publicação. **Horizonte/CE, 07 de julho de 2023. Francisca Jorangela Barbosa Almeida - Pregoeira Oficial.**

*** **



Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pereiro – Extrato do Contrato. A Secretaria de Educação e Desporto do Município de Pereiro/Ce, torna público o extrato do Contrato Nº 04.07.01/2023 e Nº 04.07.02/2023, resultante da Concorrência Nº 30.03.02/2023. Objeto: Reforma e ampliação de Unidades Escolares, Secretaria de Educação e Desporto, Setor Almoxarifado, junto a Secretaria de Educação e Desporto, conforme anexo I. Unidade Administrativa: Secretaria de Educação e Desporto. Dotação orçamentária: 0404.12.122.0231.2.008 - 0404.12.361.0231.1.002 - 1313.12.361.0231.2.062. Elemento de despesa: 44.90.51.00. Contrato Nº 04.07.01/2023 - Contratada: Construlimp Construções e Serviços LTDA, CNPJ Nº 17.458.040/0001-84. Valor: R\$ 1.517.819,66 (hum milhão, quinhentos e dezessete mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos). Contrato Nº 04.07.01/2023 - Contratada: Construlimp Construções e Serviços LTDA, CNPJ Nº 17.458.040/0001-84. Valor: R\$ 2.568.883,65 (dois milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos). Assina pela contratada: Aline Custódio Caetano, CPF nº 299.184.053-68. Assina pelo Contratante: Alcides Leite da Silva Neto. Prazo de execução: 12 (doze) meses. **Pereiro/Ce, 04 de julho de 2023. Ermilson dos Santos Queiroz - Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Município de São Gonçalo do Amarante – Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 030.2023 - SRP. O Pregoeiro do Município de São Gonçalo do Amarante/CE torna público para conhecimento dos interessados a abertura do Pregão Eletrônico Nº 030.2023 - SRP, cujo objeto é a seleção de melhor proposta para Registro de Preços visando futuras e eventuais aquisição de bandeiras para atender as demandas da Secretaria de Governo do Município de São Gonçalo do Amarante/CE (exclusivos para ME/EPP). Início do acolhimento das propostas de preços: 11/07/2023 às 17h30min. Data de abertura das propostas de preços: 24/07/2023 às 09h30min. Para efeito desta licitação deverá ser levado em consideração o horário oficial de Brasília. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos seguintes sítios eletrônicos: www.bbmnet.com.br; www.tce.ce.gov.br; www.saogoncalodoamarante.ce.gov.br. **São Gonçalo do Amarante/CE, 07 de julho de 2023. Neemias da Mota Sales – Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Abaiara - Aviso de Licitação – Concorrência Pública nº 2023.07.07.1. O Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Abaiara/CE, torna público que estará realizando, Certame Licitatório cujo objeto é a concessão de uso de espaço físico de imóvel, denominado de Mercado Público Central Amâncio Tavares Leite (Boxes e Restaurante), localizado no Município de Abaiara/CE, conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com recebimento dos envelopes de Habilitação e Propostas de Preços marcado para o dia 11 de agosto de 2023, às 08:30 (oito e trinta) horas. Maiores informações e entrega de Editais na sede da CPL, sito na Rua Padre José Leite Sampaio, s/n – Centro, Abaiara/CE, no horário de 08:00 às 12:00 horas ou pelo e-mail liciara2017@outlook.com. **Abaiara/CE, 07 de julho de 2023. Maglionio Sampaio Araruna– Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Porteiras - Aviso de Licitação. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público, que será realizado Certame Licitatório na modalidade Tomada de Preços, tombada sob nº 2023.07.07.1, cujo objeto é a contratação de serviços a serem prestados na Modernização do Estádio de Futebol localizado na Sede do Município de Porteiras/CE, nos termos do Contrato de Repasse nº 916024/2021/MCIDADANIA/CAIXA, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Data e horário da abertura: Dia 26 de julho de 2023, às 09h00min. Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação através dos endereços eletrônicos: www.porteiras.ce.gov.br e www.tce.ce.gov.br. Maiores informações: (88) 3557-1254 (R-211). **Porteiras/CE, 07 de julho de 2023 – Alberto Pinheiro Torres Neto – Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Porteiras - Aviso de Concurso Público - Edital nº 001/2023. A Prefeitura Municipal de Porteiras – CE, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de cargos vagos existentes para os cargos de: Agente Administrativo, Agente Municipal de Trânsito, Assistente Social, Auxiliar de Serviços Gerais, Cozinheiro, Motorista, Professor Educação Infantil E Ensino Fundamental I - (1º ao 5º ano) - Polivalente, Professor Ensino Fundamental II - Ciências, Professor Ensino Fundamental II - Educação Física, Professor Ensino Fundamental II - Língua Portuguesa, Professor Ensino Fundamental II - Matemática, Psicólogo, Psicopedagogo, Terapeuta Ocupacional e Vigia. As inscrições serão realizadas online no site www.universidadepatativa.com.br, por meio de formulário de inscrição via internet. o pedido de isenção da taxa de inscrição acontecerá nos dias 10 e 11 de julho de 2023. as inscrições terão início às 09:00 horas do dia 12 de julho de 2023 e término às 23:59 horas do dia 30 de julho de 2023. **Fabio Pinheiro Cardoso – Prefeito Municipal de Porteiras (CE), 07 de julho de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pacatuba – Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 09.01/2023-PERP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos gerais, gerais controlados, genericos, genericos controlados com desconto no guia de preço da Tabela da ABC Farma/Guia da Farmácia, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Pacatuba – CE. A Pregoeira de Pacatuba-CE, torna público para conhecimento dos interessados que até o dia 25 de julho de 2023, às 08:00 horas (horário de Brasília), estará recebendo as propostas referentes a este Pregão, no endereço eletrônico “www.novobbmnet.com.br” Acesso Identificado no link – licitações públicas”. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico acima mencionado e também no site do www.tce.ce.gov.br/licitações. Quaisquer informações serão prestadas pela Pregoeira, durante o expediente normal (08:00 às 14:00 horas). **Iara Lopes de Aquino – Pregoeira. Pacatuba, 07 de Julho de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tauá – Aviso de Chamada Pública de Pesquisa de Mercado. A Secretaria da Saúde torna público para conhecimento dos interessados, que no período de 10/07/2023 até 14/07/2023, estará realizando a Chamada Pública de Pesquisa de Mercado Nº 15.07.01/2023-FMS, com a finalidade de identificar o maior número de fornecedores e estimar o preço de mercado para Aquisição de tinta tecnológica inseticida à base de água e micro encapsulamento de princípios ativos de controle de insetos, vetores e enfermidades endêmicas, com fornecimento de material e mão de obra, para pintura em paredes e afins, para atender à Secretaria da Saúde do Município de Tauá/CE, o qual encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Tauá (<https://www.taua.ce.gov.br/>) e por e-mail: ssmtauacecompras@gmail.com / pmtsetordecompras2021@gmail.com). **Tauá/CE, 06 de julho de 2023. Elisângela Vieira Felix – Ordenadora de Despesas.**

*** **

Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá – Chamamento Público Nº 2023.07.07.002 – CPSMT. Através do Secretário Executivo, Sr. Ariston Alves de Lima, torna público, para conhecimento dos interessados, que no período de 10 de julho de 2023 a 31 de julho de 2023, no horário de 09:00 às 12:00 horas, estará realizando Chamamento Público, para credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para a prestação de serviços especializados de saúde bucal nos procedimentos em atenção especializada, para atendimento das necessidades do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, junto ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá - CPSMT, o qual se encontra, na íntegra, à disposição de todos os interessados, na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Abigail Cidrão de Oliveira, 190, Colibris, na cidade de Tauá. **Tauá-CE, 10 de julho de 2023. Antônia Imária Caracas dos Santos – Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Campos Sales - Aviso de Licitação. A Câmara Municipal de Campos Sales, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que se encontra à disposição dos interessados, licitação na modalidade Tomada de Preços nº 2023.06.23.06.TP.CMC, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em locação de softwares diversos para órgão público, e prestação de serviços de acompanhamento e gerenciamento do fluxo operacional com disponibilidade de app fiscal, junto a Câmara Municipal de Campos Sales - CE., com data de abertura para o dia 27 de julho de 2023, às 10:00h, na sala da Comissão de Licitação das 08:15 às 11:45, situada na Rua Francisco Gomes de Souza, nº 190 – Bairro Centro – Campos Sales (CE), maiores informações pelo telefone (88) 99844.7897. **Campos Sales-CE, 07 de julho de 2023. Natália Gomes - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pereiro – Aviso de Licitação. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pereiro/CE, localizada na Rua Marta Silveira Maciel, nº 04, Centro, Pereiro(CE), comunica aos interessados que no dia 21 de julho de 2023, às 09:00hs, estará abrindo licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 0707.01/2023-SRP, cujo objeto é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisição de suprimentos para impressoras, destinados a atender as necessidades das Unidades Administrativas do Município de Pereiro-CE. O edital completo estará disponível no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de atendimento ao público, de 07:00 às 11:00hs, ou pelos os sites: www.bll.org.br ou pelo o Portal das Licitações: <http://municipios.tce.ce.gov.br/tce-municipios/>. **Pereiro-CE, 07 de julho de 2023. Ermilson dos Santos Queiroz - Pregoeiro.**

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pentecoste - Aviso de Licitação. A Comissão de Licitações do Município de Pentecoste torna público que se encontra à disposição dos interessados, a licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica, nº 10/2023-PE, Processo nº 2023.07.05.26-PE-ADM, do tipo Menor Preço por Grupo, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços destinados a realização do Campeonato Municipal de Futebol de Campo, Olimpíadas de Pentecoste e Campeonato Municipal de Futsal, junto a Secretaria de Esporte e Juventude do Município de Pentecoste. A realizar-se no dia 20 de julho de 2023, às 09:00hs (horário de Brasília), no Portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, maiores informações na sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Dr. Moreira de Azevedo S/N, - Centro - Pentecoste - Estado do Ceará, maiores informações pelo telefone (85) 3352-2617 / (85) 99104-6246 e nos sites www.tce.ce.gov.br / Portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>. **Pentecoste(CE), 07 de julho de 2023. Ivina Kágila Bezerra de Almeida - Pregoeira.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Paracuru - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2023.07.04.1-PE. O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Paracuru - Ceará, torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 21 de julho de 2023, às 08:30h (oito horas e trinta minutos), por meio do sítio "www.licitacoes-e.com.br", estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico Disputa Modo Aberto e Fechado, critério de julgamento Menor Preço por Lote, tombado sob o nº 2023.07.04.1-PE, com fins ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição do kit de uso individual dos agentes comunitários de saúde - (ACSs), de acordo com a Portaria MS nº 3.241, de 7 de dezembro de 2020; destinados à formação técnica dos agentes comunitários de saúde em relação ao Programa Saúde com agente atendendo às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Paracuru-CE; conforme termo de referência, o qual encontra-se na íntegra na Sede da Comissão, situada a Rua Coronel Meireles, nº 07, Centro - Paracuru/CE - CEP: 62.680-000. Maiores informações no endereço citado, pelo fone: (85) 3344.8802, no horário de 09:00h às 12:00h ou pelo site <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes>. **O Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pindoretama - Aviso de Licitação. O Município de Pindoretama, através da Secretaria de infraestrutura e serviços públicos, por meio da Comissão Permanente de Licitação torna público que se encontra a disposição dos interessados, Edital de Concorrência Pública nº 07.04.02/2023 que será realizado dia 14/08/2023, às 09h00min, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais, coleta de resíduos volumosos e entulho, varrição manual, capina, roçagem manual, poda e pintura de meio fio, junto a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Pindoretama/CE. Outras informações e aquisição do Edital os interessados deverão dirigir-se à Prefeitura Municipal de Pindoretama, sito a Rua: Juvenal Gondim, nº 221. Bairro: Centro, Pindoretama/CE, no horário de 08h00min as 14h00min. **Pindoretama/CE, 07 de Julho de 2023. Nilcirlene Melo de Oliveira - Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tianguá - Secretaria de Educação - Aviso de Concorrência Pública Nº 05/2023-SEMED. A Secretaria de Educação, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que estará recebendo até às 08h30min do dia 10 de agosto de 2023, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Av. Moisés Moita no 785, Bairro Nenê Plácido - Tianguá-CE, documentação de habilitação e proposta de preços para a Concorrência Pública nº 05/2023-SEMED - contratação dos serviços de ampliação e reforma das escolas: E.E.I.F. Santo Agostinho (Sítio Laranjeiras), E.E.I.F. Nossa Senhora das Graças (Bairro Dom Timóteo), E.E.F. Ester de Aguiar Menezes (Bairro do Estádio), E.E.I.F. Dr. Edson Carvalho de Lima (Sítio Bodegas), E.E.F. Dom Francisco Javier Hernandez Arnedo (Bairro Régis Diniz) e E.E.I.F. Monsenhor Tibúrcio Gonçalves de Paula (Bairro Monsenhor Tibúrcio). O Edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço acima, das 08h às 17h, nos dias úteis, e nos sites: www.tce.ce.gov.br/licitacoes e www.tiangua.ce.gov.br. **Tianguá-CE, 07 de julho de 2023. Tiago Pereira Andrade e Vasconcelos - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Luís do Curu - Aviso de Licitação. O Município de São Luís do Curu, através da Secretaria de Infraestrutura, torna público que se encontra a disposição dos interessados, o Edital de licitação, na modalidade Tomada de Preços nº 0307.01.2023, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é a contratação empresa especializada para execução para reforma dos Cemitérios Municipais, junto a Secretaria de Infraestrutura de São Luís do Curu - CE, com data de abertura para o dia 26 de julho de 2023, às 09h00min na Sala da Comissão de Licitação, situado à Rua Rochael Moreira, s/n - Centro - São Luís do Curu - CE. **10 de julho de 2023. Otacilio Pinho Junior - Presidente da CPL; José Milson Ferreira Luz - Secretário de Infraestrutura.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ipueriras - Aviso de Licitação. Realização dia 20 de Julho de 2023 às 08h00min, início da disputa se dará a partir das 09h00min, Pregão Eletrônico, Registro de Preços, Menor Preço, Nº 030.23-PE-SEDUC, o edital poderá ser adquirido nos endereços: www.licitacoes-e.com.br/ e municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/. Objeto: Aquisição de livros paradidáticos, destinados ao atendimento das necessidades da implantação do Programa Pacto pela Educação no Município de Ipueriras, por intermédio da Secretaria de Educação, nos Termos do Convênio Nº 064/2021, Processo Nº 11840259/2021, celebrado com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Telefone para contato/informações: (88) 3685-1879, das 08hs00min às 12hs00min e de 13hs00min às 16hs00min. **Ipueriras/CE, 07 de Julho de 2023. Lucas Matos de Abreu Oliveira - Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará - Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá - Chamamento Público Nº 2023.07.07.001 - CPSMT. Através do Secretário Executivo, Sr. Ariston Alves de Lima, torna público, para conhecimento dos interessados, que no período de 10 de julho de 2023 a 31 de julho de 2023, no horário de 09:00 às 12:00 horas, estará realizando Chamamento Público, para credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para a prestação de serviços de saúde para atender as demandas da Policlínica Dr. Frutuoso Gomes de Freitas, junto ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Tauá, o qual se encontra, na íntegra, à disposição de todos os interessados, na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Abigail Cidrão de Oliveira, 190, Colibris, na cidade de Tauá. **Tauá-CE, 10 de julho de 2023. Antônia Imária Caracas dos Santos - Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pacatuba - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 09.015/2023-PERP. Objeto: Registro de Preços visando à aquisição de veículos para atender às necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Pacatuba-CE. A Pregoeira de Pacatuba-CE, torna público para conhecimento dos interessados que até o dia 24 de julho de 2023, às 08:00 horas (horário de Brasília), estará recebendo as propostas referentes a este Pregão, no endereço eletrônico "<https://novobmnet.com.br>" Acesso Identificado no link - licitações públicas". O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico acima mencionado e também no site do www.tce.ce.gov.br/licitacoes. Quaisquer informações serão prestadas pela Pregoeira, durante o expediente normal (08:00 às 16:00 horas). **Iara Lopes de Aquino - Pregoeira. Pacatuba-Ce, 07 de julho de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Abaiara - Aviso de Julgamento - Pregão Eletrônico nº 2023.05.15.1. O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Abaiara/CE, torna público, que em razão da desclassificação da empresa Select com e Serv LTDA para o lote 01 (único), fora realizado novo julgamento do Pregão Eletrônico nº 2023.05.15.1, sendo o seguinte: Empresa Vencedora Ferreira e Luna Comercio e Serviços LTDA junto ao lote 01 (único) sendo a mesma declarada habilitada por cumprimento integral às exigências do Edital. Maiores informações na sede da Comissão de Licitação, sito na Rua Padre José Leite Sampaio, S/N - Centro, Abaiara/CE. pelo e-mail liciaara2017@outlook.com, no horário de 08:00 às 12:00 horas ou ainda através da plataforma eletrônica www.bllcompras.com. **Abaiara/CE, 07 de julho de 2023. Carlos Mateus Bezerra Flores - Pregoeiro Oficial do Município.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira - Aviso (Processo Fracassado). A Pregoeira Oficial torna público que o certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 2023.06.23.1, cujo o objeto é a contratação de empresa especializada visando o fornecimento de Urnas Funerárias, incluindo a preparação do corpo, transporte e demais serviços, resultou Fracassado em virtude da desclassificação do único participante, conforme justificativa apresentada nos autos do processo. Maiores informações na sede da CPL ou ainda através da plataforma eletrônica "bllcompras.com". **Lavras da Mangabeira/CE, 07 de julho de 2023. Maria Josiana Bento de Oliveira - Pregoeira Oficial.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pacajus. A Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, avisa que no dia 25 de julho de 2023 às 10:00h, abrirá licitação na modalidade Tomada de Preço Nº 2023.07.06.002, cujo objeto é a pavimentação asfáltica em diversas Ruas do Bairro Cruz das Almas na Cidade de Pacajus/CE, do tipo Menor Preço Global, conforme edital e anexos, disponível na Comissão de licitação, no site do TCE: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/> e no site: <https://www.pacajus.ce.gov.br/>. **Pacajus-CE, 07 de julho de 2023.**



Estado do Ceará - Município de São Gonçalo do Amarante – Aviso de Julgamento das Propostas de Preços – Tomada de Preços Nº 005.2023 – TP. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do julgamento das propostas de preços das empresas declaradas habilitadas para a licitação acima referida. Após o julgamento foi declarada vencedora a seguinte empresa: FIX Consultoria e Serviços LTDA – ME com o valor global de R\$ 169.469,04 (cento e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quatro centavos). Ficando disponíveis vistas ao processo e aberto o prazo para a interposição de recursos referente a decisão de julgamento. **São Gonçalo do Amarante/CE, 07 de Julho de 2023. Anderson Augusto da Silva Rocha - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante - Extrato do Termo de Comodato Nº 01/2023 - Processo Nº 001/2023. A Comodatária: Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante/CE, CNPJ: 07.533.656/0001-19, representada por Luana Nunes Gomes, Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Gestão e o Comodante: Fácil Soluções Tecnológicas em Informática LTDA, CNPJ 07.527.919/0001-87, representada pelo Sr. Otávio Abrantes de Sá Ney, Celebram Termo de Comodato cujo objeto é o licenciamento de uso do programa de computador ConsigFácil, Sistema Eletrônico, via internet, de reserva de margem e controle de consignações, com desconto em folha de pagamento e outras avenças, de propriedade da Comodante, para uso no âmbito do Município de São Gonçalo do Amarante/CE. Data do comodato: 03/07/2023. Vigência: 12 (doze) meses.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Granjeiro - Extrato do Contrato, referente à Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 2022.07.28.1. Partes: o Município de Granjeiro, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e a empresa LC Serviços e Locação de Mão de Obra LTDA. Objeto: Contratação de serviços de engenharia para execução das obras de pavimentação em pedra tosca em diversas localidades no Município de Granjeiro/CE, nos moldes do Convênio nº 249/2022, firmado com a Superintendência de Obras Públicas - SOP, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total: R\$ 201.117,15 (duzentos e um mil cento e dezessete reais e quinze centavos). Prazo de Execução: 90 (noventa) dias. Vigência do Contrato: até 31/12/2023. Signatários: Luiz Marcio Pereira e Lucas da Conceição. **Granjeiro/CE, 30 de Maio de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Granjeiro - Extrato do Contrato, referente à Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 2022.07.28.1. Partes: o Município de Granjeiro, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e a empresa LC Serviços e Locação de Mão de Obra LTDA. Objeto: Contratação de serviços de engenharia para execução das obras de pavimentação em pedra tosca em diversas localidades no Município de Granjeiro/CE, nos moldes do Convênio nº 069/CIDADES/2022, firmado com o Governo do Ceará através da Secretaria das Cidades, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total: R\$ 108.395,04 (cento e oito mil trezentos e noventa e cinco reais e quatro centavos). Prazo de Execução: 90 (noventa) dias. Vigência do Contrato: até 31/12/2023. Signatários: Luiz Marcio Pereira e Lucas da Conceição. **Granjeiro/CE, 30 de Maio de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Granjeiro - Extrato do Contrato, referente à Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 2022.07.28.1. Partes: o Município de Granjeiro, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e a empresa LC Serviços e Locação de Mão de Obra LTDA. Objeto: Contratação de serviços de engenharia para execução das obras de pavimentação em pedra tosca em diversas localidades no Município de Granjeiro/CE, nos moldes do Convênio nº 234/2022, firmado com a Superintendência de Obras Públicas - SOP, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. Valor Total: R\$ 205.830,55 (duzentos e cinco mil oitocentos e trinta reais e cinquenta e cinco centavos). Prazo de Execução: 90 (noventa) dias. Vigência do Contrato: até 31/12/2023. Signatários: Luiz Marcio Pereira e Lucas da Conceição. **Granjeiro/CE, 30 de Maio de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cedro - Declaração de Inexigibilidade de Licitação. O Ordenador de Despesas do Fundo Geral do Município de Cedro/CE, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo Inexigibilidade de Licitação nº 0707.01/2023-03, vem emitir a presente declaração, amparada no inciso III, do artigo 25, da Lei nº 8.666/93, para contratação dos serviços a serem prestados na apresentação artística da banda consagrada pela mídia nacional “Mastruz com Leite” durante as festividades do Chitão em 15 de julho de 2023, junto a Secretaria de Turismo do Município de Cedro/CE. Assim, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8666/93, vem comunicar da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação. **Cedro-CE, 07 de julho de 2023. Manoel Bezerra Filho - Ordenador de Despesas do Fundo Geral.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pedra Branca - Comunicado de Recursos Administrativos - Processo: Concorrência Nº 001/2023-CP. Objeto: Contratação de serviços para implantação da 2ª etapa da pavimentação em pedra tosca na via de acesso ao Distrito de Capitão Mor no Município de Pedra Branca/CE. O Município de Pedra Branca, torna público para conhecimento dos interessados a interposição de recursos administrativos ao presente processo. O interior teor do documento poderá ser adquirido no setor de licitações no horário de atendimento ao público, e ainda nos seguintes sítios eletrônicos: <<http://licitacoes.tce.ce.gov.br>> e <www.pedrabranca.ce.gov.br/licitacao.php>. Fica aberto o prazo de contrarrazões previsto no §3º do Art. 109 da Lei nº 8.666/93. **Pedra Branca, 07 de julho de 2023. João Vieira de Souza Neto - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Eusébio - Secretaria de Cultura e Turismo - Aviso de Chamamento Público Nº 003/2023. A Secretaria de Cultura e Turismo, torna público, para conhecimento dos interessados que das 08h às 16h no período de 10 de julho de 2023 à 09 de agosto de 2023 na sede da Secretaria de Cultura e Turismo, localizada na Avenida Eusébio de Queiroz, 4600 - Centro, Eusébio/CE, receberá documentação para chamamento público para seleção de organização da sociedade civil – OSC com a finalidade de executar o Programa de Formação e Qualificação para o Setor Artístico/Cultural de Eusébio. O Edital do Chamamento Público poderá ser obtido na sede da Secretaria, no horário de 08h às 16h ou através do Site Oficial da Prefeitura Municipal de Eusébio - <http://eusebio.ce.gov.br/>. **Tarcisio Christianne Gomes da Silva – Secretário de Cultura e Turismo.**

*** **

Estado do Ceará - Município de Novo Oriente - Aviso de Adiantamento de Licitação. O Município de Novo Oriente, torna público o adiamento da licitação referente a Tomada de Preços Nº 04.003/2023, cujo objeto versa sobre a reforma de prédio para funcionamento do setor de tributos e auditório para a administração, junto a Secretaria de Administração e Finanças do Município de Novo Oriente - Ceará. Data de abertura que estava marcada para: 14 de julho de 2023 às 09:00hs, teve sua alteração para o dia 18 de julho de 2023, às 09:00hrs. O edital poderá ser adquirido nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas (Horário local), na Rua Deocleciano Aragão, 15, Centro, Novo Oriente/CE, 07:30 às 13:00h e ainda nos seguintes sítios eletrônicos: <<https://www.novoorient.ce.gov.br/licitacao.php>> e <<https://licitacoes.tce.ce.gov.br/>>. **Novo Oriente, 10 de julho de 2023. Paulo Sergio Andrade Bonfim - Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Maracanaú - Secretaria de Recursos Humanos e Patrimoniais - Concurso Público para Cargos de Nível Médio, Técnico e Superior - Edital Nº 09/2023, de 25 de maio de 2023 - Aditivo Nº 02, de 07 de julho de 2023. A Prefeitura Municipal de Maracanaú, por meio da Secretaria de Recursos Humanos e Patrimoniais e intermédio da Comissão Organizadora, Deliberativa e Fiscalizadora, instituída pela Portaria nº 1.565/2023, torna público o Aditivo Nº 02 ao Edital Nº 09/2023, que rege o Concurso Público para o provimento efetivo de 80 (oitenta) vagas para cargos de nível médio, técnico e superior, e formação de cadastro de reserva, acessível em sua íntegra no endereço eletrônico www.idecan.org.br. **Maracanaú/CE, 07 de julho de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara - Aviso de Abertura das Propostas. O Município de Jijoca de Jericoacoara, por intermédio do Presidente da CPLP, torna público o agendamento da sessão de abertura das propostas de preços da Concorrência Pública Nº 2023.03.31.01CP, cujo o objeto é a contratação de empresa especializada para construção de Escola com ginásio poliesportivo na Sede do Município de Jijoca de Jericoacoara-CE, às 14:00hrs (quatorze horas) do dia 14 de julho de 2023, na Sala da C.P.L.P., situada à Rua Minas Gerais, 420 – Centro – Jijoca de Jericoacoara - Ceará - Brasil. **Jijoca de Jericoacoara /CE, 07 de julho de 2023. Francisco Leandro Silva Sales - Presidente da CPLP.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pacajus. A Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, avisa que no dia 25 de julho de 2023 às 9:00h, abrirá licitação na modalidade Tomada de Preço Nº 2023.07.06.001, cujo objeto é a contratação de empresa para pavimentação em pedra tosca em diversas Ruas do Bairro Cruz das Almas (Etapa I) na Cidade de Pacajus/CE, do tipo Menor Preço Global, conforme edital e anexos, disponível na Comissão de licitação, no site do TCE: <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/> e no site: <https://www.pacajus.ce.gov.br/>. **07 de julho de 2023.**

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Maracanaú - Secretaria de Recursos Humanos e Patrimoniais - Concurso Público para Guarda Civil Municipal - Edital Nº 010/2023, de 25 de maio de 2023 - Aditivo Nº 02, de 07 de julho de 2023. A Prefeitura Municipal de Maracanaú, por meio da Secretaria de Recursos Humanos e Patrimoniais e intermédio da Comissão Organizadora, Deliberativa e Fiscalizadora, instituída pela Portaria nº 1.565/2023, torna público o Aditivo Nº 02 ao Edital Nº 010/2023, que rege o Concurso Público, para provimento de 40 (quarenta) vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Guarda Civil Municipal, com lotação na Guarda Civil Municipal de Maracanaú (GCM), Órgão subordinado à Secretaria Municipal de Segurança Urbana de Maracanaú, acessível em sua íntegra no endereço eletrônico www.idecan.org.br. **Maracanaú/CE, 07 de julho de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Solonópole - Aviso de Adiamento - Tomada de Preços nº 2023.06.12.01-TP. A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Solonópole, torna público e comunica aos interessados que a sessão marcada para o dia 10/07/2023 às 08:00h, com fins a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria na área de governança das contratações, de interesse da Câmara Municipal de Solonópole - CE, está adiada e marcada para reabertura do certame em 02/08/2023 às 08:00hs. Maiores informações no endereço citado ou pelo Fone 88. 3518.1671, no horário de 07:30h às 13:30h. **Solonópole-CE, 07 de Julho de 2023. Francisco Igor Pinheiro - Presidente da Câmara.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RERIUTABA/CE – Título: AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Unidade Administrativa: **Secretaria Municipal de Cultura – Regente: Comissão de Licitação –** Processo Originário: **Inexigibilidade nº INEX/060723.01/SECULT – Objeto: Contratação de atração musical (Japãozin), para realização de 01 (um) show no dia 23/07/2023, com duração de 1 hora e 30 minutos, em comemoração alusiva ao XVII festival de quadrilha “Arrastapé Carnaúba” no Município de Reriutaba/CE, – Favorecida: JPZ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ nº 51.025.937/0001-52 – Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) – Fundamentação Legal: Inciso I, art. 25, Lei Federal nº 8.666/93 –** Presidente da Comissão de Licitação: **Sâmia Leda Tavares Timbó.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ – AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023/SMP – CP – A Comissão de Licitação deste Município torna público que no dia **10 de Agosto de 2023, às 09h**, estará abrindo Licitação na Modalidade Concorrência Pública Nº 001/2023/SMP - CP, cujo Objeto é a **Alienação de imóveis no Município de Cariré/CE.** O Edital estará disponível nos dias úteis após esta publicação, no horário de atendimento ao público de 08h às 12h e pelos Sites: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/> e <http://www.carire.ce.gov.br/>. Informações pelo Fone: (88) 3646 1133, ou no endereço à Praça Elísio Aguiar, S/Nº, Centro. **Cariré-CE, 07 de Julho de 2023. Arnóbio de Azevedo Pereira – Presidente da CPL.**

*** **

Prefeitura Municipal de Quixadá - Contratante e signatário: Secretaria da Saúde, Lady Diana Arruda Mota, Secretária. Extrato de Convênio nº 005/2023: Valor Global R\$ 553.500,00. Contratado: Associação Quixadense de Proteção e Assistência à Infância e à Adolescência, Mantenedora do Hospital e Maternidade Jesus, Maria e José, através de seu representante legal, o Sr. Kaleu Mormino Otoni. Objeto: Fortalecimento e implementação das ações e serviços de saúde prestados às crianças/usuários do SUS do Município, mediante o incremento temporário de recursos financeiros para despesas de custeio referente à assistência ambulatorial na pediatria do Hospital e Maternidade Jesus, Maria e José. Prazo de Vigência: 01/06/2023 a 01/06/2024. Data da assinatura: 01/06/2023.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Itapajé - Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 07.07.2023.01-IN. A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Itapajé em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a). Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação nº 07.07.2023.01-IN. Objeto: Contratação de Banda Galicia para realização das Festividades alusivas a Semana do Município de Itapajé-CE. Contratado: Galicia Producoes Ltda. Fundamento Legal...: art. 25, inciso , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Itapajé - CE, 07/07/2023. Franciano Franca Cordeiro – Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Palhano - Resultado da Habilitação - Tomada de Preços Nº 008/2023-TP-SMAIRH. A Presidente da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura de Palhano, Estado do Ceará, torna público, a relação de licitantes habilitados na Tomada de Preços nº 008/2023-TP-SMAIRH, que tem por objeto a contratação dos serviços de limpeza urbana, compreendendo coleta, poda, varrição, capina e destinação final dos resíduos do Município de Palhano, Estado do Ceará, conforme a seguir: Todos os licitantes foram declarados habilitados. **Palhano - Ceará, 07/07/2023. Beatriz de Lima Nogueira - Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Pacajus - Extrato de Contrato - Dispensa Nº 014/2023 - DL. Contratante: Câmara Municipal de Pacajus. Objeto: Aquisição de fardamentos destinados aos servidores da Câmara Municipal de Pacajus - CE. Contratada: Laudiana de Andrade Braga Mendonça LTDA. Valor Global do Contrato: R\$ 9.624,00 (nove mil, seiscentos e vinte e quatro reais). Data da Assinatura: 05 de julho de 2023. Vigência: 31 (trinta e um) de dezembro de 2023. Signatários: Davanilson José Pinheiro Leite – Presidente da Câmara Municipal de Pacajus e Laudiana de Andrade Braga Mendonça - Contratada.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tauá – Secretaria de Infraestrutura, Conservação e Serviços Públicos. A Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de Tauá comunica que no dia 11/07/2023, às 09h00, realizará a abertura das Propostas de Preços da Concorrência Pública Nº 002/2023-CP, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de construção de escola de um pavimento com 12 (doze) salas de aula - EEF Jorge Massilon Cavalcante, no município de Tauá/CE. **Wandbergue Paulino de Oliveira – Presidente da Comissão Especial de Licitação. Tauá-CE, 07 de julho de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Porteiras - Aviso de Julgamento. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porteiras/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que concluiu o julgamento da fase de proposta de preços referente ao Certame Licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 2023.03.27.2, sendo o seguinte: a empresa Largem - Construções, Locações e Eventos LTDA fora declarada vencedora por apresentar o menor preço e proposta compatível com o projeto básico. Maiores informações: (88) 3557-1254 (R-211). **Porteiras/CE, 06 de julho de 2023 – Alberto Pinheiro Torres Neto – Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Mauriti - Extrato do 3º Termo de Aditivo Contratual. A Prefeitura Municipal de Mauriti, através da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, torna público o Extrato do 3º Aditivo ao Contrato Nº 2022.09.29.02/SEINFRA. Objeto: Construção de Praça Pública no bairro São Francisco no Distrito de Umburanas, Mauriti/CE. Fundamentação Legal: o art. 57, § 1º, Inciso II, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Prazo: 04 (quatro) meses. Assina pelo Contratante: José Henrique Carneiro, Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, assina pela Contratada: Narcélio Alves Dantas. **Mauriti/CE, 29 de maio de 2023.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Independência. A Secretaria de Infraestrutura, torna público o Extrato do Instrumento do Contrato nº IN-TP005/23, resultante da Tomada de Preço Nº IN-TP005/23, cujo objeto é a execução dos serviços de construção da Praça do Povoado de Nova Olinda, na Zona Rural do Município de independência/CE. Contratante: Secretaria de Infraestrutura. Contratada: A B Engenharia LTDA. Valor global: R\$ 188.648,18 (Cento e oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e dezoito centavos). Vigência: 90 (noventa) dias. Assina pela Contratante: Pethulia Almeida Gomes. Assina pela Contratada: Márcio Facundo Moraes. **Independência-Ce. 07 de julho de 2023.**

*** **



ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MERUOCA – SECRETARIA DE SAÚDE - TERMO DE ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2605.01/2023. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA PARA O MUNICÍPIO DE MERUOCA-CE, CONFORME TERMO DE AJUSTE N.º 58/2023 E MAPP N.º 4648. **VENCEDOR:** AUTONORTE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 02.654.827/0001-44, com valor global de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais). Adjudica a Licitação na forma da Lei 8.666/93. Meruoca - CE, 04 de julho de 2023 – Francisco Aldir Lima Pereira – Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Meruoca.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MERUOCA – SECRETARIA DE SAÚDE - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2605.01/2023. OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA PARA O MUNICÍPIO DE MERUOCA-CE, CONFORME TERMO DE AJUSTE N.º 58/2023 E MAPP N.º 4648. **VENCEDOR:** AUTONORTE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 02.654.827/0001-44, com valor global de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais). Conforme Proposta Anexada aos Autos. Homologo a Licitação na forma da Lei 8.666/93. Meruoca - CE, 05 de julho de 2023 – Francisco Gilvan Miguel Santos - Ordenador de Despesas da Secretaria de Saúde.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MERUOCA – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N.º 1603.01/2023. Objeto: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NO DISTRITO DE ANIL, MUNICÍPIO DE MERUOCA-CE. **Vencedor:** AB2 ENGENHARIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME. **VALOR GLOBAL:** R\$ 340.023,43 (trezentos e quarenta mil, vinte e três reais e quarenta e três centavos). Conforme Propostas Anexadas aos Autos. Homologo a Licitação na forma da Lei 8.666/93. Meruoca - CE, 05 de julho de 2023 – Francisco Gilvan Miguel Santos - Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MERUOCA – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO - TERMO DE ADJUDICAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N.º 1603.01/2023. Objeto: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA NO DISTRITO DE ANIL, MUNICÍPIO DE MERUOCA-CE. **Vencedor:** AB2 ENGENHARIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME. **VALOR GLOBAL:** R\$ 340.023,43 (trezentos e quarenta mil, vinte e três reais e quarenta e três centavos). Conforme Propostas Anexadas aos Autos. Adjudico a Licitação na forma da Lei 8.666/93. Meruoca – Ce, 04 de julho de 2023. Francisco Aldir Lima Pereira - Presidente da Comissão de Licitação.

*** **

Prefeitura Municipal de Beberibe - Aviso de Licitação Tomada de Preços n.º 07.03.01/2023. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, através da Secretaria de Infraestrutura, torna público que se encontra a disposição dos interessados, Edital de licitação que será realizado dia 26/07/2023, às 08h, cujo objeto: Contratação de empresa especializada para a execução da reforma da praça de lazer na localidade de Córrego do Sal e construção da praça de lazer na localidade de Campestre da Penha no Distrito de Paripueira. Outras informações e aquisição do Edital os interessados deverão dirigir-se à Prefeitura, sito a Rua: João Tomaz Ferreira, n.º 42. Bairro: Centro, Beberibe/CE, no horário das 08h às 14h. Josimar Gomes Sousa.

*** **

Prefeitura Municipal de Beberibe - Aviso de Licitação Tomada de Preços n.º 07.06.01/2023. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, através da Secretaria de Infraestrutura, torna público que se encontra a disposição dos interessados, Edital de Licitação que será realizado dia 26/07/2023, às 14h, cujo objeto: Contratação de empresa especializada para a execução da construção da praça de lazer na comunidade da Prainha do Canto Verde no Distrito de Paripueira. Outras informações e aquisição do Edital os interessados deverão dirigir-se à Prefeitura, sito a Rua: João Tomaz Ferreira, n.º 42. Bairro: Centro, Beberibe/CE, no horário das 08h às 14h. Josimar Gomes Sousa.

*** **

Prefeitura Municipal de Quixadá - Contratante e signatário: Secretaria da Saúde, Lady Diana Arruda Mota, Secretária. Extrato de Convênio n.º 006/2023: Valor Global: R\$ 60.000,00. Contratado: Associação Quixadaense de Proteção e Assistência à Infância e à Adolescência, Mantenedora do Hospital e Maternidade Jesus, Maria e José, através de seu representante legal, o Sr. Kaleu Mormino Otoni. Objeto: Fortalecimento e implementação das ações e serviços de saúde prestados aos usuários do SUS do Município, mediante o incremento temporário de recursos financeiros para despesas de custeio referente a Clínica Médica de Anestesiologia Hospital e Maternidade Jesus, Maria e José. Prazo de Vigência: 01/06/2023 a 01/06/2024. Data da assinatura: 01/06/2023.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Mauriti - Aviso de Convocação para Abertura de Proposta de Preços - Tomada de Preços N.º 2023.01.16.01/TP. Objeto: Reforma da Quadra Poliesportiva localizada no Distrito de Anauá, no Município de Mauriti/CE. A Comissão de Licitação convoca as empresas habilitadas para abertura das Propostas de Preços no dia 11/07/2023, às 08h30. Local: Sala da Comissão de Licitação - Av. Senhor Martins, s/nº, Bela Vista. **Mauriti/CE, 07 de julho de 2023. Iarinda Franca de Almeida - Presidente da Comissão.**

*** **

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Iracema – Aviso de Abertura de Licitação. A Presidente da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Iracema-CE, torna público aos interessados que na data de 26 de Julho de 2023 às 08h estará abrindo Licitação referente ao Processo de Tomada de Preços N.º 001.2023.TP.CMI, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de reforma e ampliação da sede da Câmara Municipal de Iracema-CE. **Iracema-Ce, 07 de julho de 2023. Teresinha Maia Magalhães - Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Porteiras - Aviso de Julgamento. A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Porteiras/CE, torna público o julgamento do Pregão Eletrônico n.º. 2023.06.22.1, na seguinte forma: A empresa A empresa Fokus Informatica e Microfilmagem LTDA sagrou-se vencedora junto ao lote 01. A mesma foi declarada habilitada por cumprimento integral às exigências do Edital. Informações pelo telefone (88) 3557-1254 (R-211). **Porteiras/CE, 06 de julho de 2023 – Maria Edna Tavares de Lavôr - Pregoeira Oficial do Município.**

*** **



DESTINADO(A)

--